

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**VARIAÇÃO ENTRE FORMAS COM *MESMO* E *APESAR* NA INDICAÇÃO DE
CONCESSIVIDADE – UMA ABORDAGEM SOCIOFUNCIONALISTA**

GABRIELA FERNANDES ALBANO

**NATAL
2021**

**VARIAÇÃO ENTRE FORMAS COM *MESMO* E *APESAR* NA INDICAÇÃO DE
CONCESSIVIDADE – UMA ABORDAGEM SOCIOFUNCIONALISTA**

GABRIELA FERNANDES ALBANO

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Estudos da linguagem da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, como requisito para obtenção do título
de Doutora em Estudos da Linguagem.**

**Área de concentração: Estudos em Linguística Teórica e
Descritiva.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Tavares.

NATAL

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes - CCHLA

Albano, Gabriela Fernandes.

Variacão entre formas com MESMO e APESAR na indicação de concessividade - uma abordagem sociofuncionalista / Gabriela Fernandes Albano. - 2021.

210f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alice Tavares.

1. Conjuncões concessivas - Tese. 2. Sociolinguística variacionista - Tese. 3. Sociofuncionalismo - Tese. I. Tavares, Maria Alice. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 81'36

GABRIELA FERNANDES ALBANO

**VARIAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE USO NO DOMÍNIO FUNCIONAL DA
CONCESSIVIDADE NA FALA DE NATAL (RN) – UMA ABORDAGEM
SOCIOFUNCIONALISTA**

Tese de Doutorado defendida por Gabriela Fernandes Albano, aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, na área de Estudos em Linguística Teórica e Descritiva, apresentada à banca examinadora em 26 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Alice Tavares

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Profa. Dra. Carla Regina Martins Valle

Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora externa

Profa. Dra. Nara Jaqueline Avelar Brito

Universidade Federal do Ceará
Examinadora externa

Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador interno

Prof. Dra. Alessandra Castilho Ferreira da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora interna

À mainha,
A painho e
A Guga.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelos eventos tão propícios que me ajudaram a terminar de escrever esta tese, mesmo em tempos tão difíceis e conturbados.

À Boa Mãe, pela coragem de seu *sim*, inspirou superar tantos desafios e obstáculos, além de sua intercessão sempre em momentos oportunos.

À Joseane, mainha, e a Wellington, painho, pelo amor incondicional, pelos valores, pelos conselhos, por me apoiarem tanto nas pequenas coisas (como aprender a andar de patins aos 27 anos), quanto nas coisas maiores (como defender um doutorado), pelo companheirismo que permeia nossa relação, que não é apenas de filha e pais, mas de melhores amigos. Obrigada por nunca soltarem minha mão nesses caminhos sinuosos da vida. Obrigada, mainha e painho, por sempre me ensinarem que o conhecimento, acima de tudo, liberta.

A Guga, meu irmãozinho, meu primeiro presente de aniversário (que responsabilidade, hein, Guga, e que presente!), meu cúmplice e companheiro em tantas aventuras infantis e ainda tantas aventuras que estão por vir.

À minha orientadora, Maria Alice Tavares, por ser uma pesquisadora admirável e uma inspiração, mas, mais do que isso, por ser uma voz guia no meu percurso acadêmico já desde a graduação.

À Carla Valle, Nara Avelar, Edvaldo Bispo e Alessandra Castilho, por aceitarem gentilmente compor a banca de defesa desta tese e por todas as contribuições que surgirão desse momento.

À Teresa Íris e Juliana Alves, minhas amigas de infância, as quais não só vi crescer como também cresci junto, dividindo momentos difíceis e também eventos memoráveis. Acima de tudo, agradeço pelo apoio, mesmo que à distância, nesse momento de isolamento, durante a reta final de escrita desta tese. Não sei como expressar o quão importante foram nossas conversas amenas dias a fio.

A André, que já surgiu na minha vida enquanto eu estava tomada por compromissos tantos, pela compreensão em lidar com alguém tão cheia de ideias e de atividades e de opiniões.

À Melina Corrêa, minha psicóloga, por lutar junto comigo enquanto eu lutava minhas batalhas internas e externas.

Aos tantos orientandos de Alice, os quais conheci por intermédio da pesquisa, mas com os quais compartilhei momentos ótimos de discussões, descobertas e partilhas linguísticas. Além disso, a todos os amigos que a UFRN e o PPgEL me proporcionaram (não seria possível nomear todos), pelo apoio, pela distração quando precisei e pelos incentivos necessários.

A Lu, Luciana Dantas, amiga da época da graduação, entre encontros e desencontros da vida, que aceitou, de maneira muito generosa e rápida, traduzir meu resumo para espanhol em tão pouco tempo.

À galera da EmQuadro Filmes (não teria como nomear todos, mas sintam-se acolhidos nesse gesto de agradecimento), por ter sido umas das coisas mais inusitadas na minha vida, por me ajudar a descobrir outras habilidades, por me ensinar sobre liderança, por confiar em mim em um cargo de liderança, por ter marcado meu caminho em uma nova graduação, por mostrar o lado humano do empreendedorismo, pelos momentos leves no *discord*. Por tantas outras coisas.

A todos que acreditam em mim.

À CAPES, pelo apoio financeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A concessividade é postulada como um movimento argumentativo e retórico (NEVES, 1999, 2000; NEVES; BRAGA, 2016) pelo qual a voz do interlocutor emerge no discurso, e descrita por gramáticos (CUNHA; CINTRA, 2013; BECHARA, 1954, 2009; NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014) e pesquisadores (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ZAMPRONEO, 2014) como uma indicação de que um obstáculo real ou imaginário, apresentado na oração concessiva, não foi forte o suficiente para impedir que o evento expresso na oração principal não ocorresse. Nesta tese, temos como objeto de estudo a variação de uso entre as conjunções concessivas com *apesar* (*apesar (de) que*) e as conjunções com *mesmo* (*mesmo assim/que/quando*), extraídas de entrevistas sociolinguísticas do Banco de Dados FALA-Natal e encontradas em maior número dentre as concessivas presentes nas entrevistas. O FALA-Natal foi constituído com membros da comunidade de fala de Natal, estratificados em sexo, idade e nível de escolaridade. O objetivo principal é descrever e analisar o contexto de ocorrência das conjunções concessivas com base na atuação de fatores sintáticos, semântico-pragmáticos, estilísticos, discursivos e sociais, buscando também traçar generalizações acerca de possíveis especializações de uso dessas formas. Na base teórica, encontra-se a articulação de pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, guiando o olhar para o fenômeno da variação e da mudança linguística no uso das conjunções concessivas, e a visão do funcionalismo norte-americano de gramática como uma entidade emergente, fluida e moldada pelo uso que é dado no dia-a-dia pelos falantes aos itens linguísticos. Adotando essa perspectiva, desenvolvemos uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa. A quantificação dos dados é feita não apenas para a testagem das hipóteses, mas também para permitir tanto generalizações acerca do fenômeno estudado e a comparação dos resultados desta pesquisa com outras pesquisas versando o mesmo tema, quanto a busca por indícios de especialização de uso das conjunções concessivas. Nossa pesquisa envolve a investigação de fatores sintáticos (correlação modo-temporal, ordenação das orações, tipo de construção ao qual se liga a conjunção), semântico-pragmáticos (relações semânticas, domínios de leitura, discursivos (gênero e assunto) e sociais (sexo, idade e nível de escolaridade)). Utilizamos o pacote estatístico Goldvarb X, que mostrou uma influência mais determinante dos fatores de sexo, escolaridade, correlação modal e gênero discursivo. Foi possível traçar especializações de uso dos conectivos com *mesmo* e com *apesar*: ensino fundamental I e II, correlação indicativo x indicativo, mulheres e gêneros narrativos influenciam o uso da variante *mesmo*; por sua vez, o ensino médio, verbo na forma infinita, homens e gênero relato de opinião influenciam o uso da variante *apesar*. Esses resultados evidenciam que a expressão da concessividade realizada por *mesmo* e *apesar* possui viés não apenas linguístico, como pragmático-discursivo e social, além de apresentar indícios de mudança em progresso.

Palavras-chave: conjunções concessivas; sociolinguística variacionista; funcionalismo; sociofuncionalismo.

ABSTRACT

The concessiveness is postulated as an argumentative and rhetorical movement (NEVES, 1999, 2000; NEVES, BRAGA, 2016) by which the voice of the interlocutor emerges in the discourse, and is also described, by grammarians (CUNHA, CINTRA, 2013, BECHARA, 1954, 2009) as an indication that a real or imaginary obstacle, presented in the concessive clause, was not strong enough to prevent the event presented in the main clause to occur. On this research, we have as object of study the variation of use between concessive conjunctions with *apesar* (*apesar (de) que*) and conjunctions with *mesmo* (*mesmo que/assim, assim mesmo*), extracted from sociolinguistic interviews in the FALA-Natal and found in greater numbers among the concessives present there. The FALA-Natal was constituted with members from the Natal speech community, stratified in sex, age and level of education. The main objective is to describe and analyze the concessive conjunctions context of occurrence based on syntactic, semantic-pragmatic, stylistic, discursive and social factors, and also to trace generalizations about possible specializations of use of these forms. On the theoretical basis, it is found the articulation of theoretical-methodological assumptions of the variational sociolinguistics, guiding the look at the phenomenon of variation and linguistic change in the use of concessive conjunctions, and the vision of the North American functionalism of grammar as an emergent entity, fluid and shaped by the use that is given in the day to day by the speakers to the linguistic items. Upon to this perspective, we developed a qualitative-quantitative research. The data quantification is done not only for the testing of the hypotheses, but also to allow both generalizations about the studied phenomenon and the results comparison of this research with other researches dealing with the same theme, and also in the search for indications of specialization in the use of concessive conjunctions. Our research involves the investigation of syntactic factors (mode-temporal correlation, sentence ordering, type of construct to which the conjunction is linked), semantic-pragmatics (semantic relations, domains of reading), discursive (gender and subject) and social (sex, age and level of schooling). We used the Goldvarb X statistical package, which showed a more determinant influence of gender, education, modal correlation and discursive genre. It was possible to trace specializations in the use of connectives with *mesmo* and *apesar*: elementary school I and II, indicative x indicative correlation, women and narrative genres influence the use of the *mesmo* variant; in turn, high school, infinite form verb, men and opinion reporting gender influence the use of the variant *apesar*. The results show that the expression of concessiveness performed by *mesmo* and *apesar* not only has a linguistic bias, but also a pragmatic-discursive and social one, and, in additionn it shows signs of change in progress.

Keywords: concessive conjunctions; variationist sociolinguistics; functionalism; sociofunctionalism.

RESUMEN

La concesividad se postula como un movimiento argumentativo y retórico (NEVES, 1999, 2000; NEVES; BRAGA, 2016) por el cual la voz del interlocutor emerge en el discurso, y descrita, por gramáticos (CUNHA; CINTRA, 2013; BECHARA, 1954, 2009; NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014) e investigadores (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ZAMPRONEO, 2014), como una indicación de que un obstáculo real o imaginario, presentado en la oración concesiva, no era lo suficientemente fuerte para evitar que el evento presentado en la oración principal no sucediese. En esta tesis, tenemos como objeto de estudio la variación de uso entre las conjunciones concesivas con *a pesar* (a pesar (de) que) y las conjunciones con *mismo* (mismo así/que/cuando), extraídas de entrevistas sociolingüísticas en la Base de Datos FALA-Natal y encontradas en mayor número entre las concesivas presentes en las entrevistas. El FALA-Natal fue constituido por miembros de la comunidad de habla de Natal, estratificados en sexo, edad y nivel educativo. El objetivo principal es describir y analizar el contexto de ocurrencia de las conjunciones concesivas a partir de la actuación de factores sintácticos, semántico-pragmáticos, estilísticos, discursivos y sociales, buscando también hacer generalizaciones sobre posibles especializaciones en el uso de esas formas. Sobre la base teórica, existe la articulación de los supuestos teórico-metodológicos de la sociolingüística variacionista, orientando la mirada al fenómeno de la variación y del cambio lingüístico en el uso de las conjunciones concesivas, y la visión del funcionalismo norteamericano de gramática como una entidad emergente, fluida y moldada por el uso cotidiano de elementos lingüísticos por parte de los hablantes. Adoptando esa perspectiva, desarrollamos una investigación con un enfoque cuali-cuantitativo. La cuantificación de los datos se realiza no solo para probar las hipótesis, sino también para permitir tanto generalizaciones sobre el fenómeno estudiado y la comparación de los resultados de esta investigación con otras investigaciones que abordan el mismo tema, así como en la búsqueda de evidencias de especialización en el uso de conjunciones concesivas. Nuestra investigación involucra la investigación de factores sintácticos (correlación modo-temporal, ordenación de las oraciones, tipo de construcción a la que se vincula la conjunción), semántico-pragmáticos (relaciones semánticas, dominios de lectura), discursivos (género y asunto) y sociales (sexo, edad y nivel educativo). Utilizamos el paquete estadístico Goldvarb X, que mostró una influencia más determinante de los factores de sexo, nivel educativo, correlación modal y género discursivo. Fue posible rastrear especializaciones en el uso de conectivos con *mesmo* y con *apesar*: escuela primaria I y II, correlación indicativa x indicativa, mujeres y géneros narrativos influyen en el uso de la variante *mesmo*; a su vez, la escuela secundaria, el verbo en forma infinita, los hombres y el género de informes de opinión influyen en el uso de la variante *apesar*. Esos resultados muestran que la expresión de la concesividad realizada por *miemo* y *apesar* no solo posee tendencia apenas lingüística, como pragmático-discursivo y social, además de presentar indicios de cambios en el progreso.

Palabras clave: conjunciones concesivas; sociolingüística variacionista; funcionalismo; sociofuncionalismo.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Níveis semânticos de atuação de construções concessivas.....	61
Tabela 1: Ocorrências das conjunções concessivas no <i>corpus</i>	120
Tabela 2: Ocorrências das formas variantes de <i>mesmo</i> e <i>apesar</i> no <i>corpus</i>	121
Tabela 3: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo o sexo.....	129
Tabela 4: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo a idade.....	131
Tabela 5: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo escolaridade.....	134
Tabela 6: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto ao tipo de construção.....	141
Tabela 7: Detalhamento da distribuição das formas com <i>mesmo</i> e <i>apesar</i> quanto tipo de construção.....	142
Tabela 8: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo a finitude do verbo.....	147
Tabela 9: Detalhamento da distribuição das formas com <i>mesmo</i> e <i>apesar</i> quanto à finitude do verbo.....	148
Tabela 10: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo a correlação modal.....	153
Tabela 11: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo a correlação modal, demais fatores.....	155
Tabela 12: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo o gênero textual.....	163
Tabela 13: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> segundo o assunto.....	165
Tabela 14: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto à ordem das orações.....	171
Tabela 15: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto à extensão.....	176
Tabela 16: Cruzamento entre ordem extensão das orações concessivas com ambas as variantes.....	177

Tabela 17: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto ao domínio das relações.....	178
Tabela 18: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto às relações semânticas.....	183
Tabela 19: Distribuição dos conectivos com <i>mesmo</i> e com <i>apesar</i> quanto às funções textuais-discursivas.....	187
Quadro 2: Síntese dos grupos de fatores relevantes, por ordem hierárquica, da análise multivariada entre <i>mesmo</i> e <i>apesar</i>	193
Quadro 3: Síntese dos grupos de fatores da análise com porcentagem da variação entre <i>mesmo</i> e <i>apesar</i>	196

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 Concessividade e construções concessivas: definição, conceito e pesquisas.....	23
1.1 O que dizem os gramáticos.....	23
1.2 Concessivas no português brasileiro.....	34
1.2.1 <i>As construções concessivas no português brasileiro do século XIX (SALGADO, 2007)</i>	34
1.2.2 <i>As relações concessivas no português falado (GARCIA, 2010)</i>	40
1.2.3 <i>A expressão da concessividade em construções do português do Brasil (ROSÁRIO, 2012)</i>	46
1.2.4 <i>Construções concessivas: multifuncionalidade e intersubjetividade (ZAMPRONEO, 2014)</i>	53
1.3 Pesquisas sobre concessivas em outras línguas.....	59
1.3.1 <i>Os diferentes níveis semânticos das construções concessivas (CREVELS, 2000a/b)</i>	60
1.3.2 <i>A importância dos condicionamentos discursivo-pragmáticos e de base de processamento para a análise das construções concessivas (WIECHMANN; KERZ, 2013)</i>	63
1.3.3 <i>Uma investigação discursivo-funcional das orações introduzidas por aunque no espanhol peninsular (PARRA, 2016)</i>	67
1.4 Percurso de gramaticalização das formas variantes em competição: <i>mesmo vs. apesar</i>	73
1.5 Fechando o capítulo.....	84
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	87
2.1 A sociolinguística variacionista.....	87
2.2 Sociolinguística discursiva.....	99
2.3 O funcionalismo linguístico norte-americano.....	103
2.4 Unindo pressupostos: sociofuncionalismo.....	111
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	114

3.1 O Banco de Dados FALA-Natal: Organização do <i>corpus</i> e do método de coleta	115
3.2 Objeto de estudo da pesquisa e a delimitação do contexto variável: variável linguística e as variantes.....	117
3.3 Grupos de fatores considerados na análise.....	124
4 MESMO E APESAR EM CONFRONTO: a variação de uso no domínio funcional da concessividade	126
4.1 Grupos de fatores sociais.....	127
4.1.1 Sexo	129
4.1.2 Idade	130
4.1.3 Escolaridade	132
4.2 Grupos de fatores linguísticos.....	135
4.2.1 Tipo de construção	136
4.2.2 Finitude do verbo	144
4.2.3 Correlação modal	149
4.2.4 Gênero textual	155
4.2.5 Assunto	164
4.2.6 Ordem da oração concessiva	166
4.2.7 Extensão	172
4.2.8 Domínio das relações expressas nas concessivas	178
4.2.9 Relações semânticas	184
4.2.10 Funções textuais-discursivas	188
4.3 Em busca de especializações.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

INTRODUÇÃO

O processo natural e inerente a todas as línguas de evolução/mudança linguística pode levar ao recrutamento de formas já disponíveis na gramática de uma língua a codificar uma função linguística que já é codificada por outras formas (HOPPER, 1991). É nessa perspectiva que se insere esta pesquisa. No domínio funcional da junção textual,¹ no qual a concessividade figura como um dos significados disponíveis na relação entre orações, além das conjunções mais consolidadas na indicação da concessividade – *embora, conquanto, não obstante* –, encontram-se formas que passaram a exercer essa função mais recentemente. Essas conjunções concessivas inovadoras² (*mesmo que/assim/quando, apesar (de) que, ainda quando/assim, nem que, (se) bem que, por mais/menor que*, dentre outras) têm sido alvo de pesquisas sob perspectivas teóricas diferentes, como Gramática Discursivo-Funcional (GARCIA, 2010; PARRA, 2016); Teoria Sistêmica (SALGADO, 2007) e Linguística Funcional (NEVES, 1999, 2000; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016). Embora na literatura encontrem-se pesquisas que levam em conta condicionadores linguísticos, além de explicações para o uso de conjunções concessivas por meio de fatores pragmático-discursivos, faltam teses que se debruçam sobre fatores sociais e estilísticos. Nesse ponto, nossa proposta de investigação é inovadora.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as relações concessivas introduzidas pelas conjunções adverbiais concessivas com *mesmo (mesmo que, mesmo assim, assim mesmo)* e com *apesar (apesar (de) que)* como variantes em um *corpus* de língua falada³, composto por entrevistas sociolinguísticas pertencentes ao Bando de Dados FALA-Natal, contexto em que pode vir à tona o vernáculo do informante.⁴

¹ O conceito de domínio funcional, segundo Givón (1984), é utilizado com relação a áreas funcionais gerais (macrodomínios) como tempo, aspecto, modalidade, caso, referência, passivização etc. ou áreas mais estritas (microdomínios), como o tópico, a dêixis, a anáfora etc.

² Muitas delas, por serem mais recentes, não são comentadas em gramáticas, segundo Rosário (2012) e Amorim (2009).

³ Encontramos outros conectivos concessivos no *corpus*: *embora, ainda, nem que, se bem que, por mais que e por menor que*. Devido à pouca recorrência, não pudemos considerá-los na análise, que tem base estatística.

⁴ O vernáculo ou fala casual é “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 244).

Quanto à escolha do *corpus* que serve como fonte de dados, optamos por um gênero de fala, a entrevista sociolinguística, que fosse capaz de refletir a língua viva, em uso. Além disso, em uma entrevista sociolinguística, o informante tem a oportunidade de produzir vários gêneros textuais: receitas, narrativas de experiência pessoal, narrativas habituais, relatos de opinião. Essa variedade de gêneros nos permite observar não apenas diferentes padrões estilísticos, como também de que forma os aspectos sociointerativos e de conteúdo proposicional interferem na escolha dos itens linguísticos, mais especificamente, das conjunções concessivas⁵. Por exemplo, a narrativa de experiência pessoal é considerada o gênero mais informal dentre os encontrados em entrevistas sociolinguísticas e o relato de opinião é um dos mais formais (cf. TAVARES, 2014). Essa diferença de formalidade e monitoramento pode gerar diferença de uso entre variantes.

A entrevista sociolinguística é um *corpus* muito utilizado em estudos sociolinguísticos por permitir a obtenção de um número suficiente de dados de diferentes fenômenos linguísticos, o que facilita a aplicação de instrumentais estatísticos. Ademais, por sua relativa uniformidade, contribui para que sejam alcançados resultados quantitativos sólidos e replicáveis, assim como comparáveis entre si (cf. LABOV, 2008[1972]).

Para ilustrar, abaixo estão duas ocorrências do Banco de Dados FALA-Natal, uma com *mesmo* e outra com *apesar*.⁶

- (1) Excursão? *Eu acho que teve uma vez que a gente... acho que foi na quarta série, faz tempo, que foi pra... negócio de (andar de barco), || esses negócios assim. || Foi...|| **Mesmo assim** eu vomitei que só, || aquele negócio balançando assim||. (BDFN; A(13); femin.; EF2; 15-21) ⁷*

⁵ Nesta tese, utilizamos os termos *conectivos concessivos* e *conjunção concessiva*, bem como *sentença* e *cláusula*, *frase* e *oração*, como intercambiáveis. Temos consciência das diferenças conceituais de cada termo, no entanto salientamos que, assim como pontua Rosário (2012), sobre a mesma escolha, não temos como objetivo discutir qual terminologia define melhor nossos dados. Enfatizamos também que utilizamos, assim como Neves (1999, 2000) e Neves e Braga (2016), o termo *construção concessiva* para nos referirmos não apenas a conjunção concessiva, mas também a sua articulação como um todo, unindo oração principal e oração concessiva.

⁶ Essas foram as conjunções concessivas encontradas no Banco de Dados FALA-Natal com *mesmo* e *apesar* numericamente mais relevantes.

⁷ Entre parênteses estão as indicações de onde cada dado foi retirado: BDFN indica o Banco de Dados FALA-Natal; em seguida, a inicial em maiúsculo se refere à primeira letra do nome do informante e, entre parênteses, o número da entrevista; depois o gênero, se masculino (masc.) ou feminino (femin.); por fim, a faixa etária do informante (pré-adolescente, 15-21, 25-45 e 50+).

- (2) Naquele tempo respeitava o professor, né? Hoje não existe mais isso, né?
*Mas naquele tempo o professor era respeitado, **apesar de que** a bagunça era muito diferente de hoje.* (BDFN; J(45); masc.; EF1; 50+)

No momento da interação, para produzir enunciados coesos, o falante relaciona, de várias maneiras, os sentidos contidos nas sentenças produzidas, sendo uma dessas formas a combinação de orações hierarquicamente diferentes, gerando uma relação de dependência sintático-semântica entre as orações. Castilho (2014) trata da possibilidade de uma relação de dependência entre orações que, juntas, formam um mesmo ato de fala, chamando-as de “estruturas dependentes”, ou subordinadas.

Tratando das orações subordinadas concessivas, Bechara (2009) define as conjunções concessivas como conjunções subordinativas responsáveis por introduzir uma oração que funciona como termo sintático de uma oração complexa. Para esse autor, a relação entre as orações é vista de maneira dicotômica, na qual a parataxe (coordenação) seria a relação entre elementos em *status* de igualdade e a hipotaxe (subordinação) seria a relação entre um elemento dependente e seu dominante.

De modo geral, quanto à relação semântica, as orações concessivas veiculam uma quebra de expectativa (cf. CASTILHO, 2014). Segundo Bechara (2009, p. 496), esse tipo de oração “exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal”. Neves (2000) enquadra as concessivas junto com as adversativas no conjunto das relações contrastivas, veiculando um sentido básico que é “contrário da expectativa”, originário não apenas do conteúdo dito, mas do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte.

Nas construções concessivas, portanto, a combinação entre uma oração principal e uma concessiva “expressa um fato (ou noção) apesar do qual a proposição se mantém” (NEVES, 2000, p. 865). Essa construção tem como estrutura básica “*embora p, q*”, na qual a informação veiculada em (**p**) – oração concessiva – não se configura como razão suficiente para não-(**q**), ou seja, para a não realização da proposição apresentada na oração principal.

Várias são as conjunções ou locuções conjuntivas⁸ que introduzem uma oração adverbial concessiva. No entanto, para esta tese, como mencionado anteriormente, analisamos apenas os conectivos com *mesmo* e *apesar*, os mais frequentes no *corpus*. Amalgamamos as diferentes formas nucleadas por esses conectivos, do que resultaram duas variantes: as formas com *mesmo* (*mesmo que*, *mesmo assim*, *assim mesmo*) e com *apesar* (*apesar (de) que*).

Nossa pesquisa tem como objetivo geral descrever e analisar os contextos variáveis de ocorrência das conjunções concessivas com *mesmo* e *apesar* com base na atuação de fatores sintáticos, semântico-pragmáticos, estilísticos, discursivos e sociais, buscando também traçar generalizações acerca de possíveis especializações de uso dessas formas. Para alcançar o objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos:

- (i) Investigar se há diferença na distribuição de uso das conjunções concessivas já mencionadas quanto às relações semânticas (factual, eventual e contrafactual);
- (ii) Verificar se os níveis das relações expressas nas concessivas (conteúdo, epistêmico ou ato de fala) diferem quanto às conjunções concessivas em análise;
- (iii) Correlacionar o emprego dos conectivos concessivos citados ao posicionamento da oração concessiva em relação à matriz (anteposto, posposto ou intercalado), à relação de extensão, bem como à correlação modal entre ambas;
- (iv) Associar a finitude do verbo à conjunção concessiva utilizada na construção.
- (v) Constatar se há diferença quanto ao tipo de construção (oração ou sintagma) com a qual se ligam as conjunções concessivas mencionadas;
- (vi) Relacionar o gênero textual, bem como o assunto e a função discursiva e de articulação textual, à distribuição de uso das conjunções concessivas;
- (vii) Ponderar se há diferença no uso das conjunções concessivas com relação aos fatores sociais sexo, idade e nível de escolaridade.

⁸ Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 572): *ainda que*, *apesar de que*, *bem que*, *conquanto*, *embora*, *mesmo que*, *nem que*, *por mais que*, *por menos que*, *posto que*, *que*, *se bem que*. Conforme Neves (2000, p. 862-864): *ainda quando*, *ainda que*, *apesar (de) que*, *conquanto*, *embora*, *mesmo que*, *não obstante*, *nem que*, *por mais que*, *por menos que*, *por muito que*, *posto que*, *se bem que*. Por fim, Bechara (2003, p. 327): *ainda que*, *apesar de que*, *embora*, *posto que*, *se bem que*.

Visto que a pesquisa investiga estatisticamente a variação de uso entre as conjunções com *mesmo* e as conjunções com *apesar*, as hipóteses, relacionadas aos objetivos listados anteriormente, fazem oposição entre as formas com *mesmo* e as formas com *apesar*.

As hipóteses a respeito dos fatores sociais são baseadas em princípios de mudança linguística elencados por Labov (2001) (cf. segundo capítulo). As hipóteses para o gênero textual e o assunto pautam-se em questões estilísticas. No que tange aos demais fatores, as hipóteses são inspiradas em resultados prévios obtidos por pesquisas que abordaram conjunções concessivas.

- (i) Considerando que uma mudança possa estar em progresso na direção de aumento de uso da forma mais recente a cada nova geração de falantes, espera-se que *mesmo* seja mais utilizado por jovens e por mulheres, bem como por informantes com menor nível de escolaridade, enquanto *apesar* seria mais utilizado por informantes mais velhos, homens e mais escolarizados.
- (ii) Quanto ao tipo de construção ao qual se ligam, espera-se que tanto *mesmo* quanto *apesar* tenham uma baixa frequência com sintagmas e uma alta frequência com orações desenvolvidas (GARCIA, 2010), além de se mostrarem também propensos ao uso em orações reduzidas (ROSÁRIO, 2012);
- (iii) Seguindo a hipóteses apresentada para o fator tipo de construção, esperamos que uma maior presença de orações finitas, com ambos os conectivos, e, em segundo lugar, um desempenho significativo com verbos no infinitivo, bem como no gerúndio (GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012);
- (iv) No que se refere à correlação modal, a hipótese é que *mesmo* tenha uma maior frequência de indicativo x subjuntivo, enquanto *apesar* apresente a relação indicativo x indicativo como mais produtiva (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016);
- (v) Levando em consideração que *mesmo* tem uso conjuntivo mais recente que *apesar*, e por isso, pode ser julgado pelos falantes como típico de contextos mais informais (BARRETO, 1990; AMORIM, 2009; ROSÁRIO, 2012; LAMIM; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013), em contraste com *apesar*, é possível que haja distinções entre as formas no que toca aos gêneros textuais e assuntos tratados. Nessa

ótica, *mesmo* deve ser favorecido no gênero textual mais informal dentre os que costumam aparecer em entrevistas sociolinguísticas, a narrativa de experiência pessoal (cf. LABOV, 2004), e *apesar* nos demais gêneros; e *mesmo* deve predominar em contextos de assuntos pessoais, que podem a levar a maior envolvimento emocional por parte do falante, e, assim, a estilos mais informais; *apesar*, em oposição, deve predominar em contextos de assuntos gerais.

(vi) Estudos anteriores apontam *mesmo* e a maioria de suas formas como mais frequentes em posições antepostas e intercaladas (GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; NEVES; BRAGA, 2016), ao passo que *apesar* e suas formas apresentam alta produtividade com a anteposição (NEVES; BRAGA, 2016), tendências de distribuição que também são esperadas nesta pesquisa;

(vii) Em alinhamento com a hipótese proposta para o fator posição, uma vez que ambos se relacionam, esperamos que tanto *apesar* quanto *mesmo*, pela preferência anteposta, encabecem com mais frequência orações menos extensas;

(viii) Devido à natureza lógico-argumentativa das construções concessivas (NEVES, 2000; CREVELS, 2000a,b; SALGADO, 2007; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016), prevê-se uma maior frequência de uso das conjunções com *mesmo* e *apesar* na relação epistêmica, e uma baixa recorrência em atos de fala devido ao tipo de *corpus* utilizado;

(ix) Conjetura-se que, embora *mesmo* e *apesar* sejam ambos mais frequentes em orações factuais (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES, 1999, 2000; NEVES; BRAGA, 2016), *mesmo* receba mais destaque do que *apesar* no encabeçamento de orações hipotéticas/eventuais (NEVES; BRAGA, 2016);

(x) Para os fatores função discursiva e articulação textual, a expectativa é de que ambos os conectivos concessivos tenham uma frequência de uso mais elevada com concessivas de valor propriamente dito (ZAMPRONEO, 2014); no entanto, também esperamos encontrar concessivas com valor de restrição e correção com *mesmo* e com *apesar* em nosso *corpus*.

Para atingir nossos objetivos, nossa pesquisa se ancora no funcionalismo linguístico norte-americano, que defende que a língua é influenciada fortemente pelo

uso, moldada no dia-a-dia e afetada pela frequência das ocorrências linguísticas (cf. HOPPER, 1998; GIVÓN, 1995). Um princípio de mudança linguística postulado por essa vertente, muito importante para a presente pesquisa, é o processo de gramaticalização. Durante a interação, os falantes, na tentativa de entenderem e serem entendidos, na busca por expressividade, criam estratégias utilizando itens linguísticos já disponíveis na língua para desempenharem funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). De modo geral, o processo de gramaticalização é definido como o ganho de funções gramaticais por itens lexicais ou atuação em contextos mais gramaticais por itens já gramaticais.

Nesse processo de gramaticalização, formas podem passar a desempenhar funções já exercidas por itens mais antigos, fenômeno chamado de estratificação (cf. HOPPER, 1991). É o caso das conjunções concessivas em análise.⁹ Quando, em uma língua, duas ou mais formas diferentes desempenham uma mesma função, ou seja, ocorrem no mesmo contexto variável, podem ser intercambiáveis, logo elas são consideradas variantes em competição. A sociolinguística variacionista é a teoria que foca esse tipo de fenômeno de variação, fornecendo estratégias para uma pesquisa que combina fatores linguísticos, estilísticos e sociais para explicar a alternância entre formas linguísticas.

Ao combinar pressupostos do funcionalismo e da sociolinguística, temos uma abordagem que pode ser dita sociofuncionalista (TAVARES, 2003). A abordagem sociofuncionalista permite analisar indícios de especialização de uso das formas em processo de variação. Duas são as possibilidades: (i) especialização por generalização (HOPPER, 1991): uma das formas sofre generalização de significado, assumindo as funções gerais e/ou específicas da forma concorrente, que tende a ser gradativamente eliminada ou ficar reduzida a pequenos nichos da gramática; (ii) especialização por especificação (TAVARES, 2003): cada forma se especializa para funções ou contextos diferentes, e a situação de variação é gradualmente eliminada.

Quanto à relevância da pesquisa, apesar de estudos de cunho sociofuncionalista já serem desenvolvidos desde a década de 1990 (cf. TAVARES, 2013), todavia, dentro dessa perspectiva teórica, ainda são poucas as pesquisas que tomam como fonte de dados a fala do Rio Grande do Norte. Quanto ao objeto de estudo deste trabalho, não foram realizados, neste estado, estudos sobre a variação

⁹ Os processos de gramaticalização das duas variantes em análise serão explicitados no capítulo metodológico.

e a especialização de uso das conjunções concessivas *mesmo*, *mesmo que*, *mesmo assim*, *apesar de (que)*, *assim mesmo*. Em nível nacional, não encontramos pesquisas que analisam conjunções concessivas como concorrentes, buscando padrões de uso com base em fatores sociais, estilísticos e linguísticos, procurando comprovar a influência destes na escolha de uma ou outra variante. Esses fatos tornam nossa pesquisa pioneira.

Visto que temos como abordagem teórica a combinação de pressupostos da sociolinguística e do funcionalismo, e ambas as visões teóricas convergem ao defender a prioridade de se analisar a língua inserida em contextos reais de uso, esta pesquisa delimita os contextos favoráveis para o uso de cada conjunção concessiva em análise e descreve detalhadamente os fatores de natureza social, estilística e linguística que atuam sobre as conjunções em foco, buscando, a partir daí, traçar especializações de uso. Ao investigar a comunidade de fala natalense, pode-se trazer à luz possíveis peculiaridades/ inovações de uso existentes no dialeto natalense, permitindo que, assim, em um contexto mais amplo, os resultados encontrados nesta pesquisa sirvam como base de comparação e de generalizações acerca desse fenômeno com pesquisas realizadas em outras comunidades de fala.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, *Concessividade e construções concessivas: definição, conceito e pesquisas*, apresentamos os resultados de pesquisas anteriores sobre a concessividade, sob diferentes óticas. Dentre elas, encontram-se: (i) conceitualização sobre o fenômeno segundo gramáticos tanto de cunho mais descritivo-normativo (CUNHA; CINTRA, 2013; BECHARA, 1954, 2009), quanto de vertente linguística, de base funcionalista (NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016); e (ii) pesquisas que investigam a relevância de diversos fatores sintáticos, discursivos e semântico-pragmáticos no português (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO, 2014), no inglês (CREVELS, 2000a/b; WIECHMANN; KERZ, 2013) e no espanhol (PARRA, 2016).

O segundo capítulo, *Referencial teórico*, destina-se a apresentar o referencial teórico adotado nesta tese, a articulação de pressupostos da sociolinguística variacionista com pressupostos do funcionalismo norte-americano, configurando uma abordagem sociofuncionalista. Destacamos os princípios gerais da variação e da mudança linguísticas, a visão de gramática que permeia nossa

investigação, e explanamos os princípios basilares do funcionalismo, a saber: iconicidade e marcação, bem como conceituamos a gramaticalização, processo de incorporação de novas funções gramaticais a itens linguísticos, caso em que destacamos as conjunções concessivas.

O terceiro capítulo, *Percurso metodológico*, sintetiza os passos metodológicos da pesquisa. Primeiramente, apresentamos a constituição do *corpus*, formado por entrevistas sociolinguísticas do Banco de Dados FALA-Natal. Na segunda seção do capítulo, delimitamos a variável linguística e as variantes em análise nesta tese. Traçamos também, na terceira seção, o percurso de gramaticalização das duas formas variantes em análise, *mesmo* e *apesar*. Em seguida, elencamos os grupos de fatores que serão considerados na análise das ocorrências das conjunções concessivas.

O quarto e último capítulo, *Os dados em confronto: análise quantitativa e qualitativa das ocorrências*, apresenta uma análise qualitativa e quantitativa das variantes *mesmo* e *apesar*, em busca da delimitação do contexto variável e de especializações de uso de cada forma, segundo fatores sociais, pragmático-discursivos, estilísticos e linguísticos.

Por fim, seguem as considerações finais, sintetizando as contribuições da pesquisa, e as referências bibliográficas.

1 Concessividade e construções concessivas: definição, conceito e pesquisas

O pensamento concessivo é, tradicionalmente, associado a um movimento retórico e argumentativo de quebra de expectativa, contraste entre duas ideias, oposição, em que a voz do interlocutor é reconhecida pelo locutor e emerge no discurso, mas não carrega em si um argumento forte o suficiente para mudar o argumento da oração matriz – também denominada oração principal ou nuclear, segundo a literatura (CUNHA; CINTRA, 2013; BECHARA, 1954, 2009; NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014). Neste capítulo, discutimos as principais pesquisas e definições sobre as construções concessivas, não só tendo em vista a conceitualização tradicional, mas também apresentando pesquisas recentes que encontraram outras nuances de significado nessa construção, bem como formas diferentes que podem introduzir o pensamento concessivo.

O capítulo encontra-se dividido da seguinte maneira: na seção 1.1, apresentamos as definições de concessividade e de conjunções concessivas encontradas em gramáticas tanto descritivo-normativas, quanto de caráter mais linguístico. Na seção seguinte, focamos nos resultados de três pesquisas que tiveram como objeto de estudo específico as orações concessivas no português, embora não tenham sido encontrados estudos variacionistas sobre o fenômeno. A seção 1.3 expõe trabalhos sobre o tema em outras línguas, quais sejam, inglês e espanhol. Por fim, a seção 1.4, fechando o capítulo, faz um breve resumo das discussões apresentadas neste capítulo e aponta questões e lacunas observadas nos trabalhos aqui comentados, para algumas das quais pretendemos contribuir com esta pesquisa.

1.1 O que dizem as gramáticas

Esta seção tem como objetivo discutir as definições de concessividade e de conjunções concessivas apresentadas por algumas gramáticas, sejam de cunho mais descritivo-normativo (BECHARA, 1954, 2009; CUNHA; CINTRA, 2013), ou de vertentes mais linguísticas, de base funcionalista (NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016). Na sequência, traçamos pontos convergentes e divergentes nessas conceitualizações sobre o fenômeno em análise nesta tese.

A concessão é tida como uma noção cognitiva complexa, marcando os últimos estágios de subordinação, e, conforme destacado por Bechara (1954, p. 8), “deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor”. Surge, segundo o autor, de uma pressuposição a uma objeção iminente e assume uma função argumentativa ao criar um obstáculo a um pensamento do interlocutor. Sua estrutura compreende dois aspectos: (i) hipotético, condicional, com a pressuposição à objeção e (ii) opositivo, com a expressão de que a objeção não impedirá o fato apresentado (cf. BECHARA, 1954). Devido a esse jogo argumentativo e contra-argumentativo, a concessão é caracterizada como retórica.

Além disso, Bechara (1954) discute possibilidades de cruzamento com outras noções semânticas, quais sejam: condição, tempo e causa. Nessa perspectiva, a concessão é uma condição na qual a consequência será negada na asserção seguinte; é o oposto lógico do pensamento causal¹⁰ e, quanto à relação de tempo, ela é favorecida pelo uso do advérbio *quando* na oração concessiva. Essas reflexões propostas por Bechara (1954) argumentam a favor de um contato temporal-causal-condicional nas concessivas.

Para efeito de exemplificação, apresentamos a seguir amostras do cruzamento da concessiva com as noções semânticas condição e tempo. A relação entre concessão e causa é vista de maneira análoga do ponto de vista lógico, como exposto.

- (3) Ficou com o braço quebrado, não pôde mais mexer o braço. **Mesmo se** botasse o gesso nem nada, ficou com o braço quebrado mesmo.” (BDFN; L(4); femin.; EF1; pré-adolescente)
- (4) Não, é verdade, mas quando eu era menor eu assistia demais, *então esse sonho*, **mesmo quando eu tiver adulto**, || que eu tiver condições,|| *eu vou pra Disney.*” (BDFN; G(8); masc.; EF1; pré-adolescente)

¹⁰ Uma vez que, conforme Ginneken (1907 *apud* Bechara, 1954, p. 12), a concessão dá razão ao contrário do que é proposto na oração principal; essa estrutura argumentativa é oposta em uma construção causal, visto que necessariamente, pela imposição de uma relação causa-consequência, a estrutura causal sempre dará razão ao que é posto na oração principal. Portanto, na construção causal, os argumentos das orações principal e subordinada têm uma relação de consonância.

No dado (3) – que foi excluído do nosso *corpus* por se tratar de uma amostra que não pode ser considerada puramente concessiva – observamos a relação proposta com Bechara (1954) entre a concessão e a condição. Tendo em mente que a concessão é uma condição na qual a consequência será negada na asserção seguinte, observamos que isso não acontece no dado (3), em que a informante aponta que “**mesmo se** botasse gelo...” (ou seja, a condição para se supostamente melhorar a lesão no braço), “ficou com o braço quebrado mesmo”, logo a condição (de botar gelo) não foi suficiente. É claro que a relação concessão-condição fica ainda mais evidente pelo uso de **mesmo se**, o que reforça a possibilidade de cruzamento entre essas duas noções semânticas.

No dado (4), é explicitada a relação concessão-tempo, como posto por Bechara (1954), ao se utilizar o advérbio temporal *quando* como parte do reforço argumentativo em uma construção concessiva, “**mesmo quando** eu tiver adulto”. Na visão tradicional, as orações concessivas são classificadas como subordinadas. Estas são definidas por meio de dois vieses: sintático e semântico. Ou seja, exercem funções sintáticas na oração principal e, em alguns casos, complementam seu sentido. Dentre essas funções, Cunha e Cintra (2013) destacam o fato de funcionarem como termos essenciais, integrantes ou acessórios da oração principal. As orações concessivas (juntamente com outras adverbiais) são consideradas pelos autores como termos acessórios, que, em essência, juntam-se à oração principal para dar precisão de significado, embora não sejam indispensáveis para o entendimento.

Cunha e Cintra (2013) indicam que as orações concessivas são introduzidas por conjunção subordinativa concessiva. Os exemplos dados envolvem as conjunções *embora*, *ainda que*, *posto que* e *mesmo que*, com a observação de que as orações concessivas podem vir intensificadas, a saber: *por mais que*, *por menos que*, *por melhor que*, *por pior que*, bem como essas formas sem a preposição *por*.

Bechara (2009) também define as conjunções concessivas como conjunções subordinativas responsáveis por introduzir uma oração que funciona como termo sintático de uma oração complexa. Para esse autor, a relação entre as orações é vista de maneira dicotômica, em que a parataxe (coordenação) seria a relação entre elementos em *status* de igualdade e a hipotaxe (subordinação) seria a relação entre um elemento dependente e seu dominante. A subordinação, ou o processo em que

se transpõe uma unidade gramatical de uma camada superior para uma inferior, é marcada primordialmente pelo *que*, o qual forma locuções conjuntivas (BECHARA, 2009). O autor cita como exemplos de locuções concessivas com *que*: *ainda que*, *posto que*, *se bem que*, *apesar de que*.

Na definição de Bechara (2009), as orações concessivas são orações complexas de transposição adverbial, divididas em dois grupos: (i) as subordinadas adverbiais propriamente ditas – correspondendo a noções de tempo, lugar, modo, causa, concessão, condição e fim –, pois são passíveis de substituição por advérbios ou locuções adverbiais; e (ii) as subordinadas comparativas e consecutivas. Do ponto de vista semântico, a conjunção concessiva “exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal” (BECHARA, 2009, p. 496).

Em sentido contrário, Castilho (2014) questiona o estatuto de subordinada das orações concessivas e não as considera como adverbiais prototípicas. Tomando como critério a focalização, uma característica das subordinadas adverbiais, o autor aponta que, diferente das causais, condicionais, temporais, finais e proporcionais, as concessivas, comparativas e conformativas não podem ser focalizadas por meio de *somente* e *é que*, logo não se juntariam às anteriores como subordinadas adverbiais prototípicas. Abaixo apresentamos exemplos extraídos de Castilho (2014, p. 372) que mostram um comportamento heterogêneo entre as adverbiais quando focalizadas:

- (5) Ficarei somente porque Maria vem. Ficarei é porque Maria vem.
- (6) Somente se Maria vier eu fico. É se Maria vier que eu fico.
- (7) Ficarei somente quando Maria vier. Ficarei é quando Maria vier.
- (8) Ficarei somente para que Maria venha. Ficarei é para que Maria venha.
- (9) *Ficarei somente embora Maria venha. *Ficarei é embora que Maria venha.
- (10) *Ficarei somente mais tempo do que Maria pensa. Ficarei é mais tempo do que Maria pensa.
- (11) *Ficarei somente tanto tempo que Maria se chateará. *Ficarei é tanto tempo que Maria se chateará.
- (12) *Maria falou alto somente como costumava fazer. *Maria falou alto é como costumava fazer.
- (13) Inscrevi-me entre os pretendentes a Maria, somente à medida que ela os chamava para o teste. Foi à medida que ela os chamava para o teste que me inscrevi entre os pretendentes a Maria.

As adverbiais prototípicas estão em adjunção com a matriz e podem ser focalizadas, o que não ocorre com as concessivas. Contudo, visto que “as concessivas selecionam o subjuntivo, que é o modo da subordinação, será difícil não considerá-las subordinadas, mesmo ‘reprovadas no teste’” (CASTILHO, 2014, p. 373).

Em uma tentativa de definir o estatuto sintático das concessivas, o autor constata a possibilidade de uma relação de dependência entre orações que juntas formam um mesmo ato de fala, chamando-as de “estruturas dependentes”. Castilho (2014, p. 339, grifos do autor), no entanto, seguindo por um viés diferente de Cunha e Cintra (2013) e de Bechara (2009), faz uma ressalva:

o termo *dependente* assume nesta literatura um valor puramente gramatical, visto que as sentenças dependentes são constituídas de um sintagma nominal (= as adjetivas), de um sintagma verbal (= as substantivas) ou de toda uma sentença (= as adverbiais).

Hopper e Traugott (2003)¹¹, visando abandonar essa dicotomia, propõem um *continuum*, tomando como base os critérios de dependência e encaixamento. Os autores distinguem três tipos de relações: parataxe, hipotaxe e subordinação. As paratáticas são marcadas pelo traço [- dependente] e [- encaixada], isto é, estabelecem uma relação mínima de integração e englobam as coordenadas. As hipotáticas são [+ dependentes] e [- encaixadas], contexto em que se insere a concessiva, entre outras adverbiais (temporais, causais, condicionais), posto que, apesar de estabelecerem uma relação semântica com a oração núcleo (sendo, portanto, dependentes), possuem relativa autonomia sintática (logo, não são encaixadas), fato que é comprovado pela existência de pausas entre a oração nuclear e a concessiva, gerando contornos entonacionais diferentes. Ademais, as hipotáticas não estão totalmente inseridas em nenhum constituinte da oração nuclear, apenas completam a estrutura argumental do verbo, trabalhando em adjunção ao verbo da sentença principal, nos termos de Castilho (2014, p. 372),

¹¹ Os autores foram inseridos aqui, apesar de não terem escrito uma gramática, como uma maneira de explicitar o *continuum* de dependência e encaixamento, defendido por Neves *et al.* (2008 *apud* CASTILHO, 2014) e Castilho (2014).

predicando ou verificando o escopo desse verbo. Por fim, as subordinadas¹² são [+ dependente] e [+ encaixada], marcando o grau máximo de integração entre orações.

Corroborando Hopper e Traugott (2003), Neves, Braga e Hattner (2008, p. 937-938) postulam um estatuto próprio para as adverbiais:

o melhor critério para analisar as subordinadas adverbiais considera, por um lado, o grau de interdependência com a sentença nuclear a que se vinculam, e, por outro, o tipo de relação lógico-semântica que expressam, constituindo um tipo distinto tanto das subordinadas propriamente ditas (tradicionalmente chamadas completivas e adjetivas restritivas), que se caracterizam pelos traços /+encaixamento/ e /+dependência/, quanto das coordenadas, que se caracterizam pelos traços /-encaixamento/ e /-dependência/. Elas se deixam identificar pelos traços /-encaixamento/ e /+dependência/ e serão rotuladas de hipotáticas (...).

Neves (2000) afirma que as concessivas mantêm uma relação com duas orações adverbiais prototípicas – causa e condição¹³ – e também com uma oração do grupo da coordenação, a adversativa.

Nas construções concessivas, a combinação entre uma oração principal e uma concessiva “expressa um fato (ou noção) apesar do qual a proposição se mantém” (cf. NEVES, 2000, p. 865), tendo como estrutura “*embora p, q*”, na qual a informação veiculada em (**p**) – oração concessiva – não se configura como razão suficiente para não-(**q**), ou seja, para a não realização da proposição apresentada na oração principal. A autora subdivide as concessivas em três tipos: (i) factuais/reais, em que, apesar da realização da oração concessiva, segue-se a realização da oração principal, em uma estrutura em que **p** e **q** são verdadeiras; (ii) contrafactual/irreal, em que, apesar da não-realização da oração concessiva, há a não realização da oração principal, em uma estrutura em que **p** e **q** devem ser não-verdadeiras; por fim, (iii) eventuais, em que mesmo tendo potencial na oração concessiva, a asserção da principal pode ser tanto verdadeira quanto falsa, marcando uma incerteza epistêmica sobre a ocorrência de **p**. Esses três tipos de concessivas implicam uma relação mútua, causa e condicionalidade (cf. NEVES, 2000).

Abaixo trazemos ocorrências para ilustrar esses três tipos de concessivas:

¹² Como exemplo de subordinadas [+ dependentes] e [+ encaixadas] estão as subordinadas substantivas. A adjetiva restritiva também é subordinada.

¹³ A existência de relação entre concessivas, causais e condicionais já havia sido indicada por Bechara (1954), como mencionado anteriormente.

(14) **Factuais/reais:**

Embora fosse um amigo recente e reticente, já lhe tinha emprestado pequenas quantias. (BB) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

Mesmo que a questão de saber se o arqueólogo escava coisas (como queria Spaulding) ou pessoas (como contrapôs Wheller) ainda cause divergências no meio acadêmico, pode-se dizer que esta última posição obtém um número crescente de adeptos. (ARQ) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

(15) **Contrafactuais/irreais:**

O semblante sereno de uma vaca, aquele ar bovino imperturbável de quem está sempre filosofando, lhe é simplesmente inevitável, pois **mesmo que pudesse** querer, a vaca não poderia rir nem chorar. (FOT) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

– Eu não sou acionista da empresa! Sou empregado como vocês! E **mesmo que fosse** o dono, não ia fazer a menor diferença. (RE) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

(16) **Eventuais:**

Mas, **ainda que** eu salve o ratinho branco, outro terá de correr em seu lugar. (AVE) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

Mesmo que ela me abandone, eu preciso ir até o fim. (PP) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

Tendo essa concepção, Neves (1999, p. 545) relaciona as concessivas com as causais e condicionais:

(...) não é simples a implicação que se pode apontar entre relações causais, condicionais e concessivas, todas elas expressivas de uma conexão “causal” *lato sensu* entendida, e todas elas explicáveis em dependência da satisfação/não-satisfação de necessidade de suficiência de determinadas condições.

Essas três construções, segundo Neves (2000), do ponto de vista semântico, postas em um *continuum*, resultariam nas concessivas situadas em um extremo em relação às demais construções. Tomando a relação causa/consequência, as causais (em um extremo do *continuum*) teriam essa relação afirmada; as condicionais (intermediárias no *continuum*) manifestariam uma relação de causa hipotetizada, logo nem afirmada, nem negada; por fim, as concessivas (no extremo oposto do *continuum*) teriam negado o vínculo entre as orações envolvidas. A concessão seria ao mesmo tempo a não satisfação de uma condição e a frustração de uma causa. Ademais, a autora mostra haver um cruzamento entre a

concessão e a condição, as chamadas condicionais-concessivas, introduzidas pela conjunção *mesmo se*¹⁴.

Neves (2000), no entanto, faz uma ressalva. Embora relacionadas, concessivas e condicionais apresentam diferenças fundamentais. Nas condicionais, os elementos disjuntivos na prótase (**p**) influenciam no resultado da apódose (**q**), o que não ocorre na concessão, uma vez que o resultado em **q** é independente dos elementos disjuntivos em **p**.

Neves (2000) traça ainda outro paralelo e enquadra as concessivas junto com às adversativas entre as relações contrastivas, as quais veiculam um sentido básico que é “contrário à expectativa”, originário não apenas do conteúdo dito, mas do processo comunicativo e das relações falante-ouvinte. Do mesmo modo, Castilho (2014) associa as concessivas à quebra de expectativa e, assim como Neves (2000), converge concessivas e adversativas por partilharem a mesma propriedade discursiva, ambas em relação de contrajunção com a oração matriz. De fato, o autor comprova essa correlação com a viabilidade de paráfrase entre elas (CASTILHO, 2014, p. 377, grifos do autor):

(17) As adversativas e as concessivas andam de mãos dadas, **mas** deveriam discutir a relação.

(18) **Embora** as adversativas e as concessivas andem de mãos dadas, deveriam discutir a relação.

Apesar de as orações adversativas encontrarem possibilidade de transposição nas concessivas, percebe-se que apresentam uma característica discursiva oposta, uma vez que alteram o eixo argumentativo, a saber: na adversativa a negação da expectativa ocorre na segunda sentença, enquanto na concessão a quebra da expectativa vem primeiro (cf. CASTILHO, 2014). Esse movimento de eixo também pode ser destacado pela mudança argumentativa em que as adversativas carregam o argumento mais forte e as concessivas o mais fraco. Outra diferença entre ambas é do ponto de vista gramatical, uma vez que as adversativas selecionam o modo indicativo e as concessivas, primordialmente, o modo subjuntivo.

Outra possibilidade de classificação para as construções concessivas diz respeito ao nível em que atuam – do conteúdo, epistêmico e de atos de fala. Neves

¹⁴ Castilho (2014) também pontua a correlação entre os três valores semânticos de concessão, causa e condição.

(2000) os conceitua da seguinte maneira: (i) o domínio do conteúdo é uma relação entre eventos ou situações do mundo (real ou possível); (ii) o domínio epistêmico, para além de relacionar estados de coisas, evidencia a contraposição a uma proposição ou um julgamento por parte do falante, tratando de conclusões opostas; e (iii) o domínio dos atos de fala, em que dois atos de falas independentes são contrapostos. Neves e Braga (2016), posteriormente, em seu *corpus*, encontram uma grande maioria de concessivas no domínio epistêmico, reforçando a preferência de utilização das concessivas como modo de negar premissas de conhecimento prévio.

Apresentamos ocorrências desses três níveis a seguir:

(19) Domínio do conteúdo:

Embora seja nativa no centro da Bahia, encontramos lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda, em Congonhas do Campo, MG. (BEB) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

(20) Domínio epistêmico:

Eu sou um homem muito fraco, doente mesmo, **embora** não pareça. (PEM) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

(21) Atos de fala:

Ainda que mal pergunte, o senhor é médico? (N) (NEVES, 2000, p. 866, grifos da autora)

Neves (2000) aborda também o caráter argumentativo das construções concessivas, traço herdado do valor contrastivo dessa construção, outro elo entre concessivas e adversativas. Sua função pragmática indica um movimento contra-argumentativo por parte do falante, que refuta uma possível oposição do ouvinte a sua afirmação. A autora resume o mecanismo argumentativo mobilizado nas concessivas com a existência de argumentos que conduzem a conclusões implícitas contraditórias, ou seja, a oração concessiva **p** argumenta em favor de **r**, enquanto a oração principal **q** argumenta em favor de **não-r**, prevalecendo o argumento da oração principal, que é aquele defendido pelo falante.

Em um estudo recente, Neves e Braga (2016) fazem uma ressalva à confusão gerada pelo termo “concessão” e à definição das concessivas como “aceitar” ou “fazer concessão” de algo a alguém, observando que esse desvio de conceitualização está presente na literatura tradicional sobre as concessivas. Salientam que o que ocorre, na verdade, é a “negação explícita de uma relação usualmente reconhecida entre as duas orações” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 154).

Essa negação explícita é tão forte que as autoras postulam **q** como independente do que vier declarado em **p**.

Os pontos de convergência e divergência entre causa, condição e concessão já foram mencionados anteriormente por diversos autores (BECHARA, 1954; NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014). No entanto, Neves e Braga (2016) vão além ao mencionar que, entre as diferenças está o fato de que, na concessão, a relação falante-ouvinte tem um peso muito maior na aceitação ou rejeição de argumentos, por não se tratar, como ocorre com as causais e as condicionais, de um contraste entre “mundo”, mas, sim, uma expectativa contrária ao funcionamento “esperado” no mundo real ou possível. Sobre a relação entre orações concessivas e orações adversativas, as autoras pontuam o caráter argumentativo de ambas como o fator principal de aproximação e a diferença de que “nas construções adversativas, o falante *admite* uma proposição, enquanto nas concessivas o falante *refuta* uma objeção” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 159-160). Nos casos em que os conectores de ambas as relações semânticas ocorrem juntos, como a seguir, a ordem fixada pelas autoras seria primeiro refutar, para depois se admitir a proposição.

(22) Eu gosto de comer couve-flor... gosto mui/engraçado que eu gosto muito de chuchu *embora* todo mundo ache chuchu uma coisa assim sem graça... aguada... *mas* eu gosto [DIF RJ 328] (NEVES; BRAGA, 2016, p. 160, grifos das autoras)

Sobre a categorização em domínios como uma forma de classificação das construções concessivas, Neves e Braga (2016) enfatizam que essa subdivisão demonstra a divisão entre concepção lógica e concepção argumentativa das construções concessivas. Na primeira, há uma negação na expectativa “**p** causa de **q**”, ocorrendo no mundo extralinguístico e entre coisas do mundo, aproximando-se da definição do domínio do conteúdo. Já na segunda, há dois argumentos com conclusões contrárias, equivalendo ao domínio epistêmico e dos atos de fala. Assim como outros pesquisadores, Neves e Braga (2016) reforçam o caráter argumentativo das concessivas, salientando que as duas etapas da construção do pensamento concessivo residem em supor e elaborar uma hipótese de objeção vinda do interlocutor e, em seguida, rejeitar essa objeção.

Outra proposta de caracterização das construções concessivas comentada pelas autoras, contudo não aprofundada, diferencia o contexto de ocorrência da oração concessiva, se monólogo ou diálogo. No monólogo, haveria um

distanciamento do falante de sua própria proposição, em que explicitamente afirmaria seu engano. Por outro lado, no diálogo o movimento é diferente, pois, ao supor que o ouvinte não aceitaria sua afirmação, o falante deixa de lado sua proposição inicial, concordando com a divergência do ouvinte.

Por fim, quanto às características formais das concessivas mencionadas por Neves e Braga (2016), está a fixação da ordem posposta como não marcada (70% das ocorrências), a utilização do *mas*, na estrutura concessiva, como uma forma de indexar o posicionamento pós oração principal e a preferência pelo presente do indicativo na oração principal e pelo presente do subjuntivo na subordinada (aproximadamente 60%). No que se refere às conjunções concessivas, *embora* se mostrou com maior mobilidade (ocupando posição anteposta, posposta e intercalada); as demais conjunções apresentaram pelo menos possibilidade de posposição, com destaque para *mesmo que*, que não ocorre posposto, e, sim, anteposto ou até mesmo intercalado. A preferência pela posposição nas construções concessivas reforça, conforme Neves e Braga (2016), seu caráter de adendo, como uma estratégia discursiva de inserção de novos tópicos a um bloco comunicativo já finalizado.

Com base no que foi apresentado nesta seção, concluímos que as orações concessivas são tradicionalmente definidas como subordinadas adverbiais com valor de “contraste”, “oposição” e “quebra de expectativa”, são introduzidas por conjunções concessivas (*embora, ainda que, posto que, se bem que, apesar de que* etc.) e têm a função de ampliar o escopo do verbo da oração principal, contudo sem tratar de uma informação indispensável (cf. BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2013). Gramáticos mais recentes têm problematizado algumas conceitualizações tradicionais, como a dicotomia entre coordenação e subordinação, alinhando-se a propostas que envolvem traços de [+/- encaixamento] e [+/- dependência], bem como vêm apontando a existência de relações de cruzamento entre valores semânticos concessivos, causais, condicionais e adversativos, além de identificar funções pragmáticas e argumentativas desempenhadas pelas concessivas no discurso.

Na próxima seção, apresentamos pesquisas sobre as concessivas desenvolvidas tendo fundamentações teóricas majoritariamente funcionalistas, com dados extraídos de *corpora* também diferentes.

1.2 Concessivas no português brasileiro

Nem só de gramáticas descritivo-normativas se assentam as pesquisas no domínio funcional da concessividade. Nesta seção, focamos pesquisas que tiveram como objeto de estudo apenas as construções concessivas no português brasileiro (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO, 2014). Embora nem todos os trabalhos aqui sintetizados tenham a mesma fundamentação teórica à qual nos afiliamos, a saber, a combinação de pressupostos do funcionalismo linguístico norte-americano e da sociolinguística variacionista, salientamos e reconhecemos a importância das colaborações e a possibilidade da comparação entre resultados, seja por convergência ou por divergência. Nossa pesquisa, desse modo, insere-se em um contexto maior, dialogando com essas colaborações, visando tanto preencher lacunas deixadas, quanto trazer um novo olhar sobre a variação no uso das conjunções concessivas.

Nas subseções a seguir, sintetizamos pesquisas sobre orações concessivas, tendo como foco o que é mais relevante para a tese, isto é, os grupos de fatores que servem de respaldo para a construção de hipóteses, para a análise dos resultados e para a comparação dos resultados obtidos nesta tese com os de outras pesquisas.

1.2.1 As construções concessivas no português brasileiro do século XIX (SALGADO, 2007)

Em sua dissertação de mestrado, Salgado (2007) realiza um estudo descritivo do funcionamento das construções concessivas na modalidade escrita, em cartas de redatores e leitores em jornais, tendo como recorte temporal de análise o século XIX. A autora faz uma ressalva ao pontuar que o estudo se concentra apenas nas construções concessivas prototípicas, isto é, às construções que fazem uso de conectores, que possuem algum valor semântico de concessividade. Não entra no escopo da pesquisa examinar o parentesco entre a concessiva e os demais valores

semânticos de contrastividade das adverbiais, quais sejam, causais ou condicionais; muito menos sua proximidade contrastiva com as construções adversativas.

Salgado (2007) levanta questionamentos importantes a serem respondidos:

que correlações modo-temporais são importantes para a descrição da concessão e são relacionadas ao gênero textual empregado? A posição das orações e o jogo de polaridade na construção concessiva revela o tipo de informação que essa construção traz? Os domínios de leitura (conteúdo, epistêmico e atos de fala) podem levar a considerações sobre o tipo de processamento comunicativo empregado nas construções concessivas? O gênero textual, o grau de formalidade e a intenção discursiva são significativos para o uso das construções concessivas? Fatores extralinguísticos, como o tipo de autor e o período histórico, contribuem para uma melhor caracterização do uso das construções concessivas? (cf. SALGADO, 2007, p. 12).

Os dados foram extraídos do *corpus* do Projeto História do Português Brasileiro (PHPB), que visa estudar o processo de formação do português brasileiro (PB). Salgado (2007) justifica a relevância de sua pesquisa para um maior conhecimento do uso das concessivas em outras sincronias, bem como para a elaboração de um panorama histórico do que foi/é o PB. Para a constituição do *corpus*, foi utilizada a publicação de Barbosa e Lopes (2004 *apud* SALGADO, 2007), formada por cartas de redatores e de editores de 114 jornais dos anos 1800, de seis estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná. O *corpus* do estudo é formado por um conjunto de 566 cartas, divididas em três fases¹⁵, com um corte geracional de 30 anos – segundo a autora, por ser um método utilizado na divisão de amostras orais –, tendo como data primeira o início da imprensa no Brasil, em 1808.

O trabalho tem como base teórica o funcionalismo de vertente sistêmica, baseado nos pressupostos de Halliday (1994). O modelo sistêmico analisa as construções linguísticas em diferentes níveis, as quais ativam itens relacionados às funções ideacional (papéis semânticos e de coesão), interpessoal (estabelecimento de relações pessoais e sociais) e textual (estrutura da informação). Halliday (1994) distingue as relações de interdependência das sentenças complexas em parataxe – ligação de elementos com mesmo valor semântico – e hipotaxe, ligação entre elementos de valores hierárquicos diferentes. É dentro desse segundo tipo, a

¹⁵ As três fases são: fase 1 (1808-1840), fase 2 (1841-1870) e fase 3 (1871-1900).

hipotaxe, que se encontram as relações circunstanciais, incluindo o objeto de estudo da pesquisa, as construções concessivas.

Salgado (2007) constata que, do total de 77 dados (sendo 59 concessivas com verbo flexionado e 18 sem verbo), os dois conectores mais frequentes foram *embora* (38,9%) e *ainda que* (31,2%), seguidos por *(se) bem que* (13%), *posto que* (5,2%), *ainda quando* e *por mais que* (ambos com 3,9% cada), e, por fim, *mesmo que*, *nem que* e *por menos que* (todos com 1,3% cada).

Os grupos de fatores elencados para a análise foram retirados de Mira Mateus *et al.* (1983), Neves (1999, 2000), Rodrigues *et al.* (1999) e Sweetser (1990), pois, conforme Salgado (2007), trata-se de referências importantes sobre o objeto em análise. Os fatores foram: modo verbal da construção concessiva; tipo de conector utilizado; classificação das construções contrastivas; ordenação do complexo concessivo; possibilidade de inversão da ordem; correlação modal entre oração nuclear e oração concessiva; correlação temporal entre oração nuclear e oração concessiva; domínio de leitura; polaridade entre as orações nuclear e concessiva; predicação da construção concessiva; tipo de autor¹⁶; e período do século XIX.

O modo verbal foi selecionado como variável dependente pelo *Goldvarb* – o pacote escolhido para a análise estatística –, contrapondo os modos indicativo e subjuntivo, grupos de fatores selecionados para investigação. A análise dos resultados foi dividida em três partes: construções concessivas com verbo flexionado; construções concessivas sem verbo flexionado e fatores extralinguísticos. Abaixo estão ocorrências, retiradas de Salgado (2007), para ilustrar as construções concessivas com verbo flexionado (23) e sem verbo flexionado (24):

(23) || Eis, *Senhor* Redactor, quando julgo do meu | dever declarar em abono da verdade, pro- | testando ao mesmo tempo não voltar a im- | prensa, **ainda que** algu´em pretenda contra- | riar- | me, pois que as pessoas que me conhe- | cem sabem que sou incapaz de faltar á ver- | dade. || Bahia 13 de março de 1869 || Anna Januaría de Souza Amaral. (Carta 48 – BA-Salvador/CL/Jornal da Bahia/1869) (SALGADO, 2007, p. 62, grifos da autora)

(24) || Creio que procedi em regra, e admiro | que a má fé tenha chegado ao pronto de | pretender- | se lançar sobre mim aquillo | que outros fizeram, e eu puni logo como | me cumpria! || Quanto ao mais de que tracta o | mentiroso *Imparcial*, chamando-me *ce-* | *lebre* como si eu fosse algum

¹⁶ “Tipo de autor” é um grupo de fator desenvolvido com o intuito de diferenciar o uso de conectores concessivos por leitores e por redatores. Visa, portanto, verificar o conhecimento do uso desse recurso linguístico por profissionais jornalistas – teoricamente mais habilidosos ao redigirem textos – se comparados com leitores, hipoteticamente menos habituados na elaboração de textos argumentativos (cf. SALGADO, 2007, p. 86).

famigera- | do traidor ou assassino desses que tanto | abundam pelo sertão e ás vezes reves- | tidos com o caracter de *auctoridades*, eu o provoco solemnemente a vir á lm- | prensa – **embora** covardemente sob a ca- | pa do anonymo – declarar uma por uma | as *bandalheiras* que me empresta no seu | escripto e tudo o mais quando entender | que me pode fazer carga. || Si não corresponder deste modo á pro- | vocação que lhe faço, ou si não levar | desses factos uma denuncia em fórma | aos meus superiores, permitir-me-há | desprezal-o como merece o mais covar- | de e infame calumniador ||
(Carta 42 – BA-Salvador/CL/Jornal da Bahia/1860) (SALGADO, 2007, p. 81, grifos da autora)

No que se refere às construções com verbo flexionado, Salgado (2007) constatou que *embora* (35%), *ainda que* (33%) e *(se) bem que* (10%) são os conectores mais frequentes nos jornais do século XIX. Quanto à relação entre o tipo de conector e o modo verbal, a autora observou que, em 100% das construções introduzidas por *mesmo que*, *nem que*, *por mais que*, *por mais que*, *por menos que* e *posto que*, o verbo se encontra no modo subjuntivo. Por outro lado, *ainda quando* (33%), *ainda que* (25%), *(se) bem que* (16%) e *embora* (9%) mostraram possibilidade de uso no modo indicativo. Já com relação à classificação das construções contrastivas, há um predomínio de factuais (69%) em contraste com hipotéticas (29%) e contrafactuais (1%), com predomínio do modo subjuntivo em todas. A ordenação da oração concessiva mostrou um resultado relativamente equilibrado, com a posposta sendo a mais produtiva (44%), seguida da anteposta (30%) e da intercalada (25%). Ao comparar seus resultados com os de Neves (1999), também com predomínio da posposição, Salgado (2007) salienta o não preenchimento da concessiva na função de tópico, informação nova, e seu caráter de *afterthought*, isto é, de adendo, de informação periférica adicionada à cadeia discursiva por meio de uma construção concessiva, o que explicaria sua preferência por ocorrer após a oração nuclear.

Quanto ao fator inversão da ordem das orações em um complexo concessivo, a hipótese da autora é de que a oração concessiva permitiria a inversão, desde que o verbo estivesse no modo subjuntivo, sem alteração no sentido pretendido pela construção. Atestando essa hipótese, 66% dos dados revelam possibilidade de inversão, dos quais 89% estão no modo subjuntivo. De acordo com Salgado (2007), não há possibilidade de inversão quando a oração concessiva está intercalada ou quando a oração nuclear e a concessiva trazem verbos no modo indicativo.

A correlação modal mais frequente (49/59 dados) aparece com verbo no modo indicativo na oração nuclear e no subjuntivo na concessiva, o protótipo para

essa construção. Já a correlação temporal que se destacou foi o verbo no presente do indicativo na oração nuclear e no presente do subjuntivo na concessiva (47,5%).

Os domínios de leitura¹⁷ foram diferenciados em três tipos: (i) como veículo portador de conteúdo (domínio do conteúdo); (ii) como uma entidade lógica (domínio epistêmico); (iii) como instrumento de um ato de fala. Dentre esses três, o domínio epistêmico se mostrou mais relevante, com 77% das ocorrências, fato explicado devido à natureza pragmática argumentativa das concessivas. O domínio de atos de fala aparece com 1%, o que ressalta grande desfavorecimento no contexto de um *corpus* escrito, resultado esperado, visto que concessivas de atos de fala são favorecidas, por exemplo, por *corpus* compostos por diálogos. Por fim, o domínio do conteúdo, indo contra o que foi notado por Neves (1999, p. 557), aparece com aproximadamente 20% (12/59) das ocorrências. Salgado (2007) justifica essa porcentagem relativamente alta – se comparada com Neves (1999) com 9% dos dados no domínio do conteúdo – devido à natureza do gênero textual em análise. O domínio da concessividade é marcado pela relação entre fatos e eventos de um mundo possível, “possuindo em sua natureza uma frustração de expectativa de causalidade ou de condicionalidade, características essas que se relacionam ao próprio tipo de texto utilizado: cartas argumentativas” (SALGADO, 2007, p. 75).

No que diz respeito à polaridade, os resultados mostram que há um maior uso de afirmativa x afirmativa (40%), seguida por negativa x afirmativa (33%) e afirmativa x negativa (20%), havendo poucas ocorrências de negativa x negativa (5%). Há, portanto, uma tendência ao uso de concessivas na polaridade afirmativa (44/59, ou 73% das ocorrências), o que indica que “o tipo de argumento introduzido por essa oração traz uma inferência afirmativa e a oração nuclear está ligada a uma frustração expressa pela nuclear negativa ou afirmativa, o que reforça o tipo de proposição expresso no domínio epistêmico” (SALGADO, 2007, p. 78).

Por fim, a predicação apresentou uma inclinação por concessivas com verbos de estado (50%), ação-processo (27%) e um desfavorecimento com verbos de processo (8%) e ação (13%). A grande preferência por verbos de estado foi explicada por todas essas ocorrências estarem no subjuntivo, modo verbal mais utilizado nas concessivas, e contexto que favorece a seleção de verbos de estado.

¹⁷ Relaciona-se aos domínios de leitura propostos por Neves (2000) e conceitualizados na seção anterior, 1.1.

As construções concessivas sem verbo flexionado (18/77) ocorreram com *embora* (9/18), *ainda que* e *(se) bem que* (ambos com 4/18) e *posto que* (1/18). A posição preferencial dessas construções é a intercalada, enfatizando seu caráter de informação adicional, um adendo anexado a uma informação exposta no período anterior. Segundo Salgado (2007), o fato de serem predominantemente intercaladas, muitas vezes tão ligadas a um termo na principal, impossibilita a inversão da ordem. Esse resultado foi o contrário daquele das construções concessivas com verbo flexionado, nas quais a intercalação foi pouco frequente.

Assim como as orações com verbo flexionado, as com verbo não flexionado são na maioria factuais e pertencem ao domínio epistêmico. Em 14 das 18 ocorrências, o tempo verbal da nuclear se relaciona com um sintagma adjetivo na concessiva e apresenta uma polaridade afirmativa em ambas as orações. Salgado (2007, p. 84, grifos da autora), então, apresenta o que seria, segundo sua pesquisa, o protótipo das concessivas sem verbo flexionado:

(25) || Esses pardieiros arruinados, sem ar e sem o | asseio suficiente a evitar enfermidades, onde o | trabalhador repousa durante as horas do des- | canço, verdadeiros charcos de immundice, que | affrontam a capital do Imperio, porque não são extincotos e se manda construir em lugares | apropriados moradias, **embora** humildes, mas | limpas arejadas e sadias, onde os menos favo- | recidos da fortuna encontram uma commodi- | dade ? || Continuar-se-há || A. Gaula
(Carta 375 – RJ-Rio de Janeiro/CL/Jornal de Notícias/1875)

Conforme a autora, esse dado é caracterizado como protótipo das concessivas sem verbo flexionado por apresentar: o conector prototípico *embora*, em posição intercalada, impossibilidade de inversão, contrastiva factual, domínio de leitura epistêmico, verbo da oração principal no presente do indicativo ligado a sintagma adjetival e polaridade afirmativa nas duas orações.

No que tange ao fator tipo de autor, houve uma divisão equilibrada entre os usos das concessivas por leitores e por redatores, evidenciando-se, assim, um grau de conhecimento desses recursos linguísticos por ambos os grupos. Esse resultado refutou a hipótese inicial de que os redatores fariam um maior uso das concessivas. Os resultados referentes ao modo verbal para leitores e redatores também mostraram um equilíbrio, demonstrando que não poderia ser utilizado como critério para caracterizar o emprego da norma culta. Quanto ao século XIX, notou-se um uso equilibrado de concessivas nos três períodos controlados (1808-1840; 1841-1870;

1871-1900), com predomínio do modo subjuntivo nos três, respectivamente, 66%, 94% e 94%.

Salgado (2007) conclui seu estudo apontando relações, com base nas atribuições sintáticas das concessivas que emergiram dos resultados sintetizados anteriormente, às funções do modelo sistêmico de Halliday (1994). No que diz respeito à *função ideacional*, a autora relacionou as representações do mundo aos papéis assumidos pelos elementos da oração, ou seja, o comportamento sintático das concessivas. Na análise dessa função, foram levantadas todas as características sintáticas, do ponto de vista da forma, das orações concessivas, destacadas anteriormente.

Quanto à *função interpessoal*, pressupondo as relações de troca estabelecidas entre os interlocutores, a autora destaca o caráter híbrido dos graus de formalidade das cartas de jornal. Ao observar, tanto nas cartas dos redatores quanto nas cartas dos leitores, o predomínio do domínio epistêmico, a autora ressalta os processos mentais de argumentação, visto que se trata das construções concessivas que opõem proposições, o que se coaduna com a função discursiva de persuasão do gênero carta argumentativa. No que tange à *função textual*, que faz relação entre o enunciado em si e entre o enunciado e a situação, a autora aponta o uso das concessivas nas cartas de jornal como propiciado por esse gênero enquanto um gênero de expressão de opinião sobre um certo tema e a argumentação no contexto público.

Concluimos ressaltando que Salgado (2007) cumpre o objetivo de descrever o uso das construções concessivas no século XIX. A pesquisa da autora, ademais, serve como aporte para possíveis comparações, abrindo portas para se traçarem generalizações a respeito desse fenômeno que, muitas vezes, não permite um aprofundamento devido aos poucos dados disponíveis.

1.2.2 As relações concessivas no português falado (GARCIA, 2010)

As relações concessivas, no português falado, foram investigadas na tese de Garcia (2010) a qual teve como objetivo principal verificar se havia distinções semântico-pragmáticas entre as diferentes conjunções empregadas para marcar concessividade. A pesquisa tem como objeto de estudo não só as construções

concessivas oracionais, mas também as não oracionais, ou seja, as estabelecidas entre orações e um sintagma concessivo. A autora destaca que esse segundo tipo de relação concessiva, feita sem a presença de um verbo, é pouco mencionada pelos gramáticos, embora seja uma relação muito frequente no português falado. A relevância de sua pesquisa é justificada pela contribuição feita “para o conhecimento e mapeamento tipológico das construções adverbiais em todas as línguas” (GARCIA, 2010, p. 19).

Com uma linha teórica funcionalista de vertente discursivo-funcional, apoiada nos pressupostos de Hengeveld e Mackenzie (2008), Garcia (2010) tem como hipótese central que as diferenças semânticas e/ou pragmáticas entre as conjunções concessivas podem estar ligadas aos níveis e às camadas propostas pela gramática discursivo-funcional. Essa vertente do funcionalismo tem como unidade máxima de estudo os *atos discursivos*, e não a *oração*, os quais, combinados, formam *moves*, definidos como “a unidade mínima livre do discurso, capaz de participar de uma estrutura de interação” (KROON, 1997 *apud* GARCIA, 2010, p. 31). A análise nessa teoria se desenvolve com base em quatro níveis: o interpessoal e o representacional são responsáveis pela formulação (regras quanto à qualidade de um constituinte nas representações semânticas e pragmáticas); e o morfossintático e o fonológico são responsáveis pela codificação (regras que codificam representações semânticas e pragmáticas em representações morfológicas e fonológicas) (cf. GARCIA, 2010). As camadas propostas por essa teoria também são levadas em consideração na análise: Move, Ato e Conteúdo Comunicado, camadas do Nível Interpessoal; e Conteúdo proposicional, Episódio, Estado de Coisas e Propriedade, pertencentes ao Nível Representacional. A autora recorre aos níveis e camadas da gramática discursivo-funcional para a interpretação dos resultados.

Os dados foram extraídos do *corpus* Iboruna, que registra a variedade do português brasileiro falado na região noroeste do estado de São Paulo, controlando variáveis sociais – sexo, escolaridade, faixa etária e nível socioeconômico – e diferentes tipos de textos – narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e relato de descrição. É um *corpus* formado por duas partes: Amostra de Interação (AI), com situações reais de interação gravadas entre informantes, e Amostra Censo (AC), com diálogos entre

informante e entrevistador. Ao todo foram coletadas 160 ocorrências. A análise estatística foi realizada com programas do pacote VARBRUL.

Para proceder à investigação, oito fatores foram levados em consideração: tipo de conjunção, tipo de camada (comentadas anteriormente), presença de atos interativos (marcadores discursivos como *né*, *sabe*, *bem*, *bom*, etc.), factualidade (considerando como factuais construções que apresentem: propriedade ou relação como aplicável, estado-de-coisas como reais, conteúdos proposicionais como verdadeiros e atos discursivos assertivos), identidade entre os participantes (mesmos participantes ou não de ambas as orações da construção), forma verbal (finitude ou não dos verbos), posição e acidentes prosódicos (qualquer alteração na prosódia: pausa, mudança de tessitura, diferença de contorno prosódico, etc.). De modo geral, as conjunções concessivas encontradas foram agrupadas por semelhança, a saber: *apesar de* (37%); *apesar (de) que* (18%); *embora* (17%); *ainda assim*, *assim mesmo* e *mesmo assim* (12%); *mesmo* (10%), *mesmo que* (5%) e *por mais que* (1%). A análise é dividida em duas partes: quantitativa e qualitativa.

Na análise quantitativa, Garcia (2010) observou separadamente cada agrupamento concessivo. A conjunção *apesar de* pode introduzir relação concessiva oracional (76%) e não-oracional (24%), com possibilidade de anteposição e posposição à oração principal. Quando a concessiva ocorre antes da principal, não há quebra entonacional entre as orações, havendo quebra quando a concessiva é posposta à principal. Há casos em que *apesar de* introduz relação apenas retórica, sem integração sintática ou semântica, denominadas, pela autora, como *concessivas independentes*. A relação entre as orações é dada de maneira interacional, estabelecida pela diálogo falante-ouvinte. A seguir apresentamos uma ocorrência (GARCIA, 2010, p. 118, grifos da autora) em que a relação estabelecida entre a construção com a conjunção concessiva *apesar de* e o período anterior não se estabelece de maneira sintática ou semântica, e sim para firmar uma interação entre falante-ouvinte:

- (26) Doc.: ((risos)) tem alguma outra história que tenha acontecido com o senhor?
 Inf.: olha isso já é um fato ocorrido no trabalho já... adulto né? **apesar de ter outras passagem anterior né?**... e eu no serviço que eu trabalhava até de carro-forte a gente:: viajava né? (AC-103-NE,16)

Em 41% das ocorrências com a conjunção *apesar de*, há identidade entre os participantes do evento principal e do evento dependente, em 31% não há identidade e em 28% esse fator não é aplicável, ou seja, em casos de concessivas independentes. Por fim, *apesar de* introduz orações com verbos na forma não finita em todos os casos.

As conjunções *apesar de* e *apesar (de) que* foram separadas por introduzirem tipos oracionais diferentes: os primeiros codificam relações oracionais e sintagmáticas, enquanto os segundos apenas relações oracionais. No complexo *apesar (de) que* há, conforme Garcia (2010), um predomínio da forma sem a preposição em 26 dos 28 dados, podendo a concessiva aparecer antes ou depois da principal. As ocorrências de concessivas independentes são bastante frequentes (64%), havendo, pois, maior frequência de casos em que não há identidade entre os participantes nas duas orações. Em sua maioria, os verbos dessas orações estão no indicativo, com uma ocorrência no infinitivo e também um no subjuntivo.

Quanto às concessivas com *embora* são apenas oracionais e também podem ser antepostas ou pospostas à matriz. Um fator curioso é a ocorrência, em 16 casos, de concessivas com *embora* em que não é possível localizar uma oração principal, como no exemplo transcrito abaixo (GARCIA, 2010, p. 126, grifos da autora):

(27) Inf.: é uma coisa que foi muito marcante prá MIM foi que eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha mais ou menos uns quatorze prá quinze anos ¹[né?] a gente namoro::u durante um a::no... e:: a gente eu peguei engravidei dele né? não FOI um uma gravidez desejada mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né? *meus pais **embora** não aceitaram MUL::to né?* mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar... (AC-40-NE, 10)

Com relação à identidade entre os participantes, à parte às orações independentes (59%), em 30% das demais orações não há identidade, o que mostra uma tendência de *embora* ser usado em contextos de divergência entre participantes dos dois eventos envolvidos. Predominantemente os verbos se encontram no modo subjuntivo, com apenas 26% dos casos no indicativo, sinalizando um menor grau de dependência. Garcia (2010) constata uma possível especialização do *embora* na fala na introdução de orações independentes, devido ao uso elevado nesse contexto. O quarto agrupamento é formado por *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim*, pois são estruturas semelhantes, embora, como salienta Garcia (2010), não sejam

mencionadas na gramática tradicional. Em 80% dos casos, esses complexos de conjunções antecedem à principal, ainda que possa ocupar a posição posposta. A pesquisadora aponta a presença comum das conjunções *mas* ou *e* antes do complexo concessivo. O fator identidade dos participantes não se aplica, por não formarem orações.

Tradicionalmente, *mesmo* não é considerada concessiva. Segundo Garcia (2010), assemelha-se a *apesar de*, por estabelecerem relações oracionais e sintagmáticas – dentro dessas relações sintagmáticas em sua maioria são preposicionais¹⁸, mas também adjetival¹⁹. Além disso, nos dois casos, podem tanto anteceder quanto suceder a oração matriz. *Mesmo*, ainda, apresentou um único dado de ocorrência em concessivas independentes e apresentou identidade entre os participantes (70%), revelando um grau acentuado de dependência entre as orações. Com efeito, essa dependência também aparece nas formas verbais, uma vez que essa conjunção introduz orações reduzidas.

Assim como *apesar de* e *apesar (de) que*, Garcia (2010) faz uma divisão entre *mesmo* e *mesmo que*, visto que, diferentemente deste, *apesar de* e *apesar (de) que* apenas encabeçam concessivas oracionais. A construção *mesmo que* tem um emprego predominantemente anteposto e apresenta a possibilidade de haver ou não identidade entre os participantes dos eventos das orações. Há a possibilidade de encabeçar orações independentes e os verbos estão, em sua maioria, no modo subjuntivo, com duas ocorrências no indicativo. Contudo, a pouca quantidade de dados impede que sejam feitas generalizações refinadas.

Por fim, a última conjunção descrita na primeira parte da análise é o *por mais que*, que contou com apenas uma ocorrência, caracterizada por identidade entre os participantes envolvidos nas duas orações (principal e concessiva), posição anteposta e verbo no subjuntivo.

¹⁸ Dado da construção concessiva com sintagma preposicionado: “mas o pessoal fala que eu sou muito lerda na cozinha... mas existe um pudim que eu faço que... **mesmo** com *TOda minha lerdeza* é uma coisa que marca na família porque sempre que tem algum evento –‘ah Vanilda faz a sobremesa pelo menos o pudim ela sabe fazer’-” (AC-112-RP,205) (GARCIA, 2010, p. 126, p. 130, grifos da autora)

¹⁹ Dado da construção concessiva com sintagma adjetival: “as coisas na minha vida eh:: nem s/nem sempre as coisas foram tão fáceis as coisas sempre foi meio difíceis mas mesmo mas **mesmo difíceis** as coisas acaba/acabavam dando certo eu comecei a trabalhar muito cedo comecei a trabalhar eh:: com menos de dez anos” (AC-114-NE,14) (GARCIA, 2010, p. 126, p. 130, grifos da autora)

Concluindo essa parte da análise, Garcia (2010) constata uma relação de dependência mais acentuada quando a concessiva é anteposta por se tratar de um mesmo contorno entonacional, sem acidentes prosódicos. Em contraste, a relação de dependência é menos acentuada quando a concessiva é posposta, devido à quebra do contorno entonacional e do acidente prosódico, que, em alguns casos, consiste na diferença de tessitura entre as orações. Há, ainda, a concessiva independente, bastante significativa nos resultados de Garcia (2010). A autora traça uma comparação entre esses três tipos de concessivas e aquelas propostas por Crevels (2000a)²⁰ e relaciona a concessiva anteposta a Concessivas de Conteúdo (2ª ordem), que descrevem estados-de-coisas e estão ligadas ao nível do conteúdo, “pois indica que um evento ou o estado-de-coisa descrito na oração concessiva forma um obstáculo, mas não impede a realização do evento ou do estado-de-coisa descrito na oração principal” (GARCIA, 2010, p. 141). Segundo a autora, nesse caso é indispensável que não haja quebra entonacional para que a interpretação seja preservada. As concessivas pospostas são relacionadas às epistêmicas (3ª ordem) e ato de fala (4ª ordem): as primeiras associadas a crenças e as últimas ao sucesso da interação. Nesse contexto, a segunda proposição é, em grande parte, enfática, o que pode, conforme a pesquisadora, justificar a posposição da concessiva. O terceiro tipo, concessiva independente, relaciona-se às Textuais (5ª ordem) de Crevels (2000a) por não se referir a uma unidade em específico, mas a porções maiores do discurso.

Na segunda parte da pesquisa, Garcia (2010) faz uma análise qualitativa dos três tipos de concessivas. As concessivas antepostas, devido a seu grau de dependência, são definidas como tendo um conteúdo proposicional que modifica outro conteúdo proposicional, apresentado na matriz. O próprio conteúdo proposicional é uma camada inserida, de acordo com a gramática discursivo-funcional, dentro do nível representacional, sendo um construto mental que não possui existência no tempo ou no espaço, mas na mente do falante (cf. GARCIA, 2010).

Seguindo a análise, as concessivas pospostas à principal, com elo de dependência mais fraco, são relacionadas ao nível interacional, às intenções

²⁰ Crevels (2000a) faz uma proposta de classificação das orações concessivas, tendo como base os níveis semânticos apresentados por Sweetser (1999). Essa proposta está detalhada e comentada na subseção 1.3.1.

comunicativas, por seu conteúdo se configurar como crenças e conclusões do falante, marcadas pela quebra entonacional, e não conflitos de factualidade, como no caso anterior. O último tipo, as concessivas independentes, é situado em uma relação pragmática, pelo escopo discursivo ao qual estão ligadas, muitas vezes manifestando-se como uma inserção na cadeia discursiva.

Garcia (2010) cumpre seu objetivo geral ao verificar que há distinções semânticas e pragmáticas entre as várias conjunções concessivas encontradas no *corpus* e comprova a hipótese de que essas diferenças estão relacionadas aos níveis e camadas propostos pela gramática discursivo-funcional. Além disso, finaliza sua tese apresentando qualitativamente as funções discursivas relacionadas às concessivas, quais sejam: (i) restringir ou limitar a argumentação prévia, em uma tentativa de corrigir o que foi dito; (ii) introduzir informações adicionais; (iii) prevenir possíveis objeções, antecipação de um contra-argumento; (iv) sumarizar mudanças prévias de argumento; (v) mudar ou inserir um novo assunto; e (vi) preservar a face. Ao analisar as concessivas considerando diferentes aspectos linguísticos, do entonacional ao pragmático, a autora oferece uma fotografia bastante completa do comportamento das concessivas no português de uma região de São Paulo.

1.2.3 A expressão da concessividade em construções do português do Brasil (ROSÁRIO, 2012)

Com o intuito de ir além do aspecto semântico – ponto principal de muitos trabalhos sobre concessividade – Rosário (2012) circunscreve sua análise dentro do âmbito sintático, pragmático, funcional e discursivo e delimita como objeto de estudo a construção concessiva, que define como:

estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal. Assim, esse fato real ou suposto presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação base, mas inoperante (ROSÁRIO, 2012, p. 1).

É importante salientar que o termo “construção concessiva” é destacado por Rosário como correspondendo à concepção apresentada por Goldberg (2003), isto

é, equivalendo ao pareamento entre forma-significado, operando como unidades básicas da língua em diversos níveis da gramática. Essa definição do objeto de estudo é de suma importância, visto que sinaliza seu foco não apenas nas construções concessivas desenvolvidas, ou seja, com verbos em forma finita, mas também nos sintagmas concessivos, quanto nas concessivas reduzidas – de infinitivo, de gerúndio, de particípio – e as chamadas concessivas justapostas.

A análise tem como objetivo principal responder às questões de pesquisa, norteadoras da tese, a saber: “(i) quais são as propriedades morfossintáticas e funcionais que caracterizam as construções concessivas? (ii) quais são as possíveis inovações no que concerne à lista dos conectivos responsáveis pela expressão da concessividade? (iii) que construções do português do Brasil veiculam hoje a noção de concessividade, fora do esquema prototípico stricto sensu das adverbiais concessivas?” (ROSÁRIO, 2012, p. 2). São questões fundadas em termos de inovação de conectivos²¹ na expressão das concessivas, em processos de gramaticalização dessas formas e em suas propriedades morfossintáticas e funcionais.

Alinhadas a essas questões de pesquisa, o autor formulou duas hipóteses centrais para sua investigação: (i) a baixa gramaticalização das construções concessivas sinalizaria que essas ainda estão em processo de mudança e estabilização dentro do sistema linguístico; e (ii) a estabilidade dessas construções leva a crer que suas propriedades semântico-pragmáticas e funcionais ainda estão se consolidando na estrutura da língua.

Dois princípios basilares do funcionalismo linguístico norte-americano são de suma importância para a pesquisa de Rosário (2012). O primeiro deles é o fenômeno da gramaticalização²², um processo histórico de mudança unidirecional. A unidirecionalidade “prevê que as mudanças linguísticas no escopo da gramaticalização ocorrem em um *continuum*, do ‘menos gramatical’ para o ‘mais gramatical’” (ROSÁRIO, 2012, p. 57). A mudança deriva das necessidades

²¹ Rosário (2012) dá ciência da ampla discussão na literatura sobre as definições de “conector” e “conectivo”, bem como das discussões envolvendo os termos “cláusula” e “oração” e “sentença” e “frase”. Contudo, o autor opta por tomar todos esses termos como intercambiáveis, argumentando que o foco de sua pesquisa não é se aprofundar nesse tipo de questão. Seguindo a linha de Rosário (2012), também tratamos tais termos como intercambiáveis.

²² A gramaticalização será mais bem detalhada e explicitada no capítulo referente à base teórica desta tese; por enquanto pretendemos apenas caracterizar o fenômeno de modo geral, salientando aspectos importantes para o estudo de Rosário (2012).

comunicativas dos falantes e se baseia em fatores cognitivos, socioculturais e comunicativos. Não apenas os itens linguísticos estão sujeitos ao fenômeno de gramaticalização, mas também a combinação de cláusulas, o que é interpretado como “uma gramaticalização da organização retórica do discurso” (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988 *apud* ROSÁRIO, 2012, p. 64).

A prototipicidade, segundo princípio basilar, envolve o conceito de protótipo, que é definido por Rosário (2012, p. 74), com base em Neves (2006), como sendo “o membro que ostenta o maior número de propriedade que bem caracterizam uma categoria”. É o protótipo que determina a posição dos demais itens dentro de uma função ou núcleo, servindo como um ponto de referência (TAYLOR, 1992 *apud* ROSÁRIO, 2012). Em um mesmo domínio funcional, coexistem itens mais prototípicos no desempenho daquela função (muito provavelmente por figurarem no domínio há bastante tempo) e itens menos prototípicos (fruto de inovações ainda em processo de consolidação). O princípio da prototipicidade foi trazido à baila porque Rosário (2012) não lida apenas com conectivos já prototípicos na expressão da concessividade (*embora, ainda que, apesar (de) que, mesmo que*), mas também com itens menos frequentes e pouco estudados nessa relação semântica (*quando e e*).

Os dados foram extraídos de discursos²³ proferidos por deputados na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro²⁴. Os discursos políticos foram selecionados para configurar o *corpus* da pesquisa por se tratar de um contexto que privilegia o uso de sequências argumentativas, o que torna bastante produtivo o uso das construções concessivas, pelo seu caráter argumentativo, envolvendo questões de preservação da face e persuasão. O *corpus* foi formado por 1275 discursos, feitos entre 2 de fevereiro e 29 de outubro de 2009. O objetivo dos discursos era “apreciar os diversos projetos de lei bem como sugerir homenagens a personalidades que se destacam por algum motivo relevante” (ROSÁRIO, 2012, p. 83).

²³ Sobre a transcrição dos discursos, Rosário (2012, p. 84) explica que “os pronunciamentos são feitos e logo em seguida taquigrafados e convertidos em língua escrita. Em média, todo esse processo leva 1 hora, variando em função da extensão dos discursos”. Sobre a autenticidade dos textos transcritos, o autor salienta que “os taquígrafos recebem orientação de que devem representar o mais fielmente possível a fala dos deputados, mas tudo é supervisionado por um diretor geral” (ROSÁRIO, 2012, p. 84-85).

²⁴ Os discursos transcritos, segundo Rosário (2012), estão disponíveis no site eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, no ícone Discursos e Votações.

Rosário (2012) comenta sobre o *continuum* tanto entre a formalidade e a informalidade quanto entre o grau de oralidade e escrituralidade (OESTERREICHER, 2000), visto que esses discursos são preparados anteriormente na modalidade escrita para, posteriormente, serem oralizados. O autor aponta haver situações de improviso protagonizadas por deputados ao lerem seus discursos. Devido a esse jogo de forças entre o discurso preparado e a improvisação, os textos contêm trechos formais, como também trechos informais, advindos desses momentos de improvisação. O grau de formalidade dos discursos proferidos pelos deputados da ALERJ atingiu uma pontuação de 7,5 (sete e meio), portanto mais próximo da língua escrita, segundo as dez características de distinção entre a fala e escrita propostas por Oesterreicher (2000)²⁵.

Ao todo foram coletadas 548 ocorrências de construções concessivas, das quais 483 foram introduzidas por conectivos concessivos e 65 são ocorrências não-conectivas, as quais o autor denomina justapostas. Os conectivos encontrados no *corpus* foram: *apesar de*, *embora*, *mesmo que*, *ainda que*, *quando*, *em que pese*, *não obstante*, *e*, *se bem que*, *mesmo*, *mesmo assim*, *mesmo quando*, *mesmo se*, *nem mesmo* e *até mesmo*. Não houve ocorrência de reduzidas sem partícula conectiva.

Rosário (2012) dividiu sua análise em três grandes seções: (i) conectivos concessivos, (ii) forma de conexão das concessivas e (iii) posição das concessivas. Na primeira seção, Rosário (2012) traçou o percurso de gramaticalização de cada um dos conectivos concessivos encontrados em seu *corpus*, o que fundamentou a descrição de propriedades semânticas latentes de alguns deles, uma vez que alguns traços semânticos são herança do processo de gramaticalização e podem persistir em usos posteriores da forma. Para ilustrar esse fenômeno, temos os conectivos *mesmo quando*, *quando* (forma inovadora) e *ainda que*, que não só veiculam relação semântica de concessividade, mas também carregam consigo traço temporal, presente nos usos fontes. Outro exemplo é o caso do *mesmo se que*, ao expressar concessividade, carrega também traço de condicionalidade (NEVES, 2000). Em termos quantitativos, o conectivo *mesmo* e suas variações (*mesmo assim*, *mesmo*

²⁵ Pontuou grau 1 para *comunicação*, *desligamento situacional e de ação*, *desligamento referencial da situação*, *distância espaço-temporal*, *comunicação preparada* e *tema fixo*; pontou grau 0.5 para *interlocução*, *cooperação comunicativa* e *diálogo versus monólogo*; pontuou grau 0 para *participação emocional forte* (ROSÁRIO, 2012, p. 89-90).

quando, mesmo se, nem mesmo e até mesmo) foram os mais utilizados (37,06%), seguindo por *apesar de* (20,91%), *embora* (14,28%), *mesmo que* (8,07%), *ainda que* (6,41%), *quando* (5,79%), *em que pese* (3,51%), *não obstante* (2,48%), *e* (1,24%) e *se bem que* (0,02%). Esses resultados contrariam alguns postulados já consolidados na literatura, como o de que *embora* é o conectivo concessivo mais frequente.

Outra crítica de Rosário (2012) é a não menção na literatura da possibilidade de se expressar o pensamento concessivo por meio dos conectivos *e* e *quando*. Seguem ocorrências de concessivas encabeçadas por *e* (dado 28) e por *quando* (dado 29):

(28) Então, agora, depois de ter silenciado diante de tudo aquilo que foi exposto, quer dizer, as vísceras do Senado expostas para a sociedade – e o Senado sempre mereceu uma reputação em função do próprio papel dentro dos Poderes da República – S. Exa. Se manifestou. – 27/08/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 111, grifos do autor).

(29) Afinal de contas, o baile funk não podia acontecer porque tinha uma burocracia tão grande que criava dificuldade; e quando se fazia no morro alegrava-se que o baile funk era a onda das drogas, [quando, na realidade], isso não existe. – 1º/09/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 108-109, grifos do autor).

Rosário (2012) enfatiza que ainda não existem trabalhos que tratem do *e* nessa relação e pouquíssimos que tratam do *quando*. O autor postula a não prototipicidade desses dois conectivos e o fato de ainda não estarem plenamente gramaticalizados na relação semântica de concessividade.

Rosário (2012, p. 236) ressalta que “a partícula *quando* só foi utilizada em construções com verbo no indicativo, o que reforça nossa tese de que o elemento está passando por um estágio de gramaticalização ainda muito incipiente”. Estágios avançados de gramaticalização mostrariam conectivos inovadores sendo utilizados cada vez mais com o modo subjuntivo, visto que é uma característica marcante da concessividade. Outra característica que aponta para estágios iniciais de gramaticalização do *quando* é o baixo grau de “dessemantização ou desbotamento semântico do item” que ainda “não atuaram de forma a abstratizar o sentido temporal perfilado por esse conectivo” (ROSÁRIO, 2012, p. 236). Esse fenômeno também é atestado no caso do conectivo *e*, que ainda mantém seu valor prototípico de adição.

Na segunda seção, o autor explora as diferentes formas de conexão, identificando conectivos concessivos em orações desenvolvidas (com verbo

conjugado em forma finita), reduzidas (infinitivo, gerúndio e particípio), nominalizadas (sintagmas) e justapostas (sem a presença de partícula conectiva). Do total de 548 dados de concessivas, 483 ocorrências (88,13%) foram de construções conectivas, e 65 ocorrências (11,87%) foram de construção não conectivas, ou seja, concessivas justapostas. A concessivas justapostas receberam uma análise à parte, separadas em cinco padrões, ou mesoconstruções. São eles:

- (30) Municípios como Itaperuna, Cardoso Moreira e Talva ficaram isolados. **[Por mais que existissem estrutura]**, não havia como socorrer as pessoas, porque o acesso era somente por via aérea, somente por meio de helicópteros. – 05/02/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 188, grifos do autor) [padrão 1 – Por mais [N] que [N/pron] Vsubj.].
- (31) Deputado Wagner Montes, **[por mais que seja]** seu desejo de o Deputado Luiz Paulo repetir, não vai repetir, porque todos entenderam muito bem. – 17/06/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 191, grifos do autor) [padrão 2 – Por [mais] adj que V subj.].
- (32) Projeto de lei nosso a Casa aprovou, está para o Governador sancionar. Ele sancionará ou vetará. **[Qualquer que seja a decisão]**, nós vamos querer que isso aconteça de imediato e vamos até as últimas consequências nesse sentido. – 19/03/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 195, grifos do autor) [padrão 2 – -Q + quer que + V subj.].
- (33) Nós sabemos que não é fácil um processo de doação. Existe todo um trâmite burocrático. O Estado compra uma coisa hoje e, amanhã, faz uma doação para **[seja quem for]**. – 17/02/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 198, grifos do autor) [padrão 4 – V¹ [N/pron] –QV¹].
- (34) Quando chove, em qualquer parte deste Estado ou em Minas ou em São Paulo, nas cabeceiras do Rio Paraíba e seus afluentes, **[queiram ou não]**, vai desaguar na Baixada Campista. – 04/02/2009 (ROSÁRIO, 2012, p. 201, grifos do autor) [padrão 5 – V ou não].

Rosário (2012) ressalta que todas essas mesoconstruções não veiculam apenas a relação de concessividade, mas também outros matizes: (i) intensidade, pelo uso do *por mais que*, *por menos que* e suas possibilidades de variação com *por melhor que*, *por maior que*, *por menor que*, *por pior que*²⁶; e (ii) alternância, no caso de *queiram ou não* (e suas variações) e *sejam quem for* e *qualquer que seja*.

Quanto às formas de conexão, as desenvolvidas somaram 151 ocorrências (31,26%), as reduzidas equivaleram a 30,01% (145 ocorrências) e as nominalizadas 187 ocorrências (38,71%) do total de dados. Rosário (2012) destaca a preferência pelas concessivas nominalizadas, que tão pouco são exploradas na literatura. O autor dividiu as concessivas conectivas em dois grandes grupos: grupo 1 –

²⁶ Neste ponto, é importante ressaltar que não é convergente na literatura associar essas expressões à justaposição. Existem autores que analisaram o *por mais que* e *por menos que* e suas variações como parte do rol dos conectivos concessivos em orações desenvolvidas (SALGADO, 2007; BECHARA, 2009; GARCIA, 2010; CUNHA; CINTRA, 2012; CASTILHO, 2014).

concessivas sempre ou normalmente desenvolvidas (conectivos *quando, mesmo quando, mesmo que, mesmo se, embora, e e se bem que*); e grupo 2 – concessivas sempre ou normalmente reduzidas (conectivos *mesmo, mesmo assim, até mesmo, nem mesmo, apesar de, em que pese, não obstante*).

Quanto ao modo verbal em cruzamento com os diferentes conectivos, os resultados evidenciaram que os considerados “menos clássicos” (*quando, e, mesmo quando e se bem que*) selecionam com maior frequência o indicativo, enquanto os “mais clássicos” (*embora, mesmo que e ainda que*) selecionam o modo subjuntivo. Como explicação, Rosário (2012) retoma Almeida (2010, p. 10) ao destacar que o indicativo tem cada vez mais invadido áreas antes mais propícias ao subjuntivo. O autor enfatiza que, embora 70,86% das construções concessivas ocorram no modo subjuntivo, a taxa de 29,14% no modo indicativo representa uma proporção alta. No que se refere ao tempo verbal, o *corpus* mostrou uma tendência pelo tempo presente (78,14%), sendo que 28 ocorrências nesse tempo verbal são no indicativo e 90 no subjuntivo. A seleção do tempo presente é justificada pelo fato de que discursos políticos costumam girar em torno de eventos atuais.

A terceira e última seção da pesquisa se refere à posição das concessivas. Os resultados quantitativos revelaram que as antepostas foram mais produtivas (48,86%), seguida pelas pospostas (32,91%) e pelas intercaladas (18,21%). Ao cruzar forma de conexão e posição, Rosário (2012) chegou à conclusão de que as nominalizadas (isto é, os sintagmas concessivos) são mais frequentes com as antepostas (45,33%) e com as intercaladas (48,86%)²⁷. De modo contrário, as desenvolvidas selecionam a posposição como sendo mais produtiva (52,20%). Esse comportamento inverso comprova o “caráter idiossincrático e diverso das concessivas” (ROSÁRIO, 2012, p. 233).

Rosário (2012), portanto, cumpriu seus objetivos principais de trabalhar com conectivos ainda pouco investigados, além de sua investigação quanto às concessivas justapostas, e de tratar a relação concessiva para além da noção semântica, explorando características morfossintáticas e funcionais (propriedades semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas). Trata-se de um trabalho de suma relevância para nossa tese por ter realizado análise qualitativas e quantitativa,

²⁷ Esse resultado é interpretado da seguinte maneira: de 100% das concessivas antepostas, 45,33% são nominalizadas; de 100% das concessivas intercaladas, 48,86% são nominalizadas (cf. ROSÁRIO, 2012).

possibilitando a comparação de dados e a generalização de resultados, e por se aprofundar em categorias e fatores de análise basilares para esta tese (modo e tempo verbais e posição da concessiva).

1.2.4 Construções concessivas: multifuncionalidade e intersubjetividade (ZAMPRONEO, 2014)

Zamproneo (2014), em sua tese sobre a concessividade, apresenta uma análise do ponto de vista da multifuncionalidade e da intersubjetividade. Para tanto, estipula como objeto de estudo a construção concessiva, termo mais amplo e aplicável à articulação entre um segmento adverbial concessivo e um segmento nuclear, diferente da oração adverbial concessiva, em que há a combinação entre uma oração adverbial concessiva e uma oração principal. Portanto, dentro da construção concessiva, a oração adverbial concessiva é uma das possibilidades, mas não a única, englobando também relação entre sintagmas, frases e turnos.

O objetivo geral da pesquisa é investigar a multifuncionalidade da construção concessiva no português brasileiro contemporâneo, incluindo na análise: a natureza da “concessividade”; os valores lógico-semânticos dessas construções e sua relação com a condicionalidade e a causalidade; os valores argumentativo-pragmáticos delas e a relação, dentro dessa categoria, com a adversidade; funções discursivas e de articulação textual; posicionamento, a partir da observação dos diferentes conectivos concessivos, dos segmentos em articulação; e o envolvimento intersubjetivo na expressão do pensamento concessivo.

As hipóteses que norteiam a investigação postulam que a observação da concessividade e sua funcionalidade permite evidenciar a multifuncionalidade das concessivas, revelando também um conjunto de valores semânticos e lógico-semânticos ligados a categorias como expectativa, inferência, implicação e pressuposição, bem como funções discursivo-pragmáticas, como restrição e correção. Além disso, Zamproneo (2014) pressupõe que as noções de causa, condição e concessividade pertencem a um domínio comum, e que a adversidade e a concessividade têm atributos pragmáticos comuns. A autora aponta que o pensamento concessivo é marcadamente intersubjetivo, envolvendo não só o locutor, como também o interlocutor em um jogo de recusa e aceitação de

conclusões e pontos de vista. Zamproneo (2014) finaliza as hipóteses prevendo que a construção concessiva prototípica é a que nega uma inferência/expectativa/implicação; outros valores, como restrição e correção, são marcados discursivamente no jogo da interação entre os falantes.

As ocorrências foram extraídas de dois *corpora*: (i) *corpus* de língua escrita do Centro de Estudos Lexicográficos (CEL) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP (*campus* Araraquara) e (ii) *corpus* de língua oral culta do Projeto Norma Urbana Culta (NURC). Por se tratar de uma análise envolvendo as modalidades falada e escrita, Zamproneo (2014) prevê relações concessivas diferentes em cada amostra, apesar de não ter como objetivo se debruçar sobre essas diferenças especificamente. Do *corpus* escrito foram selecionados quatro tipos de texto: textos técnicos e de oratória, caracterizados por estilos mais formais; trechos de textos dramáticos e de textos romanescos, especificamente nos diálogos entre as personagens, caracterizados por estilos informais. Cada grupo de textos contava com 310.600 palavras. O resultado de conectores concessivos na escrita foi de 512, com maior ocorrência nos técnicos (48,2%) e nos de oratória (28,3%). O *corpus* do NURC é composto por elocuções formais (EF), diálogos entre informantes (D2) e diálogos entre informantes e documentador (DID), com um total de 200.325 palavras. Foram obtidas 108 ocorrências dos conectivos concessivos selecionados para análise. Percebe-se o contexto escrito formal como o mais produtivo para o uso de construções concessivas. As conjunções encontradas nos *corpora* foram: *embora*, *ainda que*, *mesmo que*, *apesar (de) que* e *se bem que*. Este último recebe uma análise à parte por “fugir a todos os esquemas lógico-semânticos que definem a concessividade” (ZAMPRONEO, 2014, p. 14).

O referencial teórico da pesquisa de Zamproneo (2014) envolve um complexo de teorias, a fim de embasar todos os objetivos e dar suporte às hipóteses. Devido ao objetivo de analisar a multifuncionalidade da construção concessiva no português falado e escrito, seria preciso uma teoria que privilegiasse o estudo das estruturas linguísticas em uso, tratando da língua e suas funções. Para tanto, tem-se o arcabouço funcionalista, com vertente sistêmico-funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), fornecendo a base para explicar a complexidade das relações concessivas. A Teoria da Estrutura Retórica do Texto (MANN; THOMPSON, 1988; MATHIESSEN; THOMPSON, 1988) prevê suporte não

só para o estudo da organização textual, mas também para averiguação das relações estabelecidas entre as porções de texto, como conteúdos implícitos, relações de coerência, dentre outros. Por fim, há também apoio de base cognitivista, nos pressupostos de Verhagen (2005), com o intuito de, adotando a conceptualização da língua como advinda dos processamentos cognitivos das experiências dos indivíduos, discutir a subjetividade das construções concessivas. Zamproneo (2014), em consonância com Neves (2000), define as concessivas, em uma fórmula [*embora p, q*], como fazendo parte de um conjunto semântico maior, o de contraste, do qual também fazem parte as adverbiais, causais e condicionais. Todas essas relações contrariam, frustram ou não confirmam uma expectativa/inferência/implicação.

As seguintes relações lógico-semânticas são propostas para a avaliação: (i) contrariedade a uma expectativa²⁸: o que se diz no segmento nuclear contraria a expectativa que se origina no segmento concessivo (QUIRK et ali, 1985 *apud* ZAMPRONEO, 2014); (ii) negação de expectativa²⁹: ocorre uma pressuposição implícita, envolvendo uma expectativa, que se origina no segmento concessivo e que é negada no segmento nuclear; (iii) implicação (pressuposta) negada ou negação de implicação pressuposta³⁰: o segmento matriz nega o que está implícito na concessiva e, segundo Camareo (1999 *apud* ZAMPRONEO, 2014), essa é a relação lógica prototípica da concessividade; (iv) negação de inferência entre **p** e **q**³¹: o segmento nuclear nega uma inferência que tem origem no segmento concessivo, uma relação possível também nas adversativas (NEVES, 1984 *apud* ZAMPRONEO,

²⁸ Dado da construção concessiva com relação lógico-semântica de contrariedade a uma expectativa: "**Embora** esta disciplina já tenha sido bastante explorada, ainda existem muitas interrogações a serem investigadas." (O que é zoologia/LT) (ZAMPRONEO, 2014, p. 47, grifos da autora).

²⁹ Dado da construção concessiva com relação lógico-semântica de negação de expectativa: "**Embora** as estatísticas de saúde mostrem que os fumantes vivem menos, tais estatísticas não provam que fumar "faz" viver menos. _ a primeira vista, parece que estamos diante de um jogo de palavras, mas não é bem assim. O fato de B vir depois de A não prova que A causa B." (O que é estatística/LT) (ZAMPRONEO, 2014, p. 49, grifos da autora).

³⁰ Dado da construção concessiva com relação lógico-semântica de implicação (pressuposta) negada ou negação de implicação pressuposta: "**Embora** totalmente reprimida e perseguida, a capoeira, através do instinto de sobrevivência dos seus praticantes, continuou a fazer o seu percurso." (O que é capoeira/LT) (ZAMPRONEO, 2014, p. 52, grifos da autora).

³¹ Dado da construção concessiva com relação lógico-semântica de negação de inferência entre **p** e **q**: "**Embora** esta disciplina já tenha sido bastante explorada, ainda existem muitas interrogações a serem investigadas." (O que é zoologia/LT) (ZAMPRONEO, 2014, p. 53, grifos da autora).

2014); e (v) incompatibilidade ou conflito entre fatos expressos em **p** e **q**³²: conflito entre as proposições dos segmentos nuclear e concessivo, relação que aproxima a concessividade da condicionalidade e da causalidade, numa fórmula “normalmente (se **p**, então não-**q**)”, proposta por König (1984 *apud* ZAMPRONEO, 2014, p. 55).

A relação entre concessividade e condicionalidade é asseverada segundo Riemer (2010), que indica a fórmula “se **p**... então **q**” (**p** é o segmento condicional e **q** o nuclear) para exprimir que a expectativa de uma relação condicional se torna, em uma construção concessiva, uma implicação pressuposta pelo segmento adverbial, mas negada em **q** (nuclear). Zamproneo (2014) postula que uma está imbricada na outra ao salientar que, na construção condicional, a prótase (**p**) exprime uma condição que pressupõe uma inferência (**q**); já na concessiva, **p** pressupõe essa implicação, porém **q** a nega. Com efeito, a concessiva é o contrário ou a negação de uma relação condicional.

Reforçando essa ideia, a autora relembra as “concessivas condicionais”, realizadas através de construções como *mesmo se* (NEVES, 2000). König (1985 *apud* ZAMPRONEO, 2014) faz uma distinção do ponto de vista semântico, enfatizando que a condicional “se **p**, então **q**” implica que **p** e **q** são compatíveis; por sua vez, a concessiva “embora **p**, **q**” implica que **p** e **q** não são compatíveis. A seguir temos um dado (35) extraído da tese de Zamproneo (2014, p. 58), no qual é exemplificada a concessiva condicional, marcada pelo uso de *mesmo se*.

(35) **Mesmo se** não quisermos recuar tanto, encontraremos na Antiguidade muitas manifestações da atividade diplomática, (...). (O que é diplomacia/LT)

Em (35), a incompatibilidade entre **p** e **q**, postulada por König (1985) e Van Der Auwera e König (1988 *apud* ZAMPRONEO, 2014), fica evidente pela não relevância da condição apresentada em **p** “não quisermos recuar tanto”, para a realização de **q** “encontraremos na Antiguidade muitas manifestações diplomáticas”. A relação entre concessividade e causalidade, do ponto de vista lógico-semântico, se faria de modo contrário, como uma não causalidade (HERMODSSON, 1994 *apud* ZAMPRONEO, 2014), uma vez que, na concessividade, uma causa

³² Dado da construção concessiva com relação lógico-semântica de negação de inferência entre **p** e **q**: “**Embora** totalmente reprimida e perseguida, a capoeira, através do instinto de sobrevivência dos seus praticantes, continuou a fazer o seu percurso.” (O que é capoeira/LT) (ZAMPRONEO, 2014, p. 54, grifos da autora).

prevista/prosuposta é anulada. Contudo, Zamproneo (2014) observa nos valores semânticos de “contrariedade a uma expectativa” e “negação de uma expectativa”, uma clara relação entre esses dois tipos adverbiais.

Outra tese apoiada pela autora refere-se ao caráter argumentativo e polifônico que une as concessivas e as adversativas, assentado principalmente na noção de contraste carregada por ambas as construções. Nelas, há julgamentos contrários ineficazes para o argumento final, introduzidos pelos conectivos. Ambas carregam implicitamente a voz de um interlocutor, seja para contra-argumentar uma possível interferência, na concessiva, seja para conduzir a uma conclusão, como na adversidade. A diferença entre as duas é marcada pelo fato de o segmento adversativo carregar o argumento forte, enquanto o concessivo carrega o argumento fraco. Por fim, a relação entre as concessivas e as adversativas é defendida pela possibilidade de o conector adversativo prototípico *mas* ocorrer em contexto concessivo.

A tese de Zamproneo (2014) se propõe ainda a uma análise das funções discursivas da concessividade, delimitadas em restrição e correção, com o objetivo de argumentar que, na formulação de uma concessiva, não está envolvido apenas o espaço mental do locutor, mas também o do interlocutor. A restrição é marcada quando, na construção concessiva, o segmento introduzido pelo conector restringe o que se assevera no segmento nuclear ou a possível conclusão da asserção. Essa função discursiva se manifesta de duas formas: (i) restringir com **p** as inferências originadas em **q**, ocorrência (36) abaixo; e (ii) restringir a validade de **q**, ocorrência (37) a seguir (cf. ZAMPRONEO, 2014, p. 103).

(36) — Segundo essa denúncia, você estaria tendo encontros com Hélio!
— Eu?!

— Sei bem, agora. Eu li o seu Diário, **ainda que** por alto.

— Não se trata disso! Não estou querendo me justificar! Nem pense você. (Ângela ou as areias do mundo /LR) (ZAMPRONEO, 2014, p.103)

(37) [...] é... ao/ ao do Rio Grande do Sul... é realmente é parecido é parecido **se bem que** o do/... Rio Grande do Sul são um pouco mais minguados... né? Os churrascos da... de Buenos Aires... mas era cada bife que você não aguentava comer... [...] (NURC/Rio de Janeiro-RJ/DID, inquérito n. 328) (ZAMPRONEO, 2014, p.103)

Em sua análise, Zamproneo (2014) constatou que a restrição pode ocorrer com integração prosódica e restringir apenas um constituinte na oração nuclear. Na

correção, por outro lado, há uma quebra prosódica, marcando dois contornos entonacionais. A autora percebe uma clara diferença entre essa função discursiva e o que se chama de “concessiva propriamente dita” (GÜNTNER, 2000 *apud* ZAMPRONEO, 2014). Na concessiva propriamente dita, o segmento nuclear **q** nega uma implicação causal ou condicional inferida em **p**; já na correção, o segmento **p** corrige ou discorda da afirmação de **q**, não sendo possível pensar em uma relação causal ou condicional pressuposta em **p** e negada em **q**. A seguir, apresentamos duas instâncias de correção retiradas de Zamproneo (2014, p. 106-107):

(38) L1 *poucas vezes não tive problemas em chamadas ((riso))... ahn poucas vezes realmente... me considero até até um indivíduo que:... encara como tarefa DEsagradável... a incumbência de se comunicar por telefone... considero... ahn tarefa DEsagradável... MUltas vezes... ahn isto não ocorre a ligação é fácil é imediata... o telefone me presta serviços Imensos... mas quando na minha agenda para as atividade do dia... vejo... uma a série de ligações telefônicas... aquilo NÃO é encarado assim como algo muito agradável não... porque da maior parte das vezes... essas ligações... ocorrem com muitas dificuldades... **se bem que** aqui no caso eu deva colocar a limitação de tempo que disponho para esse tipo de contato... como sendo um dos empecilhos maiores... tivesse eu o dia T^Odo no meu dispor... talvez aquela ligação que não saía naquele momento pudesse sair em O^Utros momentos... mas é esta a minha impressão não sei como é que o R. ... telefona? (NURC/São Paulo-SP/D2, inquérito n. 255) (ZAMPRONEO, 2014, p.106).*

(39) L1 *[...] então não tem nada disso de... diminuir a população certo?... vem chegando mais gente chegando mais gente chegando mais gente...mas ainda é um problema assim () vai chegar uma hora que:... (dá isso em) zebra né?
L2 é:... **se bem que**:... eu tenho a impressão que o processo vai ser mais lento... já está acontecendo agora quer dizer... pessoas que têm um nível... social um pouco mais... ALto... já morrem de medo de ter filho atualmente né? (você vê que isso é) mais ou menos generalizado (NURC/São Paulo-SP/D2, inquérito n. 343) (ZAMPRONEO, 2014, p.107)*

A correção tanto pode ocorrer com o interlocutor corrigindo a afirmação de outro, criando divergência (38), quanto podendo representar uma autocorreção (39). Nos dois casos, o segmento concessivo atua como “desgarrado” do nuclear. Tanto a restrição quanto a correção são enfatizadas por Zamproneo (2014) como funções importantes para a coesão e progressão textual desempenhadas pelas construções concessivas.

O *se bem que* é um conectivo que recebe, na tese de Zamproneo (2014), uma análise à parte devido ao seu caráter metacomunicativo, próximo dos marcadores discursivos³³, uma vez que dá “instruções” de como um enunciado deve

³³ Caracterizados como apresentando as seguintes propriedades: predominam no discurso oral; podem se originar de conjunções, advérbios e sintagmas preposicionais; são estilisticamente estigmatizados; ocorrem fora da estrutura sintática a que estão ligados; representam uma categoria

ser interpretado (FRASER, 1996 *apud* ZAMPRONEO, 2014). Além disso, *se bem que* destaca um conflito de vozes entre os “eus” do segmento nuclear e do segmento concessivo. Contrastando com os demais conectivos concessivos analisados anteriormente, o segmento nuclear não nega uma expectativa gerada no segmento introduzido por *se bem que*, os verbos da construção em sua maioria estão no indicativo e não há possibilidade de anteposição.

As discussões sobre a intersubjetividade das construções concessivas são feitas com fundamentação em um tratamento cognitivo-funcional. Definindo a subjetividade como a expressão do “eu” do seu ponto de vista e subjetivação como as estratégias próprias da língua para a marcação dessa subjetividade, a autora postula a concessividade, defendida como polifônica e com forte presença das vozes de ambos os locutores, como sendo na verdade intersubjetiva³⁴. Verhagen (2005), sobre o tema, salienta que a configuração cognitiva das concessivas ocorre com a coordenação de perspectivas distintas entre o locutor e o interlocutor, logo, só se manifesta a partir da mescla de espaços mentais, ponto de encontro entre os (contra)argumentos do falante e do ouvinte na construção concessiva.

Com sua tese, Zamproneo (2014) conseguiu atingir seu objetivo inicial, trazendo evidências a respeito não apenas da multifuncionalidade das construções concessivas, mas também de seu caráter intersubjetivo. A autora desenvolveu uma pesquisa com abordagem detalhada e sistêmica das construções concessivas na fala e na escrita, tendo estabelecido para essas construções cinco valores lógico-semânticos, bem como tendo-as relacionado a outras construções adverbiais, as causais e condicionais, em busca de pontos de contato e de divergência.

1.3 Pesquisas sobre concessivas em outras línguas

Nesta seção, apresentamos trabalhos desenvolvidos sobre as construções concessivas tendo como escopo outras línguas que não português. Esse aprofundamento permite uma comparação das convergências e divergências não só

gramatical marginalizada; são multifuncionais, operando nos níveis sintático, semântico e pragmático (GÜNTNER, 2000 *apud* ZAMPRONEO, 2014, p.101).

³⁴ A noção de intersubjetividade refere-se à atenção que o falante dá à autoimagem do ouvinte. Traugott e Dasher (2002 *apud* ZAMPRONEO, 2014) salientam que a intersubjetividade diz respeito à presença do ouvinte como participante do ato comunicativo.

dentro do próprio português brasileiro, mas como uma estrutura linguística universal. Para tanto, foram selecionadas duas pesquisas com dados do inglês (CREVELS, 2000a/b; WIECHMANN; KERZ, 2013) e uma pesquisa com dados do espanhol (PARRA, 2016).

1.3.1 Os diferentes níveis semânticos das construções concessivas (CREVELS, 2000a/b)

Crevels (2000a,b) discute a expressão das construções concessivas em quatro níveis semânticos: conteúdo, epistêmico, ilocutório ou ato de fala e textual. Além disso, o autor faz uma correlação entre o nível semântico das orações adverbiais e o modo como são expressas, sustentando no fato de que, na língua, é possível utilizar conjunções diferentes para expressar relações adverbiais em níveis semânticos distintos. A hipótese é de que, dependendo do nível semântico, as concessivas podem mostrar propriedades formais diferentes, do ponto de vista estrutural da construção.

Ao discutir o estatuto das concessivas, o autor enfatiza a não possibilidade de sua focalização, fato, como vimos, também comentado por Castilho (2014). Essa impossibilidade é indício de um menor grau de integração das concessivas com a oração principal do que ocorre em outras adverbiais, como as condicionais, temporais e causais.

Crevels (2000 a,b) fundamenta-se em Sweetser (1990) para o estudo das conjunções, vinculando-as a três tipos diferentes de entidades, quais sejam: situações reais ou hipotéticas, aspectos do conhecimento e atos de fala. Essa distinção se relaciona com aquela da estrutura da oração em camadas, proposta pela Gramática Funcional (DIK *et al*, 1990 *apud* CREVELS, 2000b), em que camadas menos complexas estão contidas em camadas mais complexas.

Tomando como ponto de partida esses três níveis, Crevels (2000a,b) acrescenta um quarto nível, o textual, em que as orações concessivas são utilizadas na organização do discurso e, dessa forma, têm um escopo maior, abrangendo unidades textuais mais amplas do que uma oração. A proposta resultante é a seguinte:

Quadro 1: Níveis semânticos de atuação de construções concessivas

Tipo de entidade (ordem)	Descrição	Avaliação	Extensão de Sweetser (1990)
Segunda	Estado-de-coisas	Realidade	Nível do conteúdo
Terceira	Conteúdo proposicional	Verdade	Nível epistêmico
Quarta	Ato de fala	Felicidade	Nível do ato de fala
Quinta	Move ³⁵	Continuidade temática	Nível textual

Fonte: Adaptado de Crevels (2000a, p. 29)

Há também as entidades de zero, primeira e quinta ordem. As entidades de zero ordem são descritas como propriedades ou relações e avaliadas segundo a aplicabilidade; as de primeira ordem são descritas como indivíduos e avaliadas segundo a existência; e as de quinta ordem são definidas como discurso e avaliadas segundo a coerência textual (cf. CREVELS, 2000a). Crevels (2000b) não aprofunda explicações sobre essas três ordens, porém postula que as entidades de zero ordem não podem ser realizadas por orações concessivas; as de primeira e sexta ordem também não podem, visto que as de primeira ordem são expressas apenas por meio de sintagmas nominais, e as de sexta ordem, conforme o autor, não são apropriadas às concessivas, por serem descritas como discurso (cf. CREVELS, 2000a).

Com base em sua proposta de níveis semânticos, Crevels (2000a) classifica as orações concessivas em:

(i) Concessivas de conteúdo (2ª ordem):

*We're going for a walk although it's raining*³⁶ (CREVELS, 2000a, p. 26).

(ii) Concessivas epistêmicas (3ª ordem):

³⁵ Conceitualizado como “a menor unidade livre do discurso” (KROON, 1997 *apud* GARCIA, 2010, p. 154), sendo um movimento do falante para introduzir ou modificar os tópicos discursivos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 *apud* GARCIA, 2010, p. 154).

³⁶ Tradução: “Nós vamos sair para caminhar embora esteja chovendo”.

*John is not at home, although his car is parked in front of the house*³⁷ (CREVELS, 2000a, p. 26).

(iii) Concessivas de atos de fala (4ª ordem):

*Even though I am calling you a bit late, what are your plans for this evening?*³⁸
(CREVELS, 2000a, p. 26).

(iv) Concessivas textuais (5ª ordem)

*I speak and write Sevian, Albanian, Turkish and Dutch, but I cannot express my true feeling in any other language than Romani. Although now that I come to think of it, I have done it many times...*³⁹ (CREVELS, 2000a, p. 26).

As concessivas de conteúdo relacionam eventos e estados de coisas e são avaliadas em termos de realidade. As concessivas epistêmicas relacionam, de maneira lógica, conteúdos proposicionais e a expressão da ideia do falante, e são avaliadas em termos de verdade. As concessivas de atos de fala, diferentemente das demais, não apresentam um obstáculo para um evento ou uma conclusão oposta para o argumento do falante, mas marcam um ato de fala expresso pelo falante na oração principal. Por fim, as concessivas textuais não modificam uma oração principal, mas, sim, uma unidade de texto anterior, funcionando como *afterthought*, ou adendo.

Subjacente à hipótese de que os níveis semânticos das orações concessivas mostram propriedades formais distintas está a hierarquia proposta pela teoria sistêmico-funcional, qual seja: nível do conteúdo □ nível epistêmico □ nível dos atos de fala □ nível textual (CREVELS, 2000b). O(s) nível(s) à esquerda está(ão) contido(s) no(s) nível(s) à direita. O nível do conteúdo é tido como semanticamente menos complexo que os demais.

A pesquisa envolvia o estudo das concessivas em diferentes línguas⁴⁰ sob três hipóteses: (i) a possibilidade de uma construção concessiva ser expressa de

³⁷ Tradução: “John não está em casa, embora o carro dele esteja estacionado na frente da casa”.

³⁸ Tradução: “Embora eu esteja te ligando um pouco tarde, quais são seus planos para esta noite?”.

³⁹ Tradução: “Eu falo e escrevo sérvio, albanês, turco e holandês, mas eu não consigo expressar meus verdadeiros sentimentos em nenhuma outra língua a não ser romani. Embora agora eu esteja pensando sobre isso, eu já o fiz muitas vezes...”.

forma assindética (a relação concessiva sem a presença de uma conjunção concessiva) aumenta se pertencer a um nível semântico maior; (ii) considerando o esquema “*embora p, q*”, os falantes tendem a enfatizar **p** nos níveis mais altos; e (iii) uma conjunção concessiva só pode ser usada para introduzir construções em diferentes níveis semânticos se esses níveis formarem categorias contíguas na hierarquia, isto é, uma conjunção concessiva não poderia introduzir construção do nível do conteúdo e do nível textual, por exemplo, pois não são categorias contíguas na escala hierárquica dos níveis semânticos. Todas as hipóteses foram confirmadas, o que comprova que as concessivas se comportam de maneira diferente de acordo com os níveis em que ocorrem.

1.3.2 A importância dos condicionamentos discursivo-pragmáticos e de base de processamento para a análise das construções concessivas (WIECHMANN; KERZ, 2013)

Outro estudo tendo as construções concessivas da língua inglesa como objeto foi realizado por Wiechmann e Kerz (2013). Os autores objetivavam oferecer uma análise multifatorial do posicionamento das orações adverbiais concessivas, com o foco de demonstrar que fatores semânticos e discursivo-pragmáticos são condicionadores mais fortes do que os de processamento. Foram analisadas 2000 construções concessivas. Metade dessas construções foi introduzida pelo conector *whereas* e a outra metade pelo conector *although*.

O trabalho de Wiechmann e Kerz (2013) foi inspirado em Diessel (2008), que propõe diferentes grupos de fatores para a análise das construções temporais e conclui que a iconicidade é o fator mais forte no posicionamento dessas construções. Contudo, a mesma conclusão não pode ser estendida para as concessivas, bem como para outras adverbiais (como as causais e condicionais, por exemplo), o que motivou a busca de Wiechmann e Kerz (2013) por outros condicionamentos que pudessem estar atuando no posicionamento anteposto ou posposto da oração concessiva em relação à oração principal.

⁴⁰ Duunggidjwu, Thibian, Motu, San, Cantonês, Ket, Finlandês, Nahuatl, Kiwai, Húngaro, Kannada, Romani, Boboda, Turco, Uzbeque, Mongol, Dargi, Basco, W-Groenlândia, Bahasa, Indonésia, Birmanês, Lokono, Amárico, Wolaitta, Yoruba, Japonês, Pima, Mestreechs, Laxxota e Kwaza.

Wiechmann e Kerz (2013) pontuam que as concessivas têm como propriedade sinalizar que “uma situação na oração matriz é contrária à expectativa à luz do que é dito na oração concessiva⁴¹” (QUIRK *et al.*, 1985 *apud* WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 3). As concessivas são mais frequentes em textos argumentativos e “nos permitem conceder, ou admitir, que um ponto de vista oposto tem mérito e, ao mesmo tempo, a desenfatar para o leitor a importância desse ponto de vista⁴²” (ALTMAN *et al.*, 2010 *apud* WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 3). Considerando que as concessivas são posicionadas, no inglês, predominantemente pospostas à oração principal, Wiechmann e Kerz (2013) pretendem responder à seguinte pergunta: o que leva um usuário da língua a desviar desse padrão e posicionar uma concessiva antes da oração matriz?

Para a análise, foram considerados cinco grupos de fatores: (i) a extensão proporcional⁴³, variável contínua que mede a extensão da oração subordinada em relação à construção como um todo; (ii) o grau de *deranking*⁴⁴ da oração subordinada, isto é, se o verbo está no infinitivo ou conjugado em algum tempo verbal; (iii) a complexidade da construção⁴⁵, levando em consideração se a oração subordinada possui outra(s) oração(ões) subordinada(s); (iv) presença de um contexto ponte⁴⁶, isto é, um item anafórico que faça referência a algo dito anteriormente; e (v) o tipo de subordinador: *although* ou *whereas*⁴⁷.

⁴¹ No original em inglês: “the situation in the matrix clause is contrary to expectation in the light of what is said in the concessive clause”.

⁴² No original em inglês: “allow us to concede, or admit, that an opposing point has merit and, at the same time, to de-emphasize the opposing point’s importance to the reader”.

⁴³ Para a extensão proporcional foi feito um cálculo no qual se dividia o número total de palavras do período pelo número de palavras da construção concessiva.

⁴⁴ Dado do fator *deranking*: “*Although it was specific to attacking the GSM mobile phone network*, DePetrillo and Bailey’s talk showed how IMSIs could help to reveal the identity of the owner and other information (Embora tenha sido específico para atacar a rede de trabalho do telefone móvel da GSM, a fala de DePetrillo e Bailey mostrou como as IMSIs podem ajudar a revelar a identidade do dono e outras informações)” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 5, grifos dos autores).

⁴⁵ Dado do fator complexidade da construção: “He lived in 1993 (when I last saw him) in the utmost simplicity, *although* if he had been a little more conciliatory he could always have earned enough for his comfort – and his wife’s. (BNC AJB)” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 20, grifos dos autores).

⁴⁶ Dado do fator ponte: “The evaluation shows that two thirds of surveillance activity shifted from hospital clinics to primary care, with more effective coverage in the prompted group than in the control group and acceptance levels well above 80%”.

Although these findings are encouraging, only people regularly attending diabetic outpatient clinics were studied and only half of those eligible took part. Nor is it clear how much health gain resulted from this screening programme.” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 6, grifos dos autores) Tradução nossa: A avaliação mostra que dois terços da atividade de vigilância mudou das clínicas hospitalares para cuidados primários, com cobertura mais eficaz no grupo solicitado do que no grupo de controle e

Os autores mencionam trabalhos prévios que consideram fatores baseados no processamento – explicando o posicionamento das concessivas com base em variáveis como extensão relativa e complexidade –, os trabalhos que consideram fatores discursivo-pragmáticos – explicando o posicionamento das concessivas com base em variáveis como disponibilidade da informação e papel das orações na organização discursiva.

Wiechmann e Kerz (2013) defendem que esses dois tipos de fatores não podem ser totalmente separados: por exemplo, quanto à extensão, elementos longos tendem a vir depois de curtos. Essa ordem curto-longo parece ser eficiente tanto do ponto de vista cognitivo para o processamento *online* das construções, quanto para o fluxo informacional, consoante a ordenação dado-novo, uma vez que elementos novos precisam de mais material linguístico, o que faz com que a informação mais relevante tende a ser posicionada no final da oração como estratégia para impulsionar o discurso. Sendo assim, ao levar em conta fatores de ambas as perspectivas, os autores pretendem não somente desenvolver uma pesquisa multifatorial, como também comprovar a importância de ambas as perspectivas para a explicação da ordenação das concessivas.

As hipóteses eram de que: (i) orações concessivas mais pesadas quanto à extensão proporcional tenderiam a ser posicionadas depois da oração principal; (ii) orações com verbos conjugados teriam uma extensão proporcional maior, o que as colocaria preferencialmente depois da oração principal; (iii) orações complexas, por serem mais pesadas no tocante à carga de informação, seriam posicionadas após a principal; (iv) a presença de um elemento anafórico constitui uma função de ligação (ponte) entre o discurso prévio e o seguinte, o que faria a oração concessiva ser anteposta à oração principal; por fim, (v) haveria diferenças sutis entre *although* e *whereas*: o primeiro seria mais versátil, relacionando orações com situações

níveis de aceitação bem acima de 80%. *Embora essas descobertas sejam encorajadoras*, apenas as pessoas que frequentavam regularmente os ambulatórios de diabéticos foram estudadas e apenas metade dos elegíveis participou. Tampouco está claro quanto ganho de saúde resultou deste programa de triagem”.

⁴⁷ Dado do fator tipo de subordinador: “(a) *Although* she grew up in Tehran, she doesn’t speak Farsi. (b)* *Whereas* she grew up in Tehran, she doesn’t speak Farsi. (Cowan, 2008, p. 555)” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 6, grifos dos autores). Tradução nossa: (a) *Embora* ela tenha crescido em Teerã, ela não fala farsi. (b) * *Embora* ela tenha crescido em Teerã, ela não fala farsi. O dado em (b) é agramatical no inglês, nem todos os contextos *although* e *whereas* são intercambiáveis.

similares, e o último seria mais restrito, requerendo uma antítese entre as duas situações contrastadas.

Wiechmann e Kerz (2013) salientam que, apesar de se relacionarem, os fatores *deranking* e extensão não podem ser tomados como um único fator complexo, visto que a correlação entre ambos não é total: embora uma “uma oração mais complexa provavelmente seja maior do que uma oração menos complexa, e uma oração subordinada com verbo conjugado provavelmente seja maior do que uma com verbo no infinitivo⁴⁸” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 5), a contrapartida não é perfeita, uma vez que “uma oração adverbial com verbo no infinitivo é menor do que sua contraparte com verbo conjugado, porém uma oração adverbial curta não necessariamente apresenta verbo no infinitivo⁴⁹” (WIECHMANN; KERZ, 2013, p. 5, p. 5).

Uma análise geral dos dados mostrou que 44% estavam em posição não “padrão”, isto é, anteposta à oração principal, a maioria apresentava verbos conjugados (94,15%), não continham item anafórico (83,45%) e eram simples (83,3%). Além disso, foi observado que a extensão proporcional das concessivas ia de curta, 0.05, à longa, 0.09, com uma média de 0.44.

O fator ponte é o que mais determina estatisticamente a anteposição de uma oração concessiva. O segundo fator influente é o tipo de subordinador. Os demais fatores (extensão, complexidade e *deranking*) exercem influência, mas em menor grau. Com efeito, era de se esperar que a presença de um item anafórico na concessiva a posicionasse em primeiro lugar na cadeia discursiva, servindo como ligação entre o que é dito anteriormente e o que será dito na oração principal.

Wiechmann e Kerz (2013) concluem que: (i) os cinco fatores controlados são determinantes para o posicionamento das orações concessivas, uma vez que foram selecionados como estatisticamente relevantes; e (ii) os fatores discursivo-pragmáticos são os mais influentes, sendo a presença de um elemento anafórico o fator mais importante. O fator mais ligado ao processamento, extensão, tem papel no posicionamento, porém foi selecionado em terceiro lugar no *ranking*.

⁴⁸ No original em inglês: “a more complex clause is likely to be longer than a less complex one, and a balanced subordinate clause is likely to be longer than a deranked one”.

⁴⁹ No original em inglês: “a deranked adverbial clause is shorter than its balanced counterpart but a short adverbial clause is not necessarily deranked”.

Um resultado inesperado foi a diferença de comportamento entre *whereas* e *although* quanto ao fator extensão: enquanto *although* mostra a tendência esperada – isto é, quanto maior a extensão proporcional, mais posposição –, *whereas* apresenta uma tendência oposta. Os autores, para explicar essa disparidade, apontam o fato de que as orações com *whereas* requerem um contraste mais enfático entre proposições, o que exige a introdução de um plano de fundo mais amplo, tornando-se necessário mais material linguístico. Os fatores complexidade e *deranking* desempenham um papel menor na colocação das orações concessivas.

A pesquisa de Wiechmann e Kerz (2013), embora leve em consideração apenas a língua escrita, traz resultados importantes para a análise do posicionamento das concessivas em outras línguas e modalidades de forma multifatorial, relacionando tanto fatores discursivo-pragmáticos, quanto de processamento.

1.3.3 Uma investigação discursivo-funcional das orações introduzidas por *aunque* no espanhol peninsular (PARRA, 2016)

Parra (2016) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de investigar as propriedades semânticas e pragmáticas das orações concessivas introduzidas pelo *aunque* no espanhol peninsular contemporâneo e de averiguar se e como essas propriedades determinam a estrutura morfossintática das concessivas.

Ao delimitar o objeto de pesquisa em orações, a autora deixa claro que não fazem parte do escopo da investigação ocorrências sintagmáticas ou não finitas introduzidas pela conjunção. Como o *aunque* é uma conjunção que pode ser usada para introduzir construções adversativas também, foi levado em consideração apenas o uso concessivo dessa conjunção. O estudo articula dois *corpora*, um de modalidade escrita e um de modalidade falada, traçando pontos de convergência e divergência entre ambos.

A conjunção *aunque* é a mais utilizada para introduzir relações concessivas no espanhol. A hipótese central de Parra (2016) relaciona a alta produtividade de *aunque* à possibilidade de essa conjunção introduzir orações em três camadas, a do Conteúdo Proposicional (Nível Representacional), a do Ato Discursivo e a do Movimento (essas duas últimas pertencentes ao Nível Interpessoal). A segunda

hipótese prevê que, dependendo da camada e do nível de atuação, as orações concessivas apresentam propriedades estruturais, morfossintáticas e semântico-pragmáticas diferentes.

Na base teórica desse trabalho está o funcionalismo linguístico, na vertente da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), modelo desenvolvido por Hengeveld e Mackenzie (2009). Nesse modelo, os itens gramaticais são analisados em associação a quatro níveis – Nível Interpessoal, Nível Representacional, Nível Morfossintático e Nível Fonológico –, os quais são compostos por camadas organizadas hierarquicamente. Parra (2016), nessa ótica, caracteriza a concessão como pertencente aos seguintes níveis de Formulação da gramática: Interpessoal, evidenciando uma função retórica, isto é, uma estratégia de organização do discurso com propósitos comunicativos; e Representacional, marcando uma relação de quebra de expectativa.

Os *corpora* são compostos por: (i) na modalidade escrita, um conjunto de editoriais jornalísticos, correspondendo a 667 textos publicados *online* pelo jornal *El País*; e (ii) na modalidade falada, um conjunto de entrevistas sociolinguísticas semidirigidas, entre entrevistador e informante, tendo como fonte as cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência. Essas entrevistas fazem parte do PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*) e contam com diferentes tipos de textos (narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e instrutivo). Era esperado que as orações concessivas tivessem uma produtividade maior no *corpus* escrito, visto que se caracterizam por um movimento retórico complexo, a concessividade, que, como estudos prévios mostram, aparece mais em textos escritos formais, a exemplo dos editoriais jornalísticos.

Para proceder à análise dos dados, foram selecionados seis grupos de fatores: as camadas em que ocorre a oração concessiva na GDF; a factualidade; a pressuposição das orações concessivas; o modo verbal; a referência temporal; e a posição ocupada pelas orações concessivas em relação ao verbo da oração principal.

Ao todo foram coletas 343 ocorrências de *aunque*, com orações finitas nos dois *corpora*, sendo 205 nos editoriais de jornais e 138 nas entrevistas. Como esperado,

houve mais ocorrências no *corpus* escrito, devido ao caráter formal e argumentativo tanto do gênero quanto do fenômeno em análise.

Parra (2016) encontrou concessivas na camada do Conteúdo Proposicional (Nível Representacional), na do Ato Discursivo (Nível Interpessoal) e na camada do Movimento (Nível Interpessoal), assim como trabalhos anteriores já haviam mostrado. No entanto, conforme a autora, a análise das ocorrências revelou um novo tipo de concessiva ainda não estudado, a qual foi definida como modificador interpessoal, mais bem explicitada adiante.

De modo geral, quanto às camadas da GDF, na modalidade falada, as concessivas introduzidas por *aunque* atuam mais no Conteúdo Proposicional (53,6%), seguido pelo Ato Discursivo (25,4%), Movimento (10,9%) e Modificador interpessoal (10,1%). Na modalidade escrita, as concessivas tiveram a mesma tendência de atuação, porém com porcentagens diferentes e sem ocorrências do uso como Modificador Interpessoal – o que, segundo a autora, era de se esperar, devido ao caráter interacional desse modificador, que seria restringido. A distribuição na escrita foi a seguinte: Conteúdo Proposicional (49,3%), Ato Discursivo (43,3%) e de Movimento (7,3%).

No que diz respeito às diferenças de propriedades das orações concessivas em relação às diferentes camadas, na camada do Conteúdo Proposicional há uma expectativa ou crença gerada na oração concessiva, que é frustrada na oração principal. Temos um exemplo no dado a seguir (PARRA, 2016, p. 96, grifos da autora), em que, ao dizer que gosta do campo, o falante gera uma expectativa, frustrada na oração principal, de que ele possa não gostar de um ambiente mais urbano:

(40) **aunque me gusta el campo/** me gusta la ciudad (PRESEEA_VALENCIA_HB213_01)
(embora eu goste do campo, gosto da cidade)

Nessa camada, as concessivas apresentam tanto proposições factuais quanto não factuais, havendo uma tendência pela factualidade na escrita (68,3%) e um equilíbrio na fala entre factuais (48,6%) e não factuais (51,4%). Na escrita, houve uso maior de argumentos pressupostos (69,3%) e na fala de argumentos não pressupostos (56,8%), o que levou Parra (2016) a considerar a propriedade da pressuposição como condicionada pela modalidade. Ademais, os fatores de

pressuposição e factualidade se inter-relacionam: quando factuais, as concessivas nessa camada, tanto na fala (77%) quanto na escrita (100%), apresentam conteúdo pressuposto.

No que tange ao modo verbal, em conformidade com a literatura sobre as concessivas, o modo subjuntivo é o mais utilizado. No entanto, há contraste entre as concessivas na camada do Conteúdo Proposicional, em que predomina o modo indicativo.

O tempo verbal mais utilizado, em ambas as modalidades, foi o presente, com 59,4% dos dados tanto na fala quanto na escrita. Por fim, para a camada do Conteúdo Proposicional, a posição das orações concessivas é, em sua maioria, anteposta às orações principais, com porcentagens acima de 81% nas duas modalidades. Há uma relação entre os fatores posição e factualidade, visto que, quando factuais, as orações concessivas ocorrem apenas na posição anteposta.

No que se refere à camada do Ato Discursivo, as concessivas estão ligadas à interação entre os interlocutores e desempenham função retórica, guiando a interpretação do ouvinte e atuando como uma ressalva tanto do Ato Discursivo Nuclear quanto de apenas um elemento do Ato. Com efeito, tanto a oração principal quanto a subordinada são Atos distintos, segundo a GDF. Na camada em questão, as concessivas apresentaram as seguintes propriedades: (i) todas são factuais em ambas as modalidades; (ii) apresentam conteúdos predominantemente pressupostos na escrita (79,8%) e pressupostos (48,6%) e não pressupostos (51,4%) na fala; (iii) seu núcleo tende a ser um verbo no modo indicativo na fala (65,7%) e na escrita (56,2%); (iv) seu núcleo é predominantemente um verbo no tempo presente nas duas modalidades (82,9% na fala e 79,8% na escrita); e (v) quanto à posição, todas, na fala e na escrita, são pospostas ao verbo da oração principal.

Nas ocorrências abaixo, o dado (41) é um exemplo de quando a concessiva atua fazendo uma ressalva sobre todo o ato discursivo, enquanto o dado (42) atua como uma ressalva em apenas um dos elementos do ato anterior:

(41) *ya me gustaba un poco la cocina / **aunque no me prodigaba demasiado*** (PRESEEA_VALENCIA_H33_021)
(eu já gostava um pouco da cozinha, embora não era muito prodigioso) (PARRA, 2016, p. 107, grifos da autora)

(42) *sigue habiéndola actualmente una máquina// pensada para el desayuno que/ le das a um botón y sale pues zumo/ de naranja/ **aunque en realida(d) son polvos color naranja mezcla(d) con agua*** (PRESEEA_GRANADA_M31_06)

(continua havendo atualmente uma máquina feita para o café da manhã que você coloca uma ficha e sai suco de laranja, embora na realidade seja um pó cor de laranja misturado com água) (PARRA, 2016, p. 108, grifos da autora)

Na camada do Movimento, as orações concessivas são correspondentes a uma unidade comunicativa completa e apresentam um tópico discursivo ou vários, que podem se relacionar por continuidade ou descontinuidade. Dessa forma, essas orações podem desempenhar ruptura tópica entre Movimentos (43), cisão ou inserção tópica (44) e parentetização (45). A seguir, ocorrências desses três tipos de relação tópica:

- (43) En el horizonte, más allá de las elecciones europeas de 2014, se plantea la necesidad de una reforma de los tratados, la que aguarda Cameron para lanzar un posible órdago. **Aunque** el juego ha cambiado: esta vez es necesario diseñar en serio la unión política, la federación de Estados nación de la que hablaba Jacques Delors, y asentar un proyecto que, de otro modo, puede derivar en un total dominio alemán o morir de forma calamitosa. (ED49-26/01/2013)
(Em um horizonte, muito além das eleições europeias de 2014, se prevê a necessidade de uma reforma dos tratados, a qual aguarda Cameron para lançar uma possível jogada. Apesar de que o jogo mudou: desta vez é necessário planejar seriamente a união política, a federação dos Estados nações mencionada por Jacques Delors, e assentar um projeto que, de outro modo, pode gerar um domínio total alemão ou morrer de forma calamitosa) (PARRA, 2016, p. 115, grifos da autora)
- (44) y entonces pienso que fundamentalmente en un futuro// yo disfrutaré más de mi ambiente más cercano/// **aunque no quiero ni pensar que/ amigos fenomenales que tengo pues repartidos por el mundo entero// no los voy a ver ¿no? eso ni lo pienso creo que voy a estar en contacto// con ellos siempre// pero/ pero///** así de pie quieto// estable y/ casi en exclusiva// mi sitio en mi casa (PRESEEA_GRANADA_M33_18)
(e então penso que fundamentalmente no futuro eu desfrutarei mais de meu ambiente mais próximo apesar de que não quero nem pensar que não vou ver os amigos fenomenais que tenho espalhados pelo mundo inteiro, né? nem penso nisso, acho que vou estar em contato com eles sempre, mas assim com os pés quietos, estável e quase exclusivamente no meu lugar em casa) (PARRA, 2016, p. 116, grifos da autora)
- (45) Según Eurostat, el crecimiento de la eurozona se ha contraído el 0,6% durante el cuarto trimestre de 2012 respecto al tercero; el crecimiento trimestral alemán también lo ha hecho, en el 0,6% exactamente —**aunque Alemania registra un crecimiento del 0,7% en el conjunto del año**—, mientras que Francia, con una tasa anual nula, también ha registrado una contracción trimestral del 0,3%. (ED90-15/02/2013)
(Segundo Eurostat, o crescimento da zona do euro foi reduzido em 0,6% durante o quarto trimestre de 2012 com relação ao terceiro; o crescimento trimestral alemão também caiu exatamente 0,6% - embora a Alemanha registre um crescimento anual de 0,7% ao ano -, enquanto a França, com uma taxa anual nula, também registrou uma redução trimestral de 0,3%) (PARRA, 2016, p. 117, grifos da autora)

Em relação à factualidade, todas as concessivas nessa camada são factuais nas duas modalidades. Já quanto à pressuposição, os conteúdos se mostraram pressupostos na modalidade escrita (66,7%) e não pressupostos na fala (73,3%). O

modo verbal preferido é o indicativo, em ambas as modalidades, com porcentagens acima de 86%. No que tange ao tempo, há um pouco mais de passado na escrita (53,3%) e bem mais presente na fala (80%), sem ocorrência de futuro em nenhuma das modalidades, o que foi relacionado pela autora ao fato de os conteúdos serem sempre factuais. Quanto à posição, todos os dados foram com posposição, o que a autora atribui ao fato de que, na camada do Movimento, as concessivas atuam como ressalva, posicionando-se sempre pospostas ao Movimento que interrompem.

Parra (2016) destaca ainda que encontrou ocorrências de concessivas de um tipo não analisado segundo o arcabouço da GDF. Essas concessivas modificam a camada da llocução, no Nível Interpessoal, e são típicas da fala. Segue uma ocorrência em que há um movimento de preservação da face, devido ao tipo de pergunta feita pela entrevistadora a um informante jovem. Esse tipo de concessiva se caracteriza como uma estratégia da modalidade falada.

(46) A: muy bien// **aunque eres joven** pero/ ¿hay algo que te hubiera gustado hacer que no hayas hecho? (PRESEEA_VALENCIA_M421_01)

(A: muito bem, embora você seja jovem, há algo que você gostaria de ter feito e que não fez?) (PARRA, 2016, p. 123, grifos da autora).

No que se refere aos grupos de fatores, as concessivas da camada da llocução são factuais e com conteúdo pressuposto, com verbos tanto no subjuntivo quanto no indicativo (há predominância do indicativo) com tempo verbal presente e posicionadas antes do verbo da oração principal.

A pesquisa de Parra (2016) traz contribuições para a literatura sobre as concessivas ao atingir o objetivo de mostrar que, dentro da GDF, essas orações se comportam de modo distinto e de acordo com as camadas de uso, apresentando diferentes propriedades estruturais, morfossintáticas e semântico-pragmáticas. Além disso, a autora identifica um novo tipo de concessiva, a qual atua na camada da llocução.

Na próxima subseção, traçamos, com base em trabalhos prévios, o percurso de gramaticalização de *mesmo* e *apesar* dentro do domínio funcional da concessividade. A partir do suporte de estudos sobre a gramaticalização desses itens linguísticos, tínhamos por expectativa não apenas explicitar de que modo eles

passaram a funcionar como conectivos concessivos, mas também dar suporte à seleção dos grupos de fatores, apresentados no capítulo metodológico, e à elaboração das hipóteses que são testadas na análise.

1.4 Percurso de gramaticalização das formas variantes em competição: *mesmo x apesar*

Nesta subseção, delineamos o percurso de gramaticalização do *mesmo* e do *apesar* até o domínio funcional da concessividade. Para tanto, trazemos contribuições de trabalhos funcionalistas (BARRETO, 1999; AMORIM, 2009; LAMIM; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013), que tinham por finalidade fazer o levantamento das funções exercidas por esses itens linguísticos no português, de maneira sincrônica e/ou diacrônica, buscando sua função original e seu trajeto de gramaticalização para outras funções, tendo como base o *continuum: pessoa > espaço > tempo > texto*, proposto por Heine *et al.* (1991). Também trazemos contribuições de Rosário (2012), que sintetizou pesquisas de outros autores que versaram sobre o processo de gramaticalização de vários conectivos concessivos.

Primeiramente relembremos os princípios de gramaticalização postulados por Hopper (1991), comentados no capítulo do referencial teórico. Essa retomada dos princípios se faz necessária, na medida em que são importantes para a discussão da trajetória de *apesar* e *mesmo* até o domínio funcional da concessão. Em seguida, apresentamos o percurso de gramaticalização do *apesar de*, com os principais pontos da pesquisa de Barreto (1999), Lamim e Campos (2013) e contribuições de Rosário (2012). Depois, ponderamos sobre o percurso do *mesmo* até a função de conjunção concessiva, suas estratificações em formas como *mesmo que*, *mesmo assim* e *assim mesmo*, a partir das contribuições de Barreto (1999) e Amorim (2009).

Hopper (1991), ao investigar o processo unidirecional em que os itens lexicais e gramaticais passam a adquirir novas ou funções mais gramaticais ainda, propôs cinco princípios. O primeiro diz respeito a estratificação ou camadas, em que novas camadas emergem dentro de um domínio funcional, porém sem a eliminação das camadas mais antigas, que passam a coexistir, o que pode gerar a

competição/variação de uso. Esse princípio é validado no domínio da concessividade, visto a gama de formas possíveis de codificar a concessão. Para citar as que são analisadas no próximo capítulo, temos: *mesmo que*, *mesmo assim*, *apesar (de) que*, *(se) bem que*, *nem que*, *ainda que/quando*, *por mais/menor que* e *embora*. O surgimento dessas diversas formas concessivas não colocou em desuso a forma mais antiga e ainda utilizada, *embora*.

Segundo o princípio da divergência, mesmo depois da gramaticalização de uma forma em funções gramaticais, seu uso original não deixa de existir, inclusive podendo vir a sofrer novos processos de gramaticalização e gerar camadas em outros domínios funcionais. Esse processo ocorre com *mesmo*, posto que suas funções linguísticas são muitas (AMORIM, 2009; PEREIRA, 2013) e coexistem no português brasileiro.

O terceiro princípio postulado por Hopper (1991) se refere à especialização ou generalização, isto é, dentro de um domínio funcional, as formas novas podem assumir um significado mais geral e suplantar outros itens, ou as formas podem se especializar para contextos específicos de uso. De todo modo, esse princípio implica o “estreitamento das possibilidades combinatórias” (ROSÁRIO, 2012, p. 136).

A persistência, quarto princípio, implica a permanência de traços semânticos nas novas formas gramaticalizadas herdados de sua origem etimológica. Portanto, há uma tendência de manutenção de traços lexicais de origem nos novos usos, o que é, inclusive, um fato precursor da polissemia na língua (ROSÁRIO, 2012). Isso é bastante perceptível no uso do *ainda quando*, mantendo o traço de temporalidade (ROSÁRIO, 2012), do *mesmo se* (NEVES, 1999, 2000), mantendo o traço de condicionalidade, dentre outras conjunções concessivas.

Por fim, a descategorização ou perda das propriedades morfossintáticas, incluindo também a perda do *status* de palavras independente, no caso dos itens lexicais. Nesse processo, quanto mais gramaticalizado um item, menor autonomia sintática e morfológica. Sendo assim, o *mesmo*, ao passar de funções como pronome e adjetivo para funções como de conjunção concessiva, se torna inflexível, não apresenta concordância de gênero e número, e apresenta posição fixa na sentença.

Lamim e Campos (2013) tecem observações importantes sobre gramaticalização, pontuando que, ao mesmo tempo em que se configura como o

processo pelo qual itens linguísticos passam em seu caminho para a aquisição de funções gramaticais ou cada vez mais gramaticais, esse termo também se refere a uma teoria. Como teoria pressupõe um caminho de mudança linguística unidirecional a partir do *continuum concreto > abstrato*, em que, conforme Martelotta (1994, 2011), elementos mais abstratos (ou mesmo mais gramaticais) originam-se de elementos mais concretos (ou mais lexicais), seguindo o trajeto *verbo > substantivo > conjunção*.

Essa trajetória apontada por Martelotta (1994) é a mesma seguida pelo *apesar de* em seu processo de gramaticalização até assumir a função de locução prepositiva – posteriormente, com o acréscimo do *que*, conjunção concessiva. Em um *corpus* composto por diversos textos dos séculos XIII ao XIX, Lamim e Campos (2013, p. 119) investigaram essa trajetória de mudança e comprovam que o item linguístico passa de *pesar* (substantivo) para *apesar de* (locução prepositiva), como nas ocorrências a seguir:

(47) todolos outros vícios em algum tempo tem deleitaçám e este da viçiosa vergonha em requerimentos, com tristeza se ouvem, com **pésar** se permitem e conçédem. **Século XVI** (Obra Pedagógica de João de Barros)

(48) A verdadeira ciencia he a das Leys, e Canones, que lhe dá caça, e mete a saco todos os ladroens: e bastava taõ heroico acto para se ennobrecer, e fazer estimar sobre todas **a pezar de** roins, com quem tem sua ralé: e se estes a desacreditam, não valem testemunha, porque os açouta. **Século XVII** (A Arte de Furtar).

(49) Annibal Paz da Silva, filho do nosso bravo coronel Fidelis, que **apesar de** mal seguro nas moletas pelas feridas de Jatahy se está apromptando para ir com o Tamandaré desembarcar na Assumpção. **Século XVIII** (Carta Pessoal Marquês do Lavradio)

Lamim e Campos (2013) mostraram que, entre os séculos XIII e XVI, havia dois usos predominantes em relação ao item *pesar*, como verbo – com significado de saber o peso, pôr na balança – e outro como substantivo – com significado de

tristeza, dor, pena, remorso, fardo. Partindo do pressuposto, consolidado entre os pesquisadores funcionalistas, de que o uso mais abstrato é derivado do uso mais concreto, os autores concluíram que “o uso do substantivo é posterior ao verbo *pesar*, bem como a construção concessiva *apesar de* é posterior ao substantivo” (LAMIM; CAMPOS, 2013, p. 119). Esse percurso é exemplificado pelos dados em (47), em que *pesar* tem seu uso como substantivo, em (48), com uma forma ainda não consolidada de *apesar de* como locução prepositiva, o que já é percebido em (49), com a forma já estabelecida e de valor concessivo.

Ainda sobre os resultados da pesquisa, tendo em vista o recorte temporal do século XIII ao XIX, Lamim e Campos (2013) perceberam que, do século XIII ao XVI, só foram encontrados usos de *pesar* como verbo e como substantivo. A partir do século XVI, *pesar* começa a sofrer restrições gramaticais de uso e a construção *a pesar de* começa a se consolidar, embora sofra alterações de grafia – ora *apesar de* é grafado junto, como em (49), ora com hífen *a-pesar de* e ora separado e com z, *a pezar de*, como em (48). Nesse contexto, *apesar de*, mesmo com as irregularidades ortográficas, já apresenta valor concessivo, de modo que “a repetição destes três elementos composicionais, *a + pesar + de*, formou uma única unidade cognitiva que passa a desempenhar uma nova função gramatical e discursiva na língua” (LAMIM; CAMPO, 2013, p. 122). A construção, agora concessiva, é exemplificada na ocorrência abaixo, retirada do artigo dos autores:

(50) A verdadeira ciencia he a das Leys, e Canones, que lhe dá caça, e mete a saco todos os ladroens: e bastava taõ heroico acto para se ennobrecer, e fazer estimar sobre todas **a pezar de** roins, com quem tem sua ralé: e se estes a desacreditam, não valem testemunha, porque os açouta. **Século XVII** (A arte de furtar)

O contexto linguístico em (50) somado a fatores pragmáticos, discursivos, cognitivos, estruturais e a alta frequência de uso levaram, a partir do século XVII, à consolidação da construção *apesar de* com valor concessivo (cf. LAMIM; CAMPOS, 2013).

Os resultados numéricos evidenciaram que, no século XIII, 67% dos usos eram como verbo e 33% como substantivo, ainda sem a presença da conjunção ou

de seu posterior valor concessivo. No século seguinte, XIV, o uso de *pesar* como verbo caiu para 0% e seu uso como substantivo predominou em 100% das ocorrências, o que fez com que as autoras inferissem que o uso como substantivo tenha se originado do uso como verbo. Nos séculos XV e XVI, os dados estão equilibrados com 50% para verbo e 50% para substantivo. Contudo, a mudança maior se mostra a partir do século XVII, em que a forma passa a desempenhar três funções: 17% de seus usos são como verbo, 43% como substantivo e 40% já como conjunção concessiva. Progressivamente, *pesar* vai perdendo força como verbo – 0% no século XVIII e 9% no século XIX – e como substantivo – 25% no século XVIII e 12% no século XIX – e ganhando em frequência de uso com valor concessivo, consolidando a sua estrutura como *apesar de*, com 75% de uso no século XVIII e 79% no século XIX.

É importante salientar que, devido à heterogeneidade do *corpus* composto para a pesquisa de Lamim e Campo (2013), torna-se impossível fazer afirmações categóricas ou generalização de resultados. No entanto, é perceptível em que ponto da história, qual seja, o século XVII, *apesar de* emergiu como conjunção concessiva, ao passo que seus demais usos foram gradativamente perdendo espaço, embora não tenham deixado de existir. Vemos, portanto, a atuação dos princípios: (i) de estratificação, com a emergência de *apesar de* como camada no domínio funcional da concessividade; (ii) de decategorização, pois *apesar de* perde as características morfológicas de verbo, ao assumir papel substantivo e, posteriormente, perde as características morfológicas de substantivo ao se estabilizar, a partir do século XVII, como forma de concessivo; e (iii) de divergência, uma vez que, paralela à emergência de *apesar de*, *pesar* continua seu uso como verbo e como substantivo, inclusive podem sofrer novos processos de gramaticalização.

Barreto (1999, p. 364) assim explica a extensão semântica sofrida por *apesar*:

A mudança de conteúdo semântico que se processou com o substantivo **pesar** que, do valor semântico ‘desgosto’, ‘tristeza’, ‘sentimento’, passou a expressar, na locução prepositiva, uma ideia de concessão, parece ter sido determinada: 1) por um processo metafórico, motivado pelo sentido original do substantivo **pesar**, um sentido de adversidade, contrário ao que um ser humano normalmente deseja em cada situação da sua vida; 2) por um processo metonímico, o emprego da locução **apesar de**, inicialmente, em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas (BARRETO, 1999, p. 364).

Seguindo o processo de gramaticalização, a locução prepositiva concessiva *apesar de* adquire uma norma forma, agregada ao *que*, formando *apesar de que*. Sobre o acréscimo do *que* à locução prepositiva concessiva, Rosário (2012), com apoio em Barreto (1999), comenta a possibilidade de isso ter ocorrido por analogia a outras conjunções concessivas, uma vez que o processo de reanálise não se torna uma opção viável, pois, consolidada no papel de locução, *apesar de* não pode ocupar posição final em sentenças. Portanto não teria como ter surgido de uma reanálise a partir da contiguidade de *apesar de*, em posição final de sentença, + *que*, em posição inicial de sentença.

A forma *apesar que*, encontrada na pesquisa de Barreto (1999), pode ser interpretada como um uso mais recente, que também foi encontrado em nosso *corpus*, como confirma o dado (50) na subseção anterior. Esse novo uso parece indicar possíveis desgastes fonológicos da construção *apesar de que*, levando a redução da forma, em conformidade com Barreto (1999).

Diferentemente do *apesar de*, *mesmo*, em seu percurso de gramaticalização até a função de conjunção concessiva, percorre outra rota. Conforme Barreto (1999), *mesmo* se origina da forma **metipsimus*, superlativo de *metipse*, resultado da combinação da partícula *met* com o demonstrativo *ipse*, e ocorre na língua portuguesa desde o século XIII. Essa é uma trajetória bastante comentada na literatura para a origem do item *mesmo* no português brasileiro (cf. AMORIM, 2009; PEREIRA, 2013). Barreto (1999) registra ainda que essa trajetória envolve o *mesmo* na qualidade de adjetivo, pronome e advérbio, com significado de “exatamente igual”, “da mesma forma”, “idêntico”, “semelhante” etc.

Amorim (2009) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de compreender e explicar os diferentes usos do item *mesmo* no português atual – tendo como *corpus* entrevistas sociolinguísticas integrantes do *Corpus Variação Linguística da Paraíba* – e no português passado – com *corpus* composto por cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, integrantes do *Corpus Linguístico Diacrônico da Paraíba*. A autora reforça que o item linguístico *mesmo* chega na língua portuguesa como pronome demonstrativo, desempenhando função de reforço ou denotando semanticamente “identidade”, “igualdade” e fazendo referência a algo já mencionado previamente no discurso. Para Amorim (2009), as outras funções adquiridas por *mesmo* ao longo dos séculos foram resultado do processo de gramaticalização. Sua hipótese tem como base o

continuum, proposto por Heine *et al.* (1991), *espaço > tempo > texto*. A hipótese central da pesquisa está pautada na ideia de que “nos últimos dois séculos, o item vem, cada vez mais, distanciando-se do seu valor referencial/reforço (concreto) e agregando novas funções e valores ao seu escopo sintático-semântico dêitico/fórico” (AMORIM, 2009, p. 29), o que se representa graficamente pelo esquema: *referencial > relacional > textual/discursivo*.

Em um levantamento feito em dicionários e gramáticas, com o intuito de sumarizar as principais funções e classe gramaticais associadas ao *mesmo*, Amorim (2009)⁵⁰ fez descobertas interessantes, distribuindo as obras em três tipos: (i) obras clássicas (1930-1960), que mencionam os empregos como pronome demonstrativo, adjetivo, substantivo, interjeição, advérbio circunstancial e conjunção concessiva; (ii) obras tradicionais (1960-1990), em que o item figura como pronome demonstrativo, advérbio (à parte) e conjunção concessiva, com sentido de *apesar de*; por fim, (iii) obras linguísticas (1990-atual), em que o item é apresentado como pronome demonstrativo, adjetivo, substantivo, advérbio (à parte), advérbio circunstanciador, conjunção concessiva.

Amorim (2009) tece duas observações. A primeira se refere à tendência de, no período tradicional, classificar *mesmo* como advérbio à parte, provavelmente seguindo a categorização feita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o que pode, inclusive, ter levado à baixa diversidade de função do *mesmo* nesse período, se comparado aos demais. A segunda observação diz respeito à baixa menção de *mesmo* como conjunção concessiva pelos autores investigados no período linguístico (1990-atual).

Ressaltamos um ponto significativo desse levantamento feito pela pesquisadora e que é de suma importância para nosso estudo. Ao ser mencionado, nos estudos do período clássico, na função de conjunção concessiva, *mesmo* é sempre associado ao valor de sentido de *apesar de*, o que reforça a defesa de *apesar de* como uma conjunção concessiva já consolidada no momento em que *mesmo* se gramaticalizou nessa função.

⁵⁰ As obras analisadas por Amorim (2009) foram: José Marques Cruz (1953), Mendes de Almeida (1960), Oliveira (1961), Pereira (1942 [1907]), Rocha Lima (1964), Luft (1978), Cunha e Cintra (1984), Barros (1985), Said Ali (1966), Henriques (1997), Faraco e Moura (1997), Houaiss (2007), Bechara (2000; 2002), Ilari (1991), Dias (2005), Neves (2003) e Azeredo (1996).

Quanto aos resultados, Amorim (2009) dividiu sua análise em duas partes, uma dedicada à multifuncionalidade do item no português atual e a segunda ao português dos séculos XVIII e XIX. Começando pelo português atual, os resultados numéricos revelaram que, das 611 ocorrências de *mesmo*, as categorias mais produtivas foram: advérbio circunstanciador, na intenção de intensificar fatos/ações, com 31,92%; seguido por reforço contextual, na intenção de reforçar/situar tempo/espaço, com 29,95%; e referência adnominal/atributiva, na intenção de identificar, fazer referência ou comparar, com 15,22%. Destacamos que a categoria analítica de oposição, com intenção de refutar/contrapor e sentido de *apesar de/embora*, nesse período, obteve 4,09%.

A ocorrência (51) exemplifica um caso de circunstância, (52) de reforço contextual e (53) de referência adnominal/atributiva.

- (51) Infelizmente a gente tem de dizer isso né, que é a realidade **mesmo**. E agora o Congresso tá tendo a oportunidade de mostrar que o regime é democrático **mesmo**. (Inf. 29, masc., p. 312) (AMORIM, 2009, p. 122, grifos da autora)
- (52) Compraru da minha irmã, compraru da: da cunhada do meu irmão:, eles ajudam muito agora quando é p0a da0, da0 pouco, agora quando num dá p0a da0 muito, eles num dão não. *Pronto, que nem dia das mãe0 mesmo:*, foi hoje, aí sexta-feira teve a festa. Num teve muita coisa, num vou dize0 que não teve, mais achei boa a festinha que teve (Inf. 1, fem., p. 14) (AMORIM, 2009, p. 120, grifos da autora)
- (53) E* Como você vê a emancipação feminina?
F* Você tocou num problema muito sério. É bom: que haja essa emancipação. A questão me faz lembrar a questão da reforma agrária. *Olhe, a reforma agrária num é pegar e e que num tem terra e (hes) entregar, e ele é patrão, vai fazer a mesma coisa:, tá intendendo?* Bem, eu agora num tenho terra: bem, num tenho nada de bens materiais. *Então, vou lutar por uma terra, conseguir. Aí eu vou cometer as mesmas injustiçaø sendo*

proprietário. Então, a questão que você- num é a questão da emancipação. (Inf. 29, fem., p. 325) (AMORIM, 2009, p. 121, grifos da autora)

Amorim (2009), por meio dos resultados quantitativos, comprova que, já no português atual, o item *mesmo* deixou de se comportar como dêitico, sua função de origem, e passou a desempenhar, preferencialmente, função de advérbio circunstanciador. Seguindo esse caminho de abstratização, a autora aponta a reanálise, ou recategorização, como princípio atuante na gramaticalização do *mesmo*. Contudo, enfatiza que sua utilização como reforço, também acentuado, atesta o traço persistente de seus antigos usos. Além disso, vemos a atuação do princípio da divergência, pois, a despeito da gama de funções desempenhadas pelo *mesmo*, algumas de suas funções mais antigas ainda continuam ativas no português contemporâneo, enquanto novas funções emergem, como a concessiva. Nessa função, o item *mesmo* “assume um papel relacional estabelecendo relações coesivas entre segmentos oracionais opostos” (AMORIM, 2009, p. 134), sozinho ou com a presença de elementos como *que* e *assim*.

Amorim (2009) propõe duas trajetórias de evolução do item no português atual: (i) partindo dos seus usos referenciais (anafóricos): *referencial* > *relacional* > *discursivo/textual*; e (ii) partindo de seus usos de reforço: *reforço* > *circunstanciador* > *inclusivo* > *discursivo/textual*. Comprovando sua hipótese, a autora sintetiza o percurso do *mesmo* a partir do esquema da rota, encaixada dentro da proposta por Heine et al. (1991):

como se observa, o item ***mesmo*** prescreve duas rotas evolutivas que se manifestam inicialmente de sua forma concreta (referencial), operando, inicialmente, funções adnominais (atributivas) e nominais, comparando e fazendo referências a seres do mundo real, e também de reforço, peculiares ao seu escopo dêitico/fórico. Afastando-se dessas funções originais, avança tanto para funções relacionais como concessivo, como para valores de circunstância e inclusão, como advérbio. Continuando sua caminhada, afasta-se ainda mais de sua base concreta, desempenhando papel meramente discursivo, isto é, no nível do texto. Portanto, evolui, gradualmente, até um nível acentuado de abstração, indicando um movimento unidirecional, podendo ser visualizado na seguinte trajetória: **referencial/reforço > (circunstaciador/inclusivo) relacional > discursivo/textual** (AMORIM, 2009, p. 139-140, grifos da autora).

Um ponto importante do trabalho de Amorim (2009) foi ter controlado variáveis sociais em busca de motivações que envolvessem sexo, idade e

escolaridade. Contrariando suas hipóteses quanto a esses fatores, a autora percebeu: (i) mais uso do *mesmo* entre os homens (52,05%) – ela esperava que as mulheres, por serem mais comunicativas e terem uma fala mais espontânea, se destacassem quanto ao uso do item em apreço; (ii) mais uso do *mesmo* entre os mais velhos (62,53%), com mais de 50 anos, se comparado à faixa etária de 15 a 25 anos (37,47%) – era esperado que o estilo coloquial dos jovens atrairia o uso do item; e (iii) mais uso entre as pessoas de 1-4 anos de escolarização (24,05%), seguido por nenhum grau de escolarização (23,89%) e 9-11 anos de escolarização (23,08%).

Os resultados para a escolaridade foram inusitados, embora a hipótese inicial tenha sido atestada, dado que a autora esperava uma maior incidência do item *mesmo* entre os menos escolarizados. No entanto, o grupo com 9-11 anos de escolarização utilizou o item um pouco menos que os demais grupos, o que fez a autora propor que, na realidade, a disseminação do *mesmo* pode ter tornado o item mais abrangente do que ela esperava, tanto nas camadas populares quanto nas camadas de língua culta. Julgamos, porém, que, por conta de as porcentagens de utilização em cada faixa de escolarização serem tão similares, não se pode falar de diferenças em termos de padrão de uso.

O controle de fatores sociais no português atual do item *mesmo* realizado por Amorim (2009) é importante para a análise de nossos resultados para os mesmos fatores, embora nosso foco seja o *mesmo* como concessivo em variação com o *apesar*. Se até o momento, apresentamos os resultados quanto ao sexo e à idade para os dados com *mesmo* de modo geral; agora focamos nos resultados obtidos para essa conjunção apenas quando em função de oposição. Portanto, apresentamos os resultados para sexo e idade, especificamente na função de oposição na pesquisa da autora, que equivale a nossa função de conjunção concessiva. O item *mesmo* nessa função foi mais produtivo entre as mulheres e em ambas as faixas etárias (15-25 anos e mais de 50 anos).

A segunda parte da pesquisa de Amorim (2009) se refere à multifuncionalidade do *mesmo* nas cartas oficiais dos séculos XVII e XIX. Ao todo foram coletadas 125 ocorrências. Os resultados mostraram que, em ambos os séculos, o item apresenta uma produtividade maior nas funções de referência adnominal (73,33% e 64%, respectivamente) e referência nominal (18,67% e 14%,

respectivamente). No século XIX, a referência nominal e a inclusão empatam em segundo lugar, com 14%. Quanto à função de oposição, só foi mapeado um dado no século XIX.

Amorim (2009) salienta o uso do *mesmo* em sincronias passadas do português como quase restrito à sua propriedade anafórica ou referencial, portanto mais atrelado ao seu uso original, em contraponto ao uso atual, em que a forma é mais recorrente como advérbio circunstanciador.

Confrontando os resultados obtidos nas duas partes da pesquisa, com foco na trajetória evolutiva do item *mesmo*, Amorim (2009, p. 178, grifos da autora) sintetiza seus achados:

- Estabilidade dos usos referenciais anafóricos.
- Retração dos usos do item como reforço.
- Extensão semântica do item, sugerindo “igualdade”.
- Desdobramento de uso do item, sugerindo “inclusão”.
- Desdobramento de uso do item, sugerindo “oposição”.

Projetando em escala esses resultados, observa-se a seguinte configuração no percurso evolutivo de *mesmo* nos períodos em pauta:

referencial/reforço > (igualdade) > inclusão/oposição.

A rota proposta por Amorim (2009) encaixa o item em um processo de gramaticalização partindo de usos mais concretos (como reforço e referência), para usos mais abstratos (com função de demarcar inclusão e oposição no discurso). O número reduzido de dados nessas duas funções mais abstratas pode, segundo a autora, sinalizar possíveis tendências evolutivas, isto é, mudança em curso.

O item *mesmo*, assim como *apesar de*, que passou a *apesar de que*, continuou seu processo de evolução e apresenta, hoje, variação formal – *assim mesmo*, *mesmo assim*, *mesmo que*, *mesmo se* –, na codificação da concessividade. Sobre o *mesmo que*, Barreto (1999) postula um processo de gramaticalização como: (i) recategorização, *mesmo* (advérbio) + *que* (conjunção) = *mesmo que* (conjunção); (ii) sintaticização, ou seja, reanálise ou reinterpretação desse item na sentença, juntando-se à conjunção *que*, com valor concessivo; e semanticização, em que *mesmo* (com significado de “idêntico”, “semelhante”, “da mesma forma”) + *que* (concessivo) passou a estabelecer relação de concessão. Barreto (1999) estipula

que o surgimento de *mesmo que*, como conjunção concessiva, provavelmente seja datada do século XX.

Traçar as rotas de gramaticalização do *mesmo* e do *apesar* nos permite não apenas perceber traços persistentes em seu uso concessivo, que podem influenciar os contextos comunicativos em que preferencialmente aparece, como também propor generalizações de uso quanto a fatores sociais, no caso do *mesmo*, e delimitar qual das duas formas se gramaticalizou primeiro no domínio funcional da concessão. Ou seja, conhecer características do processo de gramaticalização foi fundamental para a nossa análise. Na sequência, listamos os grupos de fatores incluídos na investigação quantitativa.

1.5 Fechando o capítulo

Neste capítulo, apresentamos as definições dadas às concessivas por gramáticas tradicionais e as contrastamos com propostas de gramáticas de vertente funcionalista. Em seguida, fizemos uma revisão de três pesquisas sobre as concessivas no português brasileiro e finalizamos o capítulo com uma revisão de três pesquisas sobre as concessivas em outras línguas. Finalizamos o capítulo com a descrição de percursos de gramaticalização que podem ter sido seguidos pelas formas *mesmo* e *apesar* rumo à indicação de concessividade.

Salientamos a importância de todas as pesquisas sintetizadas e discutidas neste capítulo, reconhecemos os avanços e o pontapé inicial dado pelos gramáticos ao investigarem as orações concessivas (BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 201) focando em questões sintática e semânticas. Posteriormente aprofundadas por Neves (1999; 2000), Castilho (2014) e Neves e Braga (2016), as quais já trazem questionamentos quanto a dicotomia clássica entre subordinação e coordenação, além de se debruçarem em aspectos pragmático-discursivos e argumentativos das concessivas.

Em seguida, as pesquisas tanto no português brasileiro, quanto no inglês e no espanhol mostram a empreitada dos pesquisadores na área em busca de refinamento e diversificação dos grupos de fatores das investigações tendo como objeto de estudo as conjunções concessivas. Diversas nuances dessas conjunções são trazidas à tona, como: o detalhamento de várias das conjunções concessivas no

século XIX, não só em orações como também em sintagmas, de acordo com fatores variados, linguísticos e extralinguísticos (SALGADO, 2007); a análise das concessivas em português falado, na região de São Paulo, com aspectos diversificados, do entonacional ao pragmático, ampliando a função discursivo-argumentativa das concessivas⁵¹ (GARCIA, 2010); uma investigação não só bibliográfica dos processos de gramaticalização de várias conjunções concessivas, bem como também de características morfosintáticas e funcionais, trazendo propriedades semântico-cognitivas e discursivo pragmáticas (ROSÁRIO, 2012); e a evidência da multifuncionalidade das concessivas e de seu caráter intersubjetivo (ZAMPRONEO, 2014). Trabalhos sobre as orações, construções e conjunções concessivas desenvolvidas em outras línguas também se mostraram de suma importância para a definição e delimitação do objeto e desenvolvimento dos grupos de fatores e categorias de análise. Crevels (2000a,b) desenvolveu um trabalho muito reconhecido na literatura e muito referenciado por, a partir das pesquisas de Sweetser (1990), aplicar os diferentes níveis semânticos às construções concessivas, refinando e aprofundando as discussões quanto ao seu caráter argumentativo no fio discursivo. Na mesma perspectiva, Wiechmann e Kerz (2013) ampliaram a discussão de como o processamento linguístico, a partir de fatores como extensão proporcional da oração concessiva, grau de subordinação e complexidade da construção atuam em conjunto. Por fim, finalizamos o Estado da Arte com uma apreciação das contribuições de Parra (2016) quanto ao trabalho com propriedades estruturais, morfosintáticas e semântico-pragmáticas.

No entanto, como lacuna ainda a ser preenchida no que se refere ao estudo das concessivas, apontamos que elas não foram investigadas sob o arcabouço teórico desta pesquisa, que articula pressupostos do funcionalismo linguístico norte-americano e da sociolinguística variacionista, buscando especializações de uso das variantes quanto a fatores sociais, estilísticos e discursivos. Apesar de fazer uso de um *corpus* composto por entrevistas sociolinguísticas, Parra (2016) não tinha como pretensão explorar a influência de fatores sociais, nem colocar em análise formas variantes para a codificação da concessão. Nessa perspectiva, nossa tese é

⁵¹ Garcia (2010), como apresentado no subcapítulo 1.2.2, finaliza a tese apresentando funções discursivas relacionadas às concessivas, quais sejam: (i) restringir ou limitar a argumentação prévia, em uma tentativa de corrigir o que foi dito; (ii) introduzir informações adicionais; (iii) prevenir possíveis objeções, antecipação de um contra-argumento; (iv) sumarizar mudanças prévias de argumento; (v) mudar ou inserir um novo assunto; e (vi) preservar a face.

inovadora por abordar as concessivas do ponto de vista da variação linguística, com o controle de influências sociais, linguísticas e estilísticas. Pesquisas que tomam como foco comunidades de fala, em busca de inovações de uso quanto a elementos linguísticos, são de suma importância para fomento de estudos dessa ordem em outras comunidades de fala, avançando e aprofundando as pesquisas e investigações quanto ao português brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o aporte teórico-metodológico desta tese. Para tanto, está organizado da seguinte maneira: a seção 2.1 apresenta a sociolinguística variacionista, seus métodos e principais procedimentos de investigação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]; TAGLIAMONTE, 2006, 2012); a seção 2.2 aprofunda questões referentes à vertente de pesquisa da sociolinguística discursiva, abordando os principais problemas da análise da variação no âmbito discursivo e as principais estratégias encontradas na literatura para a delimitação do contexto variável (PICHLER, 2010; WATERS, 2016; GÖRSKI; VALLE, 2016a).

A seção 2.3 é dedicada ao funcionalismo linguístico norte-americano, destacando pressupostos básicos dessa teoria (GIVÓN, 1995; HOPPER, 1998, 2001; BYBEE, 2006), bem como conceitos centrais a esta tese, quais sejam: domínio funcional (GIVÓN, 1984) e gramaticalização (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUOGOTT, 1993). Por fim, na seção 2.4, são articulados pressupostos de ambas as teorias, no escopo do suporte teórico conhecido na literatura como sociofuncionalismo (TAVARES, 2013; TAVARES; GÖRSKI, 2013, 2017).

2.1 A sociolinguística variacionista

A sociolinguística variacionista é uma área da linguística que investiga a língua em seu contexto real de uso, com foco na interação entre língua, sociedade e cultura (TAGLIAMONTE, 2012). Consolidou-se nos Estados Unidos, na década de 1960. Conhecida, primeiramente, como Teoria da Variação e Mudança, surgiu da necessidade de se inserir o fator social e um método que tivessem como pilares fundamentais a variação e a mudança como inerentes ao sistema linguístico (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). A sociolinguística, em uma via contrária à teoria de maior destaque na época, o gerativismo, rejeita alguns de seus pressupostos e defende que os itens gramaticais e suas regras de combinação não podem ser investigados desvinculados de seus fatores históricos, culturais, sociais, estilísticos. Questiona a ideia de falante-ouvinte ideal como representante único de uma língua, colocando como lócus do estudo o dialeto compartilhado por uma

comunidade de fala (conceito que será mais bem desenvolvido adiante). Além disso, recusa a sintaxe como nível nuclear da gramática, considerando que todos os níveis da língua têm igual importância, e defende que a pragmática é um fator importante do contexto comunicativo, influenciando fortemente a forma da língua e os usos dos elementos linguísticos.

É uma corrente teórica que, embora entenda a língua como um sistema abstrato de regras, diferentemente do estruturalismo, renuncia à ligação direta entre sistematicidade e homogeneidade (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). Dentro dessa perspectiva, a língua é um sistema de regras categóricas (imutáveis) e de regras variáveis. Contudo, a língua, ao comportar a variação e a mudança, não passa por momentos de menor sistematicidade, posto que ambas são inerentes ao sistema linguístico, sendo a variação, inclusive, regida por regras que fazem parte da competência linguística de todo falante (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). Além disso, a mudança linguística, nesse contexto teórico, é entendida como processo, último estágio de um percurso pontuado por várias etapas.

Conforme Tagliamonte (2006), a sociolinguística variacionista está pautada em três fatores: (i) a língua é dotada de heterogeneidade ordenada, (ii) a língua está em constante mudança e (iii) a língua carrega mais do que o simples significado das palavras. Investigar os contextos de variação levando em consideração não apenas fatores linguísticos, mas também extralinguísticos – principalmente os de ordem social (quais sejam sexo, idade, escolaridade, classe social, etnia) – é o diferencial da sociolinguística e a base de seus princípios e postulados.

Pesquisas dentro dessa corrente teórica têm comprovado que há um padrão, uma regularidade, passível de sistematicidade, por trás do uso de formas variantes. As tendências para a escolha das variantes podem ser explicadas tanto por fatores linguísticos quanto extralinguísticos, os quais representam contextos favoráveis ou desfavoráveis para a ocorrência de uma ou de outra. Procuram-se, assim, padrões de uso, isto é, contextos regulares e frequentes de ocorrência de uma ou de outra variante.

O ponto fundamental da sociolinguística, para Labov (2008[1972]), é entender a variação como sendo inerente à língua. A heterogeneidade, portanto, é uma característica da língua, mas trata-se de uma heterogeneidade regular, isto é, passível de ser sistematizada, sendo o papel do sociolinguista, para chegar a essa

sistematização, analisar os contextos sociais, estilísticos e linguísticos que influenciam a variação.

Ao diferenciar regras variáveis de regras categóricas, a sociolinguística firma seu objeto de estudo como o primeiro conjunto (cf. LABOV, 2008[1972]). Portanto, a língua, para o autor, é composta por um complexo de regras que não são passíveis de variação, as ditas “regras categóricas”, e um conjunto suscetível à diferenciação quanto a fatores linguísticos ou extralinguísticos que influenciem em sua utilização, as ditas “regras variáveis”. Quando, em uma dada língua, ao mesmo tempo, duas ou mais formas linguísticas diferentes coocorrem em um determinado contexto ou estrutura linguística, tem-se o fenômeno da variação.

Em um estudo sociolinguístico, o objeto de estudo é a variável linguística, entendida como o conjunto de diferentes formas com mesmo significado referencial (cf. LABOV, 2008[1972]) ou a mesma função (cf. TAGLIAMONTE, 2006, 2012), ou seja, um conjunto de variantes.

O conceito de variável linguística foi bastante questionado na literatura. Em seus primórdios, a sociolinguística foi desenvolvida especialmente para pesquisas fonológicas, em que cabia perfeitamente a definição de variável como englobando forma de mesmo significado referencial. Entretanto, ao se problematizar a extensão do estudo da variação para níveis gramaticais mais altos, para além do fonológico, a definição de variável apenas pelo viés da equivalência semântica não comportava as novas pesquisas.

Um estudo desenvolvido por Labov e Weiner (1983) sobre a variação entre construções passivas sem agente abriu espaço para pesquisas em outros níveis gramaticais e, muito mais do que isso, mostrou que, a depender do fenômeno, fatores linguísticos podem ter mais relevância, do ponto de vista de condicionamento da variação, do que fatores extralinguísticos. Quanto a isso, Lavandera (1978) propõe, como alternativa à equivalência semântica, a equivalência/comparabilidade funcional, segundo a qual as variantes seriam determinadas quanto à possibilidade ou não de desempenharem a mesma função gramatical.

Nessa ótica, as variantes são entendidas como formas linguísticas passíveis de intercâmbio em um mesmo contexto, mantendo a mesma função e/ou significado referencial/representacional. Em estudos mais recentes, há a definição de variável

linguística como agrupando variantes que mantenham a mesma equivalência estrutural (cf. TAGLIAMONTE, 2012), questão retomada adiante.

O objetivo principal da sociolinguística variacionista é descobrir os mecanismos que regulam a variação, como ela se relaciona com outros fatores do sistema linguística e social e como essa variação pode levar (ou não) à mudança. Essas questões foram levantadas por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) na forma de cinco princípios empíricos a serem levados em conta em uma pesquisa sociolinguística. São eles: (i) o problema dos fatores condicionantes ou da restrição: conjunto de condições para que a mudança linguística ocorra; (ii) o problema da transição: entender o percurso da mudança como estágios de variação, como uma variante é transmitida no curso das gerações, e artifícios pelos quais a mudança progride; (iii) problema do encaixamento: como as formas linguísticas em processo de variação e/ou mudança se inserem no sistema linguístico tanto em termos de estrutura linguística quanto na social; (iv) o problema da avaliação: como a variação é avaliada pelos falantes em um nível linguístico (eficiência comunicativa) e social (interpretação social das formas); por fim, (v) o problema da implementação: quais os fatores a que podem ser atribuídos a mudança linguística. Posteriormente, o problema da restrição e o do encaixamento se tornaram apenas um único princípio empírico (LABOV, 1982 *apud* COELHO *et al.*, 2015).

A cada um desses problemas, conforme Coelho *et al.* (2015, p. 76-77, grifos dos autores), corresponde uma pergunta, respectivamente:

Qual é o conjunto de mudanças possíveis e de **condições** para mudanças que podem ocorrer em uma determinada estrutura?

Como as mudanças estão **encaixadas** na estrutura linguística e social?
Como as mudanças passam de um **estágio** a outro?

Como as mudanças podem ser **avaliadas** em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa e sobre o amplo espectro de fatores não representacionais envolvidos no falar?

A que fatores se pode atribuir a **implementação** das mudanças? Por que uma mudança ocorre em uma língua em uma época e não em outra língua em outra época?

O pesquisador dessa linha teórico-metodológica visa responder, senão a todas, algumas dessas perguntas, a depender do seu objeto de estudo.

Há duas possibilidades para o último estágio de um percurso de variação: (i) variação estável, em que cada forma se especializa a algum contexto, ligado à idade, sexo, função etc. ou (ii) mudança, em que uma forma é substituída por outra dentro do contexto/estrutura circunscrita pela pesquisa. São levados em conta dois tipos de mudança. A mudança *from below* ocorre abaixo do nível da consciência (isto é, não é perceptível para os falantes); ela se origina e é difundida dentro de uma comunidade de fala e se desenrola com o aumento gradual do uso da forma inovadora a cada nova geração de falantes (trata-se de uma mudança geracional); já a mudança *from above* ocorre acima do nível da consciência (isto é, é bastante perceptível para os falantes); ela tem origem em uma comunidade externa, introduzida por meio do contato linguístico, em que a geração mais nova, que incorpora a forma inovadora, diferencia-se das gerações mais velhas, que ou não fazem uso ou o fazem em baixa frequência (trata-se de uma mudança por difusão) (LABOV, 2001).

É preciso ter cautela, no entanto, com a distinção entre esses dois tipos de mudança no que se refere à questão do nível de consciência dos falantes. Segundo Guy (2011, p. 180), estudos prévios

confirmam a necessidade de reconhecimento de tipos distintos de mudança, baseados em diferentes mecanismos, mas o critério específico de consciência é de utilidade duvidosa para essa distinção, uma vez que há mudanças envolvendo inovações espontâneas das quais há considerável percepção consciente [...], e mudanças envolvendo acomodações a modelos externos em que os falantes mostram pouca percepção a respeito Guy (2011, p. 180).⁵²

Para os casos de mudança, Labov (1990) havia formulado dois princípios. O primeiro postulava que, em uma situação de estratificação social estável (em que não há indícios de mudança em progresso), homens usam formas não padrão com mais frequência do que mulheres. O segundo princípio postula que, em grande parte dos contextos de mudança linguística, as mulheres fazem mais uso de formas inovadoras do que os homens.

⁵² No original: “confirms the need to recognise distinct types of change, based on different social mechanisms, but the specific criterion of consciousness is of doubtful utility in making the distinction, since there are changes involving spontaneous innovations of which there is considerable conscious awareness, and changes involving accommodations to external models that speakers show little awareness of.”

Esses dois princípios foram reconfigurados e reorganizados, após pesquisas sobre fenômenos variáveis em níveis linguísticos e comunidades de fala diversos, em quatro princípios da mudança linguística, realçando a atuação da mulher na mudança (LABOV, 2001). No primeiro princípio, referente à mudança *from below*, a mudança “se origina em um grupo social central, localizado no interior da hierarquia socioeconômica⁵³” (LABOV, 2001, p. 188), ou seja, são as classes localizadas no meio da divisão socioeconômica que têm maior frequência de uso de formas inovadoras. O segundo princípio formula que “para as variáveis sociolinguísticas estáveis, as mulheres apresentam uma taxa menor de variantes estigmatizadas e uma taxa maior de variantes de prestígio do que os homens⁵⁴” (LABOV, 2001, p. 266). O terceiro princípio destaca que “na mudança linguística *from above*, as mulheres adotam formas de prestígio em uma taxa mais alta do que os homens⁵⁵” (LABOV, 2001, p. 274). Por fim, o quarto princípio salienta que “na mudança linguística *from below*, as mulheres usam frequências maiores de formas inovadoras do que os homens⁵⁶” (LABOV, 2001, p. 292).

É possível perceber, portanto, a forte presença feminina na determinação do curso na mudança, acelerando o uso de formas inovadoras em casos de mudança *from below* e liderando o uso de formas de prestígio em casos de mudanças *from above*. Labov (2001) deixa claro, pois, o papel da mulher em mudanças linguísticas pelas quais passa uma comunidade de fala. Em ambos os tipos de mudança, as mulheres se destacam, capitaneando “90% das inovações da língua onde quer que elas tenham origem” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 63)⁵⁷.

A sociolinguística tem um método de pesquisa rígido conhecido como envelope de variação, em que são definidas e delimitadas não só a variável e as variantes linguísticas, mas também o *corpus*, o contexto variável e os grupos de fatores (sociais e/ou linguísticos) a serem analisados e as hipóteses correspondentes a cada grupo de fatores.

⁵³ No original: “originates in a central social group, located in the interior of the socioeconomic hierarchy”.

⁵⁴ No original: “for stable sociolinguistic variable, women show a lower rate of stigmatized variants and a higher rate of prestige variants than men”.

⁵⁵ No original: “in linguistic change from above, women adopt diffusing forms at a higher rate than men”.

⁵⁶ No original: “in linguistic change from below, women use higher frequencies of innovative forms than men do”.

⁵⁷ No original: “90% of the innovations of language wherever they originate”.

Defende-se o vernáculo como o material básico da análise sociolinguística, pois proporciona dados mais sistemáticos para uma análise linguística (LABOV, 2008[1972]). Segundo o autor (p. 244), o vernáculo é definido como o “estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”. Trata-se, então, de um estilo de fala ligado ao grau de monitoramento, em que o mínimo de atenção é dado às estruturas linguísticas, ou seja, ao *como* falar. O vernáculo é uma importante fonte de dados por ser a primeira variedade a ser assimilada no processo de aquisição da língua e por ser a base a partir da qual os outros estilos de fala são compreendidos.

O método até hoje mais comum para recolher amostras da língua falada na sociolinguística se dá por meio de entrevistas sociolinguísticas. A entrevista sociolinguística é um instrumento de coleta de dados desenvolvido no âmbito da sociolinguística variacionista com o propósito de se chegar a uma amostra de fala mais informal (o vernáculo) de um informante, além da possibilidade de controle de estilos com graus variados de formalidade.

Nessas entrevistas são controlados fatores de ordem social, como nível de escolaridade, classe social, gênero, etnia, idade e classe social, como uma maneira de se chegar a amostras mais representativas de uma comunidade de fala, composta por indivíduos que compartilham entre si os mesmos usos linguísticos, o mesmo dialeto e se reconheçam como tal. O controle dos fatores de ordem social possibilita à sociolinguística sistematizar aspectos sociais e relacioná-los aos usos linguísticos, propondo generalizações e mesmo princípios de natureza universal, como os quatro princípios de mudança linguística já mencionados.

A entrevista sociolinguística é um método desenvolvido com o objetivo de minimizar o paradoxo do observador nas pesquisas sociolinguísticas – a dificuldade de buscar o vernáculo em um contexto em que estão presentes um entrevistador e um gravador – para, assim, coletar amostras de fala em que o falante se preocupe menos com o *como* fala e mais com o *que* fala.

O estilo surgiu na sociolinguística como uma questão de grau de atenção à fala, medido em uma dicotomia de fala casual – em que abundam formas não padrão – e fala monitorada – em que formas não padrão são evitadas (LABOV, 2008[1972]). Críticas foram levantadas a respeito do método de análise de estilo calcado no grau de atenção à fala. Schilling (2013), por exemplo, critica o caráter

unidimensional – dividido em casual e não casual – e a dificuldade de quantificar a atenção dada à fala.

Outros métodos foram propostos, como o *design* de audiência (BELL, 1984 *apud* SCHILLING, 2013), em que se privilegia o papel dos interlocutores⁵⁸ nas escolhas dos falantes e o modo como esse falante se coloca e forja sua identidade em vistas a se posicionar diante do outro. Um marco importante foi a adição de um componente de iniciativa, visto que, em muitos casos, a mudança de estilo parte do próprio falante como uma forma de ação direta no contexto comunicativo em que se encontra. Contudo, nessa abordagem, o falante não é o foco, e as explicações estão muito atreladas ao papel da audiência nas escolhas das formas linguísticas (SCHILLING, 2013).

Como uma forma de suprir as questões deixadas tanto pelo método de atenção à fala quanto ao *design* de audiência, surge o método de *design* do falante, em que o foco passa a ser o modo como a variação é utilizada pelos falantes como uma forma de moldar tanto a si mesmos como o contexto em que se encontram (SCHILLING, 2013). É uma abordagem centrada no individual e não mais no coletivo, associada a estudos de terceira onda da sociolinguística, em que o ponto central reside não tanto na escolha das formas variantes, mas na percepção dessas escolhas para delinear identidades sociais (ECKERT, 2000 *apud* SCHILLING, 2013).⁵⁹

Apesar de todas as críticas feitas ao método do grau de atenção dado à fala, muitas pesquisas são desenvolvidas tomando como critérios de análise o monitoramento da fala, mas avaliando-o com base em condicionadores mais aptos à quantificação, tais como o assunto e o contexto da interação (cf. LABOV, 2003).

Com base na literatura, Tavares (2014) lista alguns fatores que podem contribuir para o estilo adotado pelo falante:

⁵⁸ Segundo o modelo do *design* de audiência, os interlocutores são divididos em: (i) auditores: participantes autorizados na interação e que não estão sendo diretamente direcionados; (ii) overhearers/desavisados: pessoas que não são participantes, mas que estão dentro do perímetro auditivo da interação; e (iii) eavesdroppers/ “bisbilhoteiros/curiosos”: pessoas não autorizadas que não são conhecidas pelos participantes e cuja presença pode gerar mudanças no padrão de fala (cf. SCHILLING, 2013).

⁵⁹ As três ondas da sociolinguística podem ser assim distinguidas: (i) primeira onda: centra-se em padrões mais amplos de variação em uma comunidade de fala, considerando fatores como sexo e idade; (ii) segunda onda: centra-se em padrões mais locais de variação em uma comunidade de fala, considerando fatores como a rede social à qual se integram os indivíduos; (iii) terceira onda: centra-se em padrões bastante específicos de variação em comunidades de prática, e mesmo em um indivíduo, pertencente a uma ou mais comunidades de prática (cf. ECKERT, 2012).

(i) a familiaridade do falante com o(s) ouvinte(s); (ii) as características socioculturais dos interlocutores (idade, sexo, etnia, classe social, nível de escolaridade, profissão etc.); (iii) o tópico/assunto tratado (política, religião, família, infância, esporte, namoro, economia, lazer etc.); (iv) o domínio em que se dá a prática social (lar, trabalho, escola, clube, igreja, bar, shopping, praia, tribunal, audiência pública, fila de banco etc.); (v) os papéis socioculturais assumidos no momento da interação (amiga-amiga, esposa-marido, mãe-filha, patroa-empregada, professora-aluna, entrevistadora-entrevistada etc.); (vi) o maior ou menor envolvimento emocional do falante com o que diz.

Como um sétimo fator influenciador do estilo adotado pelo falante, a autora inclui o gênero textual. Considera a entrevista sociolinguística um macrogênero que pode congrega dentro de si vários gêneros textuais. Em uma entrevista sociolinguística, o informante tem a oportunidade de produzir vários gêneros: receitas, narrativas de experiência pessoal, narrativas habituais, relatos de opinião etc. No entanto, são as narrativas de experiência pessoal que mais possibilitam ao pesquisador ter acesso ao vernáculo de um indivíduo, permitindo uma investigação aprofundada sobre a língua falada mais informal em uma comunidade linguística. Por ser a narrativa de experiência pessoal o gênero mais informal entre os que costumeiramente são produzidos em uma entrevista sociolinguística, é nela que o falante mais facilmente manifesta o vernáculo. Labov (2004, p. 31) aponta que:

Na maioria dos estudos sociolinguísticos da comunidade de fala, as narrativas de experiência pessoal desempenham um papel proeminente. Na entrevista sociolinguística, as narrativas são um dos meios primários de redução dos efeitos da observação e da gravação. Quando se dissecam as mudanças de estilo na entrevista, as narrativas mostram consistentemente uma mudança na direção do vernáculo – isto é, na direção do estilo de fala que é aprendido primeiro e que é usado na comunicação diária com amigos e família.⁶⁰

O conceito de informalidade da fala, para Labov (2004), está ligado ao grau de atenção dado à seleção dos itens linguísticos. Nessa ótica, em falas mais

⁶⁰ Labov (2004) não aborda da perspectiva dos gêneros textuais a narrativa de experiência pessoal costumeiramente produzida em entrevistas sociolinguísticas. Eckert (2001), Macaulay (2001) e Paredes Silva (2010) o fazem, apontando que esse tipo de narrativa é um gênero textual, mesmo se produzido em contexto de entrevista sociolinguística.

No original em inglês: In most sociolinguistic studies of the speech community, narratives of personal experience play a prominent role. Within the sociolinguistic interview, narratives are one of the primary means of reducing the effects of observation and recording. In dissecting the stylistic shifts within the interview, narratives consistently show a shift towards the vernacular – that is, towards the first-learned style of speech that is used in every-day communication with friends and family.

emocionais, o monitoramento dos elementos da língua seria menor quando comparado, por exemplo, a um texto argumentativo, como o relato de opinião, em que o objetivo de persuadir/convencer o ouvinte pode passar por uma seleção mais cuidadosa, monitorada, de itens da língua.

No caso desta pesquisa, a abordagem adotada também é a de atenção à fala, vinculando-se graus de formalidade aos fatores tópico/assunto e gênero textual, controlados no capítulo de análise. A perspectiva de atenção dada à fala pode ser a mais adequada quando se aborda um fenômeno variável pela primeira vez em uma comunidade de fala, pois permite uma generalização ampla relacionando cada variante a graus de formalidade distintos (ou distribuindo-as ao menos entre formal e informal).

Como não encontramos outras pesquisas que tratassem das conjunções concessivas do ponto de vista da sociolinguística variacionista, com foco na variação entre conectivos com *mesmo* e com *apesar*, as generalizações encontradas na teoria quanto à atenção dada à fala são as que embasam as nossas hipóteses. Posteriormente, a adoção das perspectivas centradas na audiência e/ou no falante (cf. MEYERHOFF, 2006) que são mais estritas quanto ao escopo de análise, podem ser aplicadas como afinamento e aprofundamento do quadro geral, que já terá sido descrito quanto a características estilísticas amplas. Essa aplicação se fará especialmente necessária se, na análise do quadro geral, forem identificadas questões estilísticas que mereçam um olhar mais detido, do ponto de vista da audiência e/ou do falante, talvez em termos de comunidades de fala e/ou do uso individual das variantes.⁶¹

A língua está constantemente em fluxo, ou seja, ela sofre mudanças no tempo e no espaço. Para lidar com essa questão, a sociolinguística rompe com a dicotomia saussuriana de sincronia vs. diacronia e propõe um método de pesquisa pancrônico, no qual processos de variação (estudados em termos sincrônicos) afetam a mudança linguística (entendida em termos diacrônicos). Dessa forma, para essa corrente teórica, a variação e a mudança estão profundamente ligadas, porém “a variação não implica necessariamente mudança linguística (...). A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com o desuso de

⁶¹ A comunidade de prática pode ser definida como um conjunto de indivíduos que se agrega em torno de um empreendimento comum. Esses indivíduos partilham valores, crenças, modos de fazer as coisas, hábitos, entre eles os de fala (cf. ECKERT, 2012).

uma das formas” (TARALLO, 1985, p. 11). Ademais, um processo de variação pode ou não levar a uma mudança linguística. Existem situações de variação estáveis, e especialização já consolidadas de variantes em certos contextos, sem indícios de mudança.

A mudança, na sociolinguística variacionista, pode ser trabalhada de duas maneiras: tempo aparente e tempo real. O estudo em tempo aparente investiga a frequência de uso das variantes ao longo de faixas etárias determinadas, dentro de uma comunidade de fala, em uma mesma sincronia, buscando verificar se há uso frequente de variantes inovadoras entre os mais jovens em detrimento dos mais velhos, o que é tomado como indício de mudança linguística em progresso. As pesquisas nessa perspectiva podem suscitar explicações não só sobre o uso das variantes dentro da sincronia investigada, como também sobre o uso em sincronias passadas, além de permitirem o levantamento de hipóteses sobre sincronias futuras. Isso é possível devido ao princípio do uniformitarismo, segundo o qual forças que provocaram mudanças em momentos passados também podem atuar em mudanças correntes e futuras (LABOV, 2008[1972]).

A segunda maneira de se trabalhar com a mudança na sociolinguística é por meio do tempo real. Nessa perspectiva, amostras de fala ou de escrita de dois ou mais períodos de tempo são analisadas e comparadas com o intuito de investigar o processo de variação longitudinalmente, observando se ele culmina em mudança linguística ou em variação estável entre as variantes concorrentes.

A contabilização das frequências de uso das variantes é muito importante, pois a sociolinguística tem um aparato teórico-metodológico com uma forte base estatística. Os estudos feitos sob essa teoria investigam as escolhas linguísticas feitas pelos falantes; portanto, determinar as frequências de uso das variantes, sistematizá-las e relacioná-las a fatores linguísticos e extralinguísticos para se chegar a padrões de uso é o caminho metodológico da sociolinguística. Sankoff (1988, p. 151 *apud* TAGLIAMONTE, 2006, p. 12) defende esse método ao apontar que

sempre que uma escolha pode ser percebida como tendo sido feita no curso da performance linguística, na qual essa escolha pode ter sido influenciada por fatores como a natureza do contexto gramatical, função discursiva do enunciado, tópico, estilo, contexto interacional ou pessoal ou características sociodemográficas do falante ou de outros participantes, então é difícil evitar noções e métodos de inferência estatística, mesmo que seja apenas como

uma ferramenta heurística para tentar compreender a interação entre os vários componentes em uma situação complexa⁶².

Esse aparato quantitativo tem como vantagem a possibilidade de trabalhar com fatores multidimensionais de forma simultânea (TAGLIAMONTE, 2006) e de ser passível de replicação. Ligado a isso está o princípio da *accountability*, ou princípio da contagem responsável, postulado por Labov (2008[1972]) e salientado como um passo importante na análise da variável linguística. De modo geral, esse princípio é definido por Labov como a quantificação de todas as variantes possíveis de ocorrer no contexto variável em análise, inclusive o zero (o não uso de uma variante em contexto em que a função alvo do estudo é mesmo assim percebida), caso seja possível sua identificação.

A sociolinguística variacionista, em síntese, estuda a língua em seu uso real, relacionando a estrutura linguística a aspectos de ordem social e estilística. Desse modo, a língua não é vista como uma estrutura autônoma e não deve ser estudada fora do uso real, visto que, mais do que ser usada para a comunicação, a língua também desempenha um papel importante na identificação de grupos de indivíduos, em sua formação e na presença de diferenças sociais dentro de uma comunidade de fala (TAGLIAMONTE, 2006).

A variação pode ser reconhecida em qualquer nível linguístico: fonológico, morfossintático, sintático, discursivo (cf. TAGLIAMONTE, 2012). A sociolinguística visa investigar os padrões de uso das formas variantes e estipular os fatores internos e externos à língua que influenciam nesse processo, podendo ou não levar à mudança (LABOV, 1994).

Na próxima seção, tratamos da variação discursiva, descrevendo métodos para a definição da variável linguística, das variantes e do contexto variável no nível linguístico do discurso, em que enquadramos o objeto de estudo desta tese.

⁶² Tradução nossa. Original: “whenever a choice can be perceived as having been made in the course of linguistic performance, and where this choice may have been influenced by factors such as nature of the grammatical context, discursive function of the utterance, topic, style, interactional context or personal or sociodemographic characteristics of the speaker or other participants, then it is difficult to avoid invoking notions and methods of statistical inference, if only as a heuristic tool to attempt to grasp the interaction of the various components in a complex situation”.

2.2 Sociolinguística discursiva

Nesta seção, temos como foco a variação discursiva. Apresentamos seu objeto de estudo, as dificuldades existentes na definição da variável e das variantes nesse nível da língua, os procedimentos e os métodos de análise e a interface entre teorias, que é produtiva para a investigação de itens discursivos.

Como foi mencionado na seção anterior, as pesquisas no âmbito da sociolinguística variacionista foram desenvolvidas inicialmente para investigar fenômenos fonético-fonológicos e as variantes de uma variável eram postuladas por Labov (2008[1972]), seguindo uma noção da semântica formal, segundo a qual as variantes possuíam o “mesmo significado” do ponto de vista referencial.

A definição do que seria variação discursiva em si é bastante complexa. A variação, como foi dito anteriormente, é um fenômeno pelo qual duas ou mais formas "podem ocorrer com o mesmo valor referencial, ou significado referencial" (GÖRSKI; VALLE, 2016, p. 80) e, portanto, podem ser intercambiáveis com o mesmo valor de verdade em um mesmo contexto comunicativo.

Quanto ao termo *discurso*, segundo Görski e Vale (2016, p. 81), ele possui diferentes sentidos, podendo “se referir à organização da linguagem acima da sentença, remetendo à ideia de texto, e/ou pode remeter ao uso linguístico na interação, envolvendo também aspectos pragmáticos”. O estudo da variação discursiva envolve a investigação de fenômenos variáveis no nível discursivo, está ligada a itens linguísticos que operam em um sentido macro, extrapolando os limites da sentença, e lida com “fatores ligados à organização do discurso, ao processamento da fala e ao processo interacional” (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 207).

Comparada aos estudos em outros níveis gramaticais, a pesquisa em variação discursiva, ainda que não seja recente (tendo se desenvolvido a partir da década de 1980), é um campo ainda pouco explorado. Tanto Pichler (2010) quanto Görski e Valle (2016a) relacionam essa escassez à heterogeneidade de métodos, procedimentos, constituição dos *corpora* e definição do envelope de variação, além de não raro haver grande subjetividade no controle de grupos de fatores de ordem textual e pragmática. Assim, torna-se difícil o estabelecimento de generalizações quanto aos resultados, a comparação entre *corpora*, a delimitação do contexto

variável e a criação de um conjunto uniforme e coerente de princípios metodológicos. Há, então, a necessidade de se estipularem padrões teórico-metodológicos para a pesquisa de itens discursivos.

Freitag (2009), ao abordar os problemas enfrentados pelos estudos variacionistas para além do nível fonológico, destaca três: (i) a restrição contextual; (ii) a frequência e (iii) a necessidade de suporte teórico. Esses três pontos são discutidos ao longo desta seção, tendo como respaldo também outros pesquisadores da área.

Devido aos questionamentos quanto à natureza gramatical e à dificuldade de delimitação da variável linguística, muito se discutiu no intuito de avançar em uma definição de variável discursiva que desse conta da multifuncionalidade e do caráter opcional dos fenômenos nesse nível de análise. O critério postulado por Labov (2008[1972]), equivalência semântica, para que duas variantes sejam consideradas como competindo para a representação de uma variável não se aplica de modo claro à variação discursiva, visto que os itens discursivos podem apresentar uma gama de sentidos condicionados ao contexto comunicativo, aos participantes da interação, entre outros fatores. Diferente das variantes fonológicas, que são apenas distintivas, as variantes morfossintáticas e discursivas têm significados muito além de seus usos gramaticais (GÖRSKI; VALLE, 2016a).

Sendo assim, os itens discursivos podem apresentar nuances distintivas que se refletem em funções também distintivas. Com o propósito de tornar o método de delimitação da variável um procedimento mais uniforme e confiável, Pichler (2010), Waters (2016) e Görski e Valle (2016a) discutem estratégias aplicáveis à variável discursiva. Além da função como base para caracterizar a variável e recrutar as variantes – seguindo a hierarquia funcional macrofunção > funções > subfunções (GÖRSKI et al., 2003) –, tem-se também a posição, a forma (equivalência derivacional), a origem histórica e a frequência de *tokens* (para esse último quesito, cf. TAGLIAMONTE, 2012). Para Pichler (2010), uma definição de variável discursiva satisfatória deve levar em conta sua natureza polissêmica, multifuncional e opcional. Comentando a questão da definição da variável discursiva, Waters (2016) expõe a necessidade, a depender do fenômeno em análise, de se aplicar mais de uma estratégia para a delimitação da variável.

Uma estratégia proposta por Görski e Valle (2016a) é o desenvolvimento histórico similar entre as formas variantes. Segundo as autoras, esse processo está relacionado à gramaticalização de alguns itens linguísticos que culminou em seu uso em um mesmo contexto variável. Como exemplo são citados os verbos *ver*, *perceber*, *saber*, *entender* e *compreender* que, *a priori*, apresentavam graus de complexidade diferentes, mas no uso dado pelos falantes, esses verbos são intercambiáveis em determinados contextos como RADs – requisitos de apoio discursivo – não só no português, mas em outras línguas, como inglês, espanhol e italiano (VALLE, 2014 *apud* GÖRSKI; VALLE, 2016a).

Outra estratégia comentada por Görski e Valle (2016a) refere-se à frequência de uso das variantes. Essa estratégia, na verdade, é um passo importante na delimitação do contexto variável em qualquer nível linguístico, pois, embora muitas variantes possam ocorrer em determinado contexto variável, algumas delas podem não apresentar um número representativo de ocorrências. Para um estudo eminentemente estatístico, é recomendado que variantes com pouca ou nenhuma representatividade numérica sejam descartadas da análise.

Waters (2016) aponta três possibilidades de delimitação da variável discursiva, tendo como ponto de partida: a função – estratégia também defendida por Görski e Valle (2016a) –, a forma (subjacente) – também discutida por Pichler (2010) – e a posição. Começamos com a possibilidade de delimitação da variável pela forma, ou seja, a similaridade subjacente das formas variantes. Nessa perspectiva, as formas em competição seriam selecionadas como variantes por apresentarem similaridade em termos de construção. Um exemplo dessa aplicação é uma pesquisa realizada por Pichler (2008, 2009 *apud* PICHLER, 2010), na qual as variantes *I don't know* e *I don't think* foram tratadas como variantes devido à forma estrutural de pronome de primeira pessoa do singular (*I*, no inglês), negativa (*don't*) e verbo de cognição (*know* e *think*).

As duas outras estratégias discutidas por Waters (2016) são a posição ocupada pelas variantes na cadeia discursiva e a função desempenhada por elas. Quando se opta pela função como critério para a definição do contexto de variação, escolhem-se formas que codificam uma mesma função gramatical, portanto, que possam ser intercambiáveis, sem prejuízo de sentido, desempenhando o mesmo papel. Tanto Görski e Valle (2016a) quanto Waters (2016), ao comentarem a função como ponto

de partida, salientam a possibilidade de delimitar a variável a partir de uma macrofunção, trabalhando com as funções e subfunções como variáveis independentes. Quanto à posição como delimitação, tem-se a seleção das variantes que ocorrem em uma posição predeterminada.

É importante salientar que a delimitação do contexto variável depende tanto do objeto de estudo quanto dos objetivos da pesquisa, e, a depender do enfoque do pesquisador, mais de uma estratégia pode ser utilizada para melhor circunscrever a variável.

No que tange ao problema da frequência de ocorrência das variantes, sendo a sociolinguística variacionista um método de análise essencialmente estatístico, conforme já mencionado, são as frequências de uso das variantes que indicam os padrões de comportamento e apontam possíveis mudanças linguísticas. Daí surge outra dificuldade ao se debruçar sobre a variação discursiva. Diferentemente das variantes fonológicas, que têm uma representatividade numérica mais abundante, a variação discursiva e mesmo a morfossintática geralmente trazem dificuldades quanto à coleta de um número suficiente de dados; ambas ocorrem em menor proporção (FREITAG, 2009).

Ao se investigar um fenômeno fonético-fonológico, com variantes fixas e possibilidade de identificação dos contextos de não ocorrência, esse princípio não apresenta problemas de aplicação. No entanto, tendo em vista os níveis morfossintático e discursivo, nem sempre a variável em análise permite a contabilização das não ocorrências e, quando se foca na variação discursiva, a questão se agrava, tendo em vista o caráter muitas vezes opcional das variantes e a gama de variantes que podem ocorrer no contexto variável investigado (PICHLER, 2010; WATERS, 2016). Portanto, apesar de muito importante na pesquisa, como uma forma de atestar a confiabilidade dos resultados, é um princípio que se torna inviável dependendo do objeto de estudo.

A frequência de uso também abre margem para a discussão da constituição do *corpus*, definido como uma amostra que seja representativa de uma comunidade de fala. A quantidade de ocorrências coletadas depende do *corpus* que o investigador seleciona para sua pesquisa. Como discutido na seção anterior, a principal ferramenta de coleta na sociolinguística é a entrevista sociolinguística, pois fornece dados linguísticos relacionados a fatores sociais, como sexo, idade,

escolaridade, e passíveis de serem comparados a resultados encontrados tendo como base outro banco de dados de entrevistas sociolinguísticas. Porém, nada impede que outras fontes sejam usadas como *corpus*.

Devido ao caráter social e estilístico dos fenômenos de variação discursiva e tendo como intuito unificar os métodos de coleta na área, de modo que seja possibilitada a comparação de resultados de forma mais segura, Pichler (2010) salienta a importância de se apresentarem os metadados subjacentes à constituição do *corpus* da pesquisa, tais como: número de participantes, relacionamento entre os participantes, canal de comunicação, local de comunicação, lugar de gravação, formalidade, tópicos discutidos, atitudes em relação ao tópico, meta da interação, situação de fala/evento e contexto de atividade.

O último ponto comentado por Freitag (2009) é a necessidade de um suporte teórico auxiliar. Görski e Valle (2016a) enfatizam que a sociolinguística variacionista não é uma teoria da gramática. Logo, quando se lida com objetos de estudo mais altos do ponto de vista gramatical, surge a necessidade de se estabelecer uma interface teórica que auxilie na explicação dos resultados referentes aos fatores linguísticos. Uma interface produtiva, segundo as autoras, é a combinação de pressupostos da sociolinguística e do funcionalismo linguístico norte-americano, procedimento de análise adotado nesta tese.

Freitag (2009) defende a interface teórica para a pesquisa da variação em níveis gramaticais mais altos não só como uma maneira de tratar o fenômeno de forma mais complexa, mas devido ao caráter mais quantitativo e até mesmo social da sociolinguística, para que o estudo não se limite à simples contagem de ocorrências.

Na próxima seção, apresentamos princípios e postulados do funcionalismo linguístico norte-americano, teoria à qual recorreremos nesta tese, ao lado da sociolinguística variacionista.

2.3 O funcionalismo linguístico norte-americano

Tendo em vista a necessidade de interface teórica, comentada na seção anterior, trabalhamos nesta seção com conceitos ligados ao funcionalismo linguístico norte-americano. Nessa perspectiva, a gramática é tida como emergente, maleável e

dinâmica, sendo as funções das formas linguísticas negociadas no uso (HOPPER, 1998). Os principais pressupostos e postulados do funcionalismo, bem como os conceitos pertinentes para esta tese, tais como gramaticalização e domínio funcional, serão abordados adiante.

O funcionalismo linguístico norte-americano se desenvolveu nos Estados Unidos a partir da década de 1970. É uma corrente teórica que faz oposição à teoria formalista, materializada principalmente nos postulados gerativistas de Chomsky, visto que rejeita a análise puramente voltada para a competência linguística e a condução de uma pesquisa tendo como fonte um “falante ouvinte-ideal” (HOPPER, 1998).

Neves (2004), ao traçar as bases do pensamento funcionalista, retoma sua ligação com a Escola de Praga, na medida em que ambas consideram a língua como uma entidade dinâmica e colocam a função como ponto de partida para a investigação, levando em consideração que a multifuncionalidade dos itens reflete os diferentes modos de significação do discurso e salientando que as ligações entre estrutura e função são instáveis (GEBRUERS, 1987 *apud* NEVES, 2004).

Martelotta e Areas (2003) enfatizam a divisão da linguística estrutural em dois polos: (i) polo formalista, com ênfase na estrutura linguística e tendência por analisar a língua como um objeto autônomo, independentemente de seu uso em situações reais de comunicação; e (ii) polo funcionalista, em que a função desempenhada pela forma linguística tem papel determinante na comunicação, posicionando-se contra a visão de autonomia da língua e destacando seu caráter dinâmico, maleável e sujeito a pressões de uso. Dentro do polo funcionalista, Neves (2004) salienta que diferentes modelos de pesquisas são desenvolvidos. A autora diferencia as abordagens de Halliday, Givón, Coseriu e Dik. Esta pesquisa é guiada pela vertente funcionalista norte-americana, em que se destacam estudiosos como Givón, Hopper, Thompson, entre outros. Essa vertente concebe a língua como instrumento de interação social, motivada pelas pressões de uso e exigências comunicativas dos interlocutores, dando grande relevo a fatores de ordem semântico-discursiva.

Givón (1995) concebe a língua como uma atividade social e culturalmente determinada. Entende que a estrutura linguística serve a funções cognitivas e comunicativas, visto não se tratar de um sistema autônomo, mas sim motivado pelas

situações de uso; compreende as estruturas linguísticas como icônicas e moldadas pelas pressões adaptativo-funcionais que são exercidas durante a performance real. Segundo o autor, é no discurso que a língua é adquirida, que a gramática emerge e muda.

Essa visão de língua se alinha à de Hopper (1998), que ressalta que a gramática de uma língua é uma entidade dinâmica e emergente, suprindo as necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação. Por essa razão, as estruturas gramaticais “estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso”⁶³ (HOPPER, 2001, p. 28). A gramática de uma língua consiste, então, em um sistema adaptativo aberto, materializado na forma de discurso, no qual as formas estão constantemente sendo reestruturadas e ressemantizadas durante a comunicação (cf. HOPPER, 1998).

Essa visão de gramática, denominada *emergente*, prevê que os significados e as formas a eles relacionadas são renegociados a cada interação comunicativa, e, assim, podem ser afetados pela frequência de uso com que são proferidos. Hopper (1998) caracteriza a gramática emergente como distributiva (em oposição à modularidade proposta pelos formalistas), temporal (as estruturas e regras mais utilizadas em uma determinada época podem não ser tão utilizadas em outros períodos, visto que a gramática está em constante mudança), dialógica e psicocognitiva (não é uniforme, mas determinada pelo contexto e pela interação dos falantes), caracterizada por regras e formas materiais/abstratas (as formas são entidades materiais passadas de falante a falante no formato de enunciados, e as regras provêm da rotinização de um conjunto de formas).

O funcionalismo tem uma forte base cognitivista. Segundo Bybee (2006), uma vez que a gramática é a organização cognitiva da experiência de um falante, ao tratar de fenômenos gramaticais é importante que se considere o papel de habilidades cognitivas gerais como a importância da repetição para o fortalecimento de um padrão, o uso da similaridade para a categorização e construção de generalização desse padrão, assim como o impacto da frequência no armazenamento cognitivo para o processamento da experiência linguística. As frequências de uso são muito importantes para o estudo do sistema linguístico, uma

⁶³ Tradução nossa.

vez que, quanto mais frequentemente uma forma é utilizada no discurso, mais fixa na gramática de uma língua e na estocagem cognitiva de um falante ela tende a ser.

O discurso é definido, segundo Hopper (1998, p. 156), como “uma rede/cadeia de signos arranjados sintaticamente de acordo com essas regras”⁶⁴. As regras a que Hopper (1998) se refere dizem respeito ao uso dado às estruturas linguísticas nos momentos de interação. Do mesmo modo, Tavares (2014, p. 22) estabelece discurso como “uma cadeia de fluxo linear contínuo composta pela organização em andamento de fórmulas lexicais e gramaticais, concatenadas e encaixadas umas nas outras”.

Gramática e discurso são, portanto, indissociáveis. As estruturas e as regularidades que configuram a gramática enquanto sistema cognitivo emergem no discurso e são moldadas por ele em um processo contínuo (cf. HOPPER, 1998). A gramática alimenta o discurso com padrões linguísticos maleáveis e sujeitos aos propósitos comunicativos dos falantes, enquanto as novas estratégias, advindas das pressões de uso, rotinizam-se entrando para a gramática. Sob essa questão, Bybee (2006) enfatiza que o uso nutre a gramática tanto quanto a gramática determina a forma de utilização. Contudo, é importante salientar que, embora rotinizadas, as formas gramaticais podem vir a sofrer perda de frequência e cair em desuso. Logo, a gramática é um sistema que nunca está inteiramente formado, visto que é dinâmica e, acima de tudo, temporal. Outro ponto importante a ser salientado é que a gramática não é constituída apenas por padrões maleáveis, em constante emergência, mas também, em sua maioria, por padrões mais regulares, fixos.

Nessa perspectiva, o discurso é tomado como objeto de estudo do funcionalismo com o objetivo de “explicar as regularidades observadas no uso interativo na língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003, p. 29). Ou seja, o sistema sofre pressões externas (adaptativas), bem como pressões internas, devido à continuidade da existência das próprias formas, na gramática (cf. NEVES, 2004). Assim sendo, os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são interdependentes e inter-relacionados, provendo em conjunto explicações para o uso das formas linguísticas.

Na perspectiva funcionalista, os fenômenos linguísticos são explicados através de princípios, propriedades e motivações de natureza cognitivo-comunicativa

⁶⁴ Tradução nossa.

e cultural. Segundo Givón (1991, 1995), dois são os princípios de base cognitiva basilares da abordagem funcionalista: o princípio da iconicidade e o princípio da marcação. Para os pesquisadores funcionalistas, a estrutura linguística, sendo a linguagem uma faculdade humana, reflete “as propriedades de conceitualização humana do mundo e o funcionamento da mente” (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 21).

Nessa proposta, o princípio da iconicidade manifesta-se em três subprincípios. O *subprincípio da quantidade* prevê que quanto maior e/ou menos previsível e/ou mais importante for a informação, maior será a quantidade de forma a codificá-la, de modo que a estrutura linguística indica a complexidade da informação. Como contraparte, quanto mais previsível e mais simples a informação, menor a quantidade de forma. Segundo o *subprincípio da integração*, o que está mais próximo cognitivamente também está mais próximo morfossintaticamente. Ou seja, a ativação de um conceito gera uma reação em cadeia, promovendo a ativação de outros conceitos relacionados (cf. GIVÓN, 1995). O *subprincípio da ordenação linear*, de modo geral, relaciona a ordenação dos constituintes ao grau de importância do conteúdo. Gorski (1994) comenta que a motivação cognitiva desse subprincípio é a mesma do subprincípio da integração, que envolve um estreitamento entre as entidades mentais que se reflete na ordenação linear da oração.

O segundo princípio basilar do funcionalismo reportado por Givón (1995) é o princípio da marcação, segundo o qual um certo elemento é considerado marcado em relação a um segundo elemento quando apresenta uma propriedade ausente neste último. A noção de marcação se inseriu nos estudos linguísticos via Escola de Praga, inicialmente como um refinamento do conceito de valor linguístico e analisada de forma binária (cf. GIVÓN, 1995, p. 26). Entretanto, muitos estudos têm desenvolvido esse conceito e trabalhado com propostas escalares, a exemplo de Givón (1995, p. 28), que elenca três critérios que diferenciam formas marcadas de não marcadas e prevê uma distribuição escalar de formas:

- (i) Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não marcada.

(ii) Frequência distribucional: a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a categoria não marcada.

(iii) Complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa – em termos de esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento – do que a categoria não marcada.

Givón (1995) pontua que é comum que haja uma coincidência entre os três critérios da marcação, e considera que a relação entre esses três critérios é o reflexo geral da iconicidade na língua, visto que “categorias que são cognitivamente marcadas – isto é, complexas – tendem a ser também estruturalmente marcadas”⁶⁵ (GIVÓN, 1991, p. 106).

O princípio da marcação, que num primeiro momento era levado em conta em estudos do nível fonológico, foi se expandindo para outros níveis da língua, e, como Givón (1995) salienta, pode ser aplicado não só a sintagmas e morfemas, mas também a construções mais amplas e até a textos completos. O autor mostra como se dá essa aplicação a vários fenômenos linguísticos, dos quais abordamos dois: os tipos de oração e os textos.

No caso dos tipos de oração, temos que as orações subordinadas são tidas como mais marcadas em relação às principais, as negativas em relação às afirmativas, as passivas em relação às ativas. No caso dos textos, Givón (1995) propõe um *continuum* de marcação que parte da modalidade oral, menos marcada, mas considerando suas gradações de registro relativas ao gênero textual – por exemplo, uma conversa pessoal, informal (menos marcada), e uma palestra, formal (mais marcada) –; até a modalidade escrita, mais marcada, mas considerando suas gradações de registro relativas ao gênero textual – por exemplo, um bilhete, informal (menos marcado), e uma tese, formal (mais marcada).

Um conceito importante do funcionalismo para esta tese é a noção de domínio funcional. Segundo Givón (1984), esse termo pode se referir a áreas funcionais gerais (macrodomínios) como tempo, aspecto, modalidade, caso, referência etc. ou a áreas funcionais mais estritas (microdomínios), como o tempo futuro, o aspecto inceptivo, a modalidade deôntica, o caso nominativo, a dêixis etc.

⁶⁵ Tradução nossa.

De modo geral, a noção de domínio funcional é definida, por Görski e Tavares (2017, p. 48-49), como

ao mesmo tempo, origem (função comunicativa ou significado semântico-pragmático) e construto tipológico multidimensional e escalar que agrega uma ou mais formas de codificação, intra e interlinguisticamente, que se constitui em ponto de chegada e/ou de passagem de itens em processo de mudança, num contínuo arranjo e rearranjo das relações entre formas e funções na dinâmica adaptativa da língua em uso. Nesse sentido, o domínio funcional pode ser caracterizado como uma área coberta por (macro)funções/significações gramaticais que se projetam, via codificação, em mecanismos linguísticos que se articulam de forma mais, ou menos, recorrente e regularizada, em diferentes níveis.

Görski e Tavares (2017) salientam que domínios funcionais podem se dividir em subdomínios que interagem entre si, destacando que domínios maiores podem com frequência se sobrepor a outros parcialmente. Logo, a depender da necessidade de análise do pesquisador, o objeto de estudo pode ser um domínio englobando áreas funcionais gerais (macrodomínio) ou abranger funções mais restritas (microdomínios). Essa fluidez “se dá em virtude do caráter contínuo da mudança linguística decorrente de processos de gramaticalização, que envolvem a emergência e difusão de padrões de uso motivados pela interação entre aspectos cognitivos e comunicativos ou contextuais” (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 46).

Outro postulado importante para o funcionalismo diz respeito à incorporação de novas funções gramaticais a itens lexicais ou itens gramaticais, por meio de um fenômeno conhecido como gramaticalização. É comum, durante a interação comunicativa, que os falantes de uma língua criem estratégias envolvendo itens lexicais e/ou gramaticais que possam ajudar na comunicação. De acordo com a frequência de uso, essas estratégias criativas podem se rotinizar e passar a ser usadas em contextos de interação mais específicos, tornando-se cada vez mais gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). A essa rotinização dá-se o nome de gramaticalização, definida, em consonância com Hopper e Traugott (1993), como processo de mudança linguística que leva um item lexical a ganhar funções gramaticais ou itens gramaticais a atuarem em contextos mais gramaticais ainda.

Hopper (1991) propõe cinco princípios para explicar tendências basilares dos processos de gramaticalização. São eles: *estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização*.

Conforme o princípio da *estratificação*, novas camadas (formas) emergem constantemente. A emergência de uma nova camada não invalida as mais antigas, que podem coexistir (cf. também TAGLIAMONTE, 2012). Essas camadas convivem em uma mesma sincronia. Esse conceito de estratificação é muito próximo do conceito de variação, para a sociolinguística. Com efeito, a gramaticalização, mais especificamente a estratificação, é uma forma de explicar a variação linguística.

Longhin (2003) comenta uma tendência linguística de criação de novas formas gramaticais, especificamente quando se trata de conectores, a partir da reanálise de formas já disponíveis na língua. A autora cita duas estratégias de criação: (i) habilitação de palavras de naturezas diversas ao papel de conjunção; uma fonte muito frutífera que alimenta inovações no domínio das conjunções são os advérbios; e (ii) combinação de palavras de diferentes categorias à partícula multifuncional *que* para a formação de perífrases conjuncionais – é o caso da locução conjuntiva *mesmo que*. Sobre a formação das locuções conjuntivas, Bechara (2009, p. 472) assinala que “a oração transposta⁶⁶ de *que* pode funcionar como determinante de um advérbio, de modo que às vezes o conjunto advérbio + *que* passa a funcionar como um transpositor unitário”.

De acordo com o segundo princípio, *divergência*, o surgimento de uma nova camada para um domínio funcional determinando não anula sua forma-fonte lexical, que pode, inclusive, preservar suas propriedades originais, permanecer autônoma e sofrer pressões de uso que a habilitem para novas funções, ou seja, pode estar sujeita a outros processos de gramaticalização em outros domínios funcionais.

O terceiro princípio, *especialização*, postula o afinamento das formas quanto à escolha de uso, devido a nuances semântico-pragmáticas, sociais e/ou estilísticas, dentro de um paradigma funcional. Duas são as possibilidades: a) especialização por generalização (HOPPER, 1991): uma das formas sofre generalização de significado, assumindo as funções gerais e/ou específicas da forma concorrente, que tende, em geral, a ser eliminada ou a ter uso cada vez mais restrito; b) especialização por especificação (TAVARES, 2003): cada forma se especializa para funções ou contextos diferentes.

⁶⁶ Bechara (2009, p. 464) define o *que* como transpositor com a função de “marcar o processo por que se transpôs uma unidade de camada superior (uma oração independente) para funcionar, numa camada inferior, como membro de outra oração”.

O princípio da *persistência* diz respeito à manutenção de traços do significado lexical da forma-fonte na forma gramaticalizada. Esses traços que persistem podem refletir-se na distribuição gramatical dessa forma, gerando pequenas diferenciações entre as camadas de um domínio e influenciando seu uso efetivo. Segundo Tavares (2013), esse princípio se mostrou relevante para os estudos de variação linguística, uma vez que nuances de sentido conservadas pelas formas em seu processo de gramaticalização podem se refletir como condicionadores morfossintáticos, semântico-pragmáticos ou estilísticos para o uso de uma variante em um determinado contexto.

Por fim, em conformidade com o último princípio, *descategorização*, a gramaticalização envolve a perda de categoria que ocorre sempre na seguinte direção: item lexical (nome ou verbo) > item gramatical (outras categorias); item menos gramatical > item mais gramatical. Sendo assim, gramaticalização não só é um processo unidirecional de mudança, como também pressupõe uma escala de abstração que parte sempre de sentidos [+ concretos] para sentidos [+ abstratos]. Na próxima seção, abordamos a vertente de pesquisa conhecida na literatura como sociofuncionalismo, que envolve a articulação de pressupostos da sociolinguística variacionista com pressupostos do funcionalismo linguístico norte-americano.

2.4 Unindo pressupostos: sociofuncionalismo

Esta tese tem como bases teóricas a sociolinguística variacionista e o funcionalismo norte-americano, ou seja, trata-se de um estudo de cunho sociofuncionalista. Muitas pesquisas adotaram como foco a busca de padrões de uso de formas variantes utilizando o arcabouço sociofuncionalista como respaldo teórico. Em um levantamento, Tavares (2013, p. 36) elencou pesquisas não só no português brasileiro (a exemplo de LIMA-HERNANDES, 2005; BARCIA, 2006; FREITAG, 2007; TAMANINE, 2010; RAFAEL, 2010; SILVIA, 2013; GONÇALVES, 2013; AVELAR, 2013; CONFESSOR, 2013), como também em outras línguas (a exemplo de TORRES CACOULOS, 2001; TAGLIAMONTE, 2000, 2003; TAGLIAMONTE; SMITH, 2006; WALKER, 2010; LEWIS, 2013).

A combinação é possível devido a pontos de convergência entre ambas as teorias, tendo como principal pressuposto a premissa de que a variação e a

mudança são inerentes à língua. Tavares (2013) apresenta alguns pontos de concordância entre a sociolinguística e o funcionalismo. Um deles é a ênfase na língua como uma entidade maleável, sendo a mudança linguística definida como um processo contínuo e gradual. Görski e Tavares (2013) salientam, em ambas as teorias, o forte papel do contexto interacional como precursor para novos usos linguísticos.

Sobre a incorporação de pressupostos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico norte-americano em uma pesquisa, Bybee (2012 *apud* GÖRSKI; TAVARES, 2013, p. 83) defende que a sociolinguística “é mais propensa a incorporar métodos e ideias da linguística baseada no uso, pois está mais em sintonia com o estudo da língua no contexto e com a variabilidade inerente da língua”. Dessa forma, devido à visão de língua como dinâmica e emergente, tendo a variação e a mudança como inerentes, ambas priorizam a análise da língua em contextos reais de interação. Ademais, ambas enfatizam a importância de se atestarem as frequências de uso das formas linguísticas como evidência para apoiar sinais de mudança ou indícios de especialização de uso.

Outra convergência apontada por Görski e Tavares (2013) é o princípio do uniformitarismo. Segundo as autoras, na sociolinguística, o presente sempre foi fonte de dados para remontar sincronias passadas, visto que a hipótese do uniformitarismo prevê que as forças sociais que atuam sobre a mudança linguística hoje são, em teoria, as mesmas que atuaram no passado (LABOV, 2008[1972]). Em consonância, as autoras apontam que Bybee (2010) admite a perspectiva de que os mesmos processos de mudança que atuaram no passado atuam também no presente. Além disso, pesquisadores funcionalistas (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003 *apud* GÖRSKI; TAVARES, 2013) utilizaram o princípio do uniformitarismo em seus trabalhos, inspirando-se em estudos de Labov.

Tavares (2013) e Görski e Tavares (2013) apontam também a convergência entre os fenômenos de estratificação e variação. O princípio da estratificação pode ser relacionado com o fenômeno da variação, principal foco de estudo da sociolinguística, tendo em vista que diz respeito à coexistência/concorrência de camadas/variantes em um mesmo domínio funcional. Essa aproximação encontra respaldo na voz de Tagliamonte (2003 *apud* TAVARES, 2013, p. 36), ao postular que a gramaticalização “necessariamente produz variabilidade na gramática e essa

variabilidade reflete as camadas variáveis da gramaticalização representadas por diferentes formas”.

Embora tenham muitas semelhanças, Görski e Tavares (2017) chamam atenção para o fato de que nem todos os conceitos da estratificação e da variação se relacionam diretamente. Por exemplo, enquanto camadas e formas variantes encontram mais facilmente correlação, o mesmo não ocorre com domínio funcional e variável linguística. As autoras pontuam que nem sempre a variável linguística em estudo corresponde a um domínio funcional. Alguns ajustes precisam ser feitos, tais como a delimitação entre macrodomínio e microdomínio comentada na seção anterior. Por fim, as autoras ainda comentam o fato de que nem todo processo de variação corresponde à estratificação. Esses conceitos convergem quando se trata de casos de variação em que as formas variantes são provenientes de diferentes processos de gramaticalização, que levaram à criação de novas camadas dentro de um mesmo domínio funcional (POPLACK, 2011 *apud* GÖRSKI; TAVARES, 2017).

Por mais que ajustes tenham que ser feitos, ao defender a união de pressupostos funcionalistas e pressupostos sociolinguísticos, Görski e Tavares (2013, p. 88) acentuam que

a abordagem sociofuncionalista traz, para o tratamento da variação linguística, um controle bastante refinado de grupos de fatores linguísticos, com a inclusão de restrições de natureza discursivo-pragmática (planos discursivos, status informacional dos referentes, graus de integração etc.), que podem receber, de início, tratamento analítico escalar, sujeito a posteriores amalgamações.

Ao defender a abordagem sociofuncionalista, Görski e Tavares (2017) destacam o tratamento da função de forma multidimensional. Sendo assim, a correlação entre ambas as teorias permite uma visão não só social e/ou estilística da variação, mas também discursivo-pragmática, incorporando grupos de fatores também linguísticos e princípios de base cognitivista.

Na próxima seção apresentamos o percurso metodológico da tese, descrevendo o *corpus* da pesquisa, a seleção das formas variantes, a delimitação do contexto variável e os grupos de fatores levados em consideração na análise dos dados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, traçamos o percurso metodológico da pesquisa, apresentando o *corpus* da tese, o método de coleta dos dados, a definição da variável linguística e das formas variantes em competição e os grupos de fatores para a análise.

Segundo Tavares e Görski (2015, p. 263), os seguintes procedimentos metodológicos devem ser utilizados em um estudo sociofuncionalista:

- Identificação de situações de uso linguístico variável dentro de um domínio funcional;
- Operação da noção laboviana de “variável”, isolando formas variantes que cumpram uma mesma função dentro de um domínio funcional;
- Testagem de grupos de fatores diversos para identificar os contextos (linguísticos/discursivos, estilísticos, sociais) de uso das formas; [...]
- Detalhamento de cada grupo de fatores linguísticos/discursivos buscando captar variações e mudanças em curso ainda sutis (considerando inclusive sobreposições de funções), e posterior amalgamação de fatores em busca de generalizações; [...]
- Interpretação da frequência das formas em determinados contextos como indício (i) de perda de espaço de uma das variantes, ou (ii) de generalização de significado (os itens expandem seus contextos de uso), ou (iii) de especialização de uso (os itens adquirem significados mais específicos restritos a certos contextos dentro do domínio).

A abordagem sociofuncionalista adotada neste estudo permite dar conta de fenômenos variáveis de natureza discursiva. A indicação de concessividade é um desses fenômenos, visto que, como já dito, em conformidade com Neves (2000), seu sentido básico de contraexpectativa deriva não somente do conteúdo dito, mas do processo comunicativo. O controle de grupos de fatores de ordem funcional (semântico-pragmáticos e morfossintáticos) e de ordem sociolinguística (estilísticos e sociais) podem esclarecer melhor aspectos do processo comunicativo envolvidos no uso variável de conjunções concessivas.

Na seção 3.1 a seguir, descrevemos o *corpus* da pesquisa, o banco de dados FALA-Natal. Na seção 3.2, identificamos a variável linguística dentro do domínio funcional da concessividade e descrevemos as estratégias de que nos valem para a seleção das variantes. Na seção 3.3, apresentamos os grupos de fatores levados em consideração na análise.

3.1 O Banco de Dados FALA-Natal: Organização do *corpus* e do método de coleta

O *corpus* da pesquisa é composto por entrevistas sociolinguísticas realizadas com membros da comunidade de fala do município de Natal, capital e maior centro urbano do estado do Rio Grande do Norte, e retiradas do Banco de Dados FALA-Natal.⁶⁷ Os informantes do Banco de Dados FALA-Natal são estratificados socialmente de forma similar a outros bancos já consolidados, tais como o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e o projeto de Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL) (TARAVES; MARTINS, 2014). Trata-se do primeiro banco de dados natalense realizado com entrevistas sociolinguísticas. Conforme Tavares e Martins (2014), esse banco de dados tem como objetivo contribuir para a descrição sociolinguística e estilística do dialeto falado em Natal e possibilitar comparações entre usos linguísticos interdialetais. Além disso, pode servir como suporte para pesquisas que tenham por interesse a comparação com outras vertentes do português e/ou a testagem de teorias linguísticas.

O Banco de Dados FALA-Natal é composto por 48 entrevistas realizadas com natalenses, nascidos e criados em Natal, divididos de acordo com a seguinte estratificação social: (a) *sexo* (24 informantes do sexo feminino e 24 informantes do sexo masculino); (b) *idade* (12 informantes de 8 a 12 anos, 12 informantes de 15 a 21 anos, 12 informantes de 25 a 45 anos e 12 informantes de mais de 50 anos); (c) *nível de escolaridade* (12 informantes com ensino fundamental I completo, 12 informantes com ensino fundamental II completo, 12 informantes com ensino médio completo, além de 12 informantes cursando o ensino fundamental I – os indivíduos de 8 a 12 anos). Cada entrevista conta com cerca de 60 minutos de duração. Para a coleta dos dados desta pesquisa, foram consideradas as 48 entrevistas, uma vez que as orações concessivas tendem a ser pouco frequentes na fala (GARICA, 2010; ZAMPRONEO, 2014; PARRA, 2016).

Bastante se comenta sobre a representatividade de um *corpus* linguístico composto por 48 entrevistas. Contudo, Tavares e Martins (2014) salientam que esse número de entrevistas pode ser suficiente para traçar tendências gerais de usos em uma comunidade. Os autores citam Sankoff (1988 *apud* TAGLIAMONTE, 2006, p.

⁶⁷ Banco de dados autorizado pelo Comitê de Ética da UFRN sob o nº CAAE 11652312.2.0000.5537, parecer nº 244.207/2013.

23) ao defender que é necessário “não que a amostra seja uma versão em miniatura da população, mas apenas que tenhamos a possibilidade de fazer inferências sobre a população com base na amostra”. Da forma como está estratificado, o FALA-Natal permite generalizações com base na escolaridade, no sexo e no gênero.

Como abordado no segundo capítulo, a entrevista sociolinguística é a principal fonte de dados na sociolinguística. Foi desenvolvida por Labov (2008 [1972]) com o objetivo não só de fornecer resultados quantitativos robustos, replicáveis e com possibilidade de comparação entre si, mas também de coletar amostra de fala real, vernacular, em que o falante tivesse a oportunidade de desenvolver tópicos dos mais variados níveis de formalidade, mensurados com relação ao grau de atenção à fala. Segundo o autor, a narrativa de experiência pessoal, principalmente as perguntas com relação à experiência de quase morte, conduziram ao menor grau de atenção à fala, por despertar emoções no momento do relato que fazem com que o informante dê mais ênfase ao que fala, do que ao como fala. Por outro lado, trechos da entrevista em que o falante omite opiniões sobre assuntos polêmicos ou defende seu ponto de vista podem ser considerados como mais monitorados, pois, ao argumentar, o informante tende a ter mais cuidado inclusive com as escolhas linguísticas que faz.

Segundo Tavares (2015, p. 179), durante uma entrevista sociolinguística, “os trechos longos da fala do informante ganham a forma de diferentes gêneros textuais”. A autora caracteriza a entrevista sociolinguística como um macrogênero com base na definição de Martin e Rose (2008), segundo a qual macrogênero é um gênero textual que agrega em si diferentes gêneros textuais, os quais representam etapas de sua constituição.

Em um estudo feito sobre os diferentes gêneros produzidos em entrevistas sociolinguísticas que fazem parte do banco de dados VARSUL, o qual serviu como uma das inspirações para o desenvolvimento do banco de dados FALA-Natal, Tavares (2015) identificou gêneros como: narrativa de experiência pessoal, narrativa habitual, relato de opinião, narrativa vicária (narrativa recontada), narrativa autobiográfica, receita culinária, anedota.

Trabalhar com um *corpus* constituído como um macrogênero, tendo em si uma gama diversificada de gêneros textuais, permite ao pesquisador tratar o gênero textual como um fator de análise e investigar, através do gênero, a influência do

estilo no fenômeno de variação estudado. O controle dos gêneros produzidos em uma entrevista sociolinguística atua tanto na coleta de dados, posto que alguns gêneros podem privilegiar o uso de certas formas linguísticas, quanto no grau de formalidade característico de dado gênero, exercendo assim uma influência de ordem estilística sobre fenômeno (cf. TAVARES, 2015).

3.2 Objeto de estudo da pesquisa e a delimitação do contexto variável: a variável linguística e as variantes

Tendo em vista a necessidade de interface teórica, comentada no capítulo teórico desta tese, trabalhamos, nesta subseção, com conceitos ligados ao funcionalismo linguístico norte-americano. Um desses conceitos, também detalhado no referido capítulo, é a noção de domínio funcional.

A concessividade pode ser definida como

um (micro)domínio do domínio funcional complexo denominado nexos por Lehmann (2011), mas que também pode ser denominado junção, termo utilizado por nós. Esse domínio funcional recobre, como microdomínios, diferentes funções (que podem ser entendidas como relações semântico-pragmáticas), a exemplo de temporalidade, causalidade, condicionalidade, finalidade, concessividade, comparação, consecução, adição, adversidade, disjunção, explicação (TAVARES; PEDRO; ALBANO, 2021).

O domínio funcional da junção textual é composto por elementos linguísticos – preposições e conjunções – que “pertencem à esfera semântica das relações e processos” e “atuam especificamente na junção dos elementos do discurso” (NEVES, 2000, p. 601), portanto, “ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que sucedem” (NEVES, 2000, p. 601).

Como formas de codificação do domínio da concessividade, temos, além das conjunções mais antigas – *embora, conquanto, não obstante* –, conjunções que passaram a exercer essa função mais recentemente – *mesmo que/assim, apesar (de) que*, dentre outras.

Neste ponto, é importante lembrar que tomamos os termos *conjunção concessiva* e *conectivo concessivo* como intercambiáveis e *construção concessiva* como o complexo formado pela oração principal e a oração concessiva. O objetivo desta tese não é contribuir para a discussão de qual rótulo se adequa mais para os

nossos dados. A partir da leitura de outros estudos e pesquisas, percebemos que o mesmo objeto de estudo recebe denominações variadas⁶⁸. Contudo, embora estejamos cientes de que existem diferenças entre essas denominações, a nossa escolha por utilizar os termos como “sinônimos” têm como finalidade facilitar a descrição e análise dos dados. Nessa mesma perspectiva, Rosário (2012) faz uso dos termos *conectivo* e *conector*, *sentença* e *frase* e *oração* e *cláusula* como termos intercambiáveis, uma vez que seu objetivo era descrever o fenômeno da concessão e não se aprofundar na discussão de conceitos terminológicos.

Nas 48 entrevistas do Banco de Dados FALA-Natal, foram coletadas 80 construções concessivas, com variadas conjunções. Em (54), (55) e (56), temos ocorrências de *mesmo*, *mesmo que* e *mesmo assim*; e (57) e (58) ilustram *apesar de* e *apesar que*.⁶⁹

(54) [...] Aí também aconteceu... também aconteceu uma outra coisa que não foi engraçado, eu tava, né... veio uma onda forte, fui inventar de fazer jacarezinho, a onda veio tão forte que eu fiquei dentro dela, aí ela me girou por dentro d'água, aí eu bati a cabeça e o meu ombro na areia. Areia dura, viu? *Aí quando eu voltei eu fiquei toda dolorida, aí **mesmo assim** ainda fui brincar na... com meu pai e meu irmão.* (BDFN; AJ(1); femin.; EF1; pré-adolescente)

(55) Um negócio mais organizado também, né? ((risos)) Negócio mais organizado do que hoje, né? Ainda era assim, ainda, né? Ia namorar em casa, né? O namorado ia pra casa da namorada, aí namorava em casa, aí quando fosse sair tinha que sair com outra pessoa, né? Claro que dava um jeito, né? Dava-se um jeito de sair sozinho, né? **Mesmo que os pais não deixassem, dava-se um jeito, né, de sair sozinho, né?** Mas assim, era aquele negócio, ainda era... ainda tinha umas regrazinhas, não é como hoje, né? Que o pessoal não quer namorar em casa mais, né? (BDFN; K(27); femin.; EF2; 25-45)

⁶⁸ Rosário (2012) faz uso dos termos *conectivo* e *conector*, *sentença* e *frase* e *oração* e *cláusula* como termos intercambiáveis. Neves e Braga (2006) utilizam o termo *conjunção concessiva*, bem como *construção concessiva*, terminologia adotada também por Neves (1999, 2000), Salgado (2007) e Zamproneo (2014). Garcia (2010) e Zamproneo (2014) também recorrem ao termo *conjunção concessiva*.

⁶⁹ As orações principais estão destacadas em itálico, as concessivas em negrito e as conjunções concessivas em negrito e sublinhadas. Usamos as barras duplas (||) como orientação para a leitura, ora marcando digressão, ora circunscrevendo um contexto fora das orações nucleares e principais, mas que de algum modo auxilia na interpretação dos elementos.

(56) || Quando eu tenho alguma dúvida sobre qualquer coisa, ela me explica se ela souber||, **mesmo ela não sabendo**, *ela aprende pra me... pra me explicar.* (BDFN; M.E. (5); femin.; EF1; pré-adolescente)

(57) Acho que... tsi... a... || *gostei como todos me receberam bem.* || **Apesar de eu morar lá há pouco tempo**, *eu sempre fui muito bem recebida, e a comodidade da minha vizinhança, a simpatia.* (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

(58) Isso, moradores são os mesmos. *Alguns saíram, outros entraram, mas a maioria é o mesmo.* **Apesar que eu saio de manhã de casa, chego tarde, pego só meu material pra ir na faculdade, || então eu não conheço muita gente. ||** Essa é a minha rotina todos os dias. Todos os dias eu acordo de manhã, vou trabalhar, voltou e vou pra faculdade, chego tarde, vou dormir... todos os dias é isso. Então é uma coisa que... eh... não tenho como saber se mudou, tá mudando ou não, mas ao redor creio que é o mesmo, sempre vejo as mesmas pessoas. Sempre tem até um... na esquina da minha rua tem uns moradores que ficam lá conversando, fazem churrasco, fazem bingo, ficam colo... passando o tempo lá. (BDFN; B(16); femin.; EM;15-21)

Foram desconsideradas do levantamento dos dados: (i) as ocorrências de conjunções concessivas em contexto de interrupção do período ou de reformulação do que foi dito, sem retomada do que vinha sendo dito, como em (59); e (ii) a conjunção *mesmo se* (em (60)), por se tratar de um contexto de intercessão entre a concessão e a condição, configurando uma condicional-concessiva (NEVES, 1999; 2000; 2016).

(59) Sim. *Bom, ela... ela tem alguns problemas de saúde*, **apesar de ser...** || ela sempre foi uma pessoa muito saudável ||, mas como ela ainda trabalha, é uma pessoa que... que não teve vontade de se aposentar, ela acabou adquirindo alguns problemas de saúde ao decorrer da vida que... como a diabetes e a pressão alta. (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

(60) *Aí, eh... claro que se eu for concorrer esse ano ninguém vai votar em mim, || porque eu vou ser tipo como se fosse nova, porque eu vou ser nova de manhã, aí ninguém vai votar porque se||... e **mesmo se votassem, aí eu ia poder ver minhas amigas e tal, mas eu não vou ver.** (BDFN; AJ(1); femin.; EF1; pré-adolescente)*

A tabela 1 a seguir traz a distribuição das conjunções encontradas nas 48 entrevistas do Bando de Dados FALA-Natal:

Tabela 1: Ocorrências das conjunções concessivas no *corpus*

Conjunções	%
<i>Mesmo assim</i>	17
<i>Mesmo quando</i>	1
<i>Mesmo</i>	15
<i>Assim mesmo</i>	2
<i>Mesmo que</i>	9
<i>Apesar de</i>	27
<i>Apesar (de) que</i>	9
Total	80

Fonte: autoria própria.

Para possibilitar a análise estatística, uma vez que há um grande número de variantes, com concentração nas formas com *mesmo* e *apesar*, optamos por trabalhar com dois conjuntos: (i) *mesmo*, agrupando *mesmo*, *mesmo assim*, *assim mesmo* e *mesmo que*; e (ii) *apesar*, agrupando *apesar de*, *apesar que* e *apesar de que*. Cada um desses conjuntos foi considerado uma variante; portanto, a variável linguística objeto deste estudo congrega duas variantes.

As ocorrências desses dois conjuntos foram codificadas quanto aos grupos de fatores listados na subseção 3.4. Essa codificação foi submetida ao pacote estatístico Goldvarb X para a obtenção de pesos relativos, uma medida mais precisa para a identificação de influências de grupos de fatores.

O peso relativo é uma medida multivariada, oriunda da interação estatística dos fatores de cada um dos grupos de fatores controlados em relação à variável linguística. Assim, “cada efeito de um fator na análise é calculado enquanto são

controlados, até o máximo possível, os outros fatores” (GUY; ZILLES, 2007, p. 100). O peso relativo revela a influência exercida por cada fator sobre as formas variantes. O peso relativo varia de 0 a 1: (i) quanto mais próximo de 0, menos influente é o fator; quanto mais próximo de 1, mais influente é o fator. Um peso de 0.50 tende a ser neutro.

Na tabela 2, encontra-se a distribuição das duas formas que tomamos como variantes – as formas com *mesmo* e as formas com *apesar*:

Tabela 2: Ocorrências das formas variantes *mesmo* e *apesar* no corpus

Variantes	%
<i>Mesmo</i>	44
<i>Apesar</i>	36
Total	80

Fonte: autoria própria

Para o tratamento estatístico multivariado das conjunções concessivas, foram consideradas as formas com *mesmo*, contabilizando 44 dados ao todo, e as formas com *apesar*, contabilizando 36 dados ao todo, chegando a um total de 80 ocorrências das duas variantes. Salientamos que outras pesquisas também trabalharam com um número reduzido de ocorrências tanto na escrita (SALGADO, 2007) quanto na fala (GARCIA, 2010; ZAMPRONEO, 2014).

No que diz respeito à confiabilidade de resultados obtidos em rodadas estatísticas do Goldvarb X feitas com poucos dados (tokens), Tagliamonte (2012, p. 136) pontua que:

O número de tokens geralmente aceito por célula para a seleção de uma ou outra variante a ser modelada estatisticamente está na faixa de 30 tokens (CEDERGREN; SANKOFF, 1974; GUY, 1980; LABOV, 1969). A cifra de 30 é um objetivo razoável para testes estatísticos (ver também BAAYEN, 2008:215), embora com variáveis morfológicas e sintáticas, que ocorrem com menos frequência do que as fonológicas, nem sempre é alcançável. As leis estatísticas gerais determinam que, com menos de 10 tokens por célula, há uma grande probabilidade de flutuação aleatória, mas com números maiores que 10, há 90% de conformidade com a norma prevista, aumentando para 100% com 35 tokens (cf. GUY, 1980:20). Portanto, se não

puderem ser obtidos 30 tokens por célula, qualquer número acima de 10 é preferível.⁷⁰

A concessão, uma variável de ordem discursiva, apresenta um número bastante reduzido de ocorrências, quando comparada a variáveis fonológicas e mesmo outras variáveis discursivas. No entanto, foi possível garantir uma maior confiabilidade aos resultados quantitativos da análise multivariada porque, seguindo as orientações postuladas por Tagliamonte (2012), as rodadas do pacote estatístico contam com mais de 10 ocorrências por célula, chegando ao mínimo de 90% de confiabilidade.

Passamos agora a detalhar como procedemos para a circunscrição da variável linguística alvo desta pesquisa. A especificação do contexto variável é um passo fundamental para a análise sociolinguística variacionista – trata-se do primeiro passo, visto que representa a definição do objeto de estudo. Para a circunscrição da variável, utilizamos cinco estratégias, combinando propostas de Pichler (2010), Görski e Valle (2016a) e Waters (2016), já comentadas no capítulo teórico desta tese.

A primeira estratégia diz respeito ao desenvolvimento histórico similar das formas variantes (GÖRSKI; VALLE, 2016a). Levando em consideração as conjunções concessivas encontradas no *corpus*, essa estratégia nos pareceu inviável. Encontramos formas variadas, como *mesmo*, *mesmo assim*, *mesmo que*, *apesar (de) que* etc., que têm origem em processos de gramaticalização distintos, com formas fontes de diferentes categorias e etapas de mudança variadas. O processo de gramaticalização das variantes *mesmo* e *apesar* como conectores concessivos é abordado na próxima seção.

A segunda estratégia remete à frequência das formas variantes (GÖRSKI; VALLE, 2016a), o que nos levou a selecionar como variantes as formas com *mesmo* e *apesar*, mais recorrentes no *corpus*. Essa estratégia é necessária para a

⁷⁰ Tradução nossa do original em inglês: A generally accepted number of tokens per cell in order for the selection of one variant or another to be modeled statistically is in the range of 30 tokens (see Cedergren and Sankoff 1974; Guy 1980, 1993; Labov 1969). The figure of 30 is a reasonable objective for statistical testing (see also Baayen 2008: 215), though with morphological and syntactic variables, which occur less frequently than do phonological ones, it is not always attainable. General statistical laws dictate that with fewer than 10 tokens there is a high likelihood of random fluctuation, but with numbers greater than 10 there is 90% conformity with the predicted norm, rising to 100% with 35 tokens (see Guy 1980: 20). As such, if 30 tokens per environment cannot be attained, any number in excess of 10 is preferable (TAGLIAMONTE, 2012, p. 136).

circunscrição do contexto variável, visto que a sociolinguística se vale de aporte estatístico, em que as frequências das ocorrências são utilizadas para estabelecer padrões gerais de uso e generalizações sobre as influências dos grupos de fatores.

Waters (2016) apresenta três possibilidades de descrição da variável linguística: através da forma, da função ou da posição. A estratégia centrada na forma, ou seja, na similaridade estrutural subjacente das variantes em competição, não se aplica a todos os conectores concessivos que identificamos, pois eles têm formações estruturais diferentes e, ao fixar um tipo de estrutura subjacente, estaríamos excluindo a possibilidade de ocorrência de outras conjunções em contexto concessivo. Do conjunto de formas abrigado nas duas variantes, formas com *mesmo* e formas com *apesar*, algumas são similares estruturalmente (as locuções *mesmo que* e *apesar que*), mas o conjunto de formas que compõe cada uma das variantes é distinto estruturalmente: (i) *mesmo*: *mesmo*, *mesmo assim*, *assim mesmo*, *até mesmo*, *nem mesmo* e *mesmo que*; (ii) *apesar*: *apesar de*, *apesar que* e *apesar de que*.

Relativamente à função como estratégia para a definição da variável, selecionamos conjunções que, ao ligar uma oração subordinada a uma principal, estabeleçam uma relação de concessividade. Segundo a literatura, a concessividade se configura como um movimento retórico e argumentativo de quebra de expectativa, ou contraste entre duas ideias, em que o locutor reconhece a voz do interlocutor, que emerge no discurso, porém não carrega em si um argumento forte o suficiente para mudar o argumento da oração principal (cf. CUNHA; CINTRA, 2013; BECHARA, 1954, 2009; NEVES, 1999, 2000; CASTILHO, 2014).

No que diz respeito à posição, todas as conjunções concessivas encontradas ocorrem na margem esquerda do sintagma ou oração do qual fazem parte. Visto que há a possibilidade de definir o contexto variável tomando como base mais de uma estratégia, optamos pela função e pela posição para delimitar o objeto de estudo desta pesquisa, já que são esses os traços que as variantes claramente têm em comum.

Circunscrevemos, assim, as variantes quanto à função de concessividade de quebra de expectativa, e quanto à ocorrência na margem esquerda da estrutura que introduzem. Ademais, relembramos que utilizamos também a frequência de

ocorrência das conjunções concessivas para agrupar as formas em duas variantes, *mesmo* e *apesar*.

Ao agrupar as conjunções concessivas nas duas formas variantes com *mesmo* e *apesar*, esperávamos poder desenvolver um estudo variacionista multifatorial para observar os contextos em que uma ou outra é selecionada pelo falante para a codificação da concessividade. Escolhemos essas duas formas variantes pela expressividade em nosso *corpus* e pela pouca representatividade numérica dos outros conectivos concessivos encontrados. Tais conectores – *ainda que/quando/assim, nem que, (se) bem que, por mais/menor que e embora* – não fazem parte de nossa análise.

3.3 Grupos de fatores controlados

Para circunscrever os contextos de ocorrência das conjunções concessivas sob enfoque com base na atuação de fatores morfossintáticos, semântico-pragmáticos, estilísticos e sociais, codificamos cada dado quanto aos grupos de fatores listados a seguir. Trata-se de fatores considerados pelos estudos sintetizados no primeiro capítulo desta tese como sendo os mais relevantes para a descrição das conjunções concessivas, além de fatores que se mostraram pertinentes em relação ao *corpus* de onde foram extraídos os dados. Os autores que abordam cada fator são mencionados ao lado do fator.

- Sexo;
- Idade;
- Escolaridade;
- Tipo de construção ao qual se liga o conector: oração ou sintagma (GARCIA, 2010);
- Finitude do verbo (SALGADO, 2007; WIECHMANN; KERZ, 2013; PARRA, 2016);
- Correlação modal entre a oração nuclear e a concessiva (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016; PARRA, 2016);
- Gênero textual em entrevista sociolinguística;
- Assunto (pessoal vs. geral);

- Ordem das orações: anteposta, posposta e intercalada (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; WIECHMANN; KERZ, 2013; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016; PARRA, 2016);
- Extensão da oração concessiva (WIECHMANN; KERZ, 2013);
- Domínio das relações expressas nas concessivas: conteúdo, epistêmico e ato de fala (NEVES, 1999, 2000; CREVELS, 2000a/b; NEVES; BRAGA, 2016);
- Relações semânticas: factual, eventual/potencial/hipotética, contrafactual (NEVES, 1999, 2000; SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016; PARRA, 2016);
- Funções semântico-discurso (ZAMPRONEO, 2014);

Os quatro últimos grupos de fatores – assunto, gênero textual em entrevista sociolinguística, sexo, idade e nível de escolaridade – não foram testados em estudos anteriores que tiveram como objeto as orações concessivas. Quanto a esse aspecto, salientamos o pioneirismo desta tese ao buscar relacionar o uso das conjunções concessivas não só a fatores sintáticos e semântico-pragmáticos, mas também a fatores sociais e estilísticos.

Propomos uma abordagem não só qualitativa, com a descrição de fatores sintáticos, semântico-pragmáticos, estilísticos e sociais típicos dos contextos de uso das conjunções concessivas, como também quantitativa, com a quantificação das frequências de uso de cada conjunção em relação a cada um dos fatores considerados, com o intuito de medir numericamente a influência de cada fator sobre as conjunções estudadas.

Como já dito, fazemos uso do pacote estatístico Goldvarb X para a obtenção de pesos relativos referentes à atuação dos grupos de fatores na escolha das duas variantes, *mesmo* e *apesar*. A abordagem quantitativa permite observar tendências de uso das conjunções concessivas, com o intuito de identificação de suas possíveis especializações de uso. No próximo capítulo, apresentamos a análise dos dados.

4 MESMO E APESAR EM CONFRONTO: a variação de uso no domínio funcional da concessividade

Este capítulo descreve e analisa os contextos de ocorrência das conjunções concessivas com *mesmo* e com *apesar* por meio do controle de grupos de fatores sociais, morfossintáticos, semânticos e pragmático-discursivos.

Os fatores são examinados na ordem em que foram listados no capítulo metodológico: idade, sexo, escolaridade, relações semânticas, níveis das relações expressas nas concessivas, correlação modal, finitude do verbo, ordem da oração concessiva, tipo de construção, funções discursivas e de articulação textual, extensão da oração concessiva, assunto e gênero textual.

Ao todo, das 48 entrevistas sociolinguísticas, foram coletadas 80 ocorrências de orações concessivas com *mesmo* e *apesar*. O trabalho com a concessividade gera muitos desafios, a começar pela coleta dos dados, o que resulta em pesquisas com poucas ocorrências – quando comparadas a outros fenômenos do sistema linguístico. É um desafio ainda maior quando se lida com um *corpus* de modalidade falada, dado a complexidade da concessividade e sua propensão de emprego em contextos escritos. No entanto, é importante ressaltar que, como enfatizado por Tagliamonte (2012), há um bom grau de confiabilidade quando se trabalha, no tratamento multivariado, com células a partir de 10 ocorrências, como é o nosso caso.

Grupos de fatores que contaram com menos de 10 dados por célula não foram submetidos a tratamento multivariado, e foram explorados com base em frequências e percentagens. De qualquer forma, esses grupos trazem resultados esclarecedores quanto às tendências de distribuição das variantes, que são comparados com resultados dos estudos sintetizados no capítulo do estado da arte, os quais também não realizaram análise estatística multivariada, visto que não analisaram os conectores concessivos do ponto de vista da variação linguística.

Em concordância com o critério de número mínimo de dados por célula, foram submetidos a tratamento multivariados os grupos de fatores sexo, escolaridade, correlação modal e gênero textual. Em alinhamento com o referido critério, também foram submetidos a tratamento multivariado a idade e o assunto,

mas tais grupos de fatores não foram apontados como significativos pelo Goldvarb X.

Alguns dos outros grupos de fatores tiveram os fatores amalgamados quando havia justificativa linguística e quantitativa para tanto. Todavia, como as amalgamações não tiveram resultado positivo na seleção desses grupos como significativos, optamos por apresentar os resultados referentes a eles com a distribuição dos fatores como originalmente prevista, incluindo os que apareceram pouco. Essa opção facilitou o contraste com trabalhos prévios, pois controlamos fatores idênticos ou similares aos averiguados por esses trabalhos.

A ordem de significância atribuída pelo Goldvarb X para os grupos de fatores selecionados como relevantes para a variação entre as formas com *mesmo* e *apesar* foi a seguinte: (i) escolaridade; (ii) correlação modal; (iii) sexo; e (iv) gênero textual. Feitas essas considerações, partimos para a análise dos condicionamentos à variação entre *mesmo* e *apesar*. Nesta análise, foram levadas em conta 80 ocorrências: 44 de *mesmo* e suas formas e 36 de *apesar* e suas formas. Começamos com a análise dos grupos de fatores sociais.

4.1 Grupos de fatores sociais

Em grande parte dos trabalhos de cunho variacionista, lidar com fatores sociais é uma etapa muito importante da investigação, na medida em que é por meio deles que podemos identificar contextos de mudança linguística. Além disso, eles fornecem indícios a respeito da situação de disseminação de inovações e em que estágio de mudança se encontram os itens linguísticos. Para este estudo, os fatores sociais são de suma importância, dado nosso objetivo de investigar influências sociais na variação de uso dos conectivos concessivos com *mesmo* e com *apesar*.

Como descrito no capítulo metodológico, o Banco de Dados FALA-Natal é composto por entrevistas sociolinguísticas feitas com informantes natalenses estratificados de maneira homogênea quanto ao sexo, idade e escolaridade. Desses três grupos de fatores, dois, sexo e escolaridade, foram selecionados pelo Goldvarb X como estatisticamente significativos para o processo de variação e são explicados, prioritariamente, com base peso relativo.

As hipóteses para esses três grupos de fatores não têm respaldo em pesquisas anteriores sobre a concessividade, visto que não encontramos na literatura pesquisas que lidem com as construções concessivas na perspectiva da variação. Assim, para elaborar as hipóteses, recorreremos a descobertas feitas por pesquisas sobre o processo de gramaticalização de *apesar (de) que e/ou mesmo assim/que* (cf. BARRETO, 1999; AMORIM, 2009; ROSÁRIO, 2012; LAMIM; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013) e de proposições feitas por sociolinguistas a respeito de influências sociais sobre a variação linguística em geral (cf. LABOV, 2001; CHAMBERS, 2003; TAGLIAMONTE, 2006, 2012). Traçamos uma hipótese geral para os grupos de fatores sociais: considerando que a mudança possa estar em progresso, espera-se que *mesmo*, conector mais recente no domínio da concessividade, seja mais utilizado por jovens e por mulheres, bem como mais utilizado por informantes com menor nível de escolaridade, enquanto *apesar*, conector mais antigo no domínio da concessividade, seria mais utilizado por informantes mais velhos, homens e mais escolarizados.

Essa hipótese se dá em razão de, segundo a literatura sociolinguística (LABOV, 2001; TAGLIAMONTE, 2006, 2012), as mulheres e os jovens, de modo geral, liderarem mudança em progresso de itens mais inovadores na língua, como é o caso do *mesmo que/assim* (cf. BARRETO, 1999; AMORIM, 2009; ROSÁRIO, 2012; PEREIRA, 2013), relativamente mais recente no domínio funcional da concessividade, se comparado ao *apesar (de) que* (cf. BARRETO, 1999; ROSÁRIO, 2012; LAMIM; CAMPOS, 2013). Em contraste, homens, que podem estar atrasados em até uma geração nos processos de mudança liderados por mulheres (cf. LABOV, 2001; TAGLIAMONTE, 2012), e indivíduos mais velhos tenderiam a usar a forma mais antiga, *apesar (de) que*.

Quanto à escolaridade, a perspectiva é de que quanto menos tempo de escolarização, maior a frequência de uso de itens inovadores. É importante lembrar que, quando um item, por processo de gramaticalização, adquire funções gramaticais ou, uma vez já detentor de funções gramaticais, passa a funções mais gramaticais ainda, por ser recente, considerado inovador, por vezes sofre processo de estigmatização – em geral ou ao menos quando utilizado em situações comunicativas mais formais. Como apontado no capítulo metodológico, o conectivo *mesmo* é mais recente na codificação da concessividade, em relação ao *apesar*, e

pode sofrer estigmatização de uso, chegando a dar preferência de uso ao *apesar* em contextos mais formais (cf. AMORIM, 2009).

4.1.1 Sexo

Conforme Labov (1990; 2001), em situações sociolinguísticas estáveis, os homens tendem a fazer mais uso de formas novas, especialmente quando forem desprestigiadas, enquanto as mulheres tendem a optar por formas de prestígio, seguindo um comportamento mais conservador. Essa tendência é invertida quando se trata de mudança linguística em implementação, isto é, quando uma forma está se estabelecendo na língua, as mulheres tendem a liderar, aumentando as frequências de uso dessa forma, mesmo quando desprestigiada (cf. LABOV, 1990; 2001).⁷¹

Embora tanto *mesmo* quanto *apesar* tenham sofrido processos de gramaticalização, o processo de mudança de *mesmo* é mais recente e pode estar ainda em curso (cf. BARRETO, 1999; AMORIM, 2009; ROSÁRIO, 2012; PEREIRA, 2013), ao passo que o processo de mudança de *apesar* é anterior e mais consolidado (cf. BARRETO, 1999; ROSÁRIO, 2012; LAMIM; CAMPOS, 2013).

Seguindo as tendências encontradas na literatura sociolinguística, temos como hipótese que o emprego mais frequente do *mesmo* entre as mulheres, por se tratar da forma inovadora e mais recente comparada a outra variante, e o emprego mais acentuado do *apesar* entre os homens, por ser mais antigo em relação a *mesmo* (AMORIM, 2009).

Os resultados para esse grupo de fatores estão na tabela 3.

Tabela 3: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo o sexo.

Sexo	Mesmo			Apesar			TOTAL	
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso	N/Total	%
Feminino	30/45	67	0.65	14/45	33	0.34	45	56
Masculino	14/35	40	0.31	21/35	60	0.69	35	44
TOTAL	44/80			36/80			80	100%

⁷¹ Entre as causas da liderança feminina na mudança linguística, que, segundo Tagliamonte (2012), chega a 90% dos casos, diferentes proposições têm sido feitas, tais quais aspectos biológicos, comportamento cultural de mulheres e homens, prestígio encoberto, normas e práticas sociais (cf. TAGLIAMONTE, 2012). Não aprofundamos aqui esta questão pois ela foge ao escopo da tese.

Fonte: autoria própria.

De modo geral, as mulheres se destacaram, visto que 56% das ocorrências de conjunções concessivas estão na fala feminina, se comparado aos homens, com 44% das ocorrências. No que se refere especificamente a cada conectivo, as mulheres fazem mais uso do *mesmo* e suas formas, com 67%, e menos do *apesar*, 33%; por outro lado, os homens têm comportamento inverso, apresentando frequência de uso de 40% com *mesmo* e 60% com *apesar*.

Pela comparação do peso relativo, o papel das mulheres no uso do *mesmo* se torna mais evidente, pois o peso relativo é consolidado como uma medida mais precisa que a porcentagem. As mulheres se aproximam mais do peso relativo 1, de alto grau de influência, com o peso relativo 0.65, enquanto os homens receberam peso relativo 0.31, mais próximo de 0, indicador de desfavorecimento. Em contraparte, *apesar*, na fala masculina, foi contemplado com peso relativo 0.69, e, na fala feminina, com peso relativo 0.34.

Logo, nossa hipótese inicial, segundo a qual as mulheres liderariam o uso da variante mais recente, *mesmo* e suas formas, e os homens liderariam o uso da mais antiga, foi confirmada pelos resultados. Tendo em vista que as mulheres capitaneiam o uso de *mesmo*, seria plausível, com base nos resultados que obtivemos para o fator sexo, considerar a possibilidade de que esteja em curso um processo de mudança.

Contudo, essa possibilidade não é sustentada pelos resultados referentes à idade, mais relevantes que o sexo para a identificação da mudança linguística. Tal grupo de fatores, como veremos a seguir, não foi considerado estatisticamente significativo para a determinação do contexto variável, uma vez que não foi selecionado pelo Goldvarb X nas rodadas multivariadas.

4.1.2 Idade

É possível perceber a correlação da idade dos falantes com a variação linguística na tendência que os mais jovens têm de optar por formas inovadoras, não raro desprestigiadas ou ao menos julgadas típicas de contextos de interação informais, como marca de diferenciação do grupo de pares adolescente em relação a indivíduos mais velhos (cf. LAVOB, 2001; CHAMBERS, 2003; TAGLIAMONTE,

2006, 2012). Em contrapartida, os adultos, por pressões do mercado de trabalho, podem optar com mais frequência por formas mais antigas, sobretudo as mais prestigiadas (cf. LABOV, 2001; TAGLIAMONTE, 2006, 2012).

Como *mesmo* e suas formas são mais recentes no domínio da concessividade (cf. BARRETO, 199; AMORIM, 2009; PEREIRA, 2013), se comparado ao *apesar* e suas formas (cf. BARRETO, 1999; LAMIM; CAMPOS, 2013), nossa hipótese inicial para esse grupo de fatores era de que os mais jovens teriam uma frequência de uso mais acentuada do *mesmo*. Em oposição, os mais velhos, por talvez se mostrarem mais adeptos ao uso de formas mais antigas, teriam uma frequência de uso maior do *apesar*.

Em um primeiro momento, mantivemos as divisões por faixa etária do próprio Banco de Dados FALA-Natal: pré-adolescentes (8 a 12 anos), 15 a 25 anos, 25 a 45 anos e +50 anos. Contudo, amalgamamos essas quatro faixas etárias em duas, por terem comportamentos linguísticos próximos e similaridade de distribuição quantitativa das variantes. A estratificação etária passou a ser a seguinte: informantes de 8 a 12 anos e de 15 a 21 anos, como o grupo mais jovem, e informantes de 25 a 45 anos e de +50 anos, como o grupo mais velho. Os resultados se encontram na tabela 4.

Tabela 4: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo a idade.

Idade	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Pré-adolescentes e 15 a 21 anos	19/28	68	09/28	32	28	35
Adultos (25 a 45 anos) e +50 anos	25/52	48	27/52	52	52	65
TOTAL	44/80		36/80		80	100%

Fonte: autoria própria.

As porcentagens vão ao encontro da nossa hipótese inicial de que os informantes mais jovens teriam uma preferência de uso pelo *mesmo*: a faixa etária mais baixa contou com frequência de uso maior do *mesmo*, 68%, quando comparado ao *apesar*, 32%. No entanto, a faixa etária mais alta teve distribuição equilibrada das variantes: 48% de *mesmo* e 52% de *apesar*. É devido a esse equilíbrio que o grupo de fatores idade deve ter sido eliminado do conjunto de fatores apontados como significativos pelo Goldvarb X.

Destacamos também que a concessividade está muito mais atrelada à fala dos adultos, com 65% das ocorrências totais, quase o dobro das ocorrências dos mais jovens, 35%. Isso talvez seja reflexo do fato de os mais velhos tecerem mais argumentações em suas entrevistas do que os mais jovens, especialmente aqueles de 8 a 12 anos. A menor incidência de relatos de opinião nesse grupo de indivíduos pode estar relacionada ao fato de que a concessividade evidencia um jogo argumentativo muito mais refinado e complexo, do ponto de vista cognitivo (cf. BECHARA, 1954; NEVES, 1990, 2000; SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO, 2014; PARRA, 2016).

No que tange aos indícios de mudança em progresso, embora o uso acentuado da forma mais recente na fala do grupo mais jovens possa ser tomada como um indício de mudança em curso, a distribuição equilibrada das variantes no grupo mais velho exige cuidado nas afirmações feitas a esse respeito. Pesquisas futuras com maior número de dados poderão ser mais esclarecedoras quanto à possibilidade de mudança em curso.

4.1.3 *Escolaridade*

Na sociolinguística, o nível de escolarização, em termos de anos de formação escolar, é visto como tendo efeito sobre o uso das formas linguísticas (cf. LABOV, 1990, 2000; CHAMBERS, 1995, 2003; TAGLIAMONTE, 2006, 2012). Sendo assim, levando em conta tendências encontradas na literatura de vertente sociolinguística, formulamos a hipótese de que, quanto maior o tempo de formação do informante, menor o emprego do *mesmo* e suas variantes, que são as formas mais recentes dentre as investigadas nesta pesquisa. Logo, quanto maior o tempo de formação escolar, maior o emprego da forma mais consolidada no domínio funcional da concessividade, o *apesar* e suas variantes.

Ademais, a escola, como instituição que tem como papel assumido transmitir os usos linguísticos considerados padrão e/ou de prestígio em uma comunidade, pode exercer pressão para a diminuição da utilização das formas mais recentes, muitas vezes estigmatizadas, ou, mesmo que não o sejam, ainda não reconhecidas pelas gramáticas normativas. Essa tendência das gramáticas normativas de não apresentar formas inovadoras como possibilidades de uso em algumas categorias

gramaticais já foi bastante atestada na literatura. No caso dos conectores concessivos, também foi notada por Amorim (2009), que, ao perscrutar gramáticas em busca das funções exercidas pelo *mesmo*, não encontrou em várias delas sua inclusão no rol das conjunções concessivas, tanto no que tange a sua forma isolada quanto acompanhado de *que* e *assim*.⁷²

Além disso, devido à multifuncionalidade e pelo uso recorrente em contextos emocionais (como indício de nervosismo, tensão, timidez etc.) (cf. AMORIM, 2009), *mesmo* encontra terreno fértil na oralidade e pode se tornar um item mais utilizado por informantes que não têm no seu repertório uma variedade de outras formas (cf. AMORIM, 2009), talvez de prestígio e/ou mais antigas na codificação da concessividade. Nas palavras de Amorim (2009, p. 141):

de fato, ocorrências linguísticas colhidas na amostra investigada atestam, por exemplo, o emprego recorrente do item *mesmo* em diferentes posições no sintagma, traduzindo diferentes intenções (de igualdade, de concordância, de reforço, de inclusão, de certeza, de admiração, etc) e estados emocionais do falante, em diferentes situações da vida: quando se surpreende com algo (é *mesmo!*), quando se zanga (vá *mesmo*), quando concorda (é *mesmo*), quando quer que outro concorde (não é *mesmo?*).

O Banco de Dados FALA-Natal divide os informantes em três faixas de escolaridade: ensino fundamental I, aproximadamente de quatro a cinco anos de escolarização (primário completo ou o que equivale ao 5º ano do ensino fundamental I); ensino fundamental II, aproximadamente oito anos de escolarização (ginásio completo ou até o 9º ano do ensino fundamental II); e ensino médio completo, aproximadamente onze anos de formação (colegial completo ou até o 3º ano do ensino médio). As ocorrências abaixo ilustram, em (61), uso de *mesmo* por uma informante do ensino fundamental I, da faixa etária 50+, e, em (62), uso de *apesar* por um informante do ensino médio, também da faixa etária 50+.

⁷² Na investigação das gramáticas referentes ao período que rotula como “linguístico” (1990-atual), Amorim (2009) salienta que, na maioria das obras consultadas, o *mesmo* não é apresentado como uma possibilidade de conjunção concessiva. Nos períodos anteriores, o “clássico” (1930-1960) e o “tradicional” (1960-1990), ao ser mencionado na função de conjunção concessiva, *mesmo* com frequência era caracterizado com o mesmo sentido de *apesar de*, o que, como já dito, pode indicar uma consolidação maior do *apesar de* na função de conjunção concessiva, apontando um maior prestígio de uso.

(61) Ponta Negra, Pirangi. Nossa! *Meus tio... eu tenho um tio meu que ele tem uma casa lá em Búzios, aí foi não foi, no veraneio. **Mesmo assim, quando a gente tá assim, sem... eh... um feriado, a gente aproveita e vai lá passar o feriado lá.*** Essas praia aqui, Pirangi, Búzios, conheço muito. Eu gostaria de conhecer outros lugar, já assim, viajar pra conhecer assim, outros lugar. (BDFN; MA(39); femin.; EF1; 50+)

(62) *Em minha vida, eu acho um milagre também é, assim, de Deus me conservar... **apesar dessas dificuldade que eu tenho na vista, é poder fazer as coisa direito e trabalhar normalmente.*** (BDFN; J(48); masc.; EM; 50+)

A tabela 5 traz os resultados para a escolaridade. Optamos por amalgamar os dados do ensino fundamental I e II, por conta da proximidade de distribuição quantitativa. Além disso, no ensino médio, pela pressão da redação exigida pelo antigo vestibular e atualmente da redação exigida para o ENEM, que sozinha pode ter um peso determinante na aprovação em uma universidade, a escola passa a exercer um papel regulador mais forte quanto ao uso de formas de prestígio. Essa pressão não tem o mesmo peso nos níveis de ensino fundamental I e II.

Tabela 5: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo à escolaridade.

Escolaridade	Mesmo			Apesar			TOTAL	
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso	N/Total	%
Ensino Fundamental I e II	34/49	69	0.67	15/49	31	0.34	49/80	61
Ensino Médio	10/31	32	0.24	21/31	68	0.73	31/80	39
TOTAL	44/80			36/80			80	100%

Fonte: autoria própria.

Assim como o sexo, a escolaridade foi selecionada pelo GoldVarb X como exercendo uma forte influência na escolha das formas variantes. Também é possível traçar generalizações mais consistentes para esse grupo de fatores devido aos pesos relativos elevados. Nossa hipótese de que a escolaridade pode estar influenciando a escolha das variantes foi atestada. Como esperado, os conectivos

com *mesmo* – que associamos a uso mais recente, ainda pouco mencionado nas gramáticas e mais atrelado à oralidade informal (AMORIM, 2009) – é privilegiado pelos informantes com menos anos de escolarização, com frequência de uso de 69% e peso relativo 0.67. Complementarmente, o *apesar* tem sua frequência de uso bastante elevada entre os informantes do ensino médio, 68%, com peso relativo 0.73.

Em contraposição, percebemos que os informantes do ensino médio inclinam-se a um menor uso do *mesmo*, o que é indiciado pela frequência de 32% e pelo peso relativo 0.24, ao passo que os informantes do ensino fundamental I e II inclinam-se a um menor uso do *apesar*, com frequência de 10% e peso relativo 0.34. Talvez esse maior veto ao *apesar* se deva ao fato de indivíduos menos escolarizados terem repertório menor de conectivos concessivos, hipótese lançada por Amorim (2009), o que os levaria, segundo o autor, a privilegiar o *mesmo*, por ser bastante difundido na língua em tantas outras funções.

Em suma, a escola, com seu papel regulador e normativo, pode se constituir em um termômetro para o uso de formas de prestígio, incentivando o uso das formas mais bem valorizadas, o que parece ser o caso do *apesar*.

Na próxima subseção, apresentamos os resultados obtidos para os demais grupos de fatores.

4.2 Grupo de fatores linguísticos

A pesquisa sociolinguística não lida apenas com grupos de fatores sociais. Eles são muito importantes para a análise da variação em uma comunidade de fala, visto que os usos linguísticos são determinados também pelos falantes que os utilizam. O controle desses fatores, inclusive, nos auxilia na percepção e investigação de mudanças em andamento.

Contudo, além dos fatores extralinguísticos, mudanças também são determinadas por questões internas, que podem licenciar ou barrar certas ocorrências. Nesta tese, de base não só sociolinguística, mas também funcionalista, defendemos que a gramática e o discurso são entidades imbricadas e que as formas linguísticas sofrem pressões de uso de natureza variada, na busca por

expressividade e/ou para cumprir funções comunicativas dos falantes (cf. HOPPER, 1991).

Assim, selecionamos, com base na literatura sobre a concessividade, grupos de fatores de natureza morfossintática, semântica e pragmática, que são abordados na seguinte ordem: tipo de construção, finitude do verbo, correlação modal, gênero textual, assunto, ordem da oração concessiva, extensão da oração, níveis das relações expressas nas orações concessivas, relações semânticas e funções discursivas e de articulação textual.

4.2.1 Tipo de construção

O controle do grupo de fatores tipo de construção ao qual se liga o conectivo tem como objetivo constatar se há algum tipo de especialização de uso dos conectivos *mesmo* e *apesar* tangente a orações desenvolvidas, reduzidas, sintagmas ou concessivas livres (cf. GARCIA, 2010). Apesar de serem em menor número e de serem pouco explorados na literatura, como afirma Garcia (2010), optamos por manter os sintagmas concessivos na nossa análise não só para trazer contribuições para as pesquisas desse tipo de construção, mas também para contrastar padrões de uso de *mesmo* e *apesar*.

Ademais, salientamos a proximidade desse grupo de fatores com o que controla a finitude do verbo, porém sob óticas diferentes. O controle do tipo de construção tem por intuito distinguir os conectivos quanto a estruturas oracionais ou sintagmáticas, ao passo que o controle da finitude do verbo tem como foco a forma verbal da oração concessiva.

Foram considerados quatro tipos de construção: oração desenvolvida, marcadas por verbos conjugados em algum tempo e modo verbal; orações reduzidas, com a presença de verbo em alguma forma infinita (infinitivo, gerúndio ou particípio); sintagmas concessivos; e orações concessivas livres, que não guardam relação sintática com nenhuma oração principal, mas sim relação retórica com o contexto (cf. GARCIA, 2010). Rosário (2012) trabalha apenas com a contraposição entre as orações desenvolvidas, reduzidas e nominalizadas, essas últimas caracterizadas como “qualquer unidade gramatical que funciona como um substantivo ou com um sintagma nominal, mas é constituído com base em alguma

coisa diferente” (TRASK, 2004 *apud* ROSÁRIO, 2012, p. 160). Para esta pesquisa, as nominalizadas equivalem aos sintagmas nominais e se diferenciam dos sintagmas adjetivais, que possuem como base um adjetivo, e dos sintagmas preposicionais, que possuem como base uma preposição. Todas essas três possibilidades de ligação sintagmática foram agrupadas em um único fator, sintagma concessivo.

A seguir, ilustramos cada fator com ocorrências retiradas do *corpus*.

(63) Que isso. Aí quando é com consulta, **mesmo que eu não use**, *mas a segurança de ter ali já é totalmente diferente*, || já é outra autoestima, outra... outra vibe, você já vai||” (BDFN; AB(14); femin.; EM; 15-21)

(64) Isso, nunca fui castigada, nunca... nunca. Eu sempre fui uma criança que você falava comigo, só você olhar já sabia o que que você queria. *Então eu sempre tive minhas coisas...*|| **apesar que eu não tinha aquela coisa, aquela obrigação de estar arrumando as coisas, não.**|| Claro que eu ajudava a minha v... eu morava com a minha vó, ajudava minha vó dentro de casa. Claro que... mas eu não tinha aquela função de ter que organizar, não, eu brincava, eu organizava... eh... tudo conforme, tudo organizado.” (BDFN; B(16); femin.; EM; 15-21)

Essas ocorrências trazem orações desenvolvidas introduzidas por *mesmo* (63) e *apesar* (64). Em (63), *mesmo* encabeça oração com o verbo *usar* no presente do subjuntivo. Em (64), *apesar* encabeça oração com o verbo *ter* no pretérito imperfeito do indicativo.

Quanto aos sintagmas, como já dito, encontramos três possibilidades: preposicional, adjetival e nominal. Do sintagma preposicional, obtivemos dois dados, ambos com *mesmo*. Um dos dados está em (65):

(65) Rapaz, nada. Que eu trabalho de dia e de noite. Eu já vou dormir, *eu jogo um carteadozinho, carteado é um baralho, só isso*, **mas mesmo assim em casa**. Não tem como se divertir, sair pra me divertir. (BDFN; W(36); femin.; EF2; 25-45)

No que se refere ao sintagma adjetival, também foram encontradas duas ocorrências, uma com *mesmo*, em (66), e outra com *apesar*, em (67).

(66) || Eu me senti assim, || **apesar de muito nova**, *eu me senti uma pessoa responsável* por ter conseguido... graças a Deus ter conseguido ajudar ela no que ela precisou e ela ter ficado bem. Me senti... e que se não fosse por mim, ela teria até acontecido coisa pior. (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

(67) Eh... Ah, porque primeiro lá aonde eu morava na outra rua, como todo mundo se conhecia... eh... então todo mundo de certo modo tinha um certo cuidado com todo mundo assim, uns cuidava uns dos outros, era aquela época que a gente ainda podia ficar na rua, nas calçadas, ainda tinha aquelas brincadeiras todo... tipo criança e adolescente, todo mundo misturado. *E hoje não, hoje a gente só se for algum aparato assim tecnológico*, || mas como cerca elétrica e outras coisas mais, mas nada de confiança, || **mesmo assim humana não**. (BDFN; AP(15); femin.; 15-21)

As próximas são ocorrências de sintagma nominal com *mesmo* (68) e com *apesar* (69).

(68) A gente tinha muitos animais, a propriedade tinha muitos animais, e era livre, a gente podia usar o animal que quisesse. Não era da gente, era do patrão, mas ele liberava pra quem quisesse andar. E eu tinha o meu animal, de eu andar pra onde quisesse, *passar pra onde quisesse*, **mesmo menino, com 12 anos**, mas eu andava por toda parte. E o meu patrão tinha uma equipe, que hoje o povo não conhece, isso fazem.... eh... 70 ano, mais de 70 ano, ele tinha uma equipe de vaqueiros. (BDFN; M(47); masc.; EF2; 50+)

(69) Aconteceu. A gente tava dançando no Cidade do Sol aí soltaram um trak alguma coisa, aí disseram que era tiro aí saiu todo mundo correndo. || Muito engraçado, || **apesar das circunstâncias**, *foi engraçado isso*. (BDFN; E(20); femin.; EM; 15-21)

Relativamente às orações reduzidas, em nosso *corpus* não encontramos dados de concessivas reduzidas com verbo no particípio. Apresentamos, a seguir, ocorrências de *mesmo*, no infinitivo (70) e no gerúndio (71), e *apesar*, somente no infinitivo (72), pois não houve ocorrências desse conectivo introduzindo oração concessiva reduzida de gerúndio.

(70) Uma que foi eu que vi que ela tava morta quando ela morreu, || aí assim eu passei muito tempo assim com isso na cabeça e toda vez que eu passava na porta do quarto, || **mesmo sem olhar pra dentro do quarto**, *eu tava vendo ela em cima da cama*. (BDFN; F(26); femin.; EF1; 25-45)

(71) Incondicionalmente Juliana, incondicionalmente Bebel. **E mesmo a gente brigando, a gente distante**, || porque começa namorados, começa outros focos e começa a distanciar, || *mas eu vejo que no dia que a gente precisa mesmo da outra...* (BDFN; AB(14); femin.; EM; 15-21)

(72) Acho que... tsi... a... || gostei como todos me receberam bem. || **Apesar de eu morar lá há pouco tempo**, *eu sempre fui muito bem recebida*, e a comodidade da minha vizinhança, a simpatia. (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

Por fim, temos as orações concessivas livres, as chamadas independentes, definidas por Garcia (2010, p. 116) como apresentando uma “relação com o contexto apenas relacional, ou seja, não há integração nem sintática nem semântica, mas sim retórica, uma vez que constitui um adendo à informação anteriormente expressa”. Além disso, as concessivas livres também atuam introduzindo ressalvas ao que foi comentado anteriormente na cadeia discursiva. Vejamos:

(73) Excursão? *Eu acho que teve uma vez que a gente... acho que foi na quarta série, faz tempo, que foi pra... negócio de (andar de barco)*, || esses negócios assim. || Foi... || **Mesmo assim eu vomitei que só**, || aquele negócio balançando assim||. (BDFN; A(13); femin.; EF2; 15-21)

(74) I: Aí... aí né? Hoje a gente tá vivendo aquela situação que a gente viveu quando a minha mãe tava doente, sabe? Aí o pessoal começa a criticar, por exemplo, a gente nunca sai pra canto nenhum, mas se por acaso a gente saiu hoje, ela tá tentando tirar habilitação, (inint 00:00:21) fazer prova. Aí saiu pra treinar, não tenho obrigação de sair dizendo pra ninguém pra onde vou, o que que vou fazer...

P: Claro.

I: O pessoal acha que a gente vai farrear, vai se divertir e deixou... quando ela chegar lá vão criticar ela porque ela saiu e não foi falar com a mãe dela.

P: Mesmo não sendo dia...

I: **Mesmo não sendo dia dela lá.** No domingo, se por acaso a gente for lá pra casa do teu pai ou for numa praia, ou for (inint 00:00:49), não, a gente sai pra farrear e abandona eles lá. E a coisa... faz, acho que esse ano a gente foi na praia só quando a gente foi pra Búzios (inint 00:01:00) da Eliane, a gente não foi mais.” (BDFN; F(44); masc.; EF2; 50+)

Em (73), a informante relata uma viagem de barco que fez pela escola. Ao finalizar, introduz um adendo, por meio da concessiva, que traz uma nova informação sobre a experiência da informante com barcos. A oração concessiva não estabelece relação de dependência clara com uma oração principal. Seu conteúdo mantém, porém, um vínculo relacional com o evento narrado, pois ainda se refere à viagem de barco. Nesse dado, *mesmo assim* encabeça oração concessiva desenvolvida, com verbo no indicativo. Segundo Garcia (2010), essa é uma tendência das orações livres, pois assinala uma maior independência sintática.

Em (74), temos um dado de concessiva livre com *mesmo*, em oração reduzida de gerúndio, o que implicaria uma dependência sintática, contrariando o comportamento esperado para uma concessiva independente. No entanto, nesse caso, trata-se de uma concessiva que mantém apenas um vínculo retórico; o informante se valeu da construção emitida pelo entrevistador como forma de concordância e como estratégia para iniciar seu turno.

A hipótese inicial, pautada em pesquisas sobre os concessivos (cf. GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012), é a baixa frequência tanto de *mesmo* quanto de *apesar* com sintagmas e a sua alta frequência com orações desenvolvidas. Rosário (2012)

comenta ainda sobre a produtividade crescente das concessivas reduzidas, sobretudo com o conectivo *apesar de*. Portanto, esperamos um emprego relevante das reduzidas com as duas variantes, porém de forma mais acentuada com *apesar*. Os resultados se encontram na tabela 6.

Tabela 6: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto ao tipo de construção.

Tipo de construção	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Oração desenvolvida	27/36	75	09/36	25	36/80	45
Oração reduzida	10/32	31	22/32	69	32/80	40
Sintagma	04/07	57	03/07	43	07/80	9
Livre	03/05	60	02/05	40	05/80	6
TOTAL	44/80		36/80			

Fonte: autoria própria

Os resultados mostram, no plano geral, uma leve preferência pelas construções concessivas em orações desenvolvidas, com frequência de 45%. No entanto, como salientado por Rosário (2012), as reduzidas também se mostram bastante frequentes, com frequência de 40%.

Confirmando a hipótese inicial, *mesmo* evidencia uma tendência acentuada de uso em orações desenvolvidas, sendo responsável por 75% dos dados. No mesmo contexto, *apesar* apresenta 25% de frequência de uso. Esse conectivo se mostra mais produtivo com orações reduzidas, com 69% dos dados, na linha do que foi mencionado por Rosário (2012). Tal contexto não é tão favorável para o uso do *mesmo*, com 31% dos dados.

Para os conectivos com *mesmo*, as concessivas livres, 60%, e os sintagmas concessivas, 57%, destacam-se em segundo e terceiro lugar. Todavia, não podemos fazer generalizações quanto a esses dois fatores, pois ambos contaram com poucos dados, 4 e 3, respectivamente.

Sobre os conectivos com *apesar*, em segundo e em terceiro lugar estão os sintagmas concessivos e as concessivas livres, com 43% e 40% dos dados, respectivamente. Aqui também cabe salientar que as ocorrências desses dois fatores foram muito baixas, somando cinco dados no total.

Lembramos novamente que o grupo de fatores finitude do verbo tem uma relação bastante estreita com o grupo de fatores tipo de construção. Trabalhos

anteriores, devido ao baixo número de dados de concessivas em geral, analisam de maneira individual cada conjunção concessiva com *mesmo* e *apesar* (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012). Já nesta tese, optamos por abordá-los como variantes separadas em dois grupos, as formas com *mesmo* e as formas com *apesar*. Contudo, temos consciência do comportamento por vezes divergente, quanto a alguns fatores, das formas vinculadas a cada uma das variantes. Por essa razão, na tabela 7, distinguimos as formas com *mesmo* e *apesar* isolados das demais estruturas em que esses conectivos figuram.

Tabela 7: Detalhamento da distribuição das formas com *mesmo* e *apesar* quanto ao tipo de construção

Construção	Mesmo		(assim) Mesmo que/assim/ Quando		Apesar de		Apesar (de) que		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Desenvolvida	01/36	3	26/36	72	02/36	6	07/36	19	36/80	45
Reduzida	10/32	31	00/32	0	22/32	69	00/32	0	32/80	40
Sintagma	02/07	29	02/07	29	03/07	42	00/07	0	07/80	9
Livre	01/05	20	02/05	40	00/05	0	02/05	40	05/80	6
TOTAL	14/80	17	30/80	38	27/80	34	09/80	11		

Fonte: autoria própria.

Como vimos na tabela 6, o *mesmo* em conjunto com todas as estruturas das quais é parte integrante mostrou-se mais produtivo com orações desenvolvidas (76%), seguidas das concessivas livres (60%), dos sintagmas concessivos (57%) e das orações reduzidas (31%). Já na tabela 7, percebemos que o *mesmo*, quando isolado, mostra-se especializado em introduzir orações reduzidas (31%), enquanto as formas *mesmo que/assim/quando* não aparecem nesse contexto. Tais formas apresentam uma produtividade alta com orações desenvolvidas, 72%, em que o *mesmo* apresenta apenas um dado, correspondendo a 3% das ocorrências.

Muitos dos nossos resultados na tabela 7 convergem com resultados de outras pesquisas. Rosário (2012) investigou cada conjunção separadamente e encontrou uma maior ocorrência de sintagmas concessivos com *mesmo assim*, reduzidas com *mesmo* e desenvolvidas com *mesmo quando* e *mesmo que*, além da possibilidade de sintagmas com *mesmo que* e *mesmo*. Garcia (2010) dividiu as formas com *mesmo* em três grupos e observou que: (i) *assim mesmo* e *mesmo assim* aparecem mais com sintagmas concessivos, embora sejam possíveis com

orações desenvolvidas; (ii) *mesmo* introduz sintagmas, porém apresenta um desempenho maior com reduzidas de gerúndio; e (iii) *mesmo que* introduz somente oração desenvolvida.

A tabela 7 revela que os conectivos com *apesar* também manifestam possíveis especializações de uso quanto ao tipo de construção que encabeçam. A conjunção *apesar de* tem uma produtividade destacada com orações concessivas reduzidas, 69%, e com sintagmas, 42%. Com um comportamento oposto, *apesar (de) que* é mais frequente com orações desenvolvidas, 19%, mas não teve nenhum dado com sintagmas concessivos, nem com orações reduzidas. Essas mesmas tendências distribucionais foram identificadas tanto por Garcia (2010), quanto por Rosário (2012).

Outra característica depreendida desses dados diz respeito ao grau de (in)dependência e integração das conjunções concessivas com ambas as variantes. Conjunções como *mesmo/que/assim/quando* e *apesar (de) que* manifestam um grau de independência maior e uma menor integração em relação à oração principal, visto que têm preferência por orações desenvolvidas, com modo e tempo marcados. Diferentemente, os conectivos *mesmo* e *apesar de* têm um grau de dependência e integração maiores, pois introduzem com mais frequência orações reduzidas e sintagmas concessivos, índices de maior dependência sintática e semântica com a oração principal. Enfim, a presença dos itens *que*, *quando* e *assim* acarretam um comportamento diferenciado quanto ao tipo de construção introduzida. Esse ponto será retomado na análise do grupo de fatores finitude do verbo.

É importante ressaltar que, mesmo com poucos dados de modo geral, as generalizações referentes a orações desenvolvidas e reduzidas são mais refinadas, se comparadas com os resultados referentes a sintagmas e concessivas livres. Apesar disso, as tendências de distribuição se assemelham àquelas percebidas por Garcia (2010) e Rosário (2012). Esses pesquisadores também trabalharam com poucos dados de concessivas em geral (GARCIA, 2010) ou de algumas das conjunções concessivas (ROSÁRIO, 2012).

4.2.2 *Finitude do verbo*

Conforme Garcia (2010, p. 110), o controle desse grupo de fatores “tem a finalidade de permitir observar o grau de integração do evento dependente no evento principal”. Ao analisar tal correlação, podemos traçar generalizações de uso, baseadas no grau de integração, às variantes em análise, *mesmo* e *apesar*.

No nosso *corpus*, foram encontrados três tipos estruturais de orações, idênticos aos que foram propostos para o inglês por Quirk et al. (1985 *apud* ROSÁRIO, 2012): orações finitas, orações não-finitas e orações sem verbo, ou seja, os sintagmas. Esses autores defendem o reconhecimento das orações não finitas e das sem verbo dentro do estatuto das orações, visto que permitem uma análise de sua estrutura interna considerando elementos funcionais encontrados também nas orações finitas. Quirk et al. (1985) propõem um *continuum* de dependência das orações em que as orações finitas marcam um polo e as orações sem verbo o outro. Rosário (2012) resume o pensamento dos autores ao pontuar que seria possível enquadrar as orações sem verbo como passando pelo processo de “miniaturização” ou “dessentencialização”.

As orações finitas são caracterizadas, naturalmente, pela existência de um verbo finito, que se enquadra, portanto, em algum paradigma modo-temporal e número pessoal. São também chamadas de orações desenvolvidas. Para Garcia (2010) e Wiechmann e Kerz (2013), a oração concessiva finita apresenta uma dependência menor em relação à oração principal, por não necessitar, para sua compreensão, do tempo e do modo verbal do evento da oração principal. A seguir, estão ocorrências com *mesmo* (75) e com *apesar* (76), com verbo *ir* no presente do subjuntivo e com verbo *bater* no presente do indicativo, respectivamente.

(75) Sim, é muito perigoso principalmente maquita, trabalhar com maquita, trabalhar com... com furadeira. Mas como eu trabalho nessa área da Petrobrás de coisa, eles... apesar de ser copeiro e jardineiro, uma hora copeiro e jardineiro, *mas eles cobram muito a gente de segurança de como movimentar uma ferramenta e tal, mesmo que a gente não vá movimentar isso aí no trabalho*, mas em casa, fazer algum serviço doméstico, alguma coisa, aí eles cobram isso da gente pra que preste mais atenção, pra que

evite acontecer um acidente e que no momento que você se acidenta você não só pode perder um membro como a vida e fazer falta à família, né? Pra manter a família. (BDFN; FC(31); masc.; EM; 25-45)

- (76) *São todo gente boa, || num tem... || **apesar que tem dois irmão por parte de mãe que a gente não se bate não**, a gente não conversa não. É minha irmã mais velha e meu irmão mais novo, um monte de bicheira.*” (BDFN; Heriberto (33); masc.; EF2; 25-45)

As orações não-finitas são identificadas pela presença de um verbo na forma nominal – infinitivo, gerúndio e particípio –, sem marca de tempo ou modo, sendo mais característicos da escrita, uma vez que o escritor teria tempo para reler e reescrever o discurso na busca por uma maior condensação do material linguístico (cf. ROSÁRIO, 2012). Garcia (2010) e Wiechmann e Kerz (2013) enfatizam o maior grau de integração das orações concessivas não-finitas com as orações nucleares, dado a sua dependência modo-temporal. As orações não-finitas correspondem às orações reduzidas.

No *corpus*, não tivemos dados com concessivas reduzidas no particípio, como já visto, tivemos com gerúndio (77) e com infinitivo (78).

- (77) || Quando eu tenho alguma dúvida sobre qualquer coisa, ela me explica se ela souber|| , **mesmo ela não sabendo**, *ela aprende pra me... pra me explicar.* (BDFN; ME(5); femin.; EF1; pré-adolescente)

- (78) Continuei. || *Eu gosto muito de ir pra lá.* || **Apesar de lá ser quente**, *mas eu gosto.* (BDFN; W(35); masc.; EM; 25-45)

Por fim, os sintagmas não possuem elemento verbal e são mais condensadas do ponto de vista sintático, se comparadas as não-finitas. Seu grau de integração à oração principal também é maior, como é possível verificar nos dados (79) e (80).

- (79) Eh... Ah, porque primeiro lá aonde eu morava na outra rua, como todo mundo se conhecia... eh... então todo mundo de certo modo tinha um certo cuidado

com todo mundo assim, uns cuidava uns dos outros, era aquela época que a gente ainda podia ficar na rua, nas calçadas, ainda tinha aquelas brincadeiras todo... tipo criança e adolescente, todo mundo misturado. *E hoje não, hoje a gente só se for algum aparato assim tecnológico, || mesmo como cerca elétrica e outras coisas mais, mas nada de confiança, || mesmo assim humana não.* (BDFN; Ana Paula (15); femin.; 15-21)

(80) Foi um pouco difícil. A empresa... quando eu fui pra essa empresa de fresa e serraria, o encarregado, assim, via que eu tinha dificuldade, aí ele não queria nem me colocar na empresa, mas aí com o passar do tempo fui aprendendo e fui dando o meu melhor, né? **Apesar da dificuldade da visão**, *fui dando muita produção no que fazia*, aí eles foram mim... tendo confiança em mim cada vez mais [...] (BDFN; João (48); masc.; EM; 50+)

Nossa hipótese inicial para o grupo de fatores finitude do verbo era, seguindo a tendência revelada pelo controle do grupo de fatores tipo de construção, com o qual o grupo finitude do verbo guarda ligação, maior presença em orações finitas tanto para *mesmo* e suas formas quanto para *apesar* e suas formas (cf. GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012). Contudo, ao avaliar os resultados referentes ao tipo de construção (cf. tabela 7), percebemos padrões de uso que diferenciam *mesmo* e *mesmo que/assim*, bem como padrões de uso que diferenciam *apesar de* e *apesar (de) que*.

Portanto, assim como para o grupo de fatores tipo de construção, a análise do grupo de fatores finitude do verbo será desenvolvida em duas etapas: a tabela 8 abriga uma análise geral tomando em oposição as duas variantes, as formas com *mesmo* e as formas com *apesar*; em seguida, a tabela 9 abriga uma análise mais detalhada, buscando contrapor *mesmo* e *mesmo que/assim* e *apesar de* e *apesar (de) que*.

Tabela 8: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo à finitude do verbo.

Finitude do verbo	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Finito	29/40	73	11/40	27	40/80	50
Infinitivo	03/25	12	22/25	88	25/80	31
Gerúndio	08/08	100	00/00	0	08/80	10
Sintagma ⁷³	04/07	57	03/07	43	07/80	9
TOTAL	44/80	55	36/80	45		

Fonte: autoria própria.

Os resultados para a finitude do verbo evidenciaram uma preferência dos conectivos com *mesmo* pelas construções com verbo finito (73%) e dos conectivos com *apesar* pelas orações infinitivas (88%). Portanto, nossa hipótese de que ambas as variantes seriam mais recorrentes com verbos finitos foi parcialmente comprovada, uma vez que os verbos das orações introduzidas por *mesmo*, em sua maioria, são finitos (73% dos dados). No entanto, o *apesar* manifesta uma maior tendência de uso em orações reduzidas, especificamente as reduzidas de infinitivo, estando seu uso em orações finitas em segundo lugar (27%).

Um resultado a ser destacado na tabela 8 diz respeito ao comportamento dos conectivos quando introduzindo orações reduzidas de infinitivo ou de gerúndio. As conjunções com *mesmo* apareceram em ambos os tipos de oração, embora liderem no caso da forma verbal no gerúndio (100%), contexto vetado para as conjunções com *apesar de*, posto que a preposição de rege verbos no infinitivo. O inverso acontece com *apesar*, privilegiado em orações com verbos no infinitivo (88%).

Passamos para uma análise mais detalhada dos conectivos concessivos na tabela 9.

⁷³ Os sintagmas foram levados em consideração na análise do grupo de fator finitude do verbo, mesmo se tratando de uma construção frasal sem verbo, como uma forma de comparação com pesquisas que fizeram o mesmo, a exemplo de Rosário (2012). Ademais, as formas com *mesmo* e com *apesar*, como mostrado no grupo de fator anterior, tipo de construção, apresentam heterogeneidade quanto a seleção de ocorrência em sintagmas e orações.

Tabela 9: Detalhamento da distribuição das formas com *mesmo* e *apesar* quanto à finitude do verbo.

Finitude	Mesmo		(assim) Mesmo que/assim/ quando		Apesar de		Apesar (de) que		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Finito	01/40	2	28/40	70	02/40	5	09/40	23	40/80	50
Infinitivo	03/25	12	00/25	0	22/25	88	00/25	0	25/80	31
Gerúndio	08/08	100	00/08	0	00/08	0	00/08	0	08/80	10
Sintagma	02/07	29	02/07	29	03/07	42	00/07	0	07/80	9
TOTAL	14/80	17	30/80	38	27/80	34	09/80	11		

Fonte: autoria própria.

A tabela 9, assim como a tabela 7 – que detalha as conjunções concessivas com *mesmo* e com *apesar* quanto ao tipo de construção –, apresenta dados interessantes sobre possíveis especializações de uso. Por exemplo, *mesmo*, que, de modo geral, tem uma preferência alta por orações com verbos finitos, quando isolado, tem raro emprego nesse contexto (2%), ao passo que suas formas com *que/assim/quando* aparecem quase categoricamente em orações com verbos finitos, com duas exceções. Com efeito, orações reduzidas de infinitivo (12%) e, especialmente, de gerúndio (100%), determinam muito mais o uso do *mesmo* sozinho. Com as conjunções *mesmo que*, *mesmo assim*, *assim mesmo* e *mesmo quando* ambas as reduzidas são um contexto desfavorável, apresentando taxa de 0% de uso. Porém, cautela se faz necessária na interpretação desses resultados, dado a baixa quantidade de ocorrências.

Com o conectivo *apesar*, os resultados também são muito próximos daqueles apresentados na tabela 7. Primeiramente, destacamos que o contexto das orações reduzidas de infinitivo, como esperado, determina de maneira muito forte o uso do *apesar de*, com 88% de frequência, comportamento inverso ao de *mesmo*, que é bastante favorecido pelo gerúndio, com 100% de frequência. O *apesar*, em nosso corpus, não apareceu em orações infinitivas. Já as formas *apesar (de) que* apareceram apenas em orações finitas, com taxa de 23%. Enfim, tanto para *apesar (de) que* quanto para *mesmo que/assim/quando*, orações com verbos na forma finita são mais favorecedoras a seu uso.

Garcia (2010) e Rosário (2012) encontraram resultados nessa mesma disposição, em que *apesar de* introduz sintagmas concessivos, mas tem mais

frequência em orações reduzidas, todas de infinitivo. Para *apesar (de) que*, Garcia (2010) também só obteve dados de orações desenvolvidas com verbos finitos.

As análises detalhadas do tipo de construção e da finitude do verbo colocam em evidência a atuação de dois dos princípios de gramaticalização (cf. HOPPER, 2001): (i) divergência, pois as novas formas com *mesmo* e *apesar* surgiram sem colocar em desuso as formas de origem; e (ii) especialização, uma vez que essas formas novas, geradas a partir de conjunções concessivas⁷⁴, vão, ao longo do processo, apresentando especialização de uso com tipos de construção e orações (in)nitivas distintas, especializações essas que provavelmente emergiram para suprir necessidades comunicativas, posto que as formas de origem, pelos resultados que obtivemos, parecem ter seu uso vetado em alguns contextos.

4.2.3 *Correlação modal*

Ao controlar o vínculo modal entre a oração nuclear e a oração concessiva, objetivamos examinar de que forma essa correlação se estabelece. As gramáticas determinam a relação indicativo (oração principal) x subjuntivo (oração subordinada) como não-marcada⁷⁵ (cf. NEVES, 2000; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2013; CASTILHO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016). Nosso maior questionamento era como o uso, em situações reais de comunicação, especificamente no nosso *corpus*, estabeleceria essa ligação.

Assim como Salgado (2007), para efeitos de organização da análise, consideramos, em um primeiro momento, a ordem da oração nuclear e da oração concessiva independentemente da posição ocupada por cada uma delas (posposta, anteposta ou intercalada). A ordem da concessiva é um fator também controlado nesta pesquisa e que apresenta uma influência importante para a determinação da variação entre *mesmo* e *apesar*. Nesse primeiro momento, optamos por focar no modo verbal do complexo concessivo.

⁷⁴ Caso do *apesar de que*, oriundo do *apesar de* (cf. LAMIM; CAMPOS, 2013), e *mesmo que/assim/quando*, que surgem do *mesmo* em contexto concessivo (cf. AMORIM, 2009; PEREIRA, 2013).

⁷⁵ A relação indicativo na principal e subjuntivo na subordinada é a mais frequente e mais rotinizada, e, por isso, menos marcada, segundo os critérios de marcação propostos por Givón (1995), comentados no capítulo teórico.

Estabelecemos, à semelhança de Garcia (2010), sete correlações modais: indicativo x indicativo; indicativo x subjuntivo; subjuntivo x indicativo; subjuntivo x subjuntivo; indicativo x verbo na forma infinita; indicativo x sintagma e concessivas livres. É importante ressaltar que não foram encontrados dados da relação subjuntivo x subjuntivo e nem subjuntivo x indicativo, o que indica uma restrição quanto ao modo subjuntivo na oração principal, não importando o modo da oração concessiva ao qual se relacione.

Optamos por controlar as concessivas livres separadamente das demais, na medida em que elas não se relacionam diretamente com uma oração, mas sim ao contexto discursivo como um todo ou a um comentário independente, funcionando como adendo (cf. GARCIA, 2010). Portanto, não é possível estabelecer uma correlação modal entre as orações livres e uma oração principal, uma vez que essa categoria não é preenchida. A descrição e análise das concessivas livres foi feita na subseção correspondente ao grupo de fatores tipo de construção e não será aqui repetida.

Ilustramos, a seguir, cada uma das correlações modais mapeadas no *corpus*. Começaremos por indicativo x indicativo, tanto com *mesmo* (81), quanto com *apesar* (82).

(81) [...] Aí também aconteceu... também aconteceu uma outra coisa que não foi engraçado, eu tava, né... veio uma onda forte, fui inventar de fazer jacarezinho, a onda veio tão forte que eu fiquei dentro dela, aí ela me girou por dentro d'água, aí eu bati a cabeça e o meu ombro na areia. Areia dura, viu? Aí quando eu voltei *eu fiquei toda dolorida, aí mesmo assim ainda fui brincar na... com meu pai e meu irmão.* (BDFN; AJ(1); femin.; EF1; pré-adolescente)

(82) Isso, nunca fui castigada, nunca... nunca. Eu sempre fui uma criança que você falava comigo, só você olhar já sabia o que que você queria. *Então eu sempre tive minhas coisas...|| apesar que eu não tinha aquela coisa, aquela obrigação de estar arrumando as coisas, não.||* Claro que eu ajudava a minha v... eu morava com a minha vó, ajudava minha vó dentro de casa. Claro que... mas eu não tinha aquela função de ter que organizar, não,

eu brincava, eu organizava... eh... tudo conforme, tudo organizado. (BDFN; B(16); femin.; EM; 15-21)

Tanto em (81) quanto em (82), a oração principal, anteposta à concessiva, é nucleada por verbo no pretérito perfeito do indicativo (*ficar* e *ter*, respectivamente). O modo indicativo também está presente nas orações concessivas posicionadas pospostas à oração nuclear, *ir brincar* no pretérito perfeito do indicativo em (81) e *ter* no pretérito imperfeito do indicativo em (82).

A correlação indicativo x subjuntivo ocorreu apenas com *mesmo* e suas formas. Esse comportamento foi inesperado, uma vez que é o padrão de correlação modal mais comentado pelas gramáticas e o que marca de maneira mais determinante uma relação de subordinação. Tecemos comentários sobre esse resultado mais adiante.

(83) Voltei porque, assim, eu sempre tive vontade, e tenho, né? De fazer a faculdade, né? Aí eu parei de estudar quando eu casei, né? Que foi o pior do... o pior erro, né? Foi esse, foi parar. Aí eu sinto... aí toda vez eu tenho vontade, né?, de fazer uma faculdade, *porque eu acho que a pessoa tem que ter, sabe?, uma faculdade, mesmo que você tenha... como diz? Um pai que possa dar as coisas*, mas tem que ter... eu acho que tem que ter, entendeu? [...] (BDFN; K(27); femin.; EF2; 25-45)

Em (83), a oração principal, anteposta à concessiva, tem como verbo principal *achar* na primeira pessoa do presente do indicativo, e a oração concessiva conta com *ter* no presente do subjuntivo.

Na sequência, estão dados da correlação indicativo x verbo na forma infinita (infinitivo, gerúndio ou particípio) com *mesmo* (84) e com *apesar* (85).

(84) **Apesar de ter que frequentar uma academia || porque eu tô um pouco acima do peso, || mas eu desisto assim.** Deixa do jeito que tá. (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

(85) Aham. É, às vezes os costumes, né? *São bem diferentes, né?, os hábitos da... tipo, da minha casa da casa dos meus amigos, mesmo sendo meus*

amigos, né? Cada... cada... tem pai que é chato pra caramba, não pode nem... eh... mexer a perna, subir a perna, deixar a perna em cima do sofá que já vem lá brigando e tal, mas assim, no mais, assim comida, às vezes, a gente vai pra casa do cara lá, e a gente não gosta, mas tem que comer, né? Afinal, tá lá. (BDFN; AP(15); femin.; EF1; 15-21)

A ocorrência (84) apresenta uma concessiva introduzida pelo conectivo *apesar* com *ter* no infinitivo, e uma oração principal posposta com o verbo *desistir* no presente do indicativo. Em (85), a oração concessiva é posposta, introduzida pelo conectivo *mesmo* e com o verbo *ser* no gerúndio, enquanto a oração principal é nucleada pelo verbo *ser* no presente do indicativo.

Por fim, ilustramos ocorrências com a relação indicativo x sintagma (ou sintagma x indicativo), como em (87)):

(86) Aconteceu. A gente tava dançando no Cidade do Sol aí soltaram um trak alguma coisa, aí disseram que era tiro aí saiu todo mundo correndo. || Muito engraçado, || **apesar das circunstâncias**, foi engraçado isso. (BDFN; E(20); femin.; EM; 15-21)

(87) Acari (inint 27:25) a gente foi pra mina, pra mina 'Brejiú'. E pro açude de Acari e pro museu de Acari e outro museu de mina 'Brejiú'. A gente foi, mãe foi comigo, teve que ir, mas ela foi de carro, aí ela foi seguindo o ônibus, e aí quando a gente chegou lá, passamos pelo açude, tiramos foto, aí fomos pro... pra mina, eh... 'Brejiú', aí a gente foi, entrou. A mina é muito importante porque ainda existem trabalhadores lá trabalhando. Quando você vai passando tem cheio de lam... de lâmpada e dá pra ver um... dá pra ver um... um quadro que sempre o guia para. O guia fala, antes da gente entrar da mina, que é pra seguir as tábuas, não pode sair das tábuas, sempre seguindo as tá... eh... as tábuas. Tem uma parte que sai das tábuas e fica na... no solo mesmo, aí tem uma parte que sobe também. Vai, vai andando, vai andando, quando chega no... no quadro, *ele começa a falar que os trabalhadores usavam short porque se usarem calça tinha um pelinho que furava, mesmo com a calça,* || então machucava a pele deles com o pelinho, || pelinho que tem lá dentro||. (BDFN; E(7); masc.; EF1; pré-adolescente)

O dado em (86) é um exemplo de uma construção concessiva composta por uma oração principal, posposta à concessiva, com o verbo *ir* no pretérito perfeito do indicativo, e um sintagma nominal, “as circunstâncias”, ao qual se soma o. Em (87), o conectivo *mesmo* estabelece uma ligação de natureza concessiva entre a oração principal, no indicativo, e o sintagma concessivo *mesmo* com a calça.

Nossa hipótese inicial, inspirada em conclusões de pesquisas prévias (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016), era de que haveria uma maior produtividade da correlação indicativo x subjuntivo com *mesmo* e suas formas e uma maior produtividade de indicativo x indicativo com *apesar* e suas formas. Decidimos separar os fatores do grupo correlação modal em duas tabelas porque as correlações indicativo x indicativo e indicativo x verbo na forma infinita tiveram uma frequência de uso muito maior, e, por isso, a elas puderam ser atribuídos peso relativo. A tabela 10 apresenta esses resultados.

Tabela 10: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo à correlação modal.

Correlação modal	Mesmo			Apesar			TOTAL	
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso	N/Total	%
Indicativo x Indicativo	20/29	69	0.72	09/29	31	0.31	29/61	48
Verbo na forma infinita	10/32	31	0.30	22/32	69	0.67	32/61	52
TOTAL	30/61			31/61			80	100

Fonte: autoria própria.

Como já dito, as correlações modais indicativo x indicativo e orações concessivas com verbos nas formas infinitivo, gerúndio e particípio foram as mais frequentes no *corpus*. Esse resultado contraria o que é postulado pelas gramáticas em geral, que afirmam que a correlação modal típica entre oração principal e oração subordinada concessiva é a de indicativo x subjuntivo. No caso desta pesquisa, porém, observa-se uma tendência de indicativização (tendência mais bem detalhada a seguir) das orações subordinadas, principalmente com o conectivo *mesmo* em 69% dos dados (peso relativo 0.72). Em contraste, o *apesar* lidera em orações reduzidas, com frequência de 69% e peso relativo 0.67.

Nossas hipóteses iniciais não foram comprovadas. Esperávamos uma maior frequência da correlação modal indicativo x subjuntivo com o conectivo *mesmo* como estratégia para marcar a dependência morfossintática da oração concessiva com a

oração principal, na linha do que encontraram Salgado (2007) e Neves e Braga (2016).

A maior frequência do *mesmo* na correlação indicativo x indicativo pode estar refletindo o fato de que, no português brasileiro, cada vez mais “o modo indicativo tem invadido a área do subjuntivo” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Câmara Jr. (1981 *apud* ROSÁRIO, 2012, p. 173) também aponta uma tendência de uso crescente do modo indicativo, que tem “invadido a área dos outros dois modos (subjuntivo e imperativo), restando para outros elementos da sentença, como advérbios, o papel de traduzir as noções de incerteza e de dúvida”. Vejamos:

(88) Hoje em dia tá diferente. *O namoro... as menina tem esse negócio de só fica e namora e vai, mesmo que os pai não deixa, || mas elas vão pro colégio, namora assim mesmo, || e não tem aquele... é diferente de... daquele tempo quando a gente namorava. Hoje em dia as criança... as adolescente, principalmente as menininha, né? Os rapazinho querem só namorar, mesmo assim, do mesmo jeito assim de que o pai, que a mãe não deixa, mas eles vão em frente.*” (BDFN; AM(37); femin.; EM; 50+)

(89) É porque a gente vê muito na televisão né? Estados Unidos e tal, Washington esses cantos assim, e *eu acho muito bonito assim a língua inglesa também, o inglês né? Apesar que o português eu já ouvi dizer que é a língua mais difícil, || mas eu acho muito bonito quem fala inglês e quem mora lá. ||* Eu gosto de frio também, lá é frio, aí vem a calhar.” (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

Os dados (88) e (89) são exemplos dessa “indicativização” em orações concessivas em contexto em que se esperaria o modo subjuntivo. Em (88), o elemento *que*, marcador clássico de subordinação, requer, segundo a norma padrão, o modo subjuntivo do verbo *deixar*. No entanto, nessa ocorrência o verbo está no presente do indicativo. O modo indicativo também está presente na oração concessiva em (89).

Nossa hipótese para o conectivo *apesar*, de predominância na correlação indicativo x indicativo, também não foi comprovada. O *apesar* foi mais recorrente na

introdução de orações reduzidas. Associamos esse comportamento aos resultados obtidos para o grupo de fatores tipo de construção, em que a forma mais frequente, *apesar de*, tem como contexto preferencial as orações reduzidas, especificamente verbos no infinitivo (cf. tabela 7).

Os resultados para os outros três tipos de correlação modal que identificamos no *corpus* podem ser conferidos na tabela 11.

Tabela 11: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo a correlação modal, demais fatores.

Correlação modal	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Indicativo x Subjuntivo	07/07	100	00/07	0	07/19	37
Sintagma	04/07	57	03/07	43	07/19	37
Livre	03/05	60	02/05	40	05/19	26
TOTAL	14/19	74	05/19	26	19/19	100

Fonte: autoria própria.

Os sintagmas com caráter concessivo foram pouco expressivos, o que também foi constatado em outros estudos. Apenas Garcia (2010) se deteve mais na questão dos sintagmas concessivos, mas também contando com pouca expressividade numérica.

Quanto à correlação modal indicativo x subjuntivo, coletei apenas 7 dados, todos com o *mesmo*. Essa correlação costuma ser definida como a mais produtiva, então sua pouca recorrência foi o resultado que mais nos surpreendeu. Esse resultado, como já mencionamos, pode ser explicado pela tendência crescente pela utilização do modo indicativo em orações subordinadas.

Por sua vez, as formas com *apesar* parecem rechaçar o modo verbal subjuntivo, como também revelaram os trabalhos de Neves e Braga (2016) e de Garcia, que obtiveram uma presença quase unânime do modo indicativo.

4.2.4 Gênero textual

O controle do grupo de fatores gênero textual permite destacar nuances quanto à influência do estilo para a seleção de uma ou de outra variante (cf. TAVARES 2013; 2015). Em narrativas, principalmente nas de experiência pessoal, o

envolvimento emotivo com eventos que foram significativos para o narrador pode levar a uma maior emergência de formas linguísticas consideradas informais ou mesmo estigmatizadas pela comunidade de fala. Em contraste, em gêneros argumentativos, talvez por questões envolvendo preservação da face visto o falante estar discorrendo sobre assuntos polêmicos, o grau de monitoramento pode ser maior, com maior recorrência de formas mais prestigiadas.

Partindo dessa perspectiva, e tendo como base pesquisas sobre os processos de gramaticalização das duas variantes sob enfoque (BARRETO, 1999; AMORIM, 2009; LAMIM; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013), nossa hipótese para o grupo de fatores gênero textual é o maior uso de *mesmo* e suas formas nos gêneros mais informais, narrativos, e, em contrapartida, o favorecimento do uso de *apesar* e suas formas no relato de opinião. Não houve ocorrência de *mesmo* e *apesar* em relatos de procedimentos.

Como já dito, a narrativa de experiência pessoal é um relato não-ficcional, em que o informante narra um ou mais eventos que se passaram em um tempo e local determinando, tendo a si mesmo como protagonista, podendo ou não envolver outras pessoas, e que tenha marcado sua vida (LABOV, 2008[1972], 2004, 2013); TAVARES, 2013, 2015). Esse gênero é considerado importante no escopo das pesquisas sociolinguísticas variacionistas por se tratar de narrativas muitas vezes com alta carga emocional, em que, segundo Labov (LABOV, 2008[1972]), seria possível ter acesso ao vernáculo do falante. Isto é, quando envolvido em um relato contendo fortes emoções, o falante deixaria de se preocupar em como fala, as seleções linguísticas que faz, e se preocuparia mais com o conteúdo de fala. Labov (2008[1972]) indica como estratégia para despertar fortes emoções no informante a inclusão, nas entrevistas sociolinguísticas, de perguntas relativas a experiências em que o informante correu risco de vida (cf. LABOV, 2013 para aprofundamento dessa questão) ou experiências sobrenaturais. Esse tipo de pergunta é um estímulo para que seja obtida uma amostra de fala mais informal.

(90) Rapaz, eu estava ali... aqui no Alecrim, e eu... como eu sou vendedor e montador de equipamentos eletrônicos... eh... alguns deles já tavam me observando há vários dias. Eu entrava e saía em loja fazendo... eh... botando câmeras, sistema de eletrônico. E um certo dia... eh... um rapaz me

parou por trás, topou em mim e disse, "não olha pra trás. Tudo o que você tem na sua carteira, joga. A 15 minuto você vai receber a sua carteira". E eu fiquei assim sem nada na... não passou assim reação, nada na minha (vida do jeito que eu tava, gelei, só fiz tirar e joguei. E ele mandou eu não fazer cara feia, não a... nem remendar. E eu saí andando devagarzinho, ele sempre por trás de mim. Quando ele recolheu tudo o que eu tinha na carteira, ele balançou novamente no meu ombro, porque tava muita gente no momento, e disse, "ó, carteira (vai) tá no chão, pode pegar". E assim mesmo eu só fiz pegar, apanhei, botei no bolso e fiquei sem um centavo pra... do Alecrim pra zona Norte, pra vim pra casa. ((risos)) Aí fiquei naquela situação. Aí entrei dentro do ônibus, falei com... com o motorista, o motorista, "não, pode entrar", e fui até em casa, foi como eu cheguei em casa. E cheguei em casa, fiquei com muito medo. E toda vida quando eu saía, e saio hoje para o trabalho, eu observo quem está ao meu redor. *Às vezes o cidadão de bem, a gente já fica com aquele trauma, || mas é, || **assim mesmo a vida continua e a gente corre atrás dos prejuízo.*** (BDFN; E(43); masc.; EF1; 50+)

- (91) Ah é. Que quando eu cheguei lá, naquele tempo a gente passava um ano, e eu fui depois de... que era muito difícil a pessoas que fosse... fosse completo fisicamente, de boa aparência, um tamanho regular, e tudo, que ela fosse... se encaixasse nas estatística do exército, dificilmente ele se livraria de servir ao serviço militar do exército. || Quando eu fui,|| **apesar do meus padrões terem o prestígio muito grande com os comandantes do exército de Natal, eles falavam com... com os conhecidos deles, amigos do exército, pedindo pra me liberar, mas não conseguiram,** eu tive que passar mesmo um ano lá aprendendo as coisa. E por isso mesmo eu cheguei, primeira vez mandaram eu vir pra cá, daí eu digo, "opa, vai dar certo", segunda vez mandaram eu vir de novo e ele dizia, "não, você vai ser dispensado. Que nós falamos com o coronel fulano e tal, vai ser dispensado", mas na terceira vez que eu fui, aí não aconteceu nada disso, eu tive que passar foi um ano lá. E achei muito bom, que aprendi muitas coisas boas, que se eu tivesse ficado aqui, não tinha aprendido. (BDFN; M(47); masc.; EF2; 50+)

Em (90), o informante é convidado a expor uma experiência de assalto pela qual passou em seu ambiente de trabalho. Ele relata sobre como foi abordado pelo assaltante e sobre qual foram suas reações e sensações no momento, “*eu fiquei assim sem nada na... não passou assim reação, nada na minha vida do jeito que eu tava, gelei, só fiz tirar e jogar*”. Relembrar essa experiência pode ter levado o falante a se envolver emocionalmente com tudo o que viveu nesse dia. Na continuidade do relato, o informante conta como conseguiu chegar em casa, mesmo “*sem um centavo*”, e, ao finalizar, conclui dizendo que o trauma fica, “***assim mesmo a vida continua e a gente corre atrás dos prejuízo***”. A concessiva gera uma quebra de expectativa na conclusão emitida pelo falante, pois, se o trauma fica, talvez ele impeça o “*cidadão de bem*” de seguir sua vida. No entanto, o informante desfaz essa possível interpretação argumentando que, mesmo com todo o ocorrido, e com o trauma, a vida deve continuar.

Também em (91) temos uma narrativa de experiência pessoal. No relato, o entrevistado conta sobre como foi seu alistamento no exército, um processo que antigamente costumava ser bem traumático para alguns e que até hoje é fruto de muitos mitos e gera muito receio entre os meninos que estão próximo dos 18 anos. Ele então conta da sua tentativa de usar da influência de seus patrões, que são pessoas de prestígio, para poder livrá-lo do serviço obrigatório. Essa tentativa é frustrada, logo de início, pelo uso de *apesar de* na introdução da oração concessiva que informa sobre o prestígio dos patrões junto a comandantes do exército.

A seguir, exemplificamos ocorrências em outro gênero textual, a narrativa habitual, que é um relato em que o informante se transporta a uma época passada e conta momentos de sua vida que aconteciam com frequência, que eram habituais, por isso há o uso mais frequente de verbos no pretérito imperfeito (cf. CARRANZA, 1998). Em alguns pontos, as narrativas habituais se diferenciam das narrativas de experiência pessoal, pois “podem ter alguns ou a maioria dos elementos pelos quais reconhecemos como narrativas [...]; contudo, os eventos recontados não são únicos nem singulares, mas mutuamente sobrepostos e recorrentes” (CARRANZA, 1998, p. 288). Ademais, diferenciam-se também pela tendência à menor carga emotiva, pois, não raro, os eventos narrados são banais, frequentes e cotidianos no passado. Esse tipo de relato também é conhecido como “descrição de vida” (cf. SILVA; MACEDO,

1996 *apud* TAVARES, 2015). A narrativa habitual contou com apenas dois dados, ambos com *mesmo*.

(92) || *A gente... baseava do almoço, a gente fazia como se tivesse uma... fosse uma mãe cozinhar, entendeu?* || **Mesmo que a gente não fizesse bem feito, mas a gente fazia arroz, feijão, do jeito que a gente fizesse a gente comia.** (BDFN; AM(37); femin.; EM; 50+)

(93) São tantas coisa, porque quando eu era criança, assim, até de menor, (uns 15 anos), se eu fosse frequentar um restaurante, um... não é tanto um restaurante, um bar onde tivesse bebida, *não poderia, mesmo sendo acompanhado*, || mas não podia ||, um filme com censura também. Só que assim, a partir... depois dos 18 ano hoje em dia o filme que eu queria assistir quando eu era crian... criança não, assim, tinha os meus 15 ano, hoje em dia uma criança de seis ano ele vê na televisão, que é aquele Lagoa Azul, sabe? Aquele Lagoa Azul eu era ansiosa pra assistir aquele filme, só que só passava no cinema e com censura. Hoje em dia passa na televisão pra qualquer criança assistir.” (BDFN; AM(37); femin.; EM; 50+)

Em (92), a entrevistada conta como ela e outras crianças costumavam brincar: tinham o hábito de reproduzir o mesmo padrão que encontravam em casa, como se fossem mães e cozinhassem para a família, e o conectivo concessivo introduz a ressalva de que “a gente não fazia bem feito”. Em (93), dado já apresentado no grupo de fator referente ao sexo, a informante aborda um hábito de sua época de jovem e solteira, época em que os pais não costumavam deixar as filhas saírem. A quebra de expectativa marcada pelo conectivo concessivo desfaz uma possível dúvida do entrevistador: “mesmo sendo acompanhado”, não era possível sair de casa para frequentar locais em que houvesse bebidas alcoólicas.

O relato de opinião é um gênero eminentemente argumentativo, no qual o informante defende seu ponto de vista ou argumenta em favor ou contra algo, com intuito de convencer ou conseguir adesão para sua causa. Com frequência, envolve temas polêmicos – política, religião, futebol – e costuma ser de interesse público (TAVARES, 2013, 2015). Embora esse tipo de tema possa levar também a

envolvimento emocional, o informante pode estar mais contido quando argumenta do que quando narra uma experiência pessoal, devido a possíveis pressões ligadas à preservação da face (o tema é polêmico e sua opinião sobre ele ficará registrada, já que a entrevista é gravada). Assim, ele tomaria maior cuidado com o conteúdo do que diz, o que poderia ser um estímulo para que adotasse traços linguísticos vinculados a estilos mais formais. Vejamos ocorrências com *apesar* e *mesmo*:

(94) Mas assim, no momento eu não tava querendo mais trabalhar, né? No escritório de contabilidade. Então assim, fui lá primeiro pra entrevista, preferi ficar na... no escritório de advocacia como secretária. E assim, tô até hoje. *Eu gosto, né?, gosto do... dos cliente, gosto assim das pessoas que trabalha comigo, né? **Apesar de ser homens, né?, só ter eu de mulher,** || mas assim, eu gosto, entendeu? ||* Então assim, todo mundo me respeita, e assim, gosto do que eu faço, né? Que a gente tem que gostar do que faz. (BDFN; MF(28); femin.; EM; 25-45)

(95) Mesmo sabendo que... **mesmo eu não estudando,** *sei que é importante estudar || porque, se eu não estudar e aprender realmente os conteúdos, eu não vou me dar bem no Enem,* || e o Enem que vai me ajudar pra entrar na universidade particular, ou na universidade pública, e no Enem não tem cola, não tem nada disso, você tem que saber mesmo do conteúdo. (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

Em (94), a informante argumenta sobre o que gosta ou não em seu ambiente de trabalho. Ela trabalha como secretária em um escritório de advocacia, o que pode dar a impressão de ser um ambiente rígido e intimidador, uma vez que ela precisa enfatizar que gosta do que faz e dos colegas de trabalho. A quebra de expectativa marcada pelo conectivo concessivo acontece quando a informante defende que haver apenas homens em seu ambiente de trabalho não é um empecilho para que ela não goste do que faz, uma vez que, apesar disso, ela é muito respeitada. A informante parece ter se apoiado em uma crença de senso comum, segundo a qual mulheres são vítimas de machismo e outros assédios

quando trabalham em um ambiente eminentemente masculino. Contudo, ela desfaz essa possível interpretação do entrevistador no que se refere ao caso dela.

Em (95), o informante disserta sobre a importância do estudo e o quanto o Enem pode abrir as portas para uma universidade pública ou particular. Um fato interessante dessa argumentação é que o informante usa a si mesmo como exemplo para evitar um contra-argumento do entrevistador. A informação de que “*mesmo não estudando*” poderia ser usada como uma evidência de que ele não atribui importância aos estudos, mas o informante busca eliminar essa interpretação afirmando que estudar é importante. O caráter argumentativo em (94) e (95) recebe destaque e a concessiva deixa evidente não apenas qual é o argumento mais forte e qual seria a interpretação errônea para o que foi dito, mas também traz à superfície da comunicação a tentativa de persuadir o ouvinte.

Por fim, o relato de experiência cotidiana é uma narrativa, assim como a narrativa habitual, de eventos que costumam acontecer com frequência, posto que são cotidianos, contudo, o tempo dos eventos é o presente. Há dados com *apesar* e com *mesmo*:

(96) Isso, moradores são os mesmos. Alguns saíram, outros entraram, mas a maioria é o mesmo. **Apesar que eu saio de manhã de casa, chego tarde, pego só meu material pra ir na faculdade**, então eu não conheço muita gente. Essa é a minha rotina todos os dias. Todos os dias eu acordo de manhã, vou trabalhar, voltou e vou pra faculdade, chego tarde, vou dormir... todos os dias é isso. Então é uma coisa que... eh... não tenho como saber se mudou, tá mudando ou não, mas ao redor creio que é o mesmo, sempre vejo as mesmas pessoas. Sempre tem até um... na esquina da minha rua tem uns moradores que ficam lá conversando, fazem churrasco, fazem bingo, ficam colo... passando o tempo lá. (BDFN; B(16); femin.; EM; 15-21)

(97) Eu sou bem... assim, quando chega... começa o ano, *eu começo a conversar com o povo*, **mesmo sem conhecer**, || “e aí boy beleza, não sei o que”|| , começo puxar assunto assim, e quando eu tô com os meus amigos assim, e chega um novato, eu sempre procuro colocar esse novato dentro do círculo sabe? “Eba vem pra cá, chega, vamo conversar aqui, fazer qualquer coisa.

O que é que tu gosta”? Eu fico perguntando assim, aí vira amigo. (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

Em (96), ao ser perguntada sobre o que achava do local em que mora e de seus vizinhos, a informante comenta que o bairro não passou por muitas mudanças. No entanto, faz uma ressalva por meio da concessiva, acrescentando que talvez não tenha tanta propriedade para falar do assunto porque não conhece muita gente por conta de sua rotina atarefada. Essa rotina começa a ser narrada na construção concessiva. Na sequência de sua fala, a informante continua narrando suas atividades cotidianas.

É importante pontuarmos que, em (96), temos um exemplo de concessiva livre, a chamada concessiva independente (cf. GARCIA, 2010), pois, embora a oração concessiva tenha relevância para o contexto, o escopo dela no discurso é mais amplo e não parece estar atrelada nem à oração anterior, nem à posterior. Nesse contexto, ela funciona como um *afterthought* (ZAMPRONEO, 2014), um adendo, enxertado por meio de um conectivo concessivo e com o efeito de quebra de expectativa.

Em (97), temos o relato de um adolescente sobre como é seu começo de ano e o que ele costuma fazer para conhecer seus amigos de classe, isto é, puxar assunto. Normalmente puxamos assunto com quem já conhecemos. Para dirimir essa possível interpretação por parte do entrevistador, o informante pontua que costuma fazer isso “**mesmo sem conhecer**” a outra pessoa.

Em um primeiro momento, controlamos à parte cada um desses gêneros textuais. Entretanto, pela baixa ocorrência de dados em alguns deles, decidimos fazer um contraponto entre os gêneros narrativos, amalgamados, e o relato de opinião. Fundamenta essa decisão a semelhança quantitativa da distribuição das variantes.

Com a amalgamação de fatores, refizemos nossa hipótese inicial, que passou a ser a previsão de que *mesmo* seria condicionado positivamente nos gêneros narrativos agora amalgamados. Gêneros caracterizados por sequência textual narrativa podem ser considerados, em geral, mais propícios ao uso de formas mais recentes, de natureza mais informal. Em contraste, *apesar* seria condicionado positivamente nos relatos de opinião, que, como já tido, podem despertar maior

cuidado com o que é dito, isto é, na seleção dos elementos linguísticos, e, assim, favorecer o aparecimento daqueles mais prestigiados, conjunto no qual *apesar* pode ser mais facilmente enquadrado que o *mesmo*, conjunção pouco lembrado pelas gramáticas normativas (cf. ROSÁRIO, 2012).

A tabela 12 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 12: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo o gênero textual.

Gênero textual	Mesmo			Apesar			TOTAL	
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso	N/Total	%
Narrativas	31/45	67	0.57	14/45	33	0.38	45/80	55
Relato de opinião	13/35	37	0.42	22/35	63	0.64	35/80	45
TOTAL	44/80			36/80			80	100%

Fonte: autoria própria.

Atestando a hipótese, *mesmo* foi favorecido nos gêneros narrativos, com frequência de 67% e peso relativo 0.57, e desfavorecido no relato de opinião, com frequência de 37% e peso relativo 0.42. Em contraste, *apesar* apresentou comportamento inverso, sendo favorecido no relato de opinião, com frequência de 63% e peso relativo 0.64, e desfavorecido nas narrativas, com frequência de 33% e peso relativo 0.38.

O gênero textual foi selecionado pelo Goldvarb X como o quarto fator mais significativo para a variação entre *mesmo* e *apesar*. Dessa forma, torna-se evidente que, assim como postulado por Labov (2001) e salientado por outros estudiosos (SILVA; MACEDO, 1996; CARRANZA, 1998; TAGLIAMONTE, 2006, 2012; TAVARES, 2013, 2015, entre outros), a função comunicativa para a qual os itens linguísticos são recrutados e o grau de envolvimento do falante com o que diz – ou seja, o contexto pragmático e comunicativo – tem efeito sobre como os falantes selecionam as formas linguísticas, o que se aplica ao caso dos conectivos em tela.

O próximo grupo de fatores abordado, assunto, pode guardar relação com o grupo de fatores gênero textual. É possível inferir que, em relatos de opinião, os assuntos são de natureza mais geral, ao passo que, nas narrativas, sobretudo dos tipos levados em conta aqui, predominam assuntos mais pessoais.

4.2.5 Assunto

O controle do assunto, assim como o do gênero textual, tem como intuito mensurar a influência de questões estilísticas e discursivas na escolha das variantes em competição. A hipótese era de que assuntos mais pessoais favoreceriam a ocorrência da variante mais recente, não-padrão, formas com *mesmo*, por implicarem maior envolvimento emocional. Em contraparte, formas com *apesar* seria mais expressivo quando o informante estivesse tratando de assuntos mais gerais, com menor envolvimento emocional.

Abaixo ilustramos com dados extraídos do *corpus* cada uma das variantes em contexto de assunto pessoal. Em (98), a construção concessiva é ligada pelo conectivo *mesmo*, e o informante comenta sobre sua vontade de viajar para Juazeiro, um assunto pessoal, obstado por sua mãe. Em (99), a construção concessiva é marcada pelo conectivo *apesar*, e o informante expõe sua vontade de ir para a academia e perder peso, sempre frustrada.

(98) Aí assim, sabe? A minha avó... a minha avó, a mãe do meu pai, tá... eu queria ir, sabe pro Juazeiro? Aí minha mãe não tá deixando porque é longe, aí assim, aí tinha medo de acontecer um acidente, *aí ela diz assim: “*, mas não é pra acreditar nisso”, “mãe, eu não tô acreditando, é só pra mim ver”, mas mesmo assim ela não deixa.* (BDFN; W(12); masc.; EF1; pré-adolescente)

(99) **Apesar de ter que frequentar uma academia || porque eu tô um pouco acima do peso, || mas eu desisto assim.** Deixa do jeito que tá.” (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

Na sequência, temos dados em contexto de assunto geral. Na ocorrência (100), encabeçada por *apesar*, o assunto gira em torno da religião. Em (101), com *mesmo*, o tópico principal é o bairro em que reside o informante.

(100) É, né, fazer como outro... Deus fez o mundo em sete dias, tirou um pra descansar, e a gente não ter... um mundo desse todinho aí a gente não ter um momento de... de agradecer a ele? *Eu pelo menos quando eu vou pra*

*igreja eu vou pra agradecer, né?, as coisas boas que ele sempre me fornece, **apesar que ele não é ele que vai chegar e vai dizer “não, vou lhe dar um emprego bom, não sei o que, não sei o que”***, mas sempre agradeço tudo que ele fez, ele fez com amor e dedicação pra gente. Eu sempre vou só pra agradecer mesmo a ele o dia que ele fez, o pão que ele bota na mesa da gente. (BDFN; H(33); masc.; EF2; 25-45)

(101) Rapaz, pra falar a verdade não tem nada visse, não tem uma praça e o bairro tá crescendo, mas não tem praça. || Atualmente lá onde eu moro não tem praça, não tem uma quadra, não tem um campo de futebol, || *tem uma quadra na cidade Satélite, e **mesmo assim tem um senhor que toma de conta lá***, se você for pra lá jogar tem que pagar não sei quanto. Um negócio que é da comunidade né? Aí você tem que marcar, não sei o que. Eu acho que até pela parte correta porque fica organizado, porque se fosse aberta ao público, já tinha quebrado tudo. (BDFN; W(36); masc.; EF2; 25-45)

A tabela 13 sintetiza os resultados encontrados para o grupo de fatores assunto.

Tabela 13: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* segundo o assunto.

Assunto	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Pessoal	31/55	56	24/55	44	55/80	69
Geral	13/25	52	12/25	48	25/80	31
TOTAL	44/80		36/80		80	100%

Fonte: autoria própria.

De modo geral, o assunto pessoal é o que mais se destaca, representando 69% dos dados de ambas as variantes, ficando o geral com 31% dos dados. A hipótese inicial para o *mesmo* foi comprovada, dado que ele foi mais utilizado em trechos de assunto pessoal (56%). Contudo, *mesmo* também foi o mais utilizado em contextos de assunto geral, com 52% das ocorrências. Já *apesar* teve distribuição equilibrada, com 52% dos dados quando eram abordados assuntos pessoais e 48% quando eram abordados assuntos gerais. Esses resultados indicam que o assunto

não é um fator relevante para a variação entre os conectivos em apreço, ao menos em nossa amostra de dados.

4.2.6 Ordem da oração concessiva

Objetivamos, com este grupo de fatores, averiguar de que forma os conectivos com *mesmo* e *apesar* são influenciados pela ordenação das orações no complexo concessivo. Outras pesquisas que versam os conectivos concessivos encontraram na ordenação das orações um elemento importante para a escolha de um ou outro conectivo concessivo (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; WIECHMANN; KERZ, 2013; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016; PARRA, 2016).

Urge mencionar que controlar a ordem é lidar com o processamento das informações na cadeia discursiva, levando em consideração a carga de informatividade: informações novas requerem mais material linguístico para serem codificadas. Maior quantidade de material linguístico torna as estruturas linguísticas mais pesadas/complexas (do ponto de vista da forma), o que pode influenciar a sua colocação na oração. Essa relação entre ordem e posição dos elementos sintáticos na cadeia discursiva quanto ao seu processamento linguístico, isto é, quantidade de informação, bem como pressuposição de seu conteúdo, evidenciam a contraparte semântico-cognitiva e pragmática de um fator sintático, ordem da concessiva em relação à oração principal. A extensão das orações concessivas também é um fator controlado nesta pesquisa, com o intuito de se obter um panorama mais completo sobre o comportamento pragmático dos conectivos em tela.

Partindo para a descrição das posições, trabalhamos com três possibilidades: anteposição, intercalação e posposição. Em conformidade com Garcia (2010), tomamos como elemento de referência o verbo do evento principal, ou seja, da oração nuclear do complexo concessivo.

A anteposição é vista por Rosário (2012, p. 2012) como explicitando de maneira mais clara o “caráter de argumento ‘mais fraco’ presente no segmento concessivo”. Essa afirmação encontra respaldo na caracterização do pensamento concessivo como oração que, apesar de trazer um obstáculo – real ou suposto –, não seria forte o suficiente para impedir a realização do evento expresso na oração

nuclear (cf. NEVES, 2000; BECHARA, 2009; CASTILHO, 2014). Sendo assim, a anteposição seria uma maneira de “preparar o ambiente discursivo para a inclusão de um argumento ‘mais forte’” (ROSÁRIO, 2012, p. 212). Ela funcionaria, assim, como uma espécie de guia para pelo qual o leitor/ouvinte se orienta no desenvolvimento da argumentação.

Sobre a carga informativa nessa escolha de ordenação, Zamproneo (2014) pontua que, muitas vezes, para o fluxo informativo, a anteposição desempenha o papel de instaurar uma pressuposição de que uma informação nova será introduzida, estabelecendo de antemão a relação contrastiva com o que está por vir. Seguem duas ocorrências:

(102) Não, não, não foi... não, não, não, fuga não... eh... eu fui... fui fazer uma trilha e a trilha assim durou um fim de semana inteiro, mas nada de... a gente ficou pelos engenhos lá de Ceará-Mirim... eh... mas por aquela parte assim dos sítios e tal, dormiu lá em umas das casas com aqueles móveis, aquelas coisas, sabe? Tu tá ligado aquela coisa bem... bem antiga, né? Rádio e tal, *mas... mas assim*, || na turma todo mundo mesmo...|| **mesmo vendo essas coisas na trilha**, *todo mundo querendo o sinal do celular, porque lá não pegava*. (BDFN; AP(15); femin.; EF2; 15-21)

(103) Com o meu irmão, um amigo meu não... não... não gostava e não gosta dele, porque ele é gordo, né? E ele já é mais forte assim, bombadozinho, e ele não gosta, “e gordo, não sei o que, não sei o quê.” || Aí eu já cheguei a discutir com esse menino porque ele ficava dizendo as coisas com meu irmão, eu não gostava||. **Apesar dele ser meu amigo**, *eu não gostava que ele dissesse isso com meu irmão, sabe? Aí eu fiquei muito chateada com ele, briguei, mas depois ele pediu desculpa e ficou tudo bem.*” (BDFN; ME(5); femin.; EF1; pré-adolescente)

Em (102), a informante relata uma viagem feita com sua turma para os engenhos de Ceará-Mirim e as coisas antigas e diferentes que viu. A concessiva anteposta traz uma carga informativa velha, que já havia sido apresentada no discurso, “**mesmo vendo essas coisas na trilha**”; já a oração principal introduz o

argumento forte, que representa informação nova, “*todo mundo querendo o sinal do celular, porque lá não pegava*”. Ou seja, a presença de tanta coisa diferente do contexto cotidiano dos alunos não foi suficiente para prender atenção e ganhar a disputa contra a telinha do celular.

Em (103), a informante comenta sobre um acontecimento na escola, o fato de seu irmão ter sofrido *bullying* por ser gordinho, sendo seu agressor uma pessoa que era amigo da informante. Novamente a informação apresentada na concessiva anteposta, introduzida pelo conectivo *apesar* (“**apesar dele ser meu amigo**”), já é velha e pressuposta no discurso, isto é, que o autor do *bullying* é amigo da informante.

A posposição apresenta um caráter de adendo (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016), também chamado de *afterthought*, ou seja, “essas orações pospostas têm muito de adendo, por meio do qual o locutor acrescenta outros conteúdos ou argumentos a um segmento linguístico aparentemente concluído” (cf. NEVES; BRAGA, 2016, p. 162). Em alguns casos de posposição, esses adendos funcionam quase como um encaixe, uma vez que parecem “acrescentados” depois, como enfatiza Zamproneo (2014), ao constatar que, com frequência, não se encontram integrados no mesmo contorno prosódico da oração nuclear.

Quanto à carga informativa presente na posposição, Rae (2009 *apud* PARRA, 2016) aponta para a estratégia de introdução de informação nova, com intuito de preservação quanto à possível objeção do interlocutor. Vejamos:

(104) [...]E isso foi assim, muito impactante pra mim, mas graças a Deus sempre tive muito auxílio, acho que tanto espiritual, como o auxílio médico, *eu consegui voltar a fazer tudo normalmente, mesmo o meu joelho hoje em dia não sendo mais o mesmo, nunca mais foi o mesmo*, mas nada que dificulte assim, a minha vida por completo, que eu tenha que deixar de fazer alguma coisa por causa disso.” (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

(105) [...] Eu nunca gostei de matemática, foi sempre a matéria que me deixa em recuperação, mas por incrível que pareça esse ano eu tô gostando de matemática, tá me atraindo a matemática, esse ano estou gostando mais até

do que português. *Eu gosto muito de produzir texto, de fazer redação, **apesar de não saber muito certas definições que tem redação não sei o que, dissertativas, essas coisas**, || mas eu gosto de escrever, às vezes.||* (BDFN; A(19); masc.; EF2; 15-21)

O movimento pragmático-discursivo e a carga informacional das orações concessivas pospostas em (104) e em (105) é oposta àqueles que caracterizam as orações concessivas antepostas em (102) e em (103). Em (104), a entrevistada relembra sua condição de saúde de maneira muito espiritual. A oração principal traz a informação de que ela voltou a fazer tudo em casa, a despeito de todo problema que teve, é uma informação pressuposta pelo contexto devido o fio discursivo de agradecer a Deus sua recuperação, enquanto a oração concessiva posposta faz uma ressalva: o seu joelho não é o mesmo, ainda que recupera. Como apontado em outras pesquisas (SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016), a concessiva posposta funciona discursivamente como o acréscimo de um novo tópico ao discurso, uma conclusão a que o falante quer chegar.

Esse caráter de ressalva também transparece na ocorrência em (105). Ao ser interrogado pelo entrevistador sobre suas matérias preferidas na escola, o informante afirma nunca ter gostado de matemática, mas que, surpreendentemente, naquele ano, ele vinha conseguindo ter um bom rendimento, o que o fez gostar mais de matemática “*do que português*”. A informação dada na oração principal, “*eu gosto muito de produzir texto, de fazer redação*”, é pressuposta, pois o informante havia dito anteriormente que gostava de português. A carga informativa maior e não pressuposta se encontra na concessiva, que reporta um fato novo, o de que o informante gosta de escrever, mesmo que não conheça “*certas definições que tem redação não sei o que, dissertativas, essas coisas*”.

A intercalação da oração concessiva é interpretada como uma forma de enfatizar um elemento específico dentro da oração principal, tendo função focalizadora no discurso (cf. SALGADO, 2007; ROSÁRIO, 2012). Ao produzir uma concessiva intercalada, o falante gera uma quebra do fluxo discursivo com a intenção de dar relevo a um elemento determinante de seu argumento, ressaltando o caráter de argumento forte da oração principal. Essa quebra do fluxo discursivo dá

origem, segundo Rosário (2012), a maior topicidade, que atua como orientadora na função de foco, contribuindo para uma alta carga argumentativa. Observemos algumas ocorrências:

(106) *Em minha vida, eu acho um milagre também é, assim, de Deus me conservar... **apesar dessas dificuldades que eu tenho na vista...** é poder fazer as coisa direito e trabalhar normalmente.* (BDFN; J(48); masc.; EM; 50+)

(107) *É muito foco em mim, eu me atrapalhava toda. Em conjunto, **mesmo que eu errasse, prejudicasse todo mundo,** eu preferia errar, prejudicar todo mundo do que errar sozinha.* (BDFN; Ana Beatriz (14); femin.; EM; 15-21)

Em (106), o informante aborda os problemas de saúde pelos quais passou e particulariza um deles ao comentar sobre a dificuldade de visão na intercalação do complexo concessivo “apesar dessas dificuldade que eu tenho na vista”; assim como em (107), em que a concessiva introduz informação nova, que é retomada na oração principal logo a seguir.

Tínhamos por hipótese que *mesmo* seria mais frequente em concessivas antepostas e intercaladas, ao passo que *apesar* seria mais frequente em concessivas pospostas. Essa hipótese foi pautada em pesquisas anteriores, que revelaram que o *mesmo* e a maioria de suas formas são mais frequentes nas posições anteposta e intercalada (cf. GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; NEVES; BRAGA, 2016). Garcia (2010) e Rosário (2012) notaram um comportamento heterogêneo entre *apesar de*, com preferência pela anteposição, e *apesar de que*, com preferência pela posposição. Já Neves e Braga (2016) apontaram que o *apesar* e suas formas apresentam uma tendência de posicionamento posposto, com introdução de informação velha.

As orações concessivas livres foram quantificadas à parte, uma vez que seu escopo não se encontra preso a uma oração específica

A tabela 14 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 14: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto à ordem das orações

Ordem das orações	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Posposta	25/40	62	15/40	38	40/80	50
Anteposta	11/28	40	17/28	60	28/80	35
Intercalada	05/07	71	02/07	29	07/80	9
Livre	03/05	60	02/05	40	05/80	6
TOTAL	44/80		36/80		80	100%

Fonte: autoria própria.

De modo geral, os resultados mostram que os informantes optam com mais recorrência por orações concessivas pospostas à oração principal, com 50% das ocorrências, seguindo-se a anteposição, com 35%, e, em menor número, a intercalação, com 9%. Com efeito, nosso *corpus* segue uma tendência encontrada na literatura para o posicionamento das concessivas (cf. SALGADO, 2007; NEVES; BRAGA, 2016). Neves e Braga (2016, p. 162) enfatizam que “a posposição da oração concessiva constitui a ordem não marcada (70% do total), e que todos os conectivos podem encabeçar as orações que ocupam essa posição”.

Entretanto, nossa hipótese de que o *mesmo* fosse aparecer mais em orações antepostas e intercaladas não foi atestada. Esse conectivo foi mais produtivo na posposição, com 62% dos dados e, embora tenha sido de fato mais frequente nas orações intercaladas, trata-se de apenas 7 instâncias, então não é possível fazer uma análise mais refinada desse resultado. Em imagem espelhada, o *apesar* foi mais produtivo na anteposição, com 60% dos dados.

Talvez esse padrão distribucional inesperado se deva ao fato de os dados de *mesmo* terem sido mais recorrentes em narrativas, com 67% dos casos. Nas narrativas presentes no *corpus*, *mesmo* atua na introdução de informações mais novas, menos pressupostas, que estão em figura no fio discursivo. Em contraparte, *apesar* foi mais frequente nos relatos de opinião, com 63% dos casos, onde atua na apresentação de informação pressuposta e/ou velha, em fundo no fio discursivo, preparando o terreno para o argumento mais forte.

Rosário (2012), com um *corpus* eminentemente argumentativo, formado por discursos proferidos por deputados na ALERJ, também encontrou um resultado maior de anteposição com a conjunção *apesar de*. Ficou evidente seu predomínio

em trechos argumentativos, servindo como alicerce para a introdução de argumentos mais fortes. Destacamos que, como apresentado nas tabelas 7 e 9, entre o total de 36 conectivos com *apesar*, nove são de *apesar (de) que* e 27 de *apesar de*, o que também ajuda a explicar a maior produtividade de *apesar* na anteposição.

4.2.7 Extensão

A extensão foi um grupo de fatores controlado por Wiechmann e Kerz (2013) e, assim como a ordem das orações concessivas, têm nuances para além de seu escopo como fator estrutural. Com efeito, dá pistas sobre a carga informativa e o nível de pressuposição das informações apresentadas. Conforme o subprincípio icônico da quantidade (cf. GIVÓN, 1995), quanto maior e/ou menos previsível e/ou mais importante for a informação, maior será a quantidade de forma a codificá-la, de modo que a estrutura linguística indica o grau de complexidade da informação.

Wiechmann e Kerz (2013) investigaram um complexo de fatores, dentre eles a extensão, como um dos mais determinantes para a escolha do posicionamento das orações, com o objetivo de examinar de que forma atuavam para a ordenação das orações concessivas no inglês introduzidas por *although* e *whereas*. Não encontramos trabalhos sobre conectivos concessivos no português brasileiro em que a extensão tenha desempenhado um papel de relevo. Assim, nossa hipótese para esse fator foi criada a partir de inferências feitas com base em outros fatores, que poderiam atuar e/ou determinar a extensão de uma estrutura linguística.

Como explicitado na subseção anterior (ordem da oração concessiva), *mesmo* e suas formas têm uma tendência de posicionamento anteposto (cf. GARCIA, 2010; ROSÁRIO, 2012; NEVES; BRAGA, 2016) – posição frequente de estruturas linguísticas com *status* informativo velho, mais pressupostas, logo, com menos material linguístico –, do que podemos inferir mais probabilidade de menor extensão da oração concessiva em relação à principal. Também já vimos que, embora Neves e Braga (2016) tenham postulado que o *apesar* e suas formas apresentam uma tendência de posicionamento posposto (cf. NEVES; BRAGA, 2016); Garcia (2010) e Rosário (2012) notaram um comportamento heterogêneo

entre *apesar de*, com preferência anteposta, e *apesar de que*, com preferência posposta.

Vimos, porém, que nossos resultados quanto à ordem mostraram tendência contrária, o que explicamos levantando o papel dos diferentes gêneros textuais em que cada conectivo foi mais frequente. Diferentemente, no caso da extensão oracional, os resultados foram na direção de comprovação parcial da hipótese.

Wiechmann e Kerz (2013), para o cálculo desse grupo de fatores, fizeram uma razão entre o número de palavras na oração principal e o número de palavras da oração concessiva, do que resultou que, quanto maior o número de palavras na oração concessiva, menor o número resultante dessa divisão; quanto menor o número de palavras na oração concessiva, maior o número resultante dessa divisão. Ou seja, o resultado da razão e o número de palavras na oração concessiva configuram-se como inversamente proporcionais. Contudo, decidimos adaptar essa forma de mensurar a extensão. Não vimos necessidade em calcular a divisão, uma vez que a comparação entre a quantidade de palavras das duas orações (principal e concessiva) seria suficiente para determinar se a concessiva poderia ser considerada longa (maior do que a principal), curta (menor do que a principal) ou média (mesma quantidade de palavras do que a principal). A seguir, ilustramos com algumas ocorrências:

(108) [...]E isso foi assim, muito impactante pra mim, mas graças a Deus sempre tive muito auxílio, acho que tanto espiritual, como o auxílio médico, *eu consegui voltar a fazer tudo normalmente, **mesmo o meu joelho hoje em dia não sendo mais o mesmo***, || nunca mais foi o mesmo, || mas nada que dificulte assim, a minha vida por completo, que eu tenha que deixar de fazer alguma coisa por causa disso.” (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

(109) Isso, nunca fui castigada, nunca... nunca. Eu sempre fui uma criança que você falava comigo, só você olhar já sabia o que que você queria. *Então eu sempre tive minhas coisas...|| **apesar que eu não tinha aquela coisa, aquela obrigação de estar arrumando as coisas, não.***|| Claro que eu ajudava a minha v... eu morava com a minha vó, ajudava minha vó dentro de casa. Claro que... mas eu não tinha aquela função de ter que organizar, não,

eu brincava, eu organizava... eh... tudo conforme, tudo organizado.” (BDFN; B(16); femin.; EM; 15-21)

Em (108) e (109), as orações concessivas são consideradas longas, visto que seu material linguístico excede o tamanho da oração principal, demandando um maior tempo de produção e processamento. Traçando um paralelo entre o fator extensão e o fator ordem das orações concessivas, em ambas as ocorrências, a oração mais longa é posposta à principal. Em (108), a informação, mesmo posposta e longa, não é nova e tem um grau maior de pressuposição, uma vez que a informante, ao longo do discurso, já havia comentado seu problema no joelho. Contudo, em (109), o argumento levantado pela informante é novo, e é adicionado ao fio discursivo como adendo. O seu acréscimo muda a perspectiva do que vinha sendo relatado, o que causa um efeito contrastivo marcante, uma vez que, ao dizer que, quando criança, não tinha o hábito de ser castigada, a informante pode levar o entrevistador a inferir que era uma criança organizada e comportada. Porém, por meio da concessiva, a informante contradiz essa interpretação, esclarecendo que não tinha obrigação de arrumar suas coisas quando criança.

(110) Não sou de questionar negócio de valores não, se eu tiver condições de pagar eu pago, se não tiver aí fica por isso mesmo. Tá questionando, trabalho dois, três, quatro, cinco anos num canto e faço receber meus direitos (direitinho), se a pessoa disser que não dá pra pagar não dá e acabou, baixa a carteira e tô indo embora. Já teve caso de trabalhar sete ano no condomínio e a empresa, **apesar de não ser muito boa**, || que era (inint 00:27:52) de condomínio na época ||, *ela ganhava sempre a licitação do condomínio mesmo irregular pro INSS, com o FGTS*, e aí eu nunca soube disso, quando eu vim saber já era tarde, já tava com sete anos de empresa e se brincar foi uma das empresas que eu mais me dediquei foi essa (inint 00:28:06) e no final de sete anos tive uma decepção grande que foi ela não tava pagando INSS, não tava pagando FGTS, eh... aí veio atrasar a cesta básica, transporte no final do mês. [...]”(BDFN; FC(31); masc.; EM; 25-45)

(111) Pergunto todo dia. "Lanchou o quê?", aí ele diz, "brincou? Jogou bola?", ele fala, "joguei". **Mesmo sem perguntar**, *ele chega dizendo o que fez*. (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

Em (110) e (111), as orações concessivas são consideradas curtas quando contrastadas à oração principal. Tecendo relação com o grupo de fatores ordenação, é possível perceber que, em ambas as ocorrências, a oração concessiva é não apenas curta, como também anteposta, posição tradicionalmente ocupada pelo elemento de menor peso estrutural (cf. PRINCE, 1981; NARO; VOTRE, 1986; BERLINK, 1988, 1997; GÖRSKI, 1994; ALBANO, 2017). Outro fato interessante é que, em ambas, a concessiva anteposta funciona como uma síntese, retomando os fatos já mencionados e, portanto, carregando informação velha, mais pressuposta.

Em (110), o informante conta sobre seu antigo trabalho e como foi seu processo de saída de lá. Era possível inferir, por informações dadas anteriormente, que a empresa não era um ambiente de trabalho bom, antes mesmo de o informante sintetizar essa informação com a concessiva "apesar de não ser muito boa". A oração concessiva prepara a quebra de expectativa trazida pela oração principal, "*ela ganhava sempre a licitação do condomínio mesmo irregular pro INSS, com o FGTS*", e o entrevistador pode compreender, então, que não ser uma empresa boa não é impedimento para que ela vença licitações.

Em (111), a informante relata o hábito que tem de perguntar ao filho como foi seu dia, o que pode levar à inferência de que o filho apenas responde sobre o seu dia se for indagado, expectativa que é dirimida pela informação contida na oração principal, *ele chega dizendo o que fez*.

Quanto à extensão média, em que a oração concessiva e a principal apresentam a mesma quantidade de palavras, só obtivemos uma ocorrência, com o conectivo *apesar* (112).

(112) Aconteceu. A gente tava dançando no Cidade do Sol aí soltaram um trak alguma coisa, aí disseram que era tiro aí saiu todo mundo correndo. || Muito engraçado, || **apesar das circunstâncias**, *foi engraçado isso*. (BDFN; E(20); masc.; EM; 15-21)

Retomando nossa hipótese inicial, devido ao comportamento das conjunções com *mesmo* e *apesar* em pesquisas anteriores, supúnhamos que o *mesmo*, por ter preferencialmente posicionamento anteposto, apresentaria uma estrutura material menos extensa, enquanto o *apesar*, por apresentar preferência pela posição posposta, encabeçaria sentenças mais extensas. Os resultados se encontram na tabela 15 abaixo.

Tabela 15: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto à extensão da concessiva em relação à oração principal

Extensão da concessiva	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Longa	14/29	49	15/29	51	29/80	36
Curta	27/45	60	18/45	40	45/80	57
Média	00/01	0	01/01	100	01/80	1
Livre	03/05	60	02/05	40	05/80	6
TOTAL	44/80		36/80		80	100%

Fonte: autoria própria.

Nossa hipótese inicial foi parcialmente comprovada. O *mesmo*, em 60% dos dados, foi utilizado para encabeçar orações curtas, ao passo que o *apesar* teve utilização menor, assumindo 40% das ocorrências desse tipo de extensão. Por outro lado, as conjunções com *apesar* são apresentadas uma pequena produtividade em sentenças longas, em 51% das ocorrências, mas a diferença em relação a *mesmo* é mínima, visto que este contou com 49% de suas ocorrências no referido contexto. Isso nos permite concluir que não há diferença entre os conectivos quanto a esse quesito. O número de dados de estruturas médias e livres é baixo, o que não possibilita análise mais detalhada.

Uma vez que estudos anteriores (GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016) indicaram as orações concessivas introduzidas por *apesar* como preferencialmente posicionadas após à oração principal, é inferível que elas sejam, em sua maioria, extensas, portanto pesadas, e que, por isso, carreguem em si informações novas e menos pressupostas. Do mesmo modo, orações concessivas introduzidas por *mesmo*, em outras pesquisas (GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016), manifestaram predileção pela ordem anteposta, uma posição na cadeia linear ocupada por construções menos densas, com conteúdo mais velho e mais pressuposto.

No entanto, visto que os resultados para a extensão revelaram uma tendência oposta ao previsto na hipótese inicial para o posicionamento das orações concessivas, seria esperado que a extensão revelasse também tendência oposta à hipótese inicial, isto é, que *mesmo* se destacasse em orações curtas e *apesar* em longas. Porém, como vimos, isso não aconteceu. Para obter indícios da razão dessa não convergência entre os resultados para a posição e para a extensão, correlacionamos, na tabela 15, tais fatores.

Tabela 16: Cruzamento entre ordem e extensão das orações concessivas com ambas as variantes

	Anteposto				Posposto				Intercalado					
	Longa		Curta		Longa		Curta		Longa		Curta			
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	Total	%
Mesmo	03/11	27	08/11	73	11/25	44	14/25	56	00/05	0	05/05	100	41/74	55
Apesar	04/16	25	27/45	75	11/15	73	04/15	27	02/02	0	02/02	100	33/74	45
TOTAL		27/74	37%			40/74	54%			07/74	9%		74	100

Fonte: autoria própria.

É importante salientar que, para os cálculos na tabela 16, foram retirados os cinco dados de concessivas livres, uma vez que não se ligam a uma oração principal, e a única ocorrência de concessiva média. Portanto, dos 80 dados, passaram a ser 74, ao todo 41 com o conectivo *mesmo* e 33 com o conectivo *apesar*. Pontuamos que os resultados contidos na tabela 16 são menos confiáveis devido à pouca quantidade, mas, de qualquer forma, trazem elementos para ajudar a esclarecer porque não houve correlação entre os resultados para a ordem e para a extensão.

Seguindo a tendência de antepor elementos com menor massa fônica, ou seja, mais leves do ponto de vista da extensão e do processamento linguístico (PRINCE, 1981; NARO; VOTRE, 1986; BERLINK, 1988, 1997; GORSKI, 1994; ALBANO, 2017), do total de antepostas com o conectivo *mesmo*, 73% são curtas e 27% longas. O resultado para a anteposição com conectivo *apesar* também segue o esperado, 75% curtas, enquanto 25% são longas.

Os resultados para a extensão das orações concessivas intercaladas também se mostraram coerentes com as descobertas das pesquisas prévias. Na medida em que essas orações têm por função ressaltar um ponto específico na oração principal, sendo encaixadas no meio (ROSÁRIO, 2012; ZAMPRONEO,

2014), espera-se que sua extensão seja curta, uma vez que acrescentam material à uma informação já apresentada. Com efeito, em ambas as variantes, 100% das orações intercaladas são também curtas.

No que diz respeito às concessivas pospostas, os resultados para *apesar* mostraram-se dentro da tendência de posposição de elementos mais longos, com 73% dos dados. Contudo, os resultados para a extensão das orações concessivas pospostas com *mesmo* não seguiram o esperado: 56% das concessivas pospostas encabeçadas por *mesmo* são curtas, ao passo que 44% são longas. Percebemos então, embora com leve equilíbrio, uma inclinação para que o *mesmo* introduza orações curtas, mesmo em ordem posposta.

Talvez o fato de o posicionamento das orações concessivas introduzidas por *mesmo* e por *apesar* não se coadunar ao descrito por Neves e Braga (2016) e Garcia (2010) seja diagnóstico de que o processamento cognitivo tem uma atuação mais forte tanto para a extensão quanto para o posicionamento dos elementos na cadeia discursiva. Paralelamente, os resultados também trazem à tona que o *apesar* é, em geral, mais propenso à anteposição (atuando em posição de fundo). Ressalve-se, porém, que esse conectivo se distribui de modo distinto quando são correlacionadas extensão e posição: tende à posposição em orações extensas e à anteposição em orações curtas. Já o *mesmo* se mostra mais produtivo na posposição (atuando em posição de figura), apresentando um uso um pouco maior em sentenças curtas.

4.2.8 Domínio das relações expressas nas concessivas

Nosso objetivo específico ao abordar os domínios das relações expressas pelas concessivas é investigar possíveis preferências que distingam *mesmo* e *apesar*. Controlar esses domínios nos permite ter uma visão mais detalhada sobre os processos lógico-semânticos das relações concessivas marcadas pelo *mesmo* e pelo *apesar*. Neves e Braga (2016) enfatizam que, juntamente com os conectivos condicionais e causais, os concessivos podem atuar em três domínios: (i) estado de coisas, ou seja, como veículo portador de conteúdo; (ii) epistêmico, estabelecendo relação entre proposições; e (iii) ato de fala, atuando como um instrumento conversacional.

A principal relação estabelecida no domínio do conteúdo ocorre entre fatos e eventos do mundo, isto é, entre estados de coisas expressos nas duas orações (cf. NEVES, 1990, 2000; CREVELS, 2000a,b; NEVES; BRAGA, 2016). Salgado (2007, p. 75) ressalta que essa relação possui “em sua natureza uma frustração de expectativa de causalidade ou de condicionalidade”. Esses estados de coisas expressos nas concessivas do domínio do conteúdo podem ser avaliados em termos de existência, isto é, são entidade localizadas no tempo (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 *apud* GARCIA, 2010). Vejamos:

(113) Que isso. *Aí quando é com consulta, mesmo que eu não use, mas a segurança de ter ali já é totalmente diferente, || já é outra autoestima, outra... outra vibe, você já vai||* (BDFN; AB(14); femin.; EM; 15-21)

(114) Acho que... tsi... a... || *gostei como todos me receberam bem. || Apesar de eu morar lá há pouco tempo, eu sempre fui muito bem recebida, e a comodidade da minha vizinhança, a simpatia.* (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

Em (113), a informante diz preferir fazer prova com consulta. Em sua argumentação, ela defende que o bom da consulta é a possibilidade de ter a ajuda à disposição. A oração concessiva frustra uma relação de causalidade quanto a poder ter o material disponível para a consulta e de fato fazê-la. Para a informante, basta a possibilidade de consulta estar disponível, trata-se de um efeito tranquilizador. Em (114), temos o mesmo movimento de frustração de um possível vínculo causal. A informante comenta sobre morar há pouco tempo em seu bairro, o que pode gerar a conclusão de que ela ainda não tenha estabelecido um vínculo de proximidade com seus vizinhos. Porém, essa conclusão causal é desfeita quando a informante menciona, na oração principal, que o pouco tempo de moradia não é obstáculo suficiente para que sua vizinhança seja boa e simpática com ela.

Portanto, as concessivas do domínio do conteúdo negam uma possível relação de causa-efeito entre eventos no mundo. No caso de (113), a prova ser com consulta e realmente usar a consulta, e, no caso de (114), morar há pouco tempo em

um local e ainda não ter estabelecido relações com os vizinhos. Em ambos os casos, trata-se de eventos do mundo real.

O domínio epistêmico envolve os processos mentais de raciocínio, uma vez que a relação estabelecida ocorre entre proposições (cf. NEVES, 1990, 2000). Ou seja, “o que vem expresso na oração nuclear contraria a conclusão a que induz a oração concessiva” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 157). Nesse domínio do discurso, não há relação entre fatos/eventos de um mundo, mas sim entre processos mentais e/ou de raciocínio. Vejamos:

(115) Ah, eu acho que porque a gente tem o sangue bom. *O povo brasileiro tem um sangue muito bom, **apesar de alguns estados serem preconceituosos**, mas acho que o povo brasileiro é um povo que acolhe quem chega de outro país.*” (BDFN; RC(29); femin.; EM; 25-45)

(116) Porque o trabalho... Eu comecei a trabalhar com sete, oito anos de idade, eu já trabalhava, fazia muita coisa, e achando bom, e até hoje trabalho e só achei que... vantagem disso. Tem que aprender desde cedo. Tudo que a gente faz na vida é lucro. *Tudo que a gente aprende na vida é lucro. E quanto mais cedo aprender, melhor. E o menino que só se liga em colégio, só se liga em colégio, **mesmo que ele tenha boas intenções**, ele nunca vai ter aquela prática do menino que se liga no colégio e no trabalho, || porque é uma coisa ajudando a outra, viu? ||* (BDFN; M(47); masc.; EF2; 50+)

Em (115) e (116), não são estabelecidas relações entre eventos do mundo, mas sim entre proposições, reflexões de processos mentais e lógicos dos falantes. Em (115), a informante apresenta suas conclusões sobre o povo brasileiro. Na oração principal, há a proposição de que o povo brasileiro é muito bom, inferindo-se que se trata de uma população ao seu ver acolhedora e simpática, o que representa um argumento forte o suficiente para contrariar a informação dada na oração concessiva, a de que há estados preconceituosos. Não acontece a apresentação de uma relação de causa-efeito sobre eventos no mundo; o que temos é a oração nuclear contrariando a possível interpretação gerada pela oração concessiva, um movimento de contra-argumentação a uma possível inferência do ouvinte.

Em (116), o informante também desenvolve um jogo contra-argumentativo envolvendo premissas e conclusões suas, das quais se vale para tentar persuadir o entrevistador. A oração principal traz um argumento sobre a importância, para o desenvolvimento pessoal, de se ter experiência não só na escola, mas também no trabalho. Sendo assim, ela contraria a conclusão a que pode chegar com base na concessiva intercalada, que é o fato de um menino que se ligue só em escola, com boas intenções, chegar ao nível de prática de um que estuda e trabalha.

Por conseguinte, do ponto de vista argumentativo, nas concessivas epistêmicas, “existem dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 158). Esse movimento de orientação do fio argumentativo na direção de conclusões contrárias é perceptível nas concessivas (115) e (116).

No domínio conversacional, o falante não relaciona estados de coisas ou proposições, mas sim dois atos ilocutórios (cf. NEVES, 2000). Nesse caso, “o falante estabelece a relação concessiva entre dois atos de fala independentes” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 157). Seguem duas ocorrências:

(117) Excursão? *Eu acho que teve uma vez que a gente... acho que foi na quarta série, faz tempo, que foi pra... negócio de (andar de barco), || esses negócios assim. || Foi...|| **Mesmo assim eu vomitei que só,** || aquele negócio balançando assim||. (BDFN; A(13); femin.; EF2; 15-21)*

(118) Isso, moradores são os mesmos. *Alguns saíram, outros entraram, mas a maioria é o mesmo. **Apesar que eu saio de manhã de casa, chego tarde, pego só meu material pra ir na faculdade, || então eu não conheço muita gente.** || Essa é a minha rotina todos os dias. Todos os dias eu acordo de manhã, vou trabalhar, voltou e vou pra faculdade, chego tarde, vou dormir... todos os dias é isso. Então é uma coisa que... eh... não tenho como saber se mudou, tá mudando ou não, mas ao redor creio que é o mesmo, sempre vejo as mesmas pessoas. Sempre tem até um... na esquina da minha rua tem uns moradores que ficam lá conversando, fazem churrasco, fazem bingo, ficam colo... passando o tempo lá. (BDFN; B(16); femin.; EM; 15-21)*

Uma marca das concessivas conversacionais é sua ocorrência em um contorno entonacional distinto, estabelecendo uma fala independente. Sua ocorrência foi muito baixa em pesquisas anteriores (NEVES, 2000; CREVELS, 2000a,b; SALGADO, 2007; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016). Relacionamos as concessivas conversacionais aos casos de concessivas livres, como em (117) e (118), pela falta de integração prosódica, marcando o não preenchimento de uma oração principal.

Uma característica dessas concessivas é a introdução de um novo argumento. Em (117), a informante relata, através da concessiva, uma experiência negativa de seu passeio de barco, o fato de ter vomitado. Em (118), a informante acrescenta, pela concessiva, um argumento que pode modificar a interpretação gerada sobre seu grau de conhecimento do que acontece entre os moradores, uma vez que ela tem uma rotina bastante puxada, o que não permite prestar atenção a esses detalhes.

Conforme Neves e Braga (2016, p. 157), “a classificação das construções concessivas de acordo com essa separação em domínios esclarece a oposição que fazem alguns autores entre a concepção lógica e uma concepção argumentativa da concessão”. A concepção lógica das concessivas é muito atrelada às do domínio do conteúdo; a negação da expectativa se encontra pautada em uma relação lógica de causa-efeito. Em contraste, a concepção argumentativa se relaciona às concessivas epistêmicas e conversacionais, uma vez que, além de acrescentarem um argumento ao fio discursivo, também envolvem um jogo de quebra de expectativa quanto a conclusões contrárias que se podem inferir das duas orações.

Nossa hipótese para o grupo de fatores domínio discursivo, a partir de achados da literatura (NEVES, 2000; CREVELS, 2000a,b; SALGADO, 2007; ZAMPRONEO, 2014; NEVES; BRAGA, 2016), tinha por expectativa uma alta produtividade de ambos os conectivos no domínio epistêmico. Além disso, visto que nosso *corpus* é composto por entrevistas sociolinguísticas, um contexto em que é priorizado menos o diálogo e mais o monólogo do informante, não esperávamos ter uma alta frequência de concessivas do domínio dos atos de fala, que se mostram mais relevantes em contextos de diálogo. Isto posto, a tabela 18 sintetiza os resultados encontrados para esse grupo de fatores.

Tabela 17: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto aos domínios das relações expressas pelas concessivas

Domínio das relações	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Conteúdo	33/56	59	23//56	41	56/80	70
Epistêmico	07/17	41	10/17	59	17/80	21
Ato de fala	04/07	57	03/07	43	07/80	9
TOTAL	44/80	55	36/80	45		

Fonte: autoria própria.

De modo geral, houve maior preferência das concessivas de conteúdo, com taxa de uso de 70%; em segundo lugar, vieram as concessivas epistêmicas, com 21%. O baixo desempenho das concessivas conversacionais, com 9% das ocorrências gerais, já era esperado devido à natureza do *corpus*.

Especificamente sobre os resultados das variantes, notamos que, no domínio do conteúdo, o conectivo *mesmo* teve uma produtividade maior, com 59% dos dados, apontando uma preferência por ocorrer em negação de relações causais. Nesse contexto, o conectivo *apesar* apresentou 41% de frequência de uso. No domínio epistêmico, o resultado foi inverso: *apesar* se destaca na marcação de contrapontos argumentativos baseados em conclusões opostas, com 59% dos dados, enquanto o *mesmo* apresenta frequência de uso de 41% nesse contexto. Quanto aos atos de fala, nossos poucos dados impossibilitam generalizações mais refinadas, porém é digno de nota que o *mesmo* ocorreu mais nesse contexto, em 53% dos casos, e o *apesar* em 43% deles.

Nossa hipótese inicial para a maior produtividade das concessivas epistêmicas, tanto de modo geral quanto para os dois conectivos, não foi comprovada. Associamos esse resultado à natureza mais narrativa de nossos dados, como visto através do controle do grupo de fatores gênero textual. Em narrativas produzidas em entrevistas sociolinguísticas, há mais estímulo para que o informante aborde eventos do mundo real, apresentando com mais frequência relações lógicas de causalidade e/ou condicionalidade. Nesse contexto, as concessivas costumam atuar no domínio do conteúdo.

Os relatos de opinião, em que o jogo argumentativo privilegia a relação entre conclusões e premissas, tornam-se um contexto favorável para a emergência de

concessivas do domínio epistêmico. Contudo, embora a natureza argumentativa possa explicar a maior ocorrência de concessivas do domínio do conteúdo que foi observada em estudos anteriores, é possível inferir que, em nosso *corpus*, trechos de relato de opinião estão estabelecendo, de maneira acentuada, quebra de expectativa causal, entre eventos do mundo. Estudos futuros que explorem com mais profundidade possíveis correlações entre os conectivos *mesmo* e *apesar* e diferentes gêneros textuais podem ser esclarecedores a esse respeito.

4.2.9 *Relações semânticas*

As relações semânticas de factualidade, hipótese/eventualidade e contrafactualidade têm sido averiguadas, quanto às orações concessivas, como uma forma de subclassificação (cf. NEVES, 1990, 2000; NEVES; BRAGA, 2016) ou como objeto de estudo (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; ZAMPRONEO, 2014). Em termos de relações semânticas, as construções concessivas podem expressar: contraste de valores (factuais/reais); hipótese (hipotéticas/eventuais) ou hipótese que contraria a verdade de um fato (contrafactuais).

As concessivas factuais/reais são caracterizadas, por Neves (2000, p. 866), da seguinte forma: “apesar da realização/da verdade da oração concessiva, segue-se necessariamente, a realização/a verdade da oração principal (não-condicionada)”. Embora o evento reportado na oração concessiva de fato corresponda à realidade, não é suficiente para impedir o evento reportado na oração principal. A relação factual/real tem sido tomada como representando de fato as concessivas, pois o obstáculo firmado na concessiva não tem força para impedir a realização do evento reportado na principal. Esse é o movimento argumentativo definidor da concessividade (cf. BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2013; CASTILHO, 2014).

Essa relação entre a realização do evento expresso na oração concessiva e, mesmo assim, a realização do evento expresso na oração principal, levando a uma contra expectativa, é observada nas ocorrências (119) e (120).

(119) Ah sim, sim, já acompanhei, mas assim, doente graças a Deus eu nunca fui assim pra me internar não, né? Eu já tinha dito aí que eu... né? || Nunca tive assim...|| **Mesmo quando eu tive dengue, eu não fui pra... parar no hospital**

não, mas eu já acompanhei, eu acompanhei a minha tia, já acompanhei minha prima... eh... que adoeceram e tiveram que ficar muitos dias internadas, uma até de câncer.” (BDFN; AP(15); femin.; EF1; 15-21)

- (120) || Eu me senti assim, || **apesar de muito nova**, *eu me senti uma pessoa responsável por ter conseguido... graças a Deus ter conseguido ajudar ela no que ela precisou e ela ter ficado bem. Me senti... e que se não fosse por mim, ela teria até acontecido coisa pior.* (BDFN; B(17); femin.; EF2; 15-21)

As concessivas eventuais/hipotéticas são assim descritas por Neves (2000, p. 866): “dada a potencialidade da oração concessiva, não necessariamente se segue a realização/a verdade nem a não-realização/a falsidade da oração principal (condicionada)”. Portanto, embora se estabeleça uma relação de hipótese/potencialidade entre o evento da principal e o evento da concessiva, não se tem a conclusão que se esperaria do fato. Vejamos:

- (121) Voltei porque, assim, eu sempre tive vontade, e tenho, né? De fazer a faculdade, né? Aí eu parei de estudar quando eu casei, né? Que foi o pior do... o pior erro, né? Foi esse, foi parar. Aí eu sinto... aí toda vez eu tenho vontade, né?, de fazer uma faculdade, *porque eu acho que a pessoa tem que ter, sabe?, uma faculdade, mesmo que você tenha... como diz? Um pai que possa dar as coisas*, mas tem que ter... eu acho que tem que ter, entendeu? [...] (BDFN; K(27); femin.; EF2; 25-45)

- (122) Sim, é... *Henrique ele pensa em ser policial, né? Apesar que era pra ele ser hoje um policial, né?*, || porque ele não fez a prova em 2006 porque tava trabalhando numa gráfica. || Então assim, como ele fazia entrega pra Fortaleza e Recife, fazia muita entrega, então ele, assim, no dia ele não ia tá, né? Então ele não fez a inscrição. E até porque, assim, ele se arrepende até hoje de não ter feito, né? Porque ele já saiu de lá, né?” (BDFN; MF(28); femin.; EM; 25-45)

Por fim, as relações contrafactuais/irreais são assim definidas por Neves (2000): “apesar da não-realização/da falsidade da oração concessiva, segue-se,

necessariamente, a não-realização/a falsidade da oração principal (não-condicionada)”. Embora o evento apontado na oração concessiva não se realize, isso não é suficiente para que o evento da oração principal aconteça, pois, sendo ou não verdade o que é dito na oração concessiva, o desfecho da oração principal sempre será a não-realização. Não obtivemos ocorrências de concessivas contrafactuais, as quais, como apontado na literatura, têm ocorrência rara.

Para efeito de ilustração, apresentamos duas ocorrências: a (123), retirada de Neves (2000, p. 866), e a (124), extraída de Neves e Braga (2016, p. 161). Em ambas, a concessiva expressa um evento não realizado ou falso no mundo, a despeito do qual não tendo ou não realização, não influenciará no resultado das orações principais, uma vez que seu desfecho é sempre a não realização.

(123) *Eu não sou acionista da empresa! Sou empregado como vocês! E **MESMO QUE fosse** o dono, não ia fazer a menor diferença! (RE)*

(124) *Você teria encontrado um congestionamento na Heitor Dias **mesmo que** tivesse saído antes das seis.*

Em (123), sendo dono ou não da empresa, não faria diferença para o que argumenta o falante; bem como em (124), a conclusão seria encontrar congestionamento na rua Heitor Dias, tendo o motorista saído ou não antes das seis. Portanto, a ação da concessiva não tem influência sobre o evento realizado na oração principal.

Pesquisas sobre as concessivas têm ressaltado seu uso predominante na indicação factual/real (cf. SALGADO, 2007; GARCIA, 2010; NEVES; BRAGA, 2016). Contudo, foram encontradas diferenças de distribuição de conectivos consoante os três tipos. Por exemplo, Neves e Braga (2016) enfatizaram a maior recorrência do *apesar (de) que* nas concessivas factuais/reais e do *mesmo que* nas hipotéticas/potências.

Temos consciência de que o comportamento da conjunção *apesar (de) que* pode não refletir o comportamento geral dos conectivos com *apesar*, do mesmo modo que o comportamento da conjunção *mesmo que* pode não refletir o comportamento geral dos conectivos com *mesmo*. Entretanto, investigamos a

possibilidade de haver diferença quanto à relação semântica na linha do que mostraram Neves e Braga (2016). Então, como hipótese para esse grupo de fatores, apesar de esperarmos uma frequência mais alta de concessivas factuais/reais, esperamos também uma maior produtividade do *mesmo* nas concessivas hipotéticas e do *apesar* nas concessivas factuais.

A tabela 18 revela os resultados para o grupo de fatores relações semânticas. Optamos por controlar as orações concessivas livres à parte, por não terem uma oração matriz à qual se relacionem e com a qual possamos estabelecer essa relação semântica.

Tabela 18: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto às relações semânticas.

Relações semânticas	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Factual	30/63	48	33/63	52	63/80	79
Hipotética	11/12	92	01/12	8	12/80	15
Livre	03/05	60	02/05	40	05/80	6
TOTAL	44/80	55	36/80	45		

Fonte: autoria própria.

A tabela 18 comprova, como postulado em pesquisas anteriores, a grande produtividade das orações concessivas expressando factualidade, com 79% das ocorrências em geral. As orações hipotéticas contaram com 15% da frequência de uso.

Nossa hipótese inicial para a maior produtividade de uso do conectivo *apesar* com relações factuais/reais e *mesmo* com hipotéticas não foi comprovada. Relativamente às concessivas factuais, os conectivos tiveram taxas de uso próximas, de 52% dos dados para o *apesar*, e 48% dos dados para o *mesmo*. Quanto às concessivas hipotéticas, percebemos um favorecimento desse contexto para o *mesmo*, que lidera com 92% dos dados, restando ao *apesar* apenas um dado, o que representa 8% do total.

Como mencionado na análise de outros grupos de fatores, a natureza diversa de alguns conectivos com *mesmo* e com *apesar* pode resultar, em certos casos, em especializações distintas quanto aos fatores analisados. No entanto, no que tange às relações semânticas, a factualidade atua fortemente na seleção de ambas as variantes, *mesmo* e *apesar*.

4.2.10 *Funções textuais-discursivas*

Zamproneo (2014), tendo como base os estudos de Gunthner (2000), ao analisar as concessivas do ponto de vista da multifuncionalidade e da intersubjetividade, estipula como uma de suas categorias de análise a função discursiva e de articulação textual. Para a autora, as concessivas seriam prototipicamente a negação de uma inferência/expectativa/implicação; porém, outras funções do plano da articulação textual e discursiva seriam também possíveis de serem realizadas por elas, tais como restrição e correção. Assim sendo, neste grupo de fatores, trabalhamos com três possibilidades: valor concessivo propriamente dito, valor de restrição e valor de correção.

No controle desse grupo de fatores, percebemos a multifuncionalidade das orações concessivas, uma vez que, além de estabelecerem uma frustração a uma possível expectativa/inferência gerada no espaço mental do interlocutor pelo falante, também podem corrigir ou restringir a informação da oração principal, ou mesmo representar uma inserção do falante (cf. ZAMPRONEO, 2014).

O valor de concessividade propriamente dito, e postulado como prototípico por Zamproneo (2014, p. 131), é descrito como a “negação por **q** da implicação causal ou condicional pressuposta por **p** e oposição entre os argumentos **p** e **q**”, de modo que há em **q** um argumento forte (na oração principal) que cancela o evento em **p** (oração concessiva)”. Seguem duas ocorrências:

(125) Não, é verdade, mas quando eu era menor eu assistia demais, *então esse sonho, **mesmo quando eu tiver adulto**, || que eu tiver condições,|| eu vou pra Disney.*” (BDFN; G(8); masc.; EF1; pré-adolescente)

(126) Não sou de questionar negócio de valores não, se eu tiver condições de pagar eu pago, se não tiver aí fica por isso mesmo. Tá questionando, trabalho dois, três, quatro, cinco anos num canto e faço receber meus direitos (direitinho), se a pessoa disser que não dá pra pagar não dá e acabou, baixa a carteira e tô indo embora. Já teve caso de trabalhar sete ano no condomínio e a empresa, **apesar de não ser muito boa**, || que era

(inint 00:27:52) de condomínio na época ||, *ela ganhava sempre a licitação do condomínio*, mesmo irregular pro INSS, com o FGTS, e aí eu nunca soube disso, quando eu vim saber já era tarde, já tava com sete anos de empresa e se brincar foi uma das empresas que eu mais me dediquei foi essa (inint 00:28:06) e no final de sete anos tive uma decepção grande que foi ela não tava pagando INSS, não tava pagando FGTS, eh... aí veio atrasar a cesta básica, transporte no final do mês. [...] (BDFN; FC(31); masc.; EM; 25-45)

A negação ou frustração de uma relação causal, própria das concessivas propriamente ditas, ocorre em (125) quando o informante contraria a conclusão a que o interlocutor chegaria, ao inferir que, quando adulto, ele não teria mais vontade de conhecer a Disney, por ser um comportamento muito associado a crianças. Em (126), a possível expectativa de a empresa ser boa gerada pelo fato de sempre vencer licitações do condomínio é frustrada previamente quando o falante avalia a empresa como não sendo boa.

A restrição ocorre “quando, na construção concessiva, o segmento introduzido pelo conectivo restringe o que se assevera no segmento nuclear ou a conclusão que se deve tirar” (ZAMPRONEO, 2014, p. 94). A concessiva é utilizada com o intuito de restringir a validade da oração nuclear. Para a autora, duas são as possibilidades: (i) restringir, com *p*, as inferências ou conclusões originadas em *q*; ou (ii) restringir a validade de *q*. É importante salientar que, na restrição, o segmento *p* não tira a força argumentativa de *q* – como ocorre na concessiva propriamente dita – apenas limita sua validade.

Zamproneo (2014) constatou a possibilidade de a restrição ocorrer com integração prosódica e restringir apenas um constituinte da oração principal, como nas instâncias a seguir:

(127) “Aham. É, às vezes os costumes, né? *São bem diferentes, né?, os hábitos da... tipo, da minha casa da casa dos meus amigos, mesmo sendo meus amigos, né?* Cada... cada... tem pai que é chato pra caramba, não pode nem... eh... mexer a perna, subir a perna, deixar a perna em cima do sofá que já vem lá brigando e tal, mas assim, no mais, assim comida, às vezes, a

gente vai pra casa do cara lá, e a gente não gosta, mas tem que comer, né? Afinal, tá lá.” (BDFN; Ana Paula (15); femin.; EF1; 15-21)

(128) “Naquele tempo respeitava o professor, né? Hoje não existe mais isso, né? *Mas naquele tempo o professor era respeitado, **apesar de que a bagunça era muito diferente de hoje.***” (BDFN; José Freire (45); masc.; EF1; 50+)

Em (127), a oração concessiva “*mesmo sendo meus amigos, né?*” restringe a interpretação do termo *amigos*, presente na oração principal, fechando a abrangência para apenas seus amigos. Em (128), o mesmo movimento acontece: a concessiva “*apesar de que a bagunça era muito diferente de hoje*” funciona restringindo a interpretação de “*o professor era respeitado*”, presente na oração principal.

Agora passemos ao caso da correção do tipo “**p** corrige a validade de **q**” (ZAMPRONEO, 2014, p. 96). Considerando o processo coesivo, em uma reformulação, duas são as possibilidades: (i) autorreformulação, em que o informante se autocorrige; e (ii) heterorreformulação, em que o falante faz uso de uma concessiva para corrigir o interlocutor, gerando uma discordância. É importante ressaltar que, para a autora, em ambos os casos, o segmento concessivo atuaria como “desgarrado” do nuclear. Portanto, diferente da restrição, na qual existe a possibilidade de integração prosódica, na correção não haveria essa alternativa. Vejamos:

(129) Eh... Ah, porque primeiro lá aonde eu morava na outra rua, como todo mundo se conhecia... eh... então todo mundo de certo modo tinha um certo cuidado com todo mundo assim, uns cuidava uns dos outros, era aquela época que a gente ainda podia ficar na rua, nas calçadas, ainda tinha aquelas brincadeiras todo... tipo criança e adolescente, todo mundo misturado. *E hoje não, hoje a gente só se for algum aparato assim tecnológico, || mas como cerca elétrica e outras coisas mais, mas nada de confiança, || **mesmo assim humana não.*** (BDFN; AP(15); femin.; 15-21)

(130) *São todo gente boa, || num tem... || **apesar que tem dois irmão por parte de mãe que a gente não se bate não, a gente não conversa não.*** É minha

irmã mais velha e meu irmão mais novo, um monte de bicheira. (BDFN; H(33); masc.; EF2; 25-45)

Em (129), a concessiva “**mesmo assim humana não**” corrige o termo “*algum aparato assim tecnológico*” presente na oração principal, pontuando o caráter não humano como a característica mais forte. Em (130), o informante comenta sobre os familiares da esposa. Na oração principal, ele apresenta todos eles como gente boa, em seguida a concessiva corrige sua afirmação, pois nem todos são bons: “*tem dois irmão por parte de mãe que a gente não se bate não*”.

Assim como Zamproneo (2014), enfatizamos a importância dos processos coesivos envolvendo as construções concessivas para a progressão textual. Ademais, reafirmamos o caráter bastante argumentativo e polifônico das concessivas, uma vez que, “se dialogismo também pode ser considerado polifonia, pode-se dizer que, na concessiva propriamente dita, na autocorreção e, sobretudo, na discordância, ocorre dialogismo e polifonia” (ZAMPONEO, 2014, p. 112).

Para esse grupo de fatores, nossa hipótese inicial era a alta ocorrência em geral do valor de concessiva propriamente dita, por seu caráter prototípico. Contudo, esperávamos também encontrar concessivas com valor de restrição e correção, dado o *corpus* ser de modalidade oral e essas funções discursivas serem muito presentes em produções comunicativas *online* como a fala, pois, nelas, estamos a todo momento (re)formulando nosso discurso. Como não encontramos, na literatura, referência a diferenças entre conectivos concessivos quanto à função discursiva e de articulação textual, não tecemos hipóteses específicas a esse respeito. Porém, supomos que, pela alta recorrência esperada para a concessão propriamente dita, ambas as formas predominem nesse contexto.

A seguir, na tabela 19, apresentamos os resultados.

Tabela 19: Distribuição dos conectivos com *mesmo* e com *apesar* quanto às funções textuais-discursivas

Função semântico-discursiva	Mesmo		Apesar		TOTAL	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Função concessiva propriamente	26/42	62	16/42	38	42/80	52
Função de restrição	08/19	42	11/19	58	19/80	24
Função de correção	07/14	50	07/14	50	14/80	18
Livres	03/05	60	02/05	40	05/80	6
TOTAL	44/80	55	36/80	45		

Fonte: autoria própria.

A concessiva com valor propriamente dito se destacou com 52% das ocorrências, mas essa taxa foi menor do que a que esperávamos. Como 46% das ocorrências são das outras funções textuais e discursivas, não verificamos um uso majoritário das concessivas propriamente ditas. As concessivas restritivas foram responsáveis por 24% dos dados, as de correção por 18% e as livres por 6%. Zamproneo (2014) desenvolveu uma análise apenas qualitativa sobre a multifuncionalidade das orações concessivas, o que restringe comparações.

Quanto à distribuição de *mesmo* e *apesar*, constatamos diferenças, o que foi de encontro à hipótese inicial de que eles não difeririam quanto à função textual e discursiva. A função concessiva propriamente dita representou contexto favorável para a emergência do *mesmo*, e a função de restrição para a emergência de *apesar*. Na função prototípica, 62% dos dados foram do *mesmo*, enquanto 38% foram com o *apesar*. Na função de restrição, o *apesar* foi mais produtivo, com 58% dos dados, e o *mesmo* teve taxa de 42%. Por fim, concessivas em função de correção foram pouco encontradas em geral, com apenas 6 ocorrências, e não revelaram preferência de uso em termos de conectivo.

4.3 Em busca de especializações

Por meio de uma abordagem sociofuncionalista, é possível obter, através de controle quantitativo dos dados, indícios de especializações de uso de formas variantes envolvidas em processos de gramaticalização. Duas são as possibilidades: a) especialização por generalização (cf. HOPPER, 1991): uma das formas sofre generalização de significado, assumindo as funções gerais e/ou específicas da forma concorrente, que pode ser eliminada ou ter uso cada vez mais restrito; b)

especialização por especificação (cf. TAVARES, 2003): cada forma se especializa para funções ou contextos de uso distintos.

Os quadros a seguir sintetizam os principais resultados. O primeiro quadro traz os resultados referentes aos grupos cujos fatores contaram com dados suficientes por célula para serem submetidos a tratamento estatístico multivariado, recebendo pesos relativos e porcentagens. Em razão desse tratamento mais refinado, tais resultados são os mais significativos entre os que alcançamos. Eles revelam a direção de diferentes condicionamentos sobre a seleção variável dos conectivos *mesmo* e *apesar*.

Vejamos:

Quadro 2: Síntese dos grupos de fatores relevantes, por ordem hierárquica, da análise multivariada entre a variação de *mesmo* e *apesar*

	Mesmo	Apesar
Grupos de fatores por ordem de relevância		
Escolaridade	Ensino Fundamental I e II	Ensino Médio
Correlação modal	Indicativo x Indicativo	Verbo na forma infinita
Sexo	Mulheres	Homens
Gênero textual	Narrativas	Relato de opinião

Fonte: autoria própria

A partir da análise multivariada, pudemos chegar a conclusões referentes às tendências de especializações de uso *mesmo* e *apesar*. Destacamos que, dentre os grupos de fatores mais significativos para a determinação da variação, a escolaridade, um fator social, posiciona-se como o mais expressivo. Ademais, atuam também um fator linguístico, correlação modal, outro fator social, sexo, e um fator discursivo, gênero textual. Tais resultados nos permitiram comprovar que escolhas linguísticas são permeadas por questões que perpassam diferentes esferas, não apenas linguísticas, mas também sociais.

Quanto à escolaridade, observamos que o *mesmo*, conectivo mais recente e pouco mencionado em gramáticas (cf. AMORIM, 2009), é privilegiado na fala de informantes de menor escolaridade (fundamental I e II). Observamos também uma maior vinculação desse conectivo a gêneros textuais narrativos, o que aponta para ocorrência mais acentuada em situações sujeitas à maior expressão de emoções por parte do falante, e, assim, de menor monitoramento da fala (cf. LABOV, 2001, 2004, 2013).

A correlação modal mais favorecedora para o emprego do *mesmo* foi a indicativo x indicativo, o que vai de encontro ao que preconizam as gramáticas, ao postularem a correlação modal indicativo x subjuntivo como preferencial para a ligação entre oração principal e oração subordinada. Com efeito, o que observamos alinha-se à crescente indicativização no português brasileiro, isto é, uma invasão do modo indicativo em contextos antes predominantemente subjuntivos (cf. CÂMARA Jr., 1981 *apud* ROSÁRIO, 2012; ALMEIDA, 2010). Esse processo se mostra mais saliente nos conectivos com *mesmo*, o que pode ser um indicativo de que conectivos mais recentes no desempenho da concessividade não seguem os padrões de marcação de subordinação previstos pelas gramáticas.

Por fim, a preferência das mulheres pelo emprego do *mesmo* resulta em uma descoberta importante para esta pesquisa. Uma vez que as mulheres costumam ser líderes de mudança, talvez estejamos diante de um processo de mudança em progresso. No entanto, embora os resultados referentes à distribuição etária (importante índice de mudança) corroborem essa possibilidade no que tange à porcentagem – os indivíduos mais jovens utilizam mais o *mesmo* –, esse grupo de fatores não foi selecionado pelo Goldvarb X como significativo.

Por sua vez, os resultados para os conectivos com *apesar* diagnosticam tendências de especializações de uso opostas aos conectivos com *mesmo*. Quanto à escolarização, *apesar* se mostra mais presente entre indivíduos com ensino médio. Isso pode ser devido a seu privilégio no ambiente escolar como forma de prestígio, o que se relaciona ao fato de ser uma das conjunções concessivas mais antigas na codificação da concessividade, com ocorrências documentadas a partir do século XVII (cf. LAMIM; CAMPOS, 2013).

O maior uso desse conectivo entre os homens traz mais evidências de estar em jogo uma mudança em progresso. Nesse processo, os homens podem estar em até uma geração atrás das mulheres (cf. LABOV, 1990, 2001; TAGLIAMONTE, 2006, 2012). Pesquisas que contem com um maior número de ocorrências de *mesmo* e *apesar* podem ser mais esclarecedoras a esse respeito.

Os resultados para o gênero textual revelaram a preferência de utilização de *apesar* em relatos de opinião, contexto em que tende a haver um maior monitoramento da fala, posto que, como o foco se encontra nos argumentos visando convencer alguém sobre algo, questões de preservação da face podem emergir.

Maior monitoramento da fala propicia o emprego de formas linguísticas de prestígio. Os resultados para o gênero textual podem ser relacionados aos resultados para a correlação modal, que sinalizaram especialização de uso com verbos na forma infinita, isto é, *apesar* se destaca em orações reduzidas, típicas de contextos mais formais.

Enfim, *mesmo* e *apesar* apresentam tendências de especialização de uso distintas. Resta definir se estamos diante de um caso de especialização por generalização ou de um caso de especialização por especificação.

A especialização por generalização implica que uma das variantes vença o combate, podendo vir a substituir a outra em todos os contextos de uso. A variante preterida pode desaparecer ou ficar restrita a poucos ambientes, de baixa recorrência. Nossos resultados não se coadunam com essa possibilidade, pois a taxa de ocorrência geral das variantes não indica desaparecimento – *mesmo* é mais frequente, com 55% dos dados, mas *apesar* também tem boa frequência, com 45% dos dados.

A especialização por especificação envolve a especialização de cada variante para contextos distintos, mas sem implicar a eliminação de uma das formas. Elas podem conviver como variantes, embora cada uma venha a se destacar mais em certos contextos às expensas da outra.

Essa possibilidade se coaduna melhor aos resultados que obtivemos. Como vimos, há indícios de especialização do *mesmo* para dois grupos de fatores sociais, sexo (mulheres) e escolaridade (indivíduos menos escolarizados); para um grupo de fatores discursivo, o gênero textual (gêneros narrativos); e para um grupo de fatores linguístico, a correlação modal (indicativo x indicativo). Em contraste, *apesar* revela-se mais especializado para a correlação modal infinitivo-infinitivo, o gênero relato de opinião, os indivíduos menos escolarizados e os homens.

O quadro a seguir traz os resultados relativos aos grupos de fatores que não foram submetidos a tratamento multivariado, recebendo apenas porcentagens. Embora o grau de confiabilidade que possa ser depositado nesses resultados seja menor, alguns dos números também foram significativos e permitiram tecer comparações com estudos prévios sobre o tema. Esses estudos também contaram, em geral, com poucos dados de orações concessivas. Destacamos apenas os

resultados para os fatores de cada grupo que somaram ao menos 10 instâncias por célula.

Quadro 3: Síntese dos grupos de fatores da análise com porcentagem da variação de *mesmo* e *apesar*

	Mesmo	Apesar
Grupos de fatores		
Idade	Pré-adolescentes + 15 a 21 anos	Adultos (25 a 45 anos) e 50+
Ordem das orações	Posposta	Anteposta
Nível das relações	Conteúdo	Epistêmico
Relações semânticas	Hipotético	Factual
Finitude do verbo	Finito	Infinitivo
Extensão	Curta	Longa
Função discursiva e artic. textual	Concessiva propriamente	Restrição

Fonte: autoria própria

A partir do quadro 3, é possível depreender que o conectivo *mesmo* tem uso preferencial entre os indivíduos mais jovens, pré-adolescentes e adolescentes. É um resultado esperado devido a seu traço inovador. Como já dito, o resultado para o fator idade, somando-se aos resultados para o fator sexo, nos permitem aventar a possibilidade de estar em progresso uma mudança na direção do aumento de uso do *mesmo* na comunidade de fala de Natal.

Além disso, esse conector tem um alto aproveitamento em orações pospostas, o que deixa vir à tona seu papel de introduzir informações novas na progressão textual e na composição da figura no discurso. Outras preferências de utilização do *apesar* também foram percebidas, tais quais a maior presença em orações concessivas que: (i) são curtas e com verbos finitos, isto é, orações desenvolvidas; (ii) remetem ao nível do conteúdo, caracterizado pela marcação de relações lógicas de quebra da relação causal ou condicional; (iii) indicam hipoteticidade; (vi) exibem a concessividade propriamente dita, isto é, a função de exibir quebra de expectativa.

Por outro lado, os conectivos com *apesar* recebem destaque em orações que: (i) são antepostas, um contexto de apresentação de informações já pressupostas no discurso, o que é típico do fundo discursivo; (ii) são longas, mais densas do ponto de vista informacional, e com verbos infinitivos, isto é, orações reduzidas; (iii) remetem ao nível epistêmico, caracterizado pelo caráter mais

argumentativo, envolvendo quebra de expectativa quanto a conclusões contrárias; (iv) indicam factualidade; (v) manifestam a função discursiva de restrição, restringindo e/ou relativizando o que foi apresentado na oração principal.

Quanto aos grupos de fatores tipo de construção assunto, os resultados mostraram um equilíbrio das taxas de uso de *mesmo* e *apesar*, não servindo para distingui-los.

Mesmo e *apesar* apresentam comportamento diferenciado quanto aos grupos de fatores elencados no quadro 3, o que pode ser interpretado como indicação de especializações distintas. No entanto, como os resultados para esses grupos de fatores giram em torno de porcentagens apenas, sem pesos relativos, a base para a definição de especializações é menos sólida. Estudos futuros podem trazer maiores elementos sobre essa potencialidade de especializações.

Concluimos assim a análise dos resultados. A seguir, apresentamos as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese, do ponto de vista da contribuição para os estudos linguísticos, mostra-se como pioneira na análise da variação entre conjunções concessivas com *mesmo* e *apesar*, buscando, em fatores sociais e estilísticos, além de fatores linguísticos de diversas ordens, explicações para a escolha de uma ou outra conjunção. Muitos são os desafios ao se trabalhar com o fenômeno da concessividade, não apenas pela sua complexidade semântica, pragmática, cognitiva etc., mas também por se tratar de um movimento argumentativo não muito utilizado na fala coloquial. A pouca frequência de dados é uma característica inerente ao próprio objeto de estudo, mas, mesmo assim, conseguimos tecer comparações com resultados de outras pesquisas, a maioria das quais também contou com poucos dados.

O objetivo geral desta pesquisa, exposto na introdução, foi descrever e analisar os contextos variáveis de ocorrência das conjunções concessivas com *mesmo* e *apesar* com base na atuação de fatores sintáticos, semântico-pragmáticos, estilísticos, discursivos e sociais, buscando também identificar possíveis especializações de uso dessas formas. O *corpus* que serviu como fonte de dados é composto por 48 entrevistas sociolinguísticas retiradas do Banco de Dados FALA-Natal, cujos informantes são homoganeamente estratificados quanto ao sexo, à idade e à escolaridade, o que permitiu a realização do controle de fatores sociais.

Do ponto de vista teórico, adotamos pressupostos do funcionalismo linguístico norte-americano e da sociolinguística variacionista, em uma interface sociofuncionalista. Nosso olhar sobre os fatores linguísticos foi direcionado pelo funcionalismo e nosso olhar sobre os fatores sociais foi direcionado pela sociolinguística.

Controlamos os seguintes grupos de fatores:

- Sexo;
- Idade;
- Escolaridade;
- Tipo de construção;
- Finitude do verbo;

- Correlação modal;
- Gênero textual;
- Assunto;
- Ordem;
- Extensão da oração concessiva em relação à oração principal;
- Domínio;
- Relações;
- Funções semântico-discursivas.

Submetemos os dados à análise estatística multivariada através do pacote estatístico Goldvarb X, que apontou quatro grupos de fatores como significativos para a seleção variável das formas com *mesmo* e com *apesar*: (i) escolaridade; (ii) correlação modal; (iii) sexo; e (iv) gênero textual. Interpretamos os resultados referentes a esses grupos de fatores, mensurados através de peso relativo, como indicando especializações de uso por especificação.

Os resultados obtidos para os demais grupos também foram tomados como indicando possíveis especializações naqueles casos em que diferenças de distribuição relevantes foram observadas. Ressalvamos, porém, que, por se tratar de resultados expressos apenas em percentagem, tais grupos não podem ser considerados tão significativos quanto aqueles selecionados pelo Goldvarb X.

Cumpramos finalizar esta tese salientando novamente seu pioneirismo não somente no Rio Grande do Norte, mas no Brasil, por tratar a concessividade sob a ótica da variação linguística, o que, que seja de nosso conhecimento, ainda não havia sido feito. Tomamos as formas com *mesmo* e *apesar* como variantes de realização, sujeitas a influências de natureza variada, sintáticas, semântico-pragmáticas, estilísticas, discursivas e sociais. Adotando como guia uma interface sociofuncionalista, buscamos explicações para os resultados fundamentadas em propostas da sociolinguística variacionista e do funcionalismo norte-americano.

Além disso, comparamos nossos resultados, sempre que possível, a resultados obtidos por vários estudos anteriores, conduzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros – neste último caso, abordando a concessividade no inglês e no espanhol. Tais estudos nos forneceram informações valiosas para a composição das hipóteses e a seleção dos grupos de fatores que controlamos.

É certo que a finalização de uma pesquisa sempre abre margem para diversas outras. Esperamos que esta tese seja proveitosa para pesquisadores que também se dediquem a analisar a concessividade. Ainda há muito a ser feito no que se refere aos conectivos concessivos do português brasileiro. Na seara da variação linguística, os primeiros passos estão sendo dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Neide Correia Sant'anna de. *O item linguístico mesmo: confrontando usos e funções no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ALBANO, Gabriela Fernandes. *Posposição do sujeito na escrita jornalística nordestino-grandense em uma abordagem funcionalista*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALMEIDA, Érica Sousa de. *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Estudo sobre os meios de expressão do pensamento concessivo no português*. Rio de Janeiro: s/e. 1954. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1954.pdf> >. Acessado 05 jun. 2018.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1^a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CARRANZA, Isolda E. Low-narrativity narratives and argumentation. *Narrative Inquiry*, v. 8, n. 2, p. 287-317. 1998.

CHAMBERS, Jack K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Cambridge: Blackwell, 2003.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N. de; MAY, Guilherme Henrique. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COSTA, Ana Luísa. *Estruturas contrastivas: desenvolvimento do conhecimento explícito e da competência de escrita*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

CREVELS, Mily. *Concession: a typological study*. Tese de Doutorado – University of Amsterdam, Amsterdam, 2000a.

CREVELS, Mily. Concessive on different semantic levels: a typological perspective. In: In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Org.) *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b, p. 313-339.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DIEESEL, H. Iconicity of sequence. A corpus-based analysis of the positioning of temporal adverbial clauses in English. *Cognitive Linguistics*, n 19, 2008, p. 457-482.

ECKERT, Penelope. Style and social meaning. In: RICKFORD, J. R.; ECKERT, P. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 119-126.

_____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, 2012.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *et al.* (Orgs.) *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; TAVARES, Maria Alice. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (Orgs.) *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007, p. 12-51.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun., 2009.

GARCIA, Talita Storti. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2010.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a Functional-Typological Introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*, v. 15, n. 1, 1991.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GÖRSKI, Edair Maria. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

_____. *et al.* Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como

indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras: FAPERJ, 2003, p. 106-122.

_____; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V. C.; REZENDE, T. F. (Orgs.) *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

_____; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. *Revista do GELNE*, v. 15, p. 75-97, 2013.

_____; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V. C.; REZENDE, T. F. (Orgs.) *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

_____; VALLE, C. R. M. Variação discursiva: procedimentos metodológicos para delimitação do envelope de variação. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M. (Eds.) *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016a. p. 79-99.

_____; VALLE, C. R. M. A construção de uma variável estilística complexa para medir a configuração da entrevista sociolinguística. *Todas as letras*. V. 18, n. 2. São Paulo, 2016b, p. 30-45.

GUY, Gregory R. Variation and change. In: MAGUIRE, W.; McMAHON, A. (Ed.). *Analysing variation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 178-198.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 2.ed. London/Melbourne/Auckland, Edward Arnold, 1994.

_____; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd; CALUDI, Ulrike; HUNNEMMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Funcional Discourse Grammar*. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Ed.). *The Oxford handbook of linguistic analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 367-400.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

_____. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey/London: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 155-175.

_____; TRUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta P.; CARDOSO, Caroline R. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

_____. Ordinary events. In: THORNBORROW, J.; COATES, J. (Eds.). *The sociolinguistics of narrative*. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 31-43.

_____. The anatomy of style-shifting. In: RICKFORD, J. R.; ECKERT, P. (Eds.) *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 85-108.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, v. 2, 1990. p. 205-254.

_____. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAMIM, Gabriela Cristina Almenida; CAMPOS, Júlia, Langer de. Apesar dos pesares: um processo de gramaticalização. *E-escrita*, Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis, v. 4, n. 2, especial, p. 111-126, 2012.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language Society*, n. 7, 1978. p. 171-182.

LONGHIN, Sanderleia Roberta. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

MACAULAY, Rose. The question of genre. In: RICKFORD, J. R.; ECKERT, P. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 78-82.

MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization, *Text*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARTIN, J. R.; ROSE, David. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox, 2008.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The Structure of Discourse and Subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 275-3929.

MIRA MATEUS, Maria Helena. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MEYERHOFF, Miriam. *Introducing sociolinguistics*. Abingdon: Routledge, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (org) *Gramática do português falado – vol VII: novos estudos*. 2.ed., São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 545-591.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHISTIANO, M. E. A. et al. (Orgs.) *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004, p. 13-28.

_____. *Ensino de língua e vivência de linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola, 2012.

_____; BRAGA, M. L.; HATTNER, M. M. D. As construções hipotáticas. In.: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processo de construção*. Vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____; BRAGA, Maria Luiza. As construções hipotáticas/adverbais. In.: NEVES, M. H. M. (Org.) *A construção das orações complexas*. Volume V. São Paulo: Contexto, 2016, p. 123-166. (Gramática do português culto falado no Brasil)

OESTERREICHER, Wulf. Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache (Langage parlé et langage écrit) In: HOLTUS, G., METZELTIN, M. & SCHMITT, C. (Orgs.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Band 1, Tübingen, Niemeyer, 2000.

PAIVA, Maria da Conceição; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 201-232, 1999.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções. *Diacrítica* (Braga), v. 24, 2010. p. 471-489.

PARRA, Beatriz Goaveia Garcia. *Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por aunque em dados do espanhol peninsular*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, 2016.

PERREIRA, Ivelã. *Mesmo: a multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, SC, 2013.

PICHLER, Heike. Methods in discourse variation analysis: reflections on the way forward. *Journal of Sociolinguistics*, v. 14, n. 5, p. 581-608. 2010.

PRINCE, Ellen F. Toward a taxonomy of given/new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

RIEMER, Nick. *Introducing Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RODRIGUES, A. C. S. et alii. Correlações modo-temporal nas construções complexas do português culto falado no Brasil: orações concessivas. In: NEVES, M. H. M. (org) *Gramática do português falado – vol. VII: novos estudos*. 2.ed., São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 653-672.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Expressão da concessividade em construções do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Vernaculares, Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernaculares, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALGADO, Érika. *As construções concessivas no Português Brasileiro do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHILLING, Natalie. Investigating Stylistic Variation. In: CHAMBERS, J. K.; SCHILLING, N. (Eds.) *The handbook of language variation and change*. Oxford: John Wiley & Sons, Inc, 2013, p. 327-349.

SILVA, G. M. O.; MACEDO, A. V. T. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. V. T.; RONCARATI, C. N.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 11-49.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York, Cambridge, 1990.

TAGLIAMONTE, Sali A. *Variationist sociolinguistics: change, observation, interpretation*. Cambridge: Wiley-Blackwell, 2012.

_____. *Analysing sociolinguistic variation*. New York: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. *Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística*. Interdisciplinar, Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013.

_____. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: variação e mudança em uma perspectiva sociofuncionalista*. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

_____; MARTINS, Marco Antonio. O banco de dados FALA-Natal: uma agenda de trabalho, In: FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2014, p. 71-78.

_____. Textos de diferentes gêneros produzidos em entrevistas sociolinguísticas: o caso do banco de dados VARSUL. *Veredas* (UFJF. Online), v. 2, 2015, p. 176-194.

_____; GORSKI, Edair Maria. Variação e sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 249-270.

_____; PEDRO, Fernando Laerty.; ALBANO, Gabriela Fernandes. Para começo de conversa: a variável linguística na interface sociofuncionalista. 2021. Artigo submetido à avaliação para publicação.

VERHAGEN, Arie. *Constructions of Intersubjectivity: discourse, syntax and cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony J. *Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Rio de Janeiro, 1986. p. 454-81. (Relatório final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação).

WATERS, Cathleen. Practical strategies for elucidating discourse-pragmatic variation. In: PICHLER, H. (Ed.) *Discourse-pragmatic variation and change in*

English: new methods and insights. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 41-55.

WEINER, Judith E.; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, v. 19, p. 29-58, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. [Trad. Marcos Bagno] São Paulo: Parábola, 2006.

WIECHMANN, Daniel; KERZ, Elma. *The position of concessive adverbial clauses in English: assessing the importance of discourse-pragmatic and processing-based constraints*. *English Language and Linguistics*, v.17, n.1, p. 1-23, 2013.

ZAMPRONEO, Silvana. *Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas: uma análise em ocorrência do português contemporâneo do Brasil*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2014.